FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.115 DOMINGO, 28 DE AGOSTO DE 2022 R$ 7,00

30 anos de privatização

Rodovia dos Bandeirantes, no cruzamento com a Anhanguera nas cercanias de Jundiaí (SP); das 10 estradas mais bem avaliadas do país, 9 são concessões Eduardo Knapp/Folhapress

Em 30 anos, privatizações alavancam economia do país

Programa atravessou sete governos e trouxe eficiência em serviços básicos

Três décadas de um ambicioso programa de privatizações e concessões de empresas e atividades estatais à iniciativa privada produziram no Brasil um legado de disseminação do acesso a serviços essenciais, melhoria de infraestrutura e aumento da produtividade e eficiência em setores estratégicos.

Conduzido ao longo de sete governos —de direita, esquerda e centro— como raramente as políticas no Brasil o são, o programa transformou a paisagem econômica nacional ao trazer competição, agilidade e modernidade em serviços de telefonia, energia, transportes rodoviário e aéreo e finanças.

Entre outros avanços, o salto dos investimentos privados resultante do Programa Nacional de Desestatização não só compensou como multiplicou a capacidade do Estado para ampliar e atualizar a oferta à população, sobretudo sob Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Se nos primeiros dez anos gigantes estatais foram vendidas, hoje o PND tem nas concessões as protagonistas e modelos híbridos como a capitalização de estatais e diluição do capital votante da União, caso da Eletrobras. A **Folha** estreia neste domingo uma série de reportagens sobre o tema. Mercado A23 a A25

ENTREVISTA

Marcelo Paixão

Impacto mais importante de cotas é civilizatório

"Ser atendido por um médico negro vai muito além de se a distribuição de renda aumentou ou diminuiu", diz o economista e professor da Universidade do Texas. Por isso, afirma, o impacto político e simbólico de dez anos da Lei de Cotas no Brasil, completados agora, ultrapassa o econômico. Mercado A22

Ciência B6
Nasa volta a lançar foguete à Lua após 50 anos, passo inicial para missão tripulada

Equilíbrio B10
Assexuais dizem viver bem sem sexo e também mantêm relações românticas

Esporte B11
Futebol no país em 2022 tem 'boom' de criação de clubes e registro de atletas

Total de jovens no trabalho doméstico despenca no Brasil

O total de brasileiros de 14 a 29 anos exercendo algum tipo de trabalho doméstico caiu 35,1% em uma década, de 1,3 milhão em 2012 para 849 mil, indica a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). A faixa seguinte ficou estável.

"No Brasil, houve um reforço de medidas afirmativas", aponta a pesquisadora da IDados Mariana Leite, citando cotas. "Ainda que o acesso à educação superior não seja amplo, mesmo a conclusão do ensino médio já fez diferença." Mercado A19

EDITORIAL A2

Privatizar é bom

Cerca de três décadas depois de iniciado o bem-sucedido processo de venda de estatais e concessões de serviços públicos, o tema ainda suscita controvérsias na sociedade. Não deixa de surpreender a resistência à continuidade do programa.

Aprofundar a atuação do Estado nas áreas em que só ele pode fazer a diferença e afastá-lo das atividades produtivas não deveria ser questão de ideologia, mas mostra de compromisso com o bem-estar das gerações de futuros brasileiros.

Lula e Bolsonaro confirmam presença no 1º debate hoje

O primeiro debate entre os candidatos à Presidência deste ano, marcado para hoje às 21h deverá ter a presença dos dois nomes que lideram as pesquisas: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o atual ocupante do Planalto, Jair Bolsonaro (PL).

Ambos os rivais são refratários ao formato do embate, mas confirmaram por redes sociais e aliados que pretendem comparecer, ante outros quatro candidatos. O evento é organizado pela **Folha**, UOL e TVs Bandeirantes e Cultura. Política A6

Exército encontra irregularidades em clubes de tiro

Cotidiano B1

O mito do 7 de Setembro

Leva de livros revisita a data e questiona a historiografia sobre a Independência C4

ISSN 1414-5723

MÔNICA BERGAMO

Choca ver o Estado brasileiro matando negros todo dia, diz atriz Isabél Zuaa C2

Atriz portuguesa Isabél Zuaa participa de produções sobre a Independência Karime Xavier/Folhapress

Elio Gaspari

Lula e as bolas de ferro da corrupção

As bolas de ferro da corrupção continuam presas aos tornozelos de Lula e serão sentidas nos debates. Moro foi parcial, e o Ministério Público fez barbaridades. Mas, de dez roubalheiras denunciadas, nove eram reais. Política A14

Madeireira de líder do PL é cobrada em R$ 5 mi

Madeireira no AM que tem como sócio o presidente do PL de Jair Bolsonaro, Valdemar Costa Neto, tem dívida cobrada de R$ 5,4 milhões com a União. Ele não quis se manifestar. A8

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Marcelo Benez (*comercial*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*) e Everton Fonseca (*tecnologia*)

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Privatizar é bom

Cumpre desfazer falsas noções em torno do bem-sucedido programa de desestatização do país

O enriquecimento dos povos depende da produtividade do trabalho. Quanto mais bens e serviços produzidos por hora trabalhada, mais próspera será a sociedade.

A fórmula historicamente mais eficaz de impulsionar a produtividade é deixar a tarefa de empreender a indivíduos livremente associados em organizações privadas, as quais competem entre si para obter o maior lucro possível.

Aos governos cumpre zelar pelos bens públicos —saúde, educação, renda mínima, segurança, infraestrutura, isonomia e competição— seja diretamente, seja por intermédio de operadores privados devidamente monitorados e fiscalizados por agências reguladoras.

Se o mercado funcionar adequadamente, haverá mais bem-estar material a ser partilhado pelo Estado. Se o setor público for eficiente nas suas tarefas precípuas, indivíduos instruídos, a despeito de sua origem familiar, catapultarão a produtividade, e as desigualdades serão reduzidas. Os dois polos completam uma engrenagem que se autoalimenta rumo ao progresso.

Cerca de três décadas depois de iniciado o bem-sucedido processo de venda de empresas estatais e concessões de serviços públicos, no entanto, o tema ainda suscita controvérsias na sociedade brasileira.

Esta **Folha** publica a partir de hoje um retrato dos avanços obtidos em diversas áreas no período. O progresso é assoberbante em áreas como telecomunicações, energia, aeroportos e estradas. Por isso, não deixa de ser surpreendente observar ainda tamanha resistência à necessária continuidade desse programa.

Além das pressões corporativistas que ainda encontram abrigo, talvez se possa atribuir à má vontade de parte da sociedade à falsa ideia, muito disseminada pelos estatistas, de que privatizações destroem o patrimônio público.

Ora, empresas mal geridas e deficitárias nas mãos dos governos é que acarretam prejuízos recorrentes para os contribuintes, além de entregarem péssimos serviços.

Além disso, vender um patrimônio físico, como uma empresa, não significa desaparecer com ele, mas transformá-lo em recursos financeiros que poderão ter usos mais condignos com o papel do Estado —e, nas concessões, nem mesmo há transferência de patrimônio.

É justamente a reorientação do papel do Estado que permanece uma tarefa inconclusa no Brasil. Os recursos materiais e humanos do poder público precisam ser desmobilizados e assestados na direção de prover serviços essenciais de boa qualidade, em especial para a metade mais pobre da população, que depende disso para ter condições equânimes de competir no mercado de trabalho.

Mais uma vez se observou o problema de sustentar monopólios estatais na pressão sobre a Petrobras para reduzir os preços dos combustíveis. O uso político da empresa é um desserviço à sociedade, porque abala os seus investimentos e, consequentemente, a sua produção e a transferência de impostos e dividendos ao Tesouro.

Embora muito já tenha sido feito para reduzir apadrinhamentos nas estatais, a porosidade persiste. Intromissões nefastas tendem a se repetir a cada quatro anos e, no meio-tempo, será erodida a capacidade produtiva da petroleira e de outras empresas menos vistosas.

O maior ganho das privatizações está em desobstruir o caminho para a elevação da eficiência e dos investimentos. Ao contrário do que pregam as velhas e fracassadas doutrinas intervencionistas, ainda em voga no petismo e em parte do bolsonarismo, é falso o argumento de que há inúmeros negócios estratégicos que deveriam ser empreendidos pelo governo.

No caso da energia elétrica, setor da recém-privatizada Eletrobras, novas tecnologias permitem a geração com recursos privados a partir de múltiplas fontes, em escalas também variadas, flexíveis para atender demandas específicas.

Muito mais importante para o setor público é dedicar-se a desenhar regras e instrumentos de regulação dos mercados que assegurem equilíbrio de interesses entre governo, empresas e usuários, com políticas públicas bem definidas em prol da competição e dos ganhos de produtividade.

No caso de bancos, mais estratégico do que ter agências em cada município é assegurar a conectividade da população, o que dá acesso a todos os serviços. Não é proibido que se subsidiem segmentos desfavorecidos, mas o método mais democrático e transparente de fazê-lo é por meio dos orçamentos dos governos, a serem debatidos e votados nas Casas legislativas.

Este jornal defende a inclusão da Petrobras no programa de desestatização. Nesse caso, o mais crítico será assegurar a concorrência na produção, no refino e na distribuição de combustíveis, bem como um ambiente de incentivos à progressiva descarbonização.

Aprofundar a atuação do Estado nas áreas em que só ele pode fazer a diferença e afastá-lo das atividades produtivas, em que o setor privado se sai melhor, não deveria ser questão de ideologia, mas uma demonstração de compromisso com o conforto e o bem-estar das gerações de futuros brasileiros.

Telefonia celular dispara após privatização
Linhas ativas, em milhões

3.401% foi o crescimento do celular desde a venda da Telebras

Fonte: Anatel

Coração imperial

Hélio Schwartsman

Ainda não consegui decidir se acho a recepção do coração de dom Pedro 1º com honras de Estado um espetáculo apenas grotesco ou grotesco e nojento. Estamos, afinal, falando de um músculo cardíaco já meio necrosado, que só não se decompôs inteiramente porque é guardado num jarro cheio de formol. Surpreende-me que adultos supostamente racionais dos dois lados do Atlântico cultuem um pedaço de cadáver, baseados na falsa crença de que o miocárdio retenha magicamente as virtudes de quem o portou.

Se a exibição do coração imperial tem algo de duvidoso, o fenômeno psicológico que a sustenta, o essencialismo, é dos mais fascinantes. Ele está na origem de algumas das melhores e das piores características de nossa espécie.

O essencialismo, que pode ser tentativamente definido como nossa tendência de buscar uma natureza secreta por trás das coisas, parece ser inato. Com nove meses, bebês já são capazes de inferir qualidades invisíveis de objetos. Depois de apresentados a caixas musicais, eles esperam que todos os objetos com a mesma forma toquem algo.

Não se trata de um simples capricho. O essencialismo se instalou em nossas mentes porque tem valor adaptativo. Ao nos converter em observadores atentos e catalogadores compulsivos, faz com que não confundamos alface com cicuta e com que guardemos prudente distância de grupos semelhantes aos que nos atacaram no passado. Menos prático, mas não menos belo, o essencialismo também explica nosso gosto por filosofia, em especial pela ontologia. Na coluna das coisas negativas, podemos marcar racismo, xenofobia, nacionalismo e superstição.

Dado que o essencialismo integra nossa arquitetura cerebral, não faz nem sentido tentar reprimi-lo nas pessoas. Mas não vejo motivo para estender essa tolerância a Estados, que deveriam ser atores racionais, capazes de testar e justificar cada uma de suas ações em termos de custos e benefícios.

helio@uol.com.br

Em busca do voto crítico

Bruno Boghosian

A campanha de Lula ainda trata com alguma cautela o que se apresenta como uma espécie de voto crítico na disputa deste ano. A entrevista ao Jornal Nacional foi um exercício do ex-presidente para consolidar e tentar ampliar o apoio de um eleitorado que não se considera totalmente alinhado a seu projeto político e, em alguns casos, chega a operar nos limites do antipetismo.

Lula levou à bancada do telejornal um discurso contra três conhecidos gatilhos de rejeição nesse segmento: corrupção, alinhamento a ditaduras de esquerda e o governo Dilma Rousseff. O petista reconheceu desvios, falou em alternância de poder e admitiu decisões equivocadas na gestão de sua sucessora.

Considerando declarações recentes, Lula não falou nenhuma grande novidade. Mas, diante de milhões de telespectadores, enviou sinais de que não pretende insistir em pontos que despertam desconfiança numa faixa relevante do eleitorado.

A ideia do PT é amenizar o peso desses temas em grupos que estão fora da órbita da esquerda, dando um pouco mais de conforto a esses eleitores para a formação de uma aliança —mesmo que o único objetivo comum dos dois lados seja derrotar Jair Bolsonaro.

Esse movimento parte do cálculo de que a rejeição ao atual presidente é um fator crucial para aproximar Lula de uma parcela de eleitores que torcem o nariz para o PT, mas também reconhece que a oposição a Bolsonaro pode não ser suficiente para preservar essa conexão ou ganhar novos votos em momentos delicados da campanha.

O desafio de Lula é fazer com que esse eleitor resista ao bombardeio que a campanha de Bolsonaro vai fazer para que esse sentimento crítico se converta em antipetismo.

Lula já conseguiu o apoio de eleitores fora da esquerda e até de alguns ex-bolsonaristas. Ele ainda precisa garantir que esses grupos vão permanecer a seu lado e, principalmente, sair de casa para votar nele contra Bolsonaro (de preferência, já no primeiro turno).

Piano de pau X aporrinhola

Ruy Castro

Orson Welles gravou "Cidadão Kane" em 1941? É verdade que a Warner queria Ronald Reagan, e não Humphrey Bogart, no papel de Rick Blaine, na gravação de "Casablanca" (1942)? Que Hitchcock teve de superar a insegurança de Kim Novak nas gravações de "Um Corpo Que Cai" (1958)? E que Marilyn Monroe levou Billy Wilder à loucura ao se atrasar todo dia para as gravações de "Quanto Mais Quente Melhor" (1959)? Bem, tudo isso é mais ou menos verdade. Exceto que nenhum desses filmes foi "gravado". Foram lindamente filmados, com filme em película, que exigia laboratório, revelação e corte e montagem a gilete na moviola.

De 1895, ano 1 de Lumière, até pelo menos 1980, todos os filmes, de todos os países e em todas as línguas, foram, com perdão pelo óbvio, filmados. Não foram gravados. As câmeras digitais ou ainda não eram populares ou as imagens que produziam não tinham qualidade para aguentar ampliação para uma tela de cinema com 400 metros quadrados. E, no entanto, quando se referem a qualquer clássico do passado, muitas pessoas hoje dizem que ele foi gravado.

Já não basta ao passado ser passado. Tem também de submeter-se à terminologia de nosso tempo. O caixa eletrônico dos bancos tornou-se, com naturalidade, apenas "o caixa". Já o antigo caixa que nos atendia no balcão passou a ser agora o "caixa humano". Por causa do livro digital, o querido livro impresso, com seus séculos de história, ameaça reduzir-se a "livro físico". O mesmo quanto ao jornal impresso, que passou a ser "jornal de papel".

Por que a nova mídia não se limita a impor o seu nome sem desmerecer a da mídia que ela superou? Em 1974, durante as gravações do LP —ainda não "vinil"— "Elis & Tom", o arranjador Cesar Camargo Mariano, adepto do teclado elétrico, referiu-se ao piano como "piano de pau".

Tom Jobim indignou-se. E passou a chamar o teclado elétrico de Mariano de "aporrinhola".

Demônios na goiabeira

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

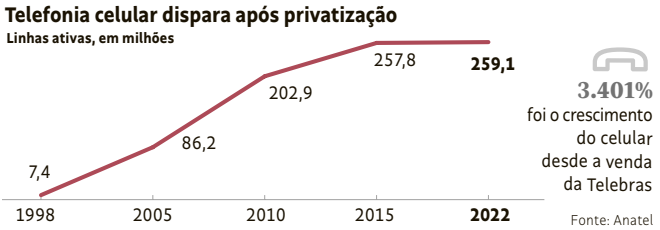
Desde a espantosa afirmação de uma ministra de que viu Jesus Cristo trepado numa goiabeira, a nação não tinha ouvido informação tão intrigante quanto a da primeira-dama, segundo a qual o Palácio do Planalto era antes povoado por demônios.

Até aí, o relato oscila entre o escopo sobre-humano das crenças e o das exaltações visionárias. É uma questão de afinidade privada. Torna-se pública quando ela vai mais além para garantir que o real chefe do governo é aquele já descido, não da cruz (símbolo da entrega sacrificial), e sim da goiabeira: o próprio Jesus.

Notoriamente, entidades religiosas e articulistas detectaram aí um laivo de terrorismo religioso, por contrariar o pluralismo das crenças e o princípio de laicidade do Estado. Mas o fato ganha uma conotação particular quando confrontado a um pequeno episódio da celebração democrática nas Arcadas do Largo São Francisco: a professora Eunice de Jesus Prudente, uma das leitoras da Carta aos Brasileiros, com pulseira de búzios e blazer amarelo, emocionou a todos ao se descrever como mulher preta, zeladora de Oxum.

É que essa autodescrição não significa a exclusão religiosa de nenhuma alteridade, mas a reiteração étnico-política daquilo que caracteriza a nação, a sua radical diversidade humana. Este foi o grande diferencial dessa Carta. Ao se identificar a partir da matriz ancestral, a professora (de sobrenome tão sincrônico) sinalizou para o próprio corpo como o capital cultural que autentifica um comum de pertencimento e de fé. Apontou para uma forma heterogênea de vida nacional.

O gesto foi simbólico e publicamente educativo: essa forma antecede em mil anos o cristianismo e zela por princípios cosmológicos que o Ocidente classifica como divindades. Uma dessas, Nanã, antiquíssima, figura no panteão dos deuses gregos ao lado de Atena, negra. A antiguidade do culto afro em nada se choca com a sua flagrante pós-modernidade de litúrgica, que não se arroga à verdade absoluta, prescinde de conversão, desconhece preconceito de gênero e respeita outras crenças. Isso se comprova desde as menores até as grandes comunidades dessa tradição. A afro-perspectiva é uma restauração mental.

Daí o chocante retrocesso das falas planaltinas. É possível que a dama leve a sério a coorte que a vê como Ester, a exilada judia do Velho Testamento, feita rainha ao se casar com Xerxes, rei da Pérsia. Seu empenho era salvar a vida dos fiéis de Jeová. No momento, o que aqui periga é a sanidade dos fiéis à democracia. Mas a suposta rainha e seu consorte parecem querer jogar mais lenha de pau de goiaba na fogueira da demência, evento cuja única perspectiva é a da autocombustão mental.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Pai Nosso

Algo parece muito errado no Brasil, Senhor

Gaudêncio Torquato
Jornalista, escritor, professor titular da USP e consultor político

“Pai Nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome (...)”

O Brasil, Senhor, é um pedaço de terra de dimensão continental, onde riquezas naturais incomparáveis realçam a exuberante beleza de paisagens e emolduram um bioma, o amazônico, que ocupa 60% da extensão do país.

É com sentimento de perda, ó Pai, que vemos a cobiça avançar sobre o coração pulsante do planeta, acendendo gigantescas fogueiras, enchendo a terra calcinada em todos os biomas com marcas de devastação que atingem vergonhosos 8,6 mil km² na Amazônia entre agosto de 2021 a julho de 2022, o terceiro maior da série histórica, atrás apenas dos dois anos anteriores.

A natureza se dobra ao escandaloso desfile de oportunistas, criminosos, larápios, vilões, corjas formadas nos labirintos da criminalidade.

Algo parece muito errado, Senhor. Pois é inconcebível que tamanho despudor aconteça em um ciclo discursivo que tanto enaltece as glórias do céu. Que tanto clama por vosso nome. Que puxa a religiosidade para a guerra suja da política. Que conclama crentes de todos os credos a participarem do grande encontro místico, celebrado por uma miríade de pastores.

Ou será, Senhor, que vosso sagrado nome é apenas isca de um anzol para capturar a maior quantidade de peixes no lago e fazer deles mercadoria de uma fé plasmada nas câmaras secretas dos templos? Não estaria vosso nome clamado em vão? Não seria o caso de lembrarmos o ensinamento de Jesus? “Dai a César o que é de César, e a Deus, o que é de Deus”.

“(...) Vem a nós o vosso reino (...)”

A verdade, Senhor, é que o vosso reino é invocado para disseminar entre nós as sementes da fé e da esperança, da caridade e da temperança, da harmonia e da paz, do amor ao próximo e da verdade. Por trás das palavras abençoadas de grandeza esconde-se, porém, um repertório de maldades e emboscadas, de mesquinhez e desgraças.

Por que puxar a igreja para o ambiente laico do Estado? Por que os nossos governantes defendem e incentivam a mistura entre as coisas de Deus e as coisas de César? Truque para convencer os incautos e fazê-los acreditar que o Senhor do Alto recomenda o voto em seus “escolhidos”? E quem são eles?

“(...) Seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu (...)”

A vontade terrena há de se inspirar na vontade celestial e abrigar critérios e valores da convivialidade humana, assentada no império da ordem, do respeito e da honra. Um oceano separa povos e nações. Guerras e conflitos fazem jorrar sangue. Vales e planícies cobertas de corpos sem vida. Aqui e alhures, respira-se o clima de discórdia. Tudo vale no mercado do poder.

“(...) O pão nosso de cada dia nos dai hoje (...)”

Fazei, Senhor, que famintos, contingentes que não têm acesso à mesa do pão sobre a mesa, sejam saciados. A eles, que chegue uma fatia do pão, sobras da mesa de fartos consumidores. As margens de nossa sociedade se alargam, com mais de 30 milhões que vegetam nas fronteiras da extrema pobreza. O povo, conforme vossa cartilha nos ensina, Senhor, não é um detalhe. Do povo emana o poder que a representação política ostenta.

“(...) Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido (...)”

Ah, como seria belo contemplar o gesto de mãos se cumprimentando, com perdão aos nossos ofensores. Que sejamos iluminados para expressar alento e confiança no amanhã. Sob a virtude da generosidade. Que as nossas alas da esfera política contenham seu ímpeto. E deixem de evocar palavras do mal.

“(...) Não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal (...)”

As coisas desse mundo, Senhor, nos levam a caminhar em trilhas não recomendadas, cheias de atrativos nem sempre saudáveis. Caminhada que cruza com a maldade, fazendo-nos reféns das mazelas que infestam o nosso cotidiano. Que possamos dizer como Zaratustra: “Novos caminhos sigo, uma nova fala me empolga; como todos os criadores, cansei-me das velhas línguas. Não quer mais, o meu espírito, caminhar com solas gastas”.

“(...) Amém!”

Carvall

África já

Podemos ser decisivos no destino do continente

Irene Vida Gala e Mathias Alencastro
Embaixadora, é autora de “Política Externa como Ação Afirmativa” (ed. UFABC)
Pesquisador do Cebrap e professor de relações internacionais (UFABC), é autor de “Brazil-Africa Relations in the 21st Century” (Springer) e colunista da **Folha**

Para pensar o Brasil de hoje e do futuro precisamos começar por conceber seu lugar no mundo. Isso passa inevitavelmente por uma reflexão atualizada sobre a política brasileira para o continente africano e seus rumos.

Nas últimas duas décadas, a Europa cedeu o lugar de líder em investimento estrangeiro direto na África para a Ásia, cuja participação passou de 5% em 2003 para 28% em 2018. Não se trata de uma mera transferência de dependência do Ocidente para o Oriente, como alguns tentam caricaturar, mas de um fenômeno mais amplo de diversificação competitiva dos investidores, com impacto no emprego, na produtividade e nos salários.

Ao longo desse processo, o polo do dinamismo econômico deslocou-se para a África oriental, onde a experiência de industrialização da Etiópia, o surgimento de Ruanda como potência regional e a descoberta de reservas de gás natural em Moçambique estão reconfigurando a geopolítica do continente. Mas, na parte ocidental, a Nigéria sofistica sua base industrial com o refino do petróleo e a construção de gasodutos orientados para a Europa, via Argélia, enquanto o Senegal vai substituindo a importação de arroz por produção local. Na parte austral do continente, a Zâmbia negocia condições inéditas para sua dívida externa, e suas reservas minerais não cessam de impressionar pelos números. Tudo isso acontece num momento em que o continente africano inicia uma nova transição demográfica: os seus 1,3 bilhão de habitantes deverão ser 2,5 bilhões em 2050.

A diplomacia brasileira deve abordar os desafios e as transições do continente africano como uma oportunidade para a sua própria reinvenção. Dentre as possíveis ações da diplomacia estão o fortalecimento da rede de embaixadas, como em Kigali, em Ruanda, além da promoção da economia do conhecimento brasileiro em cidades como Nairobi, no Quênia, o centro da indústria tecnológica africana. Iniciativas de vanguarda, como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, devem ser alargadas e estendidas na própria África lusófona, assim como o adensamento dos vínculos de P&D (pesquisa e desenvolvimento) nas áreas de ciências exatas e biológicas.

Todas essas iniciativas teriam de ser incluídas dentro do grande tema do Brasil com potência ambiental tropical. É nessa condição que o país teria legitimidade para integrar-se a atividades como a proteção das grandes florestas do Congo, a luta contra a desertificação do Sahel e as secas na África austral — alguns dos temas climáticos mais prementes do continente e, claro, o inventário da biodiversidade em áreas tropicais. Da mesma forma, é nessa condição que se impõe uma agenda comum em torno da economia azul, das energias limpas e da agricultura de baixo carbono.

Nunca foi tão fácil defender a pertinência de uma política africana robusta, coerente e ancorada nas instituições públicas. Com mais de 50% de negros, o Brasil é a melhor ilustração de que a negritude é uma realidade do Sul global, não apenas do continente africano. Se o Brasil precisa da África para aprofundar o seu projeto de nação, ele também pode, por meio de sua diplomacia africana, revelar-se ator central do Sul global. A África foi, mas segue sendo —e agora ainda mais—, imprescindível à construção e transformação do Brasil.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Bolsonaro e a fome

“Bolsonaro diz que picanha de Lula é conversa e não existe fome ‘pra valer’ no Brasil” (Política, 26/7) Bolsonaro ,em que país você vive? Caia na real. Aqui em Uberlândia tem gente, sim, passando fome e pedindo para a gente comprar alimento na porta da padaria. Ainda diz que é cristão. Isso é uma prova de que você nunca leu e aprendeu os ensinamentos de Jesus.
Eurípedes Mendes (Uberlândia, MG)

*

Se houvesse tamanha quantidade de famintos graves, os 33 milhões que a pesquisa apontou, não conseguiríamos andar nas ruas, as UBS estariam lotadas de crianças desnutridas. E os governos estaduais e municipais, não estariam com programas gigantescos para minimizar a fome? Como disse, tudo mentira.
Douglas Ferreira (São Caetano do Sul, SP)

*

Tripudiar e duvidar sobre a existência da fome e imaginar famílias inteiras e crianças sem refeições ou racionando comida, comprometendo seu desenvolvimento e consequentemente o futuro do país que ele governa, dá uma dor no coração, uma tristeza profunda. O diabo te inveja.
André Moraes (Rio de Janeiro, RJ)

Michelle e religião

“Postura de Michelle sobre religiões africanas é criticada em grupos bolsonaristas” (Política, 27/8) Religião no Brasil é algo tão miscigenado quanto o povo brasileiro. A mesma pessoa que vai ao centro espírita vai à missa. Muitos cultos neopentecostais têm louvores muito próximos de celebrações da fé de raiz africana. Fundamentalismo aqui é fake news, forma de manipular a fé. E ela sabe bem disso.
Daisy Santos (Aracaju, SE)

Chinesada do Guedes

“‘Não queremos a chinesada entrando aqui’, diz Guedes” (Política, 26/8) O Paulo Guedes, acho que vive em Marte. Onde foram parar as indústrias de autopeças, calçados,roupas, aço, automóveis? Está uns dez ou quinze anos atrasado na a previsão.
Clóvis da Silva Leitão (Rio de Janeiro, RJ)

*

Guedes definitivamente não tem tato. Partiu para o populismo bolsonarista e atacou o principal cliente do agronegócio e da mineração. De quebra, enterrou os princípios do seu pseudo-liberalismo, deixando explícita a dependência do empresariado brasileiro a um governo paternalista, em vez de buscar sua maioridade frente à globalização.
Vilarino Escobar da Costa (Viamão, RS)

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 20 a 26.ago - Total de comentários: **15.656**

Comentários	Tema
558	Desembargador diz que Moraes fez declaração de guerra e pede aposentadoria durante sessão (Política) **20.ago**
344	Bolsonaro mente no JN ao negar ter xingado ministros do STF e questiona urnas (Política) **22.ago**
337	Lula no JN dribla sobre como evitar corrupção e admite corrupção na Petrobras (Política) **25.ago**

ASSUNTO COMO NÓS, ELEITORES, PODEMOS FORMAR UM CONGRESSO MELHOR?

O eleitor deve escolher o candidato por conta de suas propostas, não como agradecimento por benesses para si, seu bairro ou sua cidade.
Sérgio Dias Canella (Rio de Janeiro, RJ)

*

Escolhendo novos representantes, analisando seu histórico na área familiar, profissional e emocional. Com um novo parlamentar, poderemos ter resultados diferentes.
Ederbal Miranda (Conceição da Feira, BA)

*

Numa tentativa de reeleição, por exemplo, é preciso examinar a atuação do parlamentar durante o mandato: as propostas apresentadas e seu posicionamento nas votações. Visam o bem público ou benefício próprio? Em caso de primeiro mandato, pesquisar sua vida pessoal e profissional, sua vinculação partidária e se suas propostas estão de acordo com suas atitudes. E não se deixar levar por mentiras. Há sites para verificação de notícias falsas. Usemos.
Suely Pereira de Mendonça (Rio de Janeiro, RJ)

*

Votando em representantes dos povos originários, em defensores do SUS, das ciências, da agroecologia e da agrofloresta, em representantes de movimentos sociais. Precisamos eliminar as bancadas da bala, da Bíblia e do boi, que representam as elites do atraso.
Andréia Auxiliadora Marcondes de Paula (Lorena, SP)

*

Exigindo o fim da reeleição para todos os cargos políticos.
Cosme de Oliveira Silva (Rio de Janeiro, RJ)

*

Precisamos eleger mais mulheres e mais pessoas negras. Apenas com mais diversidade poderemos ter um país melhor.
Pablo Laffaet Stefanes Soares (Gravataí, RS)

Não votando em oligarcas ou lobistas. Interrompendo os votos em filhos e netos de políticos de partidos fisiológicos. Diversificando o voto e escolhendo mulheres, negros e pessoas trans, ou seja, escolhendo candidatos que representem as minorias.
Geralda Aparecida Vieira de Carvalho (São Paulo, SP)

*

Votando em candidato que tenha uma pauta clara, que atenda as demandas e os desejos do povo, ou seja, um Congresso que atenda a sociedade, não grupos que utilizam o povo como massa de manobra em prol de seus interesses.
Anderson dos Santos (Poções, BA)

*

Excluindo congressistas demagogos, fanáticos, religiosos e que não atendem o interesse do povo menos privilegiado.
Pablo Henrique de Oliveira Moreira (Betim, MG)

*

Evitando votar nos partidos de centrão e votando em partidos que seguem uma ideologia em que acredita. Eu voto no Novo.
Cristiano Starling Santos (Belo Horizonte, MG)

*

Exigindo do congressista que nós elegemos uma prestação de conta semanal em nossas redes sociais. Pode ser até pelo WhatsApp, por exemplo.
Benedito Rodrigues de Carvalho (Piquete, SP)

*

A curto prazo, acho muito difícil uma mudança. É preciso que a população aprenda desde cedo quais as funções do Legislativo. A maioria dos eleitores subestima os votos para deputado federal e senador, definindo-os de última hora, esquecendo rapidamente em quem votou e deixando de fiscalizar o eleito.
Luca Carrard Dornelles (Brasília, DF)

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Mama África

A comissão instituída pelo TSE para discutir questões raciais na eleição orientou, em relatório enviado a partidos, que o critério a ser usado na distribuição do fundo eleitoral para candidatos negros privilegie características como cor da pele, forma do rosto, lábios, nariz e cabelo. Os aspectos fenotípicos devem preponderar sobre a ascendência familiar e ser corroborados por uma autodeclaração fidedigna, de acordo com documento da Comissão de Igualdade Racial do TSE de 5 de agosto.

1 PRA 1 A distribuição do fundo eleitoral é um dos focos da comissão instituída em março pelo TSE. A partir desta eleição, os recursos devem ser aplicados pelos partidos de forma proporcional entre candidaturas de brancos e negros (pretos e pardos). Uma preocupação é minimizar o risco de fraudes ou classificação inadequada.

VAR A comissão sugere um formulário de autodeclaração para ser preenchido pelo candidato. Nele, o concorrente na eleição afirma que está "inserido na condição de preto ou pardo", com "traços físicos/externos inerentes à africanidade". A falsificação levaria a penalidades previstas na lei.

MERITÍSSIMO A direção do União Brasil tem pesquisas mostrando que as intenções de voto em Sergio Moro na disputa pelo Senado do Paraná sobem quando se agrega a palavra "Juiz" antes do nome. A mudança pode ser efetivada caso as próximas pesquisas mostrem situação difícil para o ex-titular da Lava Jato. Na semana passada, o Ipec mostrou Alvaro Dias (Podemos) 11 pontos à frente.

TITULAR Em conversas sobre a possibilidade de assumir um ministério em eventual governo Lula (PT), Márcio França (PSB) e aliados têm descartado a possibilidade de uma pasta secundária. Nesse cenário, acreditam que seria vantajoso ficar no Senado, se eleito.

PADRINHO MÁGICO Pessoas próximas a França dizem crer que a possibilidade de assumir um ministério como o da Infraestrutura, por exemplo, está ligada ao nível de influência que Geraldo Alckmin (PSB) teria no governo.

APROVEITAMENTO A campanha de Lula já recebeu mais de 13 mil sugestões para seu programa de governo, por meio de uma ferramenta online. A ideia é que, após uma filtragem inicial, as ideias sejam encaminhadas para a equipe de transição em caso de vitória, segundo o coordenador, Aloizio Mercadante.

RETOMADA O número de investimentos chineses realizados no Brasil no ano passado foi o segundo maior da série histórica, iniciada em 2007, diz relatório que será divulgado pelo Conselho Empresarial Brasil-China na quarta-feira (31). Foram 28 no total.

DNA A ideia de Ciro Gomes (PDT) de criar uma "lei antiganância" partiu do economista Eduardo Moreira, que em 2020 lançou a campanha "Somos 70%", contra Jair Bolsonaro (PL). "Sempre fiz uma cruzada contra a questão dos juros abusivos no Brasil, que não ocorre em lugar nenhum do mundo", diz ele, que mencionou o tema em julho numa live com o candidato.

MIND THE GAP A ideia é inspirada numa lei britânica que estabelece que o cidadão que pague o equivalente a duas vezes uma dívida teria o débito quitado. "Todo país sério tem uma lei contra a usura", afirma Moreira, que não tem papel formal na campanha de Ciro e diz apenas colaborar com propostas.

BANDEIRA 2 Categoria das mais afetadas pela revolução tecnológica, os taxistas encolheram no número de candidatos nesta eleição. Serão 64 que apresentaram esta ocupação no registro à Justiça Eleitoral, contra 77 em 2018, uma redução de 17%. Todos disputam mandato de deputado federal ou estadual.

TRADIÇÃO Mais brusca foi a queda nas referências a "taxista" no nome de urna dos candidatos, que se reduziu à metade. Passaram de 25 há quatro anos para 12 agora. Mesmo assim, esse contingente ainda é maior do que o dos candidatos que agregam a denominação "do Uber" ou "do aplicativo" em seus nomes. Serão 6 neste ano, contra 5 em 2018.

SELETIVO Maior doador individual da campanha até agora, o empresário Salim Mattar já distribuiu R$ 2,77 milhões a candidatos, a maior parte ligados ao Novo. Ele tem privilegiado a ala do partido menos refratária ao governo de Jair Bolsonaro em suas contribuições. Em SP, por exemplo, deixou de fora a advogada Monica Rosenberg, que faz oposição aberta ao presidente.

INSPIRAÇÃO Candidato do PMB ao governo de Minas, Cabo Tristão compara sua trajetória à de Juscelino Kubitschek, que era médico militar. "Em 1951, todos ligados à segurança resolveram eleger um militar para governar Minas Gerais", diz narrador do vídeo de campanha. O próprio Tristão aparece, em seguida, para complementar: "A história se repete depois de 71 anos".

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
349.464 exemplares (julho de 2022)

Investigação sobre atos do 7 de Setembro completa um ano sem conclusão

TCU e PGR abriram apurações sobre conduta do governo Bolsonaro em atos antidemocráticos, mas ainda não apresentaram resultados

Constança Rezende e Marcelo Rocha

BRASÍLIA As apurações abertas para investigar a conduta do governo de Jair Bolsonaro (PL) na participação e organização de atos antidemocráticos nas comemorações do 7 de Setembro do ano passado completam um ano sem chegar a um desfecho.

Entre elas, está o processo que tramita no TCU (Tribunal de Contas da União) que tem como objetivo apurar possível uso de recursos públicos na convocação, divulgação e organização das manifestações.

Na PGR (Procuradoria-Geral da República), a apuração segue sem conclusão em inquérito que tramita sob sigilo no STF (Supremo Tribunal Federal). O relator é o ministro Alexandre de Moraes. A Polícia Federal já realizou uma série de diligências nos autos.

A Procuradoria mirou inicialmente dez aliados do mandatário, incluindo o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), o cantor Sérgio Reis, o caminhoneiro Zé Trovão e o produtor rural Antonio Galvan, ligado à Aprosoja (Associação Nacional dos Produtores de Soja).

Na ocasião, Bolsonaro fez ameaças golpistas contra o STF ante milhares de apoiadores em Brasília e São Paulo, exortou desobediência a decisões judiciais e disse que só sairia morto da Presidência.

Na Esplanada dos Ministérios, ele ainda dirigiu ameaça direta ao presidente do Supremo, ministro Luiz Fux. "Ou o chefe desse Poder [Fux] enquadra o seu [ministro] ou esse Poder pode sofrer aquilo que nós não queremos", disse, referindo-se a decisões de Moraes contra bolsonaristas.

Os atos também tiveram faixas, cartazes e gritos autoritários e antidemocráticos de seus apoiadores.

O pedido de apuração no TCU foi feito pelo Ministério Público de Contas no dia 8 de setembro do ano passado.

Ele entrou e saiu da pauta de julgamento dos ministros por cinco vezes.

O processo tem a Presidência da República como alvo e estava sob a relatoria do ministro Raimundo Carreiro, que foi indicado no final do ano passado por Bolsonaro para assumir a Embaixada do Brasil em Portugal.

Com isso, o caso passou para a relatoria do ministro Antonio Anastasia, que manteve as peças sob sigilo.

Em sua representação, o subprocurador-geral do TCU, Lucas Furtado, pediu que o tribunal averiguasse a possível utilização de materiais, infraestrutura, instalações e mão de obra custeados pelos cofres públicos nos atos.

Ele justificou que era necessário que todas as forças democráticas e instituições atuassem incisivamente em defesa das liberdades e dos direitos, "diante desse cenário desastroso e inacreditável".

Disse também que era preciso apurar a responsabilidade política, penal, civil e perante o controle externo para identificar os financiadores dos atos, "de modo a individualizar as condutas e aplicar as sanções cabíveis".

Ele citou, por exemplo, o suposto uso dos chamados "robôs" por servidores que fazem parte do chamado "gabinete do ódio" de Bolsonaro.

Segundo Furtado, o uso de tal meio para disparo em massa de desinformações poderia configurar uso de recursos do erário para atividade ilegítima e estranha às competências institucionais dos eventuais órgãos e agentes públicos dedicados a essas tarefas.

Cartaz contra o STF no 7 de Setembro em São Paulo Danilo Verpa -7.set.2021/Folhapress

> **"Não se trata de mera retórica política de militante partidário, mas, sim, de atos materiais em curso, que podem atentar contra a democracia e o regular funcionamento de suas instituições**
> Procuradoria-Geral da República

No dia 15 de setembro, sete dias após o pedido do subprocurador, o auditor Fábio Arruda de Lima, da Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado do TCU, chegou a dar um parecer propondo o arquivamento do processo.

Ele argumentou que a representação não preenchia os requisitos de admissibilidade do regimento interno do órgão porque, segundo ele, não estava acompanhada de indícios suficientes de irregularidade ou ilegalidade.

Ainda afirmou que o Ministério Público se valeu exclusivamente da reprodução de fatos citados em matérias jornalísticas sobre os atos para justificar a necessidade de investigação, sem "qualquer documentação comprobatória".

"Ressalta-se que a representação não aponta nenhum indício concreto de irregularidade, uma vez que as notícias trazidas se limitam a relatar percepções e opiniões de algumas empresas de telecomunicações", disse o auditor.

O parecer ainda não foi analisado pelos ministros do TCU. No início de julho, ele iria ser votado, mas o ministro Bruno Dantas, vice-presidente da corte, pediu vistas (mais tempo de análise) de 60 dias.

Em 16 de agosto do ano passado, a PGR pediu a abertura de inquérito para a adoção de medidas contra apoiadores de Bolsonaro.

Segundo o relato da Procuradoria, o grupo estava convocando a população, por meio de postagens em redes sociais, a praticar atos criminosos e violentos de protesto às vésperas do 7 de Setembro.

"Não se trata de mera retórica política de militante partidário, mas, sim, de atos materiais em curso conforme acima descrito, que podem atentar contra a democracia e o regular funcionamento de suas instituições", afirmou.

Alexandre de Moraes avaliou existir quadro probatório suficiente a demonstrar "a atuação dos investigados na divulgação de mensagens, agressões e ameaças contra a democracia, o Estado de Direito e suas instituições".

Ele determinou, então, uma série de medidas, como interrogatório dos suspeitos, bloqueio de redes sociais e de uma chave Pix, então usada para arrecadação de recursos com o objetivo de patrocinar os atos.

Durante as apurações, o ministro determinou algumas prisões, como a do caminhoneiro Zé Trovão e a do jornalista Wellington Macedo.

O inquérito foi enviado à Polícia Federal para diligências, incluindo análise de aparelhos eletrônicos apreendidos, identificação de veículos (e respectivos proprietários) como caminhões e tratores que tomaram conta da Esplanada no 7 de Setembro e interrogatório dos investigados.

Seguindo um roteiro fixado pela Procuradoria, a PF buscou identificar eventual participação de agentes políticos e públicos, incluindo servidores do Ministério da Agricultura.

Antonio Galvan, da Aprosoja, entidade suspeita de bancar a manifestação, negou à PF "ter qualquer relação com movimentos que tentam abolir o Estado democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes".

Disse ser do Movimento Brasil Verde-Amarelo, formado por produtores rurais que protestavam contra uma decisão do STF de 2017 que contrariou decisões anteriores da própria corte sobre contribuição social de fundo de amparo ao trabalhador rural.

Moraes mantém o sigilo do caso sob a justificativa de evitar danos à investigação e ao cruzamento de informações.

A defesa dos investigados, por sua vez, alega que as autoridades não conseguiram, passado um ano, reunir elementos necessários à apresentação de eventual denúncia.

Em nota enviada à **Folha**, a PGR afirmou que "o tempo de uma investigação viabilizada por meio de inquérito não é determinado apenas pela atuação do Ministério Público, uma vez que o curso procedimental envolve outros órgãos, como polícia e Poder Judiciário, e depende do cumprimento de todas as diligências".

"Não apenas no referido inquérito, mas em todas as frentes de apuração, [a PGR] adota todas as providências de modo e no tempo adequados, sendo que a formação da convicção ministerial sobre o oferecimento de denúncia ou arquivamento, a depender da existência ou não de elementos comprobatórios da ocorrência de crimes e sua autoria, acontece, usualmente, quando da conclusão da investigação."

Debate presidencial deve contrapor Lula e Bolsonaro pela primeira vez

Evento organizado em pool por Folha, UOL e TVs Bandeirantes e Cultura será neste domingo (28)

SÃO PAULO E BRASÍLIA Líderes das pesquisas de intenção de voto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) deverão estar lado a lado na noite deste domingo (28), no primeiro debate presidencial do ano.

O evento é organizado em pool por **Folha**, UOL e TVs Bandeirantes e Cultura, com início previsto para as 21h.

A última participação do petista em um debate foi em 27 de outubro de 2006, quando disputava a reeleição contra o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), então no PSDB e que agora é seu vice na chapa presidencial.

Já Bolsonaro participou apenas de dois eventos em 2018 —ambos em agosto.

Em setembro daquele ano, Bolsonaro levou uma facada em atentado em Juiz de Fora (MG) durante um ato de campanha e não participou de debates no segundo turno.

Além de Lula e Bolsonaro, foram convidados Ciro Gomes (PDT), Simone Tebet (MDB), Luiz Felipe d'Avila (Novo) e Soraya Thronicke (União Brasil), de partidos com representantes na Câmara de Deputados.

O debate deste domingo será dividido em três blocos. Em reunião com assessores de todos os candidatos ficou acertado que não haverá plateia no estúdio. Além disso, caso um candidato desista de comparecer, a cadeira destinada a ele ficará vazia.

Segundo a última pesquisa Datafolha, divulgada neste mês, Lula lidera com 47% das intenções de voto, ante 32% de Bolsonaro e 7% de Ciro.

A presença de Lula e Bolsonaro no evento deste domingo é esperada, depois de incertezas nas duas campanhas.

Neste sábado (27), o petista confirmou sua participação no evento —ele comunicou a decisão em post nas redes sociais. Lula compartilhou uma imagem de um calendário indicando o compromisso e escreveu: "Nos vemos na Band amanhã, 21 horas".

Dentro da campanha petista, porém, não havia um consenso sobre sua ida ao debate até sexta (26), apesar de uma tendência maior a favor da sua participação.

O ex-presidente vinha afirmando que aceitaria participar de até três encontros no 1º turno, desde que fossem organizados de forma conjunta por diferentes veículos. Além do debate de domingo, o comando da campanha de Lula planejava sua participação nas TVs Globo e Aparecida.

Também no sábado, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, afirmou à **Folha** que a participação de Bolsonaro está confirmada.

Mais cedo, na Bahia, o presidente já havia dito a aliados que iria ao debate. A decisão foi tomada após idas e vindas. No meio da semana, ministros chegaram a dizer que Bolsonaro estava decidido a não comparecer.

Entre aliados próximos, apesar da indicação do próprio presidente, permanecia uma divisão sobre a melhor estratégia a adotar —e alguns diziam que o martelo sobre ir ou não ainda seria batido.

Uma ala da campanha teme que Bolsonaro se transforme em vidraça, sendo atacado por todos os demais, e receia que um confronto mais ríspido reforce a imagem de agressividade do presidente.

Terceiro colocado nas pesquisas, Ciro Gomes (PDT) quer usar a participação no debate como vantagem em relação a Lula e Bolsonaro. A leitura do núcleo pedetista é que eventual ausência seria mais prejudicial ao petista do que à imagem do atual presidente.

Parte dos aliados de Bolsonaro vê no debate uma oportunidade para que o chefe do Executivo reforce a marca do Auxílio Brasil e reafirme a promessa de tornar o benefício de R$ 600 permanente no ano que vem, além de destacar a recuperação do emprego.

O auxílio foi o carro-chefe das primeiras inserções da campanha.

A oportunidade de confrontar diretamente Lula ainda é vista como uma maneira para que o mandatário compare sua administração com os governos do PT, em especial nos casos de corrupção.

Assessores do chefe do Executivo tinham a expectativa de que ele atacasse mais o petista na entrevista concedida ao Jornal Nacional. Na sua mão, por exemplo, ele havia anotado nomes de países governados pela esquerda que passam por crises econômicas.

A campanha bolsonarista também deve explorar a declaração de Lula, tirada de contexto, em que fala de agronegócio "direitista e fascista" —ele se referiu a uma parte do segmento. O petista vem tentando se aproximar do agro, hoje mais alinhado ao chefe do Executivo.

Há também uma avaliação de que a ida de Bolsonaro ao debate pode garantir conteúdo com recortes para divulgar nas redes sociais.

Já para aliados do petista, o ex-presidente tem neste domingo uma oportunidade de diálogo com a classe média, além de uma demonstração de que não teme debates.

Apesar dessa avaliação, seus colaboradores admitem que Lula será alvo dos adversários, especialmente se Bolsonaro faltar. No debate, o petista deverá adotar estratégia típica de quem lidera as pesquisas.

Segundo aliados, Lula não chamará Bolsonaro para o confronto direto, caso o presidente participe. Suas perguntas deverão ser direcionadas a candidatos que estejam fora da polarização que marca a disputa. As perguntas do petista deverão ser antecedidas por memórias de seu governo. Já as respostas deverão ser concluídas com a promessa de tempos melhores.

A estratégia da campanha de Ciro é priorizar o programa de governo e evitar embates diretos com Lula e Bolsonaro, apesar de não descartar comentários sobre temas espinhosos caso seja provocado.

A principal meta, porém, será divulgar o programa de transferência de renda para complementar em até R$ 1.000 o orçamento das famílias que estão abaixo da linha de pobreza.

Essa proposta mira diretamente o eleitor que recebe benefícios sociais e, historicamente, vota no PT, principal foco de oposição da campanha.

Outro projeto a ser priorizado na participação de Ciro no debate é o que promete limpar o nome de devedores inscritos no Serasa.

A ideia é atribuir ao candidato a figura de um homem racional e técnico, que debate os problemas reais do país em vez de se embrenhar em ataques políticos a adversários, imagem que Ciro conseguiu passar durante sabatina no Jornal Nacional na terça (23), segundo leitura de integrantes do partido.

O foco em argumentos propositivos é também uma forma do candidato de tentar se diferenciar da polarização política vigente nessas eleições, alvo constante de críticas de Ciro durante as agendas de campanha.

Acreditando que a eventual presença de Lula e Bolsonaro vá reforçar a polarização, Simone Tebet deve, segundo assessores, tentar se colocar como uma alternativa de centro que se diferencie dos líderes nas pesquisas.

Seus aliados dizem que ela deve tentar se mostrar como uma gestora capacitada e serena.

Um dos principais objetivos da parlamentar é usar a visibilidade do debate para se apresentar aos eleitores, uma vez que ela ainda é desconhecida pela maioria dos brasileiros.

Catia Seabra, Mariana Zylberkan, Marianna Holanda, Matheus Teixeira, Renato Machado e Victoria Azevedo

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) Marlene Bergamo-22.ago.2022/Folhapress

Jair Bolsonaro (PL) Zanone Fraissat-23.ago.2022/Folhapress

Ciro Gomes (PDT) Pedro Ladeira-5.ago.2022/Folhapress

Simone Tebet (MDB) Adriano Vizoni-16.ago.2022/Folhapress

Felipe d'Avila (Novo) Aloisio Mauricio-27.jul.2022/Fotoarena/Agência O Globo

Soraya Thronicke (União Brasil) Ronny Santos-2.ago.2022/Folhapress

+ Debate presidencial

Folha, UOL, TV Bandeirantes e TV Cultura formaram um pool para promover evento

Quando
Domingo (28), às 21h

Onde
Estúdio da Band, em SP

Organizadores
Folha, UOL e TVs Bandeirantes e Cultura

Como acompanhar
Site da **Folha** fará transmissão ao vivo, com comentários de jornalistas

• Candidatos convidados
- Lula (PT)
- Jair Bolsonaro (PL)
- Ciro Gomes (PDT)
- Simone Tebet (MDB)
- Felipe D'Avila (Novo)
- Soraya Thronicke (União Brasil)

Mediadores
O encontro será mediado pelos jornalistas Adriana Araújo e Eduardo Oinegue, do Grupo Bandeirantes de Comunicação, nos dois primeiros blocos. No último, a mediação será feira pelo diretor de Jornalismo da TV Cultura, Leão Serva, e pela jornalista Fabíola Cidral, do portal UOL

REGRAS DO DEBATE

- O debate será dividido em três blocos
- Não haverá plateia
- Se algum candidato não comparecer ao debate, o púlpito ficará vazio
- Em caso exclusivamente de ofensa moral e pessoal, o candidato poderá solicitar ao mediador direito de resposta
- Se avaliada pertinente, a resposta será dada ainda no mesmo bloco em que ocorreu o caso

Primeiro bloco
- Haverá perguntas sobre temas sorteados. Candidatos terão um minuto e meio para responder
- Os candidatos poderão questionar seus adversários. O candidato terá quatro minutos para administrar entre a resposta e a tréplica. Quem perguntou tem um minuto para a réplica

Segundo bloco
- Jornalistas fazem perguntas e escolhem quem comenta. Um minuto para a pergunta e um minuto para o comentário. O candidato que responde terá quatro minutos para dividir como quiser entre resposta e réplica

Terceiro bloco
- Os convidados podem fazer perguntas entre si. Haverá também uma rodada de perguntas sobre temas sorteados e as considerações finais, de 2 minutos para cada

Eventos tiveram sobrevalorização e hoje lutam para existir

ANÁLISE

Nelson de Sá

SÃO PAULO Acredita-se que o início dos debates em televisão, na forma como se espalharam pelo mundo, se deu em 1960, na disputa entre John Kennedy e Richard Nixon. Kennedy teria vencido pela aparência de juventude, Nixon teria perdido por não ter feito a barba direito —ou pela iluminação, que penetrava sua pele.

O avanço da TV comercial naquele momento fazia pensar numa sobreposição da imagem em relação ao conteúdo, âmbito em que o segundo havia se saído melhor. E a pequena diferença final de votos entre os dois poderia, em tese, ter resultado da apresentação no debate.

Mas Nixon via de outra maneira, nada de TV: acreditava ter perdido por fraude eleitoral, aliás quase certa, como publicou recentemente o Financial Times.

Ou seja, parte do que se vende como poder da imagem, por marqueteiros ou nas próprias emissoras, seria explicado por ações mais concretas, como enchem as urnas com votos falsos, na Chicago de 1960.

O debate Kennedy-Nixon levou à publicação do livro "The Image" em 1962, o primeiro de muitos sobre o que se apelidou de sociedade do espetáculo ou, mais recentemente, pós-verdade.

O autor, um acadêmico conservador, listava os "pseudoacontecimentos", principalmente na mídia.

A sobrevalorização dos debates estimula controvérsias, como aquela em torno da edição do debate de 1989 no Jornal Nacional, mas são espetáculos, com protagonistas experientes e preparados para esta ou aquela cena, com roteiros e ensaios.

No Brasil, o marco inicial dos debates eleitorais contemporâneos pode ser identificado em 1982, quando Bandeirantes e **Folha** reuniram os candidatos a governador em São Paulo, entre eles Franco Montoro, que foi eleito, e um jovem Lula, menos matreiro.

O que ficou daquele programa inaugural foram as ironias do ex-presidente e ex-governador Jânio Quadros contra Montoro, engraçadas, mas sem efeito no voto.

Também não se pode creditar a derrota de Lula em 1989, ele próprio não o faz, ao debate ou à sua edição.

Assim como não se pode creditar a vitória do então presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998 à decisão, de Bandeirantes e Globo, de não realizar debates, depois de estourar o escândalo da compra dos votos para a emenda da reeleição. FHC levaria de qualquer jeito.

A resistência dos candidatos protagonistas Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a comparecer a esse tipo de programa nas eleições deste ano —com idas e vindas e definições de última hora— é mais um degrau na lenta corrosão dos debates de televisão, talvez parte do enfraquecimento no poder do próprio meio.

O excesso de regras dos últimos anos, impostas pelas equipes dos candidatos, já era sinal nessa direção.

[...]

A sobrevalorização dos debates estimula controvérsias, mas são espetáculos, com protagonistas experientes e preparados para esta ou aquela cena, com roteiros e ensaios

A revolução genética na oncologia

Com avanços da biologia molecular, tratamento do câncer hoje está mais personalizado; testes genéticos indicam evolução da doença e embasam desenvolvimento de medicamentos mais eficazes

Depois de examinar 400 tumores malignos e outros 100 benignos sob as lentes do microscópio, o anatomista e cirurgião francês Armand Louis Velpeau (1796-1867) não conseguiu determinar a etiologia do câncer. Mas anteviu o que a ciência demoraria cerca de um século para comprovar. Ele escreveu sobre seus achados: “A chamada célula cancerosa é apenas um produto secundário e não o elemento essencial da doença. Abaixo dela, devem existir elementos mais íntimos que precisariam ser descobertos para que se possa definir a natureza do câncer”.[1]

Os tais “elementos mais íntimos”, intuídos por Velpeau, são as bases genéticas dos tumores malignos. O entendimento do câncer como uma doença do genoma só seria possível com os avanços nos conhecimentos sobre biologia molecular, a partir da descoberta, em 1953, da dupla hélice do DNA, por Francis Crick (1916-2004) e James Watson.[2]

A compreensão de como os genes controlam os processos químicos dentro das células, aliada ao desenvolvimento de tecnologias cada vez mais potentes de identificação e análise das mutações genômicas, permitem hoje determinar a evolução de um tumor e seu risco de metástase bem como antecipar a resposta da doença a uma determinada terapia, diz Marcelo Cruz, oncologista do Hospital Sírio-Libanês e pesquisador pela Northwestern University, em Chicago. É uma nova era no manejo do câncer –a da oncologia de precisão.

Até recentemente, os tumores eram classificados em uma centena de tipos, em função de seus aspectos celulares. Atualmente, são divididos em subtipos, a partir de suas diferenças moleculares. O oncologista Rodrigo Munhoz, coordenador do programa em residência médica do Sírio-Libanês, usa o câncer de pulmão como exemplo. Antes, a doença era classificada basicamente em adenocarcinoma e carcinoma espinocelular. “Mas, passou a se entender que, dentro de um mesmo grupo, tumores, com características semelhantes na microscopia, tinham assinaturas genéticas distintas, com uma evolução completamente diferente”, explica Munhoz. E isso vale para vários cânceres –mama, próstata, cólon, vias biliares, útero, hematológicos, melanoma, sarcoma, entre outros.

Há dois tipos de investigação genética. As mais simples buscam alterações específicas no genoma do paciente, para avaliação de risco. Entre 5% e 10% das neoplasias são hereditárias, com origem nas chamadas mutações germinativas.[3] Ou seja, o paciente nasce com o defeito genômico, presente em todas as células do organismo. Muitas mulheres com mutações nos genes BRCA1 e BRCA2 optam pela retirada radical das mamas e dos ovários como medida profilática contra o câncer. Foi o que fez a atriz e cineasta americana Angelina Jolie, em 2013, depois de perder a mãe e uma tia para a doença.[4] “Esses testes acabam beneficiando outras pessoas da família do paciente”, diz Cruz.

No monitoramento dos cânceres somáticos, ferramentas ultramodernas traçam um retrato minucioso do genoma do tumor, tanto para definir como para acompanhar o tratamento. Os painéis genômicos por sequenciamento de nova geração (NGS, na sigla em inglês), avaliam centenas de genes do paciente em busca das alterações no DNA e no RNA, associadas à gênese da doença daquela pessoa. Desenvolvido pelo Sírio-Libanês, o HSL 500, por exemplo, consegue determinar de uma só vez mutações em 508 genes. É a oncologia rumo ao tratamento personalizado.

NOVOS MEDICAMENTOS

Na virada dos anos 1990 para 2000, começaram a ser lançados os primeiros medicamentos baseados nos novos conhecimentos sobre a etiologia genética do câncer. Desenhadas para agir nos genes e/ou proteínas envolvidas na proliferação das células tumorais, as terapias alvo tendem a ser mais eficazes e, ao preservar as células saudáveis, costumam oferecer menos efeitos colaterais, em comparação às terapêuticas tradicionais, em especial, a quimioterapia.

Com isso, tumores tidos como incontroláveis passaram a ter tratamento. “Em algumas situações, nós podemos até almejar a cura”, diz o oncologista Denis Jardim, coordenador da Pesquisa Clínica da Oncologia do Sírio-Libanês e diretor científico do Lacog GU (Latin American Oncology Group Genitourinary).

O prognóstico de pacientes portadores da leucemia mieloide crônica (LMC) sempre foi pouco animador. Em 2001, no entanto, o medicamento imatinibe revolucionou o tratamento da doença. Tido como a “bala mágica” contra a LMC, o remédio inibe a ação da proteína produzida pelo gene híbrido BCR-ABL, presente em 95% dos doentes.[5] Segundo Jardim, a sobrevida dos pacientes passou de cerca de um ano para até uma década. “Muitas dessas drogas são bem toleradas a ponto de o paciente tomar por anos e se manter funcional, trabalhando, viajando com a família”, completa.

Alguns tumores, porém, ainda não dispõem de terapias alvo. Em pacientes com câncer de pâncreas, por exemplo, é raro encontrar alterações que indiquem tratamentos específicos. As investigações genéticas são para entender a doença e direcionar o tratamento. “Há casos de maior ou menor indicação da pesquisa molecular, a depender da disponibilidade de terapias”, afirma Jardim.

Como lembra o oncologista Cruz, as diretrizes americanas e europeias só recomendam os testes genéticos no caso dos tumores para os quais existe terapia alvo. Mantido o ritmo atual das inovações, não demora muito o câncer, com todos os seus tipos e subtipos, ser domado.

O câncer em uma gota de sangue

Na replicação descontrolada do câncer, algumas células tumorais se rompem e liberam pedaços de DNA na circulação. A análise desse material genético, encontrado nos fluidos do organismo, em especial o sangue, é a base da biópsia líquida, uma ferramenta para o acompanhamento da eficácia do tratamento de um tumor e seu risco de recidiva.

A esperança é a de que no futuro o método seja usado para a detecção do câncer em estágios iniciais. “A quantidade de DNA presente na circulação é proporcional ao tamanho da doença”, diz o oncologista Denis Jardim, do Hospital Sírio-Libanês. Ou seja, a acurácia do exame é maior quanto mais a doença estiver disseminada pelo organismo. “A tecnologia atual ainda não é sensível o bastante para o diagnóstico precoce”, completa Jardim. Os riscos de resultados falsos negativos ainda são grandes.

Pesquisadores dos principais centros de estudos do câncer no mundo têm se dedicado ao refinamento da tecnologia. Segundo o oncologista Marcelo Cruz, também do Sírio-Libanês, trabalhos recentes realizados nos Estados Unidos indicam que a biópsia líquida pode vir a substituir a colonoscopia na detecção dos tumores de cólon. Outros estudos, esses conduzidos por especialistas ingleses, indicam que o método pode vir a ser usado como complemento aos exames de imagem das mamas.

No estágio atual, o método pode ser uma alternativa nos casos de tumores de difícil acesso, que exigem biópsias invasivas, como os de pulmão, afirma Cruz.

COMO A BIOLOGIA MOLECULAR AJUDA

No rastreamento
Entre 5% e 10% dos cânceres são hereditários, os pacientes nascem com mutações genéticas que os predispõem à doença. A detecção dessas alterações é decisiva na prevenção[6]

Na classificação do subtipo de câncer e acompanhamento de tratamento
Entre as ferramentas mais modernas, estão os **painéis genéticos por sequenciamento de nova geração** (NGS, na sigla em inglês) que permitem avaliar centenas de genes de um tumor para determinar o seu subtipo e definir o melhor tratamento, e a **biópsia líquida**, que detecta a presença de células doentes e/ou pedaços de DNA do tumor na corrente sanguínea. Hoje, essas tecnologias são usadas sobretudo para avaliação da eficácia de um tratamento e do risco de recidiva. A expectativa é de que, no futuro, seja adotada também para o diagnóstico precoce[7]

No tratamento
O conhecimento sobre a genética do câncer permite o desenvolvimento de medicamentos que, como mísseis teleguiados, são programados para atacar estruturas muito específicas das células tumorais. Ao preservar as células sadias, as terapias alvo, além de mais eficazes, oferecem menos efeitos colaterais[8]

Fonte: American Society of Clinical Oncology (ASCO)

Referências: **1.** “A brief history of câncer: Age-old milestones underlying our current knowledge database” (https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/ijc.29134) **2.** “The discovery of the double Helix, 1951—1953” (https://profiles.nlm.nih.gov/spotlight/sc/feature/doublehelix) **3.** “Hereditary Cancer Predisposition” (https://ascopubs.org/doi/10.1200/jco.2005.10.042) **4.** “My medical choice” (https://www.nytimes.com/2013/05/14/opinion/my-medical-choice.html) **5.**“Imatinib: a breakthrough of targeted therapy in câncer” (https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4055302/#:~:text=Imatinib%20(also%20known%20as%20“Gleevec,leukemia%20(CML)%20in%202001.) **6.** “Hereditary Cancer Predisposition” (https://ascopubs.org/doi/10.1200/jco.2005.10.042) **7.**“Liquid biopsy” (https://www.cancer.gov/publications/dictionaries/cancer-terms/def/liquid-biopsy) **8.**“Entendendo a terapia alvo” (http://www.oncoguia.org.br/conteudo/terapiaalvo/7208/840/#:~:text=A%20 terapia-alvo%20é%20 um,crescimento%20e%20 sobrevida%20do%20 tumor)

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, em cerimônia no Palácio do Planalto Pedro Ladeira-28.jan.2021/Folhapress

Madeireira de Valdemar é cobrada por dívida federal

Presidente do PL é sócio de empresa na Amazônia com dívida de R$ 5,4 mi

José Marques e Vinicius Sassine

BRASÍLIA E MANAUS Presidente nacional do PL, partido que abriga Jair Bolsonaro em sua tentativa de reeleição ao Palácio do Planalto, o ex-deputado Valdemar Costa Neto tem em seu nome uma madeireira no Amazonas que é cobrada por uma dívida ativa de R$ 5,4 milhões com a União, quase integralmente relativa a tributos federais não pagos.

As dívidas cobradas fizeram a empresa ser abandonada nas últimas décadas e, em junho de 2022, ela foi declarada inapta pela Receita Federal por não fazer declarações ao Fisco há pelo menos dois anos.

Caso não haja medidas efetivas de cobrança, a empresa pode ser beneficiada com a prescrição e consequente arquivamento dos débitos. Essas medidas de cobrança incluiriam, por exemplo, a penhora de bens.

Há um processo de execução que tentou penhorar bens da empresa, mas oficiais de Justiça tiveram dificuldade em localizá-los ao longo dos anos. A União é a responsável por tentar recuperar esses valores, por meio da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

Valdemar é listado como sócio da empresa, chamada Agropecuária Patauá, desde a década de 1980. A empresa foi criada em 1983 e se chamava, antes, Agropecuária São Sebastião. Os negócios eram conduzidos principalmente pelo pai de Valdemar, o ex-prefeito de Mogi das Cruzes (SP) Waldemar Costa Filho, morto em 2001.

A firma dizia atuar em "fabricação de madeira laminada, compensada, prensada e aglomerada".

Em fevereiro do ano 2000, outra empresa, chamada Reflorestadora Holanda, comprou 75% da Patauá.

O presidente do PL ficou com 25% da Patauá, mas argumentou à Junta Comercial do Amazonas que as quotas ficariam em seu nome, mas seriam destinadas à sua ex-mulher (ele não especifica o nome) por acordo de partilha de divórcio.

Segundo Valdemar, ela "oportunamente deverá manifestar sua intenção, ou não, de permanecer na sociedade".

Mais de 20 anos depois, não houve nenhuma manifestação no processo. A empresa continua em nome do presidente do PL.

A **Folha** procurou Valdemar Costa Neto várias vezes, por meio de sua assessoria, mas ele não quis se manifestar.

Consultados pela **Folha**, dois advogados especializados em direito tributário e um auditor da Receita Federal afirmam que, para fins legais, a empresa ainda não foi transferida.

Apesar disso, o ex-deputado parou de declarar os 25% da propriedade à Justiça Eleitoral ao se candidatar em 2002, 2006 e 2010. A empresa constou em sua lista de bens de 1998.

Ele não concorreu a cargos eletivos após esse período, já que foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do mensalão e preso em 2013. Por causa de um débito trabalhista da Reflorestadora Holanda, sua sócia, Valdemar chegou a ter as contas bloqueadas pela Justiça em 2016.

O presidente do PL recorreu, sob o argumento de que nessas contas ele recebia aposentadoria e salário e que o ex-funcionário que o processou não provou que a Patauá era uma empresa do mesmo grupo da Reflorestadora Holanda (à qual o ex-funcionário pertencia), e conseguiu o desbloqueio.

"Ele [Valdemar] conseguiu desbloquear, mas nós continuamos [tentando o bloqueio], porque como era uma [empresa de sociedade] Ltda., a desconsideração da personalidade jurídica tinha que ser feita através de um processo à parte, que não foi feito no inicial", afirma Edmilson Almeida de Oliveira, advogado do ex-funcionário.

A Reflorestadora Holanda pertence a um empresário chamado Francisco Jonivaldo Mota Campos, que diz não conhecer o político e ter comprado as quotas da empresa para fazer um trabalho de "reflorestamento de áreas degradadas".

A Holanda tem débitos ainda maiores com a União: R$ 13 milhões, em parte também por ausência de pagamentos de tributos federais, como o ITR.

Ela foi considerada "baixada" em 2015, medida tomada também por ausência de declarações por ao menos cinco anos. É uma escala abaixo da empresa "inapta", que ainda pode regularizar o CNPJ e voltar a funcionar.

Francisco Jonivaldo também responde a uma ação civil pública do Ministério Público Federal sob acusação de dano ambiental pelo suposto desmatamento de uma área de 23,6 hectares de floresta nativa da Amazônia, sem autorização do órgão ambiental competente.

A reportagem da **Folha** visitou os lugares onde a Patauá dizia funcionar, nos endereços da matriz e da filial, e não encontrou sinais de atividade. Um dos endereços, onde foi registrada a filial, nem sequer existe hoje em dia.

Francisco Jonivaldo afirma que as empresas existem apenas "para o sistema". "Porém, elas não estão funcionando desde 2004, se não me falha a memória", afirma o empresário.

Ele diz que não conhece Valdemar Costa Neto e que, quando se instalou no Amazonas para "um projeto de reflorestamento para recuperar áreas degradadas", comprou uma fazenda com pasto da Patauá porque tinha melhores condições de solo.

Afirma que teve problemas com supostas fraudes relacionadas a uma empresa de contabilidade contratada pela sua companhia relacionadas ao INSS. Após esses problemas, diz, "a empresa Reflorestadora Holanda perdeu o interesse de seus investidores e tudo veio abaixo".

"A reflorestadora morreu no nascedouro por conta disso. Só sobrou dívida", afirma.

Ainda de acordo com Francisco Jonivaldo, a acusação por dano é "provavelmente um engano", porque ele não tem áreas na região apontada pelo Ministério Público.

Também diz que o funcionário que processou as empresas e conseguiu bloquear as contas de Valdemar é "o único que entrou na Justiça do Trabalho" depois que a empresa fechou.

Também procurada a respeito de quais providências tem tomado para cobrar as dívidas da Patauá e da Reflorestadora Holanda, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional afirmou, por meio da assessoria de imprensa, que "não comenta sobre dívidas específicas de devedores que constam na Dívida Ativa da União".

Bolsonaro, que foi eleito em 2018 pelo PSL (atual União Brasil), se filiou ao PL em novembro do ano passado para disputar a reeleição à Presidência.

A ida de Bolsonaro para o PL consagrou a aliança do presidente com o centrão, que também tem como representantes partidos como o Republicanos e o PP, que dão sustentação ao governo federal no Congresso Nacional.

R$ 5,4 milhões

É o valor da dívida, quase integralmente relativa a tributos federais não pagos, de uma madeireira que tem como sócio o ex-deputado Valdemar Costa Neto

No Nordeste, prefeitos do partido do presidente decidem aderir a Lula

João Pedro Pitombo e José Matheus Santos

SALVADOR E RECIFE Com um adesivo no peito que traz uma estrela e o número 13 ao centro, Roberval Galego (PL) posa para uma foto fazendo a letra L com a mão direita. Ele tem ao seu lado o atual governador da Bahia, Rui Costa (PT), o candidato ao governo Jerônimo Rodrigues (PT) e o senador Otto Alencar (PSD).

Prefeito de Dom Basílio, cidade de 12 mil habitantes no sudoeste da Bahia, ele não está sozinho no apoio a Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os prefeitos das cidades vizinhas Maetinga e Presidente Jânio Quadros também aderiram ao petista. Em comum, os três são filiados ao PL, partido do presidente Jair Bolsonaro.

A **Folha** mapeou ao todo 142 prefeitos do PL na região Nordeste. Desses, ao menos 20 ignoraram a candidatura à reeleição de Bolsonaro e anunciaram apoio a Lula.

Dentre os demais líderes municipais, a maioria destaca seus apoios a candidatos a deputado, senador e governador, mas evitam se pronunciar quanto à corrida pelo Palácio do Planalto nas redes sociais.

Apenas três prefeitos citaram ou publicaram fotos de Bolsonaro em suas redes: Jânio Natal, de Porto Seguro (BA), Irmão Naldo, de Galinhos (RN), e Maciel Gomes, de Senador Elói de Souza (RN).

Procurado, o diretório nacional do PL não quis comentar.

O movimento dos prefeitos acontece na esteira da alta popularidade de Lula no Nordeste, que concentra 27% do eleitorado brasileiro. Como mostrou pesquisa Datafolha, o petista lidera a corrida presidencial entre eleitores da região com 57% das intenções de voto, ante 24% de Bolsonaro.

Um dos principais focos de dissidência é a Bahia, onde Lula crava 61%, contra 20% de Bolsonaro. Dos 20 prefeitos eleitos pelo PL em 2020 no estado, 13 anunciaram apoio a Lula e a Jerônimo Rodrigues.

Outros cinco estarão no palanque do ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil) para o governo do estado e não citam quem apoiam para presidente. Apenas um — o prefeito de Porto Seguro, Jânio Natal — vai apoiar João Roma (PL), ex-ministro da Cidadania de Bolsonaro que concorre ao governo baiano.

O PL da Bahia fazia parte da base de apoio de Rui Costa, mas acabou se afastando do governo com a filiação de Bolsonaro, em novembro de 2021, à legenda comandada por Valdemar Costa Neto.

Prefeito de Cocos, cidade no oeste baiano que tem o agronegócio como principal atividade, Marcelo Emerenciano (PL) diz que decidiu apoiar Lula e Jerônimo Rodrigues devido à relação que alimentou nos últimos anos com o governador Rui Costa e o senador Jaques Wagner. "A política é construída com relações profissionais, pessoais e principalmente por fidelidade."

Lélio Júnior, prefeito de Presidente Jânio Quadros, no sudoeste da Bahia, afirma que seu apoio ao PT é uma espécie de gratidão aos recursos estaduais investidos na cidade. "Não é que eu ache Lula melhor. A gente faz parte do time de Lula. Mas deixo meus eleitores à vontade."

Lélio também diz se sentir à vontade no PL, ao qual já era filiado quando passou a abrigar Bolsonaro: "O presidente chegou depois. Gosto do partido e não pretendo me desfiliar".

Em Dom Basílio, o prefeito Roberval Galego (PL) também diz que pesou na sua decisão os recursos enviados pelo governador Rui Costa. A cidade tem 12 mil habitantes e vive da agricultura familiar. Assim, depende de recursos de convênios e parcerias para fazer investimentos.

"Como prefeito de um município pequeno de interior, posso afirmar que o investimento do governo federal no meu município é zero. Nossa cidade foi desprezada por Bolsonaro", afirma o prefeito, citando projetos de saneamento básico e educação que não tiveram recursos para sair do papel.

O cenário se repete em outros estados do Nordeste, caso de Pernambuco. Prefeito do Cabo de Santo Agostinho, na região metropolitana do Recife, Keko do Armazém (PL) também vai apoiar o petista.

"Pernambuco cresceu muito na gestão de Lula, assim como o Cabo. Foi no governo dele que o Porto de Suape teve grande desenvolvimento. A minha cidade era uma das que mais cresciam em Pernambuco", disse Keko.

O prefeito afirmou que definirá seu futuro partidário depois das eleições de 2022.

Em Pernambuco, o PL é presidido por Anderson Ferreira, ex-prefeito de Jaboatão dos Guararapes e candidato a governador com o apoio de Bolsonaro. Ele diz que não pretende abrir processos de expulsão contra dissidentes.

"Não [pretendemos], porque nunca negociamos apoios nem temos a mordaça da velha política e dos coronéis do Sertão. (...) Queremos um compromisso com novas práticas", afirmou em nota.

Um prefeito do PL de uma pequena cidade do interior da Paraíba conversou com a **Folha** em reserva, por temer retaliações partidárias. A justificativa para apoiar Lula, disse ele, são os investimentos do governo do petista no Nordeste. Além disso, afirmou sentir maioria pró-Lula na cidade.

Para esse gestor municipal, um dos pontos frágeis do governo Bolsonaro é a assistência às camadas mais pobres. O prefeito avaliou que o reajuste do Auxílio Brasil para R$ 600 às portas da eleição e com validade apenas até dezembro pode não trazer dividendos eleitorais suficientes na busca pela reeleição.

Há também casos de prefeitos do PL que apoiam candidatos do PT para governos estaduais, mas não fazem menção direta a Lula nas redes sociais.

O prefeito de Baturité (CE), Herberlh Mota, apoia Elmano de Freitas (PT) para o Governo do Ceará e Camilo Santana (PT) para o Senado. Em Assu (RN), Doutor Gustavo apoia Fátima Bezerra (PT), sem mencionar apoio explícito a Lula.

Não é que eu ache Lula melhor. A gente faz parte do time de Lula. Mas deixo meus eleitores à vontade

Lélio Júnior (PL)
prefeito de Presidente Jânio Quadros (BA)

Como prefeito de um município pequeno de interior, posso afirmar que o investimento do governo federal no meu município é zero. Nossa cidade foi desprezada por Bolsonaro

Roberval Galego (PL)
prefeito de Dom Basílio (BA)

Campanha de Lula tem bate-cabeça para acertar tom com os evangélicos

PT prefere martelar agenda econômica, mas tema religioso acaba voltando ao debate eleitoral

Anna Virginia Balloussier, Catia Seabra e Victoria Azevedo

SÃO PAULO Se você digitasse no Google "Lula vai fechar igrejas", o primeiro link que aparecia nesta sexta (26) era um anúncio pago do PT. "A verdade é que Lula é cristão — Lula não vai fechar as igrejas", dizia a chamada para o site da campanha do ex-presidente.

A preocupação em desmontar a fake news que mais tem ganhado tração nas igrejas evangélicas, déjà vu de um boato que rondou o petista em 1989, coloca na berlinda um tema espinhoso no partido: como dialogar com os evangélicos nesta eleição?

Nos bastidores, petistas admitem certo clima de barata-voa. Ainda não há fórmula eficaz para deter o avanço do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre o grupo. A campanha está tentando baixar a temperatura do debate religioso, e líderes do PT chegaram a aconselhar que o ex-presidente não aborde esse tema em discursos.

Não que ele escute sempre. Um exemplo é sua fala no comício no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, que desagradou ao comando da campanha. O petista disse que, quando quer conversar com Deus, não precisa "de padres ou de pastores", declaração agora usada contra ele por líderes bolsonaristas. Correligionários acham que Lula deveria ter defendido o Estado laico e parado por aí.

O QG lulista prefere focar na economia e remover a fé do tablado eleitoral, mas ela continua lá. Redes sociais do candidato destacaram no sábado que ele assinou a Lei da Liberdade Religiosa no primeiro ano de seu mandato, e em 2009 sancionou a lei que criou o Dia Nacional da Marcha para Jesus.

Ainda evocou Deus na estreia de sua propaganda eleitoral no rádio, pedindo que Ele "ilumine esta nação e nos ajude a reconstruir o Brasil".

Para parte de sua equipe, melhor seria se o petista se esquivasse da arapuca bolsonarista e não reagisse a cada provocação, deixando a agenda moral em segundo plano. O argumento: o eleitor evangélico também sofre com a carestia, o desemprego, e precisa ser relembrado de que se vivia melhor sob o governo Lula.

Não há, contudo, confiança de que só bater na tecla econômica vá bastar. Aliados batem cabeça aqui, sem saber se vale a pena reativar canais com pastores que, no passado, ficaram ao lado do PT, mas hoje dizem abominar o partido.

O nome do bispo Samuel Ferreira, da Assembleia de Deus Madureira, foi citado em reunião do conselho político da campanha, no mês passado. Ele, que a princípio marcha com Bolsonaro em 2022, teria interesse em conversar.

Lula ainda avalia se o encontro não teria justamente o efeito que tenta evitar, de trazer o tema religioso para o centro da disputa.

Alguém sugeriu que a interlocução ficasse a cargo de Geraldo Alckmin (PSB), vice de Lula apoiado, nos tempos tucanos, por vários pastores que hoje orbitam o bolsonarismo. Ele disse que colaboraria, mas que não teria condições de coordenar essas articulações. Lembrou que era católico.

Segundo um integrante da cúpula petista, não existe uma pessoa em especial escalada para fazer a ponte com evangélicos. Há ações pulverizadas, como a criação de perfis virtuais endereçados ao segmento, nenhum deles com engajamento relevante por ora.

Há ainda vídeos em que Lula pede que o eleitor "não se deixe levar por falsos profetas" e crava: "Quem acredita em Deus não precisa ficar falando toda hora".

Mas a máquina bolsonarista não tem a menor intenção de tirar Deus da reta eleitoral.

Foi-se o tempo em que evangélicos eram tidos como trocado eleitoral. Essa fatia populacional já responde por 1 em cada 4 votos e dá a Bolsonaro 17 pontos de vantagem nesse segmento no primeiro turno sobre o petista, segundo pesquisa Datafolha.

Mesmo no eleitorado mais pobre, onde lidera com folga no quadro geral, o petista consegue no máximo um empate técnico com Bolsonaro entre os adeptos dessa fé.

Lula não tem muitos evangélicos em seu entorno, o que atravanca a comunicação com esse eleitorado. O deputado André Janones (Avante-MG) entra na cota da exceção.

Lula em ato de campanha em SP Suamy Beydoun-20.ago.2022/Reuters

Ex-presidenciável que saiu do páreo para ajudar o petista, ele se converteu em 2016. Sua igreja, a Batista da Lagoinha, já recebeu três Bolsonaros em púlpito só neste ano: Jair, Michelle e Eduardo.

Janones, portanto, tem o conhecimento de causa que falta à maioria do núcleo duro lulista. E engrossa a turma dos que preferem que Lula não seja tragado para pelejas religiosas. A melhor estratégia na internet, diz, "é não responder nada, porque o algoritmo não sabe se você fala bem ou mal, só sabe que você está falando desse assunto".

Quando você entra na pilha do seu adversário —ainda que para desmentir que Lula vai fechar igrejas—, colabora para que a pauta moral continue em evidência nas redes. Exatamente o que o bolsonarismo deseja. Lula tem que pautar Bolsonaro, e não ser pautado por ele, afirma.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, também acha cilada enveredar pelo discurso religioso. "Isso seria até desrespeitoso da nossa parte, se a gente entrasse nessa pauta do Bolsonaro de discutir o valor e a crença das pessoas."

Tanto Gleisi quanto Janones, contudo, compartilharam a montagem de alta carga proselitista que, entre uma foto em preto e branco do presidente e outra iluminada do seu oponente, diz: "Bolsonaro usa Deus, Deus usa Lula!".

A imagem teve recepção interna cautelosa. Além de arrastar a religião de volta para o debate, tudo o que a campanha não quer, há o temor que soe inautêntico entre evangélicos.

A deputada Benedita da Silva é o quadro mais histórico do PT no segmento. Não raramente dirigentes petistas empurram a discussão para seu colo, justificando que quem tem "lugar de fala" é ela.

A presbiteriana Benedita não circula tanto pelo meio pentecostal, que alavanca a popularidade de Bolsonaro nos templos. Ela define o bolsonarismo como "uma seita, e com seita não tem diálogo", e não acredita que é preciso dar tratamento diferenciado para o voto evangélico.

Gosta da agenda econômica. "Tem muita gente que não compra gás nem come carne há muito tempo." Soaria forçado, segundo a deputada, se Lula adotasse um palavrório evangelizador a essa altura do campeonato. "Ele vai falar de religião, discutir gênese e apocalipse? Ele não é teólogo."

Benedita sugere que Lula reforce como sua gestão tratou os mesmos evangélicos que hoje lhe viram as costas.

"Não vamos usar os mesmos métodos bolsonaristas nem cair na armadilha da guerra santa entre o bem e o mal", diz o pastor presbiteriano Luis Sabanay, da coordenação nacional do Núcleo de Evangélicos do PT.

Há, contudo, dúvidas sobre o alcance dessas iniciativas evangélicas que partem da legenda e de aliados da esquerda. Haveria vícios de militância em alguns casos, ou mesmo linguajar progressista sem eco nas igrejas. Como falar em "desgoverno fascista" em atos voltados a religiosos.

O pastor Paulo Marcelo Schallenberger é um dos que critica a falta de um projeto mais focado nos evangélicos. Ele vem do Gideões Missionários da Última Hora, congresso pentecostal que projetou vozes como a do deputado Marco Feliciano, seu amigo.

Em fevereiro, a **Folha** o acompanhou numa reunião na sede nacional do PT. Dois meses antes, ele se encontrou com Lula. Combinaram que ajudaria na campanha. Veio a ideia de fazer um podcast voltado a evangélicos, que nunca foi para frente.

Candidato a deputado pelo Solidariedade, na coligação lulista, sua presença gerou ruído no PT. Há quem questione sua influência —e fato é que tem sido escanteado.

Fala de Michelle sobre religião é criticada em grupo bolsonarista

OBSERVADOR FOLHA/QUAEST

Paula Soprana e Renata Galf

SÃO PAULO A postura da primeira-dama Michelle Bolsonaro sobre religiões de matriz africana gerou críticas até entre bolsonaristas nas últimas semanas. Várias mensagens que evocam respeito a todas as religiões e julgam que ela erra ao ligar rivais do marido ao demônio circularam em grupos favoráveis a Jair Bolsonaro (PL).

Análise do Observador **Folha**/Quaest, que monitora mais de 1.200 grupos de WhatsApp durante o período eleitoral, mostra que a tendência é de apoio a Michelle entre bolsonaristas, mas sem consenso.

A Quaest verificou, de 18 de julho a 22 de agosto, 360 mil menções relacionadas à primeira-dama e à socióloga Rosângela Silva, a Janja, mulher de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 721 grupos políticos, tanto da direita como da esquerda. Depois, fez uma "análise de sentimento", que consiste em identificar se o conteúdo é relacionado a críticas e/ou ataques (negativo) ou a elogios e/ou apoio (positivo).

Em grupos pró-Bolsonaro, 63% das menções a Michelle são positivas, enquanto 37% (cerca de 63 mil) são negativas. Nessa fatia, estão as críticas à intolerância religiosa.

"Não sou de querer polemizar em um grupo, muitas vezes deixo de emitir um posicionamento para não parecer que estou lacrando. Mas não entendi por que a primeira-dama precisa postar uma coisa dessas. Esse tipo de conduta só reforça mais ainda a intolerância às religiões de matriz africana", afirma uma mensagem.

Outras mensagens destacam comentários como "nossa primeira-dama está aí servindo à intolerância religiosa", "o que a primeira-dama fez foi inadmissível", "falar que o Palácio [do Planalto] já foi dos demônios é um exagero" e "o que Bolsonaro e Michelle fazem com esse negócio de religião é uma completa intolerância e desrespeito com a opinião e religião alheia, é muita covardia".

Há também mensagens de tom crítico que parecem vir de possíveis infiltrados nos grupos. Um exemplo foi a divulgação de uma nota de repúdio da Frente Inter-religiosa Dom Paulo Evaristo Arns, segundo a qual as declarações da primeira-dama feriam o Estado de Direito e promoviam a cultura de ódio.

Em grupos lulistas, Michelle também teve menções negativas (97%), o que já era esperado. Da mesma maneira, Janja tem 88% de menções negativas em grupos bolsonaristas —cerca de 72 mil mensagens.

Janja foi relacionada a termos como "pomba-gira", "macumba" e "macumbeira". Em fevereiro, ela publicou uma fotografia na qual está com uma roupa branca e ao lado de imagens como a de Xangô, um dos orixás da umbanda e do candomblé. Na legenda, diz ter saudade de vestir branco e "girar, girar, girar...".

Michelle no Palácio do Planalto Antonio Molina-26.abr.2022/Folhapress

> Por muitos anos, por muito tempo, aquele lugar foi consagrado a demônios, cozinha consagrada a demônios, Planalto consagrado a demônios. E, hoje, consagrado ao Senhor Jesus
>
> **Michelle Bolsonaro**
> mulher de Jair Bolsonaro (PL)

"Essa mulher do Lula e a gente do PT são tudo frango de macumba. Deus me livre...", afirma uma mensagem.

Outros comentários, como "sei que o desespero é tão grande que, agora que perdeu o apoio dos evangélicos e dos católicos, Janja apelou para a macumba kkk" e "pior é a macumba e a aliança da mulher de Lula com o diabo", também apareceram nos grupos bolsonaristas.

Em grupos lulistas, 96% das menções a Janja eram positivas. Considerando todas as citações, Michelle foi a mais lembrada, com 171 mil conteúdos, enquanto a mulher de Lula teve 116 mil. O volume de mensagens que mencionam ambas as esposas dos candidatos foi de quase 73 mil.

A luta pelo voto evangélico e o protagonismo de Michelle no início oficial da campanha do marido, uma tentativa de diminuir a rejeição de Bolsonaro entre as mulheres, são o pano de fundo dos ataques envolvendo religião, que se acentuaram nas últimas semanas.

As duas candidaturas têm investido na temática religiosa. Uma das fake news que mais atingiram a campanha de Lula foi a de que ele fecharia igrejas caso eleito. O petista, por sua vez, já afirmou que o adversário estava "possuído pelo demônio".

Na convenção do PL que oficializou a candidatura de Bolsonaro, em julho, Michelle discursou em tom evangelizador e endossou a ideia de guerra santa, em que Bolsonaro representa o bem, um "escolhido de Deus", e seus rivais, o mal.

Poucos dias depois, em um evento em Minas Gerais, polemizou ao dizer que, por muitos anos, "o Planalto era consagrado a demônios".

Diante das críticas, Michelle compartilhou uma postagem com um vídeo antigo em que o petista participava de uma celebração da umbanda. "Isso pode, né! Eu falar de Deus, não". O vídeo foi publicado pela vereadora Sonaira Fernandes (Republicanos), que associou a religião às trevas.

"Não lutamos contra a carne nem contra o sangue, mas contra os principados e as potestades [poderes] das trevas", escreveu a parlamentar endossada pela primeira-dama.

O caso foi considerado intolerância religiosa, e Janja, sem citar nomes, escreveu em uma rede social que "Deus é sinônimo de amor, compaixão e, sobretudo, paz e respeito". "Não importa qual a religião e qual o credo. A minha vida e a do meu marido sempre foram e sempre serão pautadas por esses princípios."

Publicação do blog "pensandodireita" sobre o episódio foi o conteúdo mais viral do tema. Com 12 versões, o link foi compartilhado mais de 53 mil vezes em 201 grupos, com alcance estimado de 38 mil pessoas.

Entre o eleitorado evangélico, Bolsonaro tem 49% das intenções, contra 32% de Lula, de acordo com a mais recente pesquisa Datafolha, realizada de 16 a 18 de agosto.

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Uma Amazônia de problemas

Cobertura de ambiente deveria aflorar na eleição, mas isso é improvável

José Henrique Mariante

"Lula promete enfrentar crime na Amazônia se retornar ao poder." "Lula quer liderar a luta contra as mudanças climáticas." A entrevista de Luiz Inácio Lula da Silva, na segunda-feira (22), foi em São Paulo, porém esses títulos não foram publicados no Brasil. Talvez porque o país tenha outras inúmeras questões a debater, mas não só. Ambiente, clima, Amazônia, todo mundo acha importante. Até a página dois.

"Lula defende alternância de poder na Venezuela" foi o enunciado da **Folha** *para o encontro do candidato com correspondentes internacionais. Difícil contestar a opção feita. A reportagem do jornal mostra o ex-presidente comentando diversos aspectos de política internacional, da América do Sul a Taiwan, passando por Ucrânia e Estado palestino. Como relataram The Guardian e Frankfurter Allgemeine Zeitung, a* **Folha** *também registra que o candidato versou sobre o Brasil tornado pária pelo desastre ambiental de Jair Bolsonaro, em apenas dois parágrafos do texto, os últimos.*

Não é um caso isolado nem um problema exclusivo deste jornal. Ambiente é prioridade, mas o que não falta é prioridade em um país cheio de problemas para resolver. Dona de um projeto importante na área, Planeta em Transe, que promete dar peso e sequência ao tema em suas plataformas, a **Folha** *até a semana passada não tinha se debruçado sobre a (pouca) discussão ambiental nestas eleições. Estado de Direito, empresários golpistas, evangélicos, fome, fake news, militares, não faltou assunto para as manchetes eleitorais. Ambiente ficou para depois.*

"Os candidatos não estão falando disso, e a mídia também não está perguntando", diz Claudio Angelo, ex-colega de **Folha** *e hoje coordenador de comunicação do Observatório do Clima. "A eleição deste ano não é uma discussão programática, mas quase um plebiscito sobre ditadura e democracia. Amazônia vira detalhe."*

A questão fiscal no início do próximo mandato é antecipada, mas Angelo lembra que o detalhe amazônico será um enrosco monumental na largada do novo governo. "O desmatamento vai disparar. Há muita gente armada e empoderada, crime organizado, Exército com má vontade. A solução ficou bem complexa, e a pressão internacional será muito grande. O próximo presidente terá que fazer escolhas."

Os jornais precisam fazer algumas também. Angelo sugere olhar para bons exemplos nas imprensas britânica e americana. Para ficar no melhor deles, a cobertura de ambiente do Guardian é, na prática, uma ação afirmativa. Os leitores precisam ser confrontados com os efeitos da crise do clima constantemente porque esse é o "maior problema que a humanidade enfrenta", escreveu o diário já em 2015.

A **Folha** *faz isso com assuntos que considera relevantes. A cobertura das Cartas pela democracia é um exemplo recente. O jornal determinou que o movimento era de interesse público e ponto final. Não se faz isso todos os dias nem com qualquer assunto, por óbvio. É preciso motivos e argumentos.*

Há uma Amazônia deles.

Contragolpe

Alexandre de Moraes obrigou os jornais a retomarem a história do Metrópoles ao autorizar a operação de terça-feira (23) contra os empresários que trocaram mensagens golpistas em um grupo de WhatsApp. A primeira versão da notícia na **Folha** *tinha mais espaço para o outro lado do que para o fato. Passado o susto e os dias, os canhões da imprensa se voltaram para o ministro. Mais incisivo na investida, o jornal na quinta-feira (25) publicava que "Moraes teve reportagem como única base para decisão contra empresários bolsonaristas". Presidente e aliados bradaram palavras de ordem e fúria para o 7 de Setembro.*

Em mensagens ao ombudsman, leitores comparam a situação atual com a do auge da Lava Jato, com a diferença de que o ativismo judicial, agora criticado como ameaça à democracia, passou batido à época, notadamente pela mídia.

Quem perde

A **Folha** *publicou vídeo de Bolsonaro rezando com ministros antes de entrar no Jornal Nacional. Tirou foto de sua mão rabiscada com assuntos que ele queria ver discutidos nas redes. Fez até um "saiba quem é" sobre o doleiro cujo nome aparece na cola. O presidente cria ondas, a imprensa pula nelas por audiência. É um sistema nefasto para o jornalismo.*

Quem ganha

Ruy Castro sentiu necessidade de explicar como se faz uma entrevista. Flávia Boggio, de como estragar uma. E o G1, de comprovar que Renata Vasconcellos não usou sapatos vermelhos para falar com Lula.

Já a **Folha** *sentiu a necessidade de usar a conjunção "mas" em três títulos de viés positivo para o petista. Apenas um enunciado do jornal afirmou sem delongas que Lula foi bem em seus 40 minutos de JN. O Estado de S.Paulo não se deu a ousadia. O Globo e Valor, sim.*

O ex-governador de SP Márcio França (PSB) Bruno Santos-8.dez.2020/Folhapress

A deputada Janaina Paschoal (PRTB) na Alesp José Antonio Teixeira-16.mar.2020/Alesp

O ex-ministro Marcos Pontes (PL) Kleyton Amorim-8.jan.2020/UOL

'Risco esquerda' é a estratégia bolsonarista ao Senado por SP

Janaina e Marcos Pontes enfrentam favoritismo de Márcio França no estado

Joelmir Tavares

são paulo Com o bolsonarismo rachado entre Janaina Paschoal (PRTB) e Marcos Pontes (PL) na briga pela vaga de São Paulo no Senado, eleitores do campo conservador passaram a ouvir mensagens de alerta que dão como certa a vitória do adversário Márcio França (PSB) caso continuem pulverizando os votos.

Apoiado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ex-governador é hoje considerado o favorito por estar à frente nas pesquisas de intenção de voto e concentrar os votos da esquerda. Ele não enfrenta competidores de peso dentro desse segmento, unificado em torno dele.

A preocupação com o "risco esquerda" é vocalizada pela própria Janaina, que destoa de simpatizantes fiéis do presidente ao admitir a possibilidade de derrota de Jair Bolsonaro (PL) na eleição nacional, e por cabos eleitorais de Pontes. O alarme foi soado em ambientes virtuais nos últimos dias.

O temor dessa parcela subiu de nível com a escolha do presidente nacional do PSOL, Juliano Medeiros, como suplente de França. Os detratores especulam que o psolista tem chance de assumir o posto de vez caso o titular se afaste para virar ministro em um eventual governo Lula.

Janaina ironizou a situação, em uma rede social, ao perguntar se estaria em curso "um grande acordo para deixar a única cadeira do Senado para a esquerda". A deputada estadual é pressionada a abrir mão da candidatura em nome de Pontes, apoiado oficialmente por Bolsonaro.

Ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, ele concorre com o nome de Astronauta Marcos Pontes e faz uma campanha vinculada ao presidente. Já a adversária, que alterna elogios e críticas ao mandatário, refuta o rótulo de bolsonarista, mas possui eleitores nesse grupo.

Uma mensagem em favor de Pontes direcionada aos "prezados patriotas" correu aplicativos de trocas de mensagens com uma advertência: "Se dividirmos nossos votos em vários candidatos da direita, a vaga fatalmente será do candidato da esquerda".

O texto, sem autor identificado, diz que os apoiadores do ex-ministro têm "que ser inteligentes" e canalizar votos para ele: "Ou a cadeira do Senado por SP irá para o partido da esquerda [sic], infelizmente".

Bolsonaro, que está em segundo lugar na corrida presidencial, conseguiu levar à desistência outros interessados na vaga ao Senado, como Cristiane Brasil (PTB) e Arthur Weintraub (PMB), mas fracassou na tentativa de demover a deputada, que almeja a candidatura desde 2020.

"Eu sou uma pessoa pé no chão", diz à **Folha** Janaina, celebrizada pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT). "A direita está numa divisão muito grande, o que prova que a esquerda é mais inteligente", acrescenta ela, que atribui a Lula o sucesso da convergência no terreno rival.

A parlamentar já afirmou que Bolsonaro lançou o candidato ao Senado apenas para atrapalhá-la. "Ele prefere dar a cadeira de São Paulo à esquerda a ter uma pessoa independente e justa no Senado. Direita dividida elege a esquerda!"

Janaina endossa as posições presidenciais em temas como aborto, drogas e liberdade individual, mas já destoou em relação à pandemia de Covid-19 —chegou a apelar na tribuna da Assembleia Legislativa em 2020 para que o governante saísse do cargo, mas depois amenizou o tom.

O enfrentamento público mais recente foi há alguns dias, também no plenário. Chorando, ela pediu a Michelle Bolsonaro que "não plante a semente da divisão religiosa" no país. A primeira-dama, evangélica, ataca Lula associando o petista ao Demônio e a religiões de matriz africana.

Janaina questiona a competência de Pontes para ser senador e se julga mais preparada. "O problema é que o pessoal do Bolsonaro vota no astronauta acreditando que o presidente vai ser reeleito, mas precisa pensar qual é o melhor candidato para qualquer cenário, inclusive se o eleito for o Lula", diz.

Pontes evita rebater e declara que faz uma campanha sem ataques aos demais candidatos, baseada em propostas. Segundo ele, seus focos são educação, ciência, tecnologia e oportunidades para jovens.

"Eu não acho que o Márcio França seja o favorito. Ele é o candidato do Lula, ligado às pautas do Lula; eu sou o candidato do Bolsonaro, ligado às pautas que nós defendemos, como família, proteção dos nossos filhos, toda a parte de valores que são extremamente importantes", diz.

Pontes não reitera a estratégia dos apoiadores que consideram inevitável a vitória do pessebista caso a cisão da direita permaneça. O ex-astronauta afirma que respeita a candidatura de Janaina, mas espera que naturalmente os votos hoje declarados nela migrem para ele.

Isso acontecerá, prevê, à medida que mais paulistas souberem que ele está concorrendo e tem o aval de Bolsonaro. "Aqueles eleitores que apoiam realmente a direita e têm lealdade às pautas do presidente vão estar comigo. Prefiro, em vez de atacar os adversários, mostrar a minha competência."

Pesquisa Genial/Quaest publicada no último dia 11 mostrou França com 29%, seguido por Pontes, com 12%, e Janaina, com 10%. Como a margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos, os dois últimos estão tecnicamente empatados em segundo lugar.

França atribui sua liderança ao seu perfil e ao fato de ser mais conhecido. "No Senado o eleitor espera uma pessoa experiente, ponderada", diz o ex-governador, que em 2020 concorreu a prefeito da capital.

Articulador das campanhas de Lula e Haddad, ele reconhece ser beneficiado pelo racha na direita, mas relativiza a pecha de esquerdista ao afirmar que atinge um eleitorado que não é o tradicional do PT. "Tenho votos de evangélicos, policiais, maçons. Eu ajudo a trazer um pedacinho a mais."

Tanto o candidato do PSB quanto o primeiro suplente negam existir acordo prévio para que o presidente do PSOL assuma a cadeira se Lula vencer. França tem dito que sempre cumpriu mandatos até o fim.

"Nunca foi discutido nada nesse sentido, até porque Lula não está fazendo tratativas sobre ministério. Primeiro precisamos ganhar", afirma Medeiros. Segundo ele, sua participação na chapa do Senado é fruto da negociação do PSOL por espaço nas candidaturas majoritárias da coligação.

A insinuação de que o psolista pode virar o titular é intensamente usada pelos bolsonaristas, que exploram o apoio do partido a medidas mais permissivas sobre aborto e drogas.

Janaina já descreveu Medeiros como "esquerdista raiz" e disse que o PSOL é a sigla que mais defende as pautas contrárias ao conservadorismo. Nas redes sociais, lança provocações: "Vamos entregar nossa única cadeira à esquerda? Não é possível que apenas Lula raciocine neste país!".

Segundo o suplente, as bandeiras defendidas por França na campanha giram em torno de combate à desigualdade e à fome. "Não estou nem um pouco desconfortável nesse lugar. Pouco a pouco, a militância do PSOL vai entendendo que eleger Márcio França é interditar a extrema direita."

+ Candidatos ao Senado por São Paulo

- Aldo Rebelo (PDT)
- Antônio Carlos (PCO)
- Astronauta Marcos Pontes (PL)
- Dr. Azkoul (DC)
- Edson Aparecido (MDB)
- Janaina Paschoal (PRTB)
- Mancha Coletivo Socialista (PSTU)
- Márcio França (PSB)
- Prof. Tito Bellini (PCB)
- Ricardo Mellão (Novo)
- Vivian Mendes (UP)

Requião tenta desidratar Ratinho Jr. em busca de segundo turno no Paraná

Felippe Aníbal

curitiba Principal candidato de oposição na disputa pelo Governo do Paraná, o ex-senador Roberto Requião (PT), 81, enfrenta prognósticos pouco positivos. Em disputa polarizada, ele vê o atual governador, Ratinho Jr. (PSD), 41, liderar com folga nas pesquisas, numa eleição que pode ser definida já em primeiro turno.

O cenário nacional também desfavorece Requião: seu candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), enfrenta a maior rejeição no Paraná, enquanto Jair Bolsonaro (PL), que apoia Ratinho, deve ser o mais votado no estado. Ainda assim, aposta numa "virada épica" após apresentar seu plano de governo.

A julgar pelas pesquisas, se a virada acontecer, ela de fato será épica. Na sondagem mais recente —do Ipec, divulgada na terça (23)—, Ratinho aparece com 46% das intenções de voto, ante 24% de Requião. Os outros candidatos somam 8%, enquanto 11% estão indecisos e 12% pretendem anular ou votar em branco.

"O que as pesquisas mostram são só um retrato do momento. As pessoas ainda não sabem que sou candidato. Vamos chegar bem e ganhar a eleição. É um imperativo, um feito épico dar essa virada e salvar o Paraná dessa selvageria liberal em que o Rato [Ratinho Jr.] nos jogou", diz Requião.

Mesmo com uma campanha mais curta em relação aos períodos eleitorais em que saiu vencedor, Requião disse acreditar que haja tempo hábil para sensibilizar o eleitorado. Para tal, compara sua trajetória política —foi prefeito de Curitiba, governador três vezes e senador outras duas— à do atual governador.

"O Rato tem outorgas de 104 antenas de rádio e TV e destinou R$ 161 milhões para verba de propaganda. Mas não tem um programa de Estado para a população", afirma ele. "Comparado a governos anteriores, o Paraná não teve investimento. Meu último governo teve 340 programas sociais. Ele não tem como discutir o estado, está na perspectiva do liberalismo selvagem. O Rato é uma fake news."

Requião foi um dos fundadores do MDB do Paraná, partido em que consolidou sua carreira política. Sem cargo eletivo há quatro anos, desfiliou-se, com críticas de que a legenda teria sido tomada por Ratinho e Bolsonaro, após perder a disputa pela presidência da sigla para o deputado estadual Anibelli Neto.

Depois, passou a integrar o PT, em evento que contou com a presença de Lula, com quem o ex-senador sempre manteve certa proximidade.

Em paralelo, no Palácio Iguaçu, sede da administração paranaense, Ratinho Jr. conduz uma campanha, até agora, sem ameaças. O governador não foi ao primeiro debate, promovido pela Band, em 7 de agosto, detonando críticas dos adversários. Alegou ter um compromisso assumido anteriormente, com lideranças femininas.

Ao longo de seu mandato, Ratinho enfrentou polêmicas, como a implantação de colégios cívico-militares, a mudança no modelo de escolha de diretores de escolas estaduais, a reestruturação de órgãos ligados à proteção ambiental e a privatização da Copel Telecom, subsidiária da companhia elétrica Copel.

Com maioria na Assembleia Legislativa, porém, teve poucos incômodos práticos. Nesta campanha, tenta evitar o clima de "já ganhou".

O que Ratinho chama de "jeito moderno de governar", opositores classificam de "ficar em cima do muro". Ao longo da pandemia de coronavírus, por três vezes ele ficou de fora de manifestações coletivas de governadores que cobravam atuação mais firme de Bolsonaro na crise sanitária.

Por outro lado, em março deste ano, quando Lula esteve no Paraná, mandou um recado ao ex-presidente: não é seu inimigo. Agora, reafirmou apoio incondicional a Bolsonaro na eleição presidencial.

"É público o meu relacionamento com o presidente Bolsonaro. Foi ele quem mais investiu no Paraná nos últimos 30 anos. Farei campanha para ele", disse Ratinho.

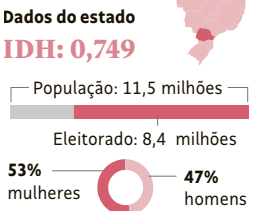
"Não assinei as cartas dos governadores porque tinham mais cunho político-eleitoral do que efeito prático. Sobre meu recado ao Lula, é o meu jeito, trato todo mundo bem. Hoje [dia 22], a Simone Tebet [MDB] esteve em Curitiba, e a recebi no palácio."

O governador é filho do apresentador Ratinho, do SBT, que detém um grupo de comunicação com rádios e emissoras de TV. Ele rebate a tese de Requião de que tenha se valido da liberação de verba para obter apoio. "Esse candidato [Requião] é conhecido como grande divulgador de fake news. Essa é só mais uma."

Raio-x da corrida para o Governo do Paraná

Candidatos	Alianças
Ratinho Jr. (PSD)	Apoiado por Republicanos, PP, PSD, União Brasil, MDB e PL. Apoia Jair Bolsonaro (PL)
Requião (PT)	Apoiado por PC do B e PV. Apoia Lula (PT)
Adriano Teixeira (PCO)	(sem aliança definida)
Gomyde (PDT)	Apoia Ciro Gomes (PDT)
Joni Correia (DC)	(sem aliança definida)
Professor Ivan (PSTU)	(sem aliança definida)
Professora Angela (PSOL)	Apoiada por Rede
Solange Ferreira Bueno (PMN)	(sem aliança definida)
Vivi Motta (PCB)	(sem aliança definida)

Dados do estado

IDH: 0,749

Atual governador

Ratinho Jr (PSD), disputa a reeleição

Fontes: TSE, IBGE

Nas bordas do bolsonarismo

Ação contra empresários ocorre sem abusos como os de Moro e Dallagnol

Janio de Freitas
Jornalista

Entre ricos empresários brasileiros, é comum uma capacidade muito especial, algo como um poder magnético, que se ativa com presteza automática sempre que seu portador que se vê em encrenca ou desejoso de novas benesses.

Nos inumeráveis segmentos de atividades, só militares têm capacidade semelhante, até como característica nacional, e talvez pelo entendimento mútuo das duas classes.

A busca policial nas casas de oito integrantes do grupo Empresários & Política desencadeou uma chuva de urgências de desagrado, de início meio encabuladas, em sites, blogs, jornais, TVs e rádios.

Escritas e ditas por colunistas, colaboradores, advogados menos ou mais advocatícios e bolsonaristas não lembráveis. Todos com ressalvas ou críticas à "ordem" do ministro Alexandre de Moraes para a ação policial contra os empresários flagrados em considerações pró-golpe.

"Moraes assumiu um risco alto", "operação controversa da PF", "simples conversa sobre golpe não é crime", "só falas sobre golpes não indicam crimes" — as formas variaram, não a preocupação com a pureza judicial ferida pelo excesso (como dizem os militares) de um ministro do Supremo.

Há mais de dez anos as buscas e apreensões policiais se tornaram comuns. Não por distração, os queixosos de hoje nunca se incomodaram com possíveis nem com óbvias ilegalidades em muitas dessas ações. Até passaram a atrações divertidas em TVs e jornais.

Não se viu uma só vez em que Alexandre Moraes e a PF acusassem de crime os alvos das apreensões. Moraes não deu ordem, apenas a autorização pedida pela PF. Como é praxe legal quando o suspeito é da classe média para cima.

Para baixo, invasões e assassinatos de criminosos, suspeitos e inocentes repetem-se à vontade. Não é simples nem foram só falas sobre golpes, o que faziam os empresários.

Lamentar que o golpe não tenha ocorrido ainda, considerar que o golpe é mil vezes preferível a um governo Lula e discutir a compra de votos de trabalhadores para Bolsonaro, constituem indícios claros de apoio ao golpe, no mínimo, e de provável parte em conspiração.

Confronto direto com o estado democrático de direito, que tem a sua defesa assegurada na legislação e, nela, preliminares de sedição não dispensam investigações. Muito ao contrário, esta é a maneira de conter sem violência desdobramentos antidemocráticos.

"Só falas" podem justificar, sim, investigações. E mais do que isso. Nesse sentido, um exemplo notório é o recente caso de Daniel Silveira.

Esse ex-PM feito deputado não passou de palavras nas ameaças a Alexandre Moraes e ao Supremo. Ainda assim, foi preso, solto com tornozeleira e condenado a 9 anos de prisão.

Bolsonaro comutou a pena, mas a Justiça Eleitoral negalhe nova candidatura, em defesa do eleitor e do Congresso. O início comum aos golpes, diferente das sublevações de massa, são palavras.

Para não citar vizinhas sem citar a própria casa: "Única base para decisão de Moraes contra empresários bolsonaristas é reportagem" (Folha, 1ª pg., sexta - 26.08).

A referência é à reportagem de Guilherme Amado no site Metrópoles, com a transcrição das conversas pró-golpe no grupo de empresários. A base de Moraes, porém, foi outra. Foi a fundamentação da PF ao pedido de autorização para buscas e apreensões nas casas dos citados pelo trabalho jornalístico.

Além disso, na PF e no Supremo correm diversas ações sigilosas sobre ativistas contrários à eleição presidencial e à democracia, havendo apurações associáveis à nova investigação. São empresários ricos financiadores de toda a atividade do bolsonarismo contra a legalidade.

As buscas e apreensões nas casas dos oito empresários, e esperamos que de mais, cabem no reconhecimento como a necessária coleta inicial para a investigação de fato grave. O atual não inclui abusos e trapaças de Moros e Dallagnols. E revela as bordas enrustidas do bolsonarismo.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | **SEG. Celso R. de Barros** | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Fome força Bolsonaro a tentar zerar jogo na TV

Adversários miram problemas da economia em estreia na propaganda, e presidente é levado a propor antídoto

ANÁLISE

Bruno Boghossian

BRASÍLIA O ex-presidente Lula (PT) abriu seu programa no horário eleitoral com a imagem de um prato vazio. Ciro Gomes (PDT) criticou a recuperação econômica do país e disse que, atualmente, "a vida só melhora para os ricos". Até a ex-bolsonarista Soraya Thronicke (União Brasil) chamou a atenção para os brasileiros que não têm o que comer.

O primeiro bloco da propaganda dos presidenciáveis na TV, que estreou neste sábado (27), confirmou a posição da economia e das condições de vida dos brasileiros no primeiro plano do debate eleitoral.

Pior para Jair Bolsonaro (PL), que, na véspera, tentava espalhar a ideia de que não existe "fome pra valer" no Brasil.

O presidente sabe que essa imagem estará no centro das críticas a seu governo durante a campanha. Um dos caminhos é apostar na confusão, como nas declarações que ele repetiu na sexta (27). Mas o comitê da reeleição também tenta trabalhar um antídoto contra esses ataques.

Bolsonaro gastou parte de seu espaço na TV na tarde deste sábado com uma mensagem que vem testando há alguns meses em entrevistas e atos oficiais. Sem conseguir esconder as dificuldades na economia, o presidente tenta atribuir esses problemas ao tripé pandemia-seca-guerra.

A campanha do presidente trabalha para que, na hora de julgar o desempenho do governo, o eleitor dê mais peso a fatores externos do que às escolhas feitas por Bolsonaro.

Seguindo essa lógica, o presidente só aparece como ator político na propaganda ao falar de 2022, com o início da recuperação econômica. Citou a queda do preço dos combustíveis, o crescimento do emprego e o pagamento do Auxílio Brasil de R$ 600 — que ele promete manter ano que vem.

O objetivo da campanha é transmitir uma sensação de bem-estar econômico ao eleitor que já está com Bolsonaro, mas também zerar o jogo no restante do eleitorado. Sua equipe espera diminuir a rejeição e abrir espaço para outros temas, incluindo itens da pauta conservadora.

É uma escolha que carrega alguns riscos. Ao dedicar tempo e energia para reduzir o peso negativo que a economia tem sobre sua popularidade, Bolsonaro mantém os holofotes sobre o assunto.

Lula foi o adversário que mais explorou a proeminência do tema no primeiro dia do horário eleitoral. O petista aproveitou a identificação que uma boa fatia do eleitorado tem com políticas de inclusão social de seu governo para se consolidar como uma espécie de solução única.

O ex-presidente falou em retrocessos (com a sugestão de que o declínio começou depois das gestões do PT), disse que "milhões não têm o que comer" no país e lançou uma garantia de que "a vida do povo vai melhorar".

A retórica tradicional do petista foi usada num esforço para cristalizar o apoio de eleitores de baixa renda, agora com a ajuda da TV. Mas esse não foi o único foco.

Lula apresentou também seus próprios antídotos. Sua primeira aparição começou com um pedido a Deus para que "ilumine nossa nação" — uma maneira pouco sutil de tentar frear a oposição do eleitorado evangélico, hoje mais próximo de Bolsonaro.

Além disso, deu espaço para Geraldo Alckmin (PSB), único candidato a vice a aparecer com destaque no primeiro bloco de propaganda. O ex-tucano foi escalado para criar identificação com eleitores fora da esquerda, destacando ter feito uma aliança com o petista mesmo que não pensem igual em tudo".

A estreia do horário eleitoral na TV também expôs o tom que deve ser adotado pelos candidatos que insistem no rótulo da "terceira via". Apesar da busca por um figurino simultaneamente crítico a Lula e Bolsonaro, prevaleceu em quase todos os programas um discurso de mudança.

Seguindo a trilha da economia, Ciro disse que o Brasil não cresce porque "tem coisa errada para todo lado". Num curto programa, retomou a retórica contra o establishment, reclamou de "oportunistas e corruptos" e disse que pretende mudar "esse sistema".

Já a nanica Soraya Thronicke procurou um caminho do meio ao dizer que "não dá mais para conviver entre o medo e o ódio", em algo que sua campanha elaborou como referências a Lula e Bolsonaro.

O programa, no entanto, carregava uma mensagem de correção de rota — o que, naturalmente, é mais desfavorável para Bolsonaro.

Apesar de ter se afastado do bolsonarismo, Thronicke se comunica com parte desse eleitorado. Não será surpresa se ela beliscar um punhado de votos de Bolsonaro.

A aparição mais neutra coube a Simone Tebet (MDB). A senadora tentou reduzir seus índices de desconhecimento e fez uma estreia biográfica na TV. Falou de sua vida política e até do fato de não saber passar roupa. Qualquer coisa parecida com uma plataforma eleitoral ficou para depois.

O primeiro dia de propaganda na TV costuma ser um teste para os principais candidatos. A audiência desses programas aos sábados é mais baixa e, além disso, os eleitores ainda demoram para virar a chave e perceber que a campanha começou.

Os recados devem surgir com mais intensidade na reta final da campanha e nos spots — inserções de 30 segundos que aparecem ao longo da grade das emissoras.

Estreia tem Lula e Alckmin, choro e Moro em São Paulo

Paulo Passos

SÃO PAULO O primeiro programa eleitoral na televisão nas eleições deste ano teve destaque para o vice de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Geraldo Alckmin (PSB), e apresentou um Jair Bolsonaro (PL) diferente do exposto nos discursos, nas entrevistas e nas redes sociais.

No programa exibido neste sábado (27), a campanha do presidente tentou mostrar um candidato sentimental.

"Bolsonaro é direto, fala o que pensa e o que sente. E como sente", afirmou o locutor numa das passagens, que seguiu com um trecho de um discurso em que ele chora.

Em suas falas, os dois adversários concentraram atenções na economia. Lula lembrou da inflação e da fome no país.

Também neste sábado, na propaganda de rádio, o petista afirmou que a população voltará a "andar de avião" e "fazer um churrasquinho". "A vida do povo vai melhorar", prometeu.

Já Bolsonaro voltou a prometer a manutenção do Auxílio Brasil de R$ 600 em 2023. O benefício começou a ser pago em agosto e vale até o final deste ano.

No rádio, o programa do presidente teve um locutor com sotaque do Nordeste. Na região, Lula conta com seu maior domínio, com 57% das intenções de voto ante 24% de Bolsonaro, segundo a pesquisa Datafolha.

No espaço do horário eleitoral destinado aos políticos de São Paulo que disputam vagas na Câmara, um ex-pré-candidato à Presidência da República apareceu.

Sergio Moro estava ao lado da sua esposa, Rosângela, candidata a deputada federal pela União Brasil.

"A Lava Jato em São Paulo tem nome e sobrenome: Rosângela Moro", disse o ex-juiz, que naufragou nas suas tentativas de ser candidato à Presidência e, depois, ao Senado por São Paulo.

Após ser vetado pela Justiça de concorrer no estado, Moro candidatou-se ao Senado no Paraná.

A propaganda eleitoral será exibida, no rádio e na televisão, até o dia 29 de setembro, antes do primeiro turno.

No segundo turno, serão mais três semanas, a partir de 7 de outubro.

BOLSONARO VAI À FESTA DO PEÃO DE BARRETOS (SP)
Presidente esteve no evento na sexta (26), acompanhado do empresário Luciano Hang e do ex-ministro Tarcísio de Freitas (Republicanos), seu candidato ao governo de São Paulo

Na BA, presidente volta a chamar para Sete de Setembro

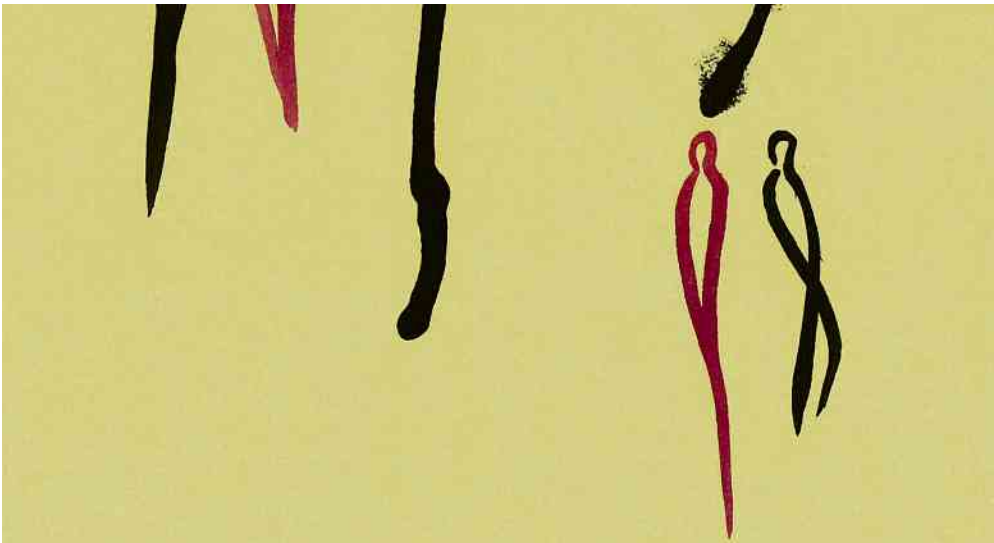
SÃO PAULO E VITÓRIA DA CONQUISTA (BA) O presidente Jair Bolsonaro (PL) participou de motociata em Vitória da Conquista, no interior da Bahia, neste sábado (26), em ato com apoiadores, voltou a chamar para eventos do dia 7 de setembro.

O chefe do Executivo disse que, na data, participará de evento em Brasília pela manhã e em Copacabana, no Rio de Janeiro, à tarde.

"Aqui vocês também compareçam no local adequado. Para nesse dia mostrarmos ao Brasil e ao mundo que estamos unidos pela democracia e pela liberdade."

O presidente também afirmou que não admitirá qualquer ação contra a liberdade e que a democracia se faz no voto transparente e confiável.

Bolsonaro estava acompanhado do ex-ministro da Defesa Braga Netto (PL), seu vice na chapa, e do ex-ministro João Roma (PL), candidato a governador da Bahia.

O presidente disse ainda que o mundo, sem o Brasil, passa fome — sem citar que no país 33 milhões de pessoas estão nessa situação, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Juliana Freire

Lula precisa de um dublador

Ex-presidente dá entrevista como se estivesse num palanque

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

As regras das entrevistas ao Jornal Nacional não permitem que a fala dos candidatos venha pela voz de um dublador, mas ele teria ajudado a Lula. O candidato que disse ser necessário "pacificar este país", que política "se faz conversando" e que "adversário não é inimigo" temperou suas respostas com um tom agressivo, algumas oitavas acima do que pede um estúdio.

Ecoava mais o líder sindical falando no estádio de Vila Euclides no milênio passado do que o Lula presidente de 2003 a 2010.

Lula resolveu seguir na campanha carregando as bolas de ferro da corrupção instalada no seu governo. Primeiro a do mensalão, depois a sua responsabilidade, ainda que indireta, nas propinas cobradas em obras públicas, sobretudo na Petrobras.

Erros ("equívocos", nas suas palavras) quem cometeu foi a sucessora, Dilma Rousseff. Logo ela, que tentou limpar a Petrobras e não conseguiu. Ele, repetiu, foi considerado o melhor presidente que o país já teve. Nos primeiros meses de seu mandato, áulicos atribuíam aos seus poderes a remissão do câncer de um amigo. O perigo mora na possibilidade de ele acreditar nisso, mesmo sabendo que o amigo morreu meses depois.

Lula mostrou-se disposto a reverter o rumo da economia e repetiu uma receita que já deu errado.

A estridência do candidato estragou a resposta em que tratou do agronegócio. A aliança de Bolsonaro com os agrotrogloditas só trouxe constrangimento para os agroempresários. Ele diz a verdade quando afirma que o Movimento dos Sem Terra de hoje é outro. Isso, contudo, não é apanágio dos governos petistas. Já não corresponde aos fatos a afirmação de que o MST só invadia terras improdutivas. Invasores cobravam até resgate para não ocupar fazendas vizinhas.

As bolas de ferro da corrupção continuam presas aos tornozelos de Lula e serão sentidas durante os debates. Sergio Moro foi um juiz parcial, o Ministério Público fez barbaridades e os delatores continuam endinheirados. Isso não elimina o fato de que, de dez roubalheiras denunciadas, nove eram reais, bem como a metodologia empregada.

O sítio de Atibaia, bem como as obras que a Odebrecht fez graciosamente por lá, não apareceu, pelo limite de tempo da entrevista. Aparecerá.

Faltou a Lula, como faltou a Bolsonaro em maior escala, a grandeza de Juscelino Kubitschek: "Não tenho compromisso com o erro".

Lula e a China

Lula não tem sorte quando fala da China. Ele disse ao JN que "não tem polarização num partido comunista chinês".

O Grande Timoneiro Mao Tsé-tung e sua mulher, Jiang Qing, fizeram a Revolução Cultural e encarceraram o presidente comunista Liu Shaoqi, metendo-o numa enxovia, onde morreu em 1969.

Depois da morte do Timoneiro, em 1976, Madame Mao foi posta na cadeia e condenada à morte. Teve a pena comutada e mudada para prisão perpétua. Enforcou-se num hospital em 1991.

Em 1989, às vésperas da repressão aos manifestantes da praça da Paz Celestial, o primeiro-ministro Zhao Ziyang foi deposto e acabou em prisão domiciliar. Ralou nesse regime por 15 anos, até sua morte, em 2005.

Heitor Ferreira (1935-2022)

Morreu na quarta-feira (24) Heitor Aquino Ferreira. Vivia num modesto apartamento em Copacabana, fazia traduções e era um senhor de poucas palavras. Havia sido uma das figuras mais poderosas da República e tinha duas paixões: a política e a História. Traduziu "A Revolução dos Bichos", de George Orwell, e "O Mundo Restaurado", de Henry Kissinger.

Foi assistente do general Golbery na criação do Serviço Nacional de Informações e deixou o Exército como capitão. Tornou-se assistente do general Ernesto Geisel na presidência da Petrobras e em 1974 foi para Brasília como seu secretário particular. Em 1979 o presidente João Baptista Figueiredo manteve-o na posição até 1983.

Na política, Heitor meteu-se nos anos 50 ainda como cadete da Academia Militar das Agulhas Negras. Com a História, estava metido já em 1960, quando acompanhou o candidato Jânio Quadros para uma entrevista à rádio Guaíba, em Porto Alegre. Jânio levava uma cola para a conversa, onde escreveu "energia, transportes, agricultura, crédito" e deixou o papel sobre a mesa. O tenentinho de 25 anos guardou-o.

Era o início de um monumental trabalho de preservação da memória nacional. Resultaria num diário que soma mais de 1.500 páginas, num arquivo de cerca de 5.000 documentos e centenas de horas com gravações.

Golbery, que acompanhava a vida dos outros, dizia que não tinha arquivo. Era meia verdade. Ele tinha uma caixa ao lado da mesa, na qual jogava os papéis que passavam por lá. Heitor recolhia as caixas. Geisel também não tinha arquivo, mas Heitor guardava até seus rabiscos.

Em 1973, com o conhecimento e autorização de Geisel e Golbery, Heitor passou a gravar as conversas que tinham no Rio de Janeiro e também os telefonemas do presidente eleito. Era uma preocupação voltada exclusivamente para a preservação da memória, pois passou-se mais de meio século sem que Heitor jamais abrisse as caixas ou consultasse o material.

Na política, Heitor foi um soldado da abertura promovida por Geisel. Com Humberto Barreto, o poderoso assessor de imprensa do presidente, combatia a censura. Com Golbery, incentivava Geisel para que demitisse o general Sylvio Frota, ministro do Exército. Incentivava com tanta insistência que numa manhã o presidente atirou-lhe um telefone.

Coube a Heitor uma ação pitoresca. Em 1977 fez circular uma pergunta na cúpula do Planalto: O que acontecerá se o Ato Institucional nº 5 for revogado? A resposta: Nada. No dia 31 de dezembro de 1978 o AI-5 caducou e nada aconteceu.

O poder de Heitor Ferreira era tamanho que muitos ministros conversavam com ele forçando o tratamento de "você" e viam-se devolvidos à formalidade do "senhor".

Como Humberto Barreto, Heitor deixou o poder recolhendo-se ao silêncio e a uma vida frugal, sem grande patrimônio. Numa de suas crises de saúde, as despesas foram cobertas por Paulo Maluf, cuja candidatura à Presidência apoiou nos anos 80, causando-lhe a saída do governo. Ele, que esteve no SNI em 1964, era vigiado pelo Serviço em 1983.

A fábrica que produzia figuras como Barreto e Heitor Ferreira não existe mais.

Em tempo: O signatário teve o privilégio da convivência e da amizade de ambos. Com o consentimento de Golbery, Heitor deu-lhe a guarda de parte de seu arquivo.

Diplomacia de gesto

Diplomacia se faz também com gestos.

Portugal emprestou ao governo brasileiro o coração de D. Pedro 1º. Quem trouxe a urna foi o chefe da polícia portuguesa, fardado. Veio acompanhado pelo presidente da Câmara da cidade do Porto, que guarda a peça.

Sem uma palavra, municipalizou-se o gesto.

Desafetos de Bolsonaro são aposta de Soraya, plano B da União Brasil

Aliada do Planalto, senadora tenta se desvencilhar da imagem de fantoche de Bivar, presidente do seu partido

Renato Machado e Danielle Brant

BRASÍLIA A senadora Soraya Thronicke (União Brasil-MS), 49, entrou na corrida presidencial de última hora e como o plano B da União Brasil.

O aparente desprestígio inicial é parcialmente compensando com uma potente máquina partidária e um grande tempo de televisão para se tornar conhecida e tentar sair do traço nas pesquisas.

Soraya ainda não conseguiu pontuar. A mais recente pesquisa Datafolha trouxe a senadora com traço nas intenções de voto. Mas a União Brasil lhe garantirá o quarto maior tempo de rádio e TV. Ela terá 2 minutos e 10 segundos a cada bloco do horário eleitoral, além de 170 inserções de 30 segundos ao longo da campanha.

O processo que tornou Soraya candidata se desenrolou em quatro dias. Luciano Bivar era o nome colocado para disputar a Presidência, mas, sem muitas justificativas, abandonou o pleito para concorrer a uma vaga na Câmara.

No sábado, dia 30 de julho, Soraya foi convidada por telefone quando estava a caminho de um velório. Aceitou. Bivar, no dia seguinte, anunciou que desistiria, e a senadora foi lançada em 2 de agosto.

A velocidade com que os fatos se desenrolaram provocou comentários de que Soraya seria uma "laranja" de Bivar — que teria mantido seu nome na disputa para barganhar com outros partidos, entre eles o PT do ex-presidente Lula.

Para críticos, a União teria apostado numa candidatura fantoche e a indicação de Soraya teria a conveniência de reverter a cota feminina.

Sobre as críticas, a senadora nega que tenha sido escalada como uma candidata fantoche. "Isso é uma mentira. Eu já estava [na campanha], era vice do Bivar. Então já estava nesse páreo, fui a sucessora natural quando o Bivar saiu da candidatura", afirmou à **Folha**.

Em sua campanha, Soraya terá ao seu lado personagens que passaram pelo governo Bolsonaro e que saíram após atritos com o Planalto. Seu vice na chapa será o economista Marcos Cintra, ex-secretário da Receita Federal, defensor do imposto único.

O ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sergio Moro escreveu o plano anticorrupção da candidata. Demitido no meio da pandemia, o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta contribuiu na área de saúde.

Suas agendas iniciais de campanha indicam que a proximidade com esses personagens, em particular com Moro, será explorada.

Soraya Thronicke vai disputar a Presidência após apenas quatro anos ocupando cargo público e menos de uma década de militância.

Nascida em Dourados (MS), casada e mãe de um filho que faz faculdade de música, a atual senadora atuou na capital do estado, Campo Grande, na maior parte de sua carreira de advogada e empresária.

Soraya Thronicke, da União Brasil Adriano Vizoni - 19.ago.2022/Folhapress

Ela e sua família foram donos de uma franquia de escolas de idioma e em negócios que incluíam uma rede de motéis. Soraya deu entrevistas no passado explicando temáticas de alguns quartos, inspirados em pubs e no filme "50 Tons de Cinza".

Ganhou projeção regional com a advocacia, em particular quando entrou com uma ação na Justiça contra o frigorífico JBS e conseguiu bloquear cerca de R$ 700 milhões da empresa envolta num escândalo de corrupção.

Além disso, Soraya é da geração de políticos que ganharam notoriedade e iniciaram sua militância nos protestos contra a presidente Dilma Rousseff (PT). Em seu estado, organizava passeatas e subia em caminhões para discursar contra a petista. A advogada aproveitava viagens de trabalho a Brasília para ir ao Congresso e pedir apoio para o impeachment de Dilma.

Foram nas visitas ao Legislativo que se tornou próxima de Jair Bolsonaro (PL), que, em determinado momento, pediu para que seguisse com ele. Assim foi. Filiou-se ao PSL, então partido de Bolsonaro, e foi eleita para uma vaga no Senado. Atuou no início da gestão Bolsonaro como uma fiel escudeira do Planalto, chegando a ser vice-líder do governo.

Soraya se define como conservadora nos costumes e liberal na economia. Como senadora, acompanhou o governo nas principais votações e defendeu a retórica bolsonarista.

Após o Senado barrar os polêmicos decretos presidenciais que aumentaram o acesso a armas de fogo, por exemplo, Soraya foi um dos quatro parlamentares, ao lado de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a protocolar projeto de lei praticamente com os mesmos termos. A foto principal de seu site mostra a senadora apontando duas pistolas para os internautas.

A senadora começou a entrar na mira da ala radical bolsonarista durante a CPI da Covid, quando não endossou a estratégia de desviar o foco para investigar os estados e cobrou respostas para as denúncias de corrupção envolvendo o governo. Mais recentemente, foi contra a gestão Bolsonaro e assinou o requerimento da CPI para investigar corrupção no MEC.

Soraya rompeu com o seu primeiro suplente, Rodolfo Nogueira, após um episódio que incluiu denúncia do Ministério Público por ameaças contra a senadora.

O segundo suplente, Danny Fabricio, chegou a ser réu por lavagem de dinheiro, mas foi absolvido. A senadora ressalta que as escolhas de suplentes aconteceram há mais de quatro anos; que ela tomou a decisão de destituir seu segundo suplente da vice-presidência estadual do partido; e que ela responde somente por suas próprias ações.

Vácuo de Ciro no Executivo é entrave para tentar se aproximar de eleitores

Candidato do PDT à Presidência foi governador do Ceará em 1991 e prefeito de Fortaleza em 1989

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO Candidato à Presidência da República pelo PDT, Ciro Gomes, ocupou dois cargos de chefia do Executivo ao longo dos mais de 40 anos de carreira pública. Foi eleito prefeito de Fortaleza em 1989 e governador do Ceará em 1991.

A última eleição em que saiu vencedor foi em 2007, quando se tornou deputado federal. Depois, ocupou a secretaria de Saúde do Ceará na gestão de seu irmão Cid Gomes (PDT) até dezembro de 2015.

Embora tenha sugestões robustas para resolver problemas crônicos do país, a breve experiência do candidato em cargos executivos faz com que a comunicação de sua campanha se atenha ao campo das ideias teóricas, o que explica seu distanciamento do eleitorado.

Na atual disputa, o candidato do PDT tem tido dificuldade em sair do terceiro lugar e do patamar de 7% das intenções de votos que mantém desde o fim de maio, segundo pesquisas Datafolha.

Em segundo lugar, o presidente Jair Bolsonaro (PL) está 25 pontos percentuais à frente dele, com 32%. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera a disputa, com 47%.

Nas sabatinas e entrevistas que participa desde o início da campanha, Ciro é frequentemente elogiado por sua habilidade com números que traduzem a realidade brasileira, mas a falta de perspectiva de crescimento evidencia a dificuldade da campanha em transformar o conhecimento em popularidade.

Como anteparo, o candidato do PDT critica com frequência o culto à personalidade dos dois primeiros colocados nas eleições, às quais se refere como "exuberantes e barulhentas", e se concentra nas explicações técnicas do seu programa de governo.

"É natural que as pessoas, antes de optar pela candidatura, elas refletem sobre quem elas conhecem melhor", disse durante coletiva de imprensa na manhã de quinta-feira (25) em São Paulo. "Não é que não me conheçam de ouvir falar, mas conhecem [Lula e Bolsonaro] melhor, com mais intensidade", continuou.

Apesar de ter se mantido distante de cargos públicos executivos nos últimos anos, Ciro cita com frequência durante a atual campanha seus feitos durante o mandato como governador do Ceará e também como prefeito de Fortaleza, cargos exercidos há mais de 30 anos.

Ciro deixou os dois cargos antes do fim. Em 1994, abriu mão do Governo do Ceará para "socorrer o Plano Real", segundo ele, ao se referir ao período em que foi ministro da Fazenda do governo Itamar Franco no nascimento da atual moeda brasileira. Apesar de se tratar de passagens de sua trajetória profissional, Ciro não se mostra afeito a falar sobre seu passado.

Questionado pela **Folha** sobre as renúncias dos cargos que ocupou, Ciro disse que não "tinha a menor ideia" de como comentar. "Tenha a santa paciência, o que você está me perguntando?", continuou o candidato. O trecho da resposta foi cortado da transmissão ao vivo da coletiva de imprensa publicada na quinta nas redes sociais do candidato.

Uma vez eleito prefeito da capital cearense, o atual candidato à Presidência pelo PDT deixou o cargo um ano depois para concorrer ao Governo do Ceará, em 1989, mais um cargo que não concluiu.

Ao todo, foram 6 renúncias dos 9 cargos públicos que ocupou ao longo de mais de 40 anos de carreira, sempre para alçar postos mais altos na hierarquia política. Como ministro da Fazenda foram menos de quatro meses.

Antes de encerrar a coletiva de imprensa desta quinta-feira, Ciro brincou: "Segundo o Aldo Rebelo aqui, só dá para renunciar ao cargo de presidente para se candidatar a papa, então não tem problema", disse ao lado do candidato de seu partido ao Senado.

Ciro Gomes durante caminhada de campanha em Fortaleza Kenny Andrade - 21.ago.2022/PDT

Cargos públicos assumidos por Ciro Gomes

1980 a 1982
procurador da Prefeitura de Sobral

1983 a 1987
deputado estadual

1987 a 1988
deputado estadual

1989 a 1990
prefeito de Fortaleza

1991 a 1994
governador do Ceará

1994 a 1995
ministro da Fazenda

2003 a 2006
ministro da Integração Nacional

2007 a 2011
deputado federal

2013 a 2015
secretário de saúde do Ceará

Resistência a Trump teve veto a termo 'golpe' e a atos de rua, diz articulador

Movimentação após derrota de republicano uniu sindicatos e empresários nos bastidores

Thiago Amâncio

WASHINGTON A invasão do Congresso dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021 foi uma tentativa de golpe de Estado com participação do então presidente Donald Trump, afirmou o comitê que apura o episódio no Parlamento. Mas, para organizações da sociedade que se reuniram para fazer frente ao republicano, "golpe" era uma palavra proibida.

Quem conta é Michael Podhorzer, articulador político conhecido nos bastidores de Washington e que trabalha com a AFL-CIO, maior federação sindical dos EUA. Ele é tido como um dos responsáveis por articular movimentações de entidades de direitos civis e conselhos comunitários para resistir às iniciativas de Trump de tentar reverter a derrota para Joe Biden —cenário apontado como semelhante ao do Brasil, com ataques ao sistema eleitoral por Jair Bolsonaro (PL) e parcelas relevantes de seus apoiadores.

A primeira proposta dos americanos foi justamente não colocar multidões nas ruas com cartazes de "não vai ter golpe". A esquerda estava preparada para isso depois dos atos antirracistas em massa que tomaram as ruas de diferentes cidades meses antes, em protesto contra o assassinato de George Floyd.

"Muita gente da sociedade civil organizada queria sair para protestar ou reagir. A coisa mais importante que fizemos foi garantir que isso não acontecesse", diz Podhorzer.

É um raciocínio pouco intuitivo, mas, na visão do veterano articulador, reagir às provocações seria um sinal de falta de confiança no próprio processo eleitoral americano. "Nós tínhamos certeza que a transferência de poder aconteceria, como de fato aconteceu, e precisávamos mostrar confiança de que Biden seria empossado", afirma.

"Colocar uma multidão nas ruas transformaria o caso em uma disputa de esquerda versus direita." Segundo o ativista, haveria ainda o risco de o então presidente mobilizar as forças de segurança contra os manifestantes, alegando buscar "a pacificação do país".

Assim, de acordo com ele, foi possível forçar alguma normalidade —"não importando o nível de loucura que Trump estivesse falando". Diz Podhorzer: "Uma coisa com a qual pessoas com tendência a ditadores contam é a reação. Se as pessoas não reagem, basicamente dizem 'Você perdeu e sabe que perdeu', riem de quem se acha poderoso demais".

A decisão de evitar as ruas foi sacramentada depois de uma reunião por videochamada entre ativistas de diferentes áreas horas após a invasão do Capitólio, em um dos momentos mais tensos da história recente americana. As estratégias, porém, vinham sendo traçadas havia meses, desde que Trump começara a atacar o sistema eleitoral.

O então presidente indicava que se recusaria a conceder a vitória ao democrata, como o fez, e repetiu, como ainda o faz, que houve fraudes e que ele foi o verdadeiro eleito quando o país foi às urnas. A Justiça nunca encontrou qualquer indício disso.

Evitar o uso da palavra "golpe" vinha também em uma estratégia de esquivar-se de palavras agressivas aos ouvidos de pessoas de outras esferas, que vinham se incomodando com os pedidos de fim da polícia após a morte de Floyd.

Podhorzer afirma, porém, que só foi possível "ignorar" Trump dado o alto nível de confiança dos americanos nas instituições —o que ele diz não saber se é possível transpor para o Brasil caso haja tumultos políticos após as eleições presidenciais de outubro.

Não havia receio, por exemplo, de que militares de alta patente tomassem partido de Trump; no Brasil, parte do alto escalão das Forças Armadas indica ter comprado os argumentos de Bolsonaro de que as urnas eletrônicas não são seguras. "The Divider: Trump in the White House", livro prestes a ser lançado nos EUA, conta que o então presidente se mostrava frustrado com seus chefes militares, a quem considerava insuficientemente leais e obedientes.

Figuras como o general Mark A. Milley, chefe do Estado-Maior Conjunto, agiram dentro do governo para assegurar que as Forças atuassem como baluarte contra um presidente cada vez mais fora de controle, segundo a obra.

Outro fator essencial para a resistência silenciosa a uma tentativa de Trump de roubar as eleições foi o apoio do empresariado à manutenção da ordem no país, segundo Podhorzer. "Isso é o que eu acho que pode ser mais perigoso no Brasil", diz, referindo-se ao apoio que Bolsonaro tem em parte do mercado.

Nos EUA, a rara aliança entre sindicatos e empresariado se tornou pública já na noite da eleição, quando a AFL-CIO divulgou um comunicado conjunto com a Câmara Americana de Comércio —maior grupo de lobby empresarial do país—, e outras instituições, pedindo respeito à contagem de votos. Em novembro, Trump chegou a recorrer à Suprema Corte pedindo que se interrompesse a contagem na Pensilvânia e transformou em bordão o "Parem de contar!"

"É imperativo que se dê às autoridades eleitorais espaço e tempo para contar cada um dos votos de acordo com as leis aplicáveis", dizia o texto. Guardadas as devidas proporções, um pouco na linha de recentes cartas em defesa do Estado de Direito no Brasil.

Tímida, essa foi uma das poucas manifestações públicas do setor. Nos bastidores, porém, a movimentação foi muito mais intensa, e CEOs de grandes empresas passaram a mandar recados para Trump de que não o apoiariam caso levasse a cabo um golpe.

Para os envolvidos nas articulações da época, o fato de isso ter se dado de maneira privada, não em público, teria convencido o republicano de que as manifestações eram sérias. Os recados teriam sido passados por emissários, sobretudo advogados com bom trânsito entre nomes importantes de seu partido.

Um ano depois da intensa articulação política que decidiu "não fazer nada" —ao menos não em público—, Podhorzer vê sucesso na operação, já que Trump não conseguiu roubar a eleição. Mas ele afirma ter dúvidas sobre a possibilidade de reproduzir a estratégia no Brasil, caso apoiadores de Bolsonaro decidam causar distúrbios no país após uma eventual derrota dele para Lula (PT).

Ele defende que tanto Trump quanto Bolsonaro não serão automaticamente esquecidos da esfera pública. "Nos EUA, Trump representa uma mudança muito mais profunda que acontece há pelo menos 15 anos na sociedade", diz, referindo-se ao aumento da angústia e do ressentimento com a classe política, sobretudo após a crise de 2008, e à radicalização.

"Essas coisas não existem por causa de Trump. É o contrário, Trump é produto disso. É por isso que há muitos Trumps nas estruturas governamentais do interior do país", acrescenta, sem citar figuras que seguem uma linha ainda mais agressiva que a do ex-presidente, como o governador republicano da Flórida, Ron DeSantis. "Isso não vai embora do dia para a noite."

O ex-presidente Donald Trump em evento conservador em Dallas Go Nakamura - 6.ago.22/Reuters

> **Muita gente da sociedade civil organizada queria sair para protestar ou reagir. A coisa mais importante que fizemos foi garantir que isso não acontecesse. Colocar uma multidão nas ruas transformaria o caso em uma disputa de esquerda versus direita**

> **Uma coisa com a qual pessoas com tendência a ditadores contam é a reação. Se as pessoas não reagem, basicamente dizem 'Você perdeu e sabe que perdeu', riem de quem se acha poderoso demais**

> **Essas coisas não existem por causa de Trump. É o contrário, Trump é produto disso. É por isso que há muitos Trumps nas estruturas governamentais do interior. Isso não vai embora do dia para a noite**
>
> **Michael Podhorzer**
> articulador político que trabalha com a AFL-CIO

Manifestantes defendem manutenção de tradições rurais em ato contra a nova Constituição na região de Paine, em Santiago Ivan Alvarado - 26.ago.22/Reuters

Chilenos se preparam para plebiscito com manifestações

Consulta sobre nova Constituição será realizada na semana que vem

Sylvia Colombo

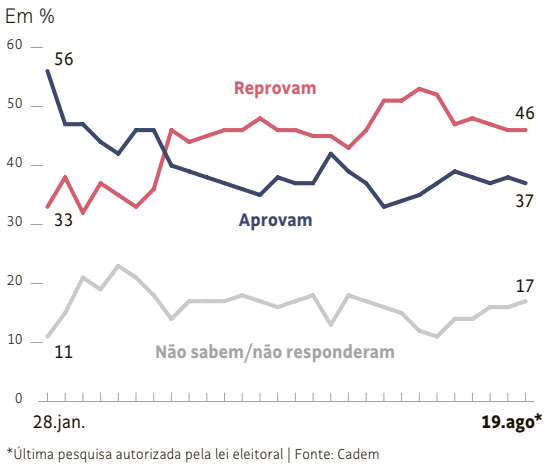
BUENOS AIRES A uma semana da votação em que os chilenos decidirão em plebiscito se aprovam ou rejeitam a nova Constituição, as ruas das principais cidades do país tornaram-se palco de manifestações. São esperados 15 milhões de votos no plebiscito, no qual a participação é obrigatória.

Com a população dividida —porém inclinada a votar contra a proposta, segundo as pesquisas mais recentes—, o que se vê nos atos são grupos focados em discutir questões pontuais do novo texto. Nos últimos dias, por exemplo, milhares foram às ruas de Santiago pedindo voto no "sim" para a Carta pela garantia de acesso à habitação.

Foram realizadas marchas de mulheres defendendo os artigos da nova Constituição que preveem acesso ao aborto e a paridade de gênero na administração pública. Estudantes e indígenas se organizaram em passeatas em apoio à cláusula que define o Chile como um Estado plurinacional e intercultural e reconhece a soberania das nações indígenas —os povos nativos correspondem a 12% da população, mas nem sequer são mencionados na Constituição vigente, herdada da ditadura de Augusto Pinochet.

Grupos de ambientalistas se manifestaram andando de bicicleta, e muitos portavam bandeiras defendendo a aprovação do texto, com reivindicações de pautas ecológicas e símbolos dos mapuches, o grupo indígena mais numeroso do país. A redação da nova Carta preconiza que "a natureza tem direitos" e que "o Estado e a sociedade têm o dever de protegê-los e respeitá-los".

Os que afirmam rejeitar a proposta também fazem campanha nas ruas do Chile. Em Puente Alto, um dos bairros mais pobres da capital, Santiago, um grupo de mulheres carregou faixas em que se liam frases contra o texto.

"Nossa vontade não está expressa na Carta", afirma Marcela Sepúlveda, líder da Corporação de Mulheres e das Tradições Chilenas. "Não aprovamos as novas leis de gênero e queremos deixar isso claro, queremos que nossas tradições sejam respeitadas."

O texto que pode se tornar a nova Constituição também encontra forte oposição no sul do país, onde há conflitos violentos entre grupos mapuches e proprietários de terra. As marchas na região marcam posição contra artigos relacionados à soberania indígena, acesso à educação nos idiomas originários e a Justiça indígena, que permitiria a grupos nativos manter sistemas jurídicos ligados a tradição ancestral de cada tribo —modelo semelhante ao adotado na Bolívia, por exemplo.

Para a cientista política Claudia Heiss, há um descompasso entre o "sim" e o "não" no que tange à maneira como essas pautas são apresentadas.

"A campanha pela aprovação carece de verbas, há poucas doações e pouca propaganda pública, mas isso está sendo compensado pelas manifestações nas ruas, pela ação de organizações civis e estudantis, que estão promovendo eventos culturais e de conscientização." Já o movimento pela rejeição, segundo Heiss, conta com forte apelo de propaganda nas ruas e nos meios de comunicação.

Esse pode ser um dos fatores que explicam a mudança nas intenções de voto nos últimos meses. Em janeiro, 56% dos chilenos diziam que votariam a favor da nova Carta, ante 33% que votariam contra, de acordo com pesquisa do instituto Cadem. A diferença foi diminuindo e, desde abril, o cenário se inverteu, com o "não" em vantagem sobre o "sim" —o último levantamento permitido pela legislação eleitoral aponta 46% contra, 37% a favor e 17% indecisos.

Há nuances, porém, de ambos os lados. Entre os eleitores que querem enterrar de vez a Constituição da era Pinochet, há grupos defendendo que, depois da promulgação do novo texto, alguns pontos sejam reformados. Movimento semelhante se dá também no outro campo: parte dos que devem votar pela rejeição não se opõe a todas as cláusulas, de modo que há uma intersecção entre os dois extremos.

"A rejeição deve ganhar, não para que se enterre todo o esforço, mas para que voltem a ser debatidos temas que foram colocados no texto às pressas, quase como um rascunho", diz Carol Brown, legisladora do partido de direita UDI.

O governo do esquerdista Gabriel Boric, que se posiciona a favor da proposta, foi forçado a pensar em um plano B diante da potencial rejeição. Uma vez que a Constituição atualmente em vigor já foi reprovada no plebiscito de 2020, o mandatário afirma que há espaço para negociar uma nova redação do texto —movimento que já recebeu o aval dos principais partidos da direita chilena.

Quem vem explicando como será o possível plano pós-reprovação é o secretário da Presidência, Giorgio Jackson. "Teremos de chegar a um consenso, por meio do Congresso, para estabelecer o mecanismo para a renegociação dos artigos que causam rejeição, além de um novo sistema de aprovação Haverá ajustes necessários que devem ser debatidos e aprovados pelas vias institucionais", afirmou.

Índice de aprovação da proposta de nova Constituição do Chile

*Última pesquisa autorizada pela lei eleitoral | Fonte: Cadem

Planos de Lula e Bolsonaro para América Latina vão de 8 a 80

ELEIÇÕES 2022
ANÁLISE

Diogo Schelp
Jornalista e comentarista político, é pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da USP

Oito ou oitenta. A expressão popular define as diferenças entre as propostas de Jair Bolsonaro (PL) e de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para as relações de Brasil e América Latina caso vençam as eleições.

Na seção de política externa, o plano de Bolsonaro dedica só uma linha ao propósito de buscar parcerias com o "entorno geográfico nas Américas". De resto, relações com vizinhos aparecem apenas pontualmente em outros tópicos.

A diplomacia de Bolsonaro foca a ideia de "vocação universalista", ou seja, estender os laços em múltiplas direções e não se restringir a poucos países. Historicamente, o universalismo foi uma forma de evitar alinhamentos automáticos com potências mundiais.

Entende-se, portanto, por que o termo foi incorporado: a necessidade de buscar novas parcerias se tornou inevitável depois do fim do governo Donald Trump, quando a política externa antiglobalista tocada por Ernesto Araújo ficou órfã de liderança.

Os vizinhos da América Latina, porém, definitivamente não estão na lista de prioridades do alegado universalismo da repaginada política externa de Bolsonaro. Não foram até agora e não serão em um eventual segundo mandato.

Isso fica claro pelas instâncias multilaterais citadas: Nações Unidas, G20, OMC e OCDE ("clube" de países ricos), com ênfase para esta, na qual o governo Bolsonaro insistentemente procura ser aceito.

Não há menção ao Mercosul. A única instância citada que remete a parcerias com emergentes é o Brics —no qual o Brasil é solitário representante latino-americano.

O problema elementar é que é inconcebível para o Brasil ter inserção internacional razoável se não consegue nem sequer se apresentar como ator relevante em nível regional.

O plano de Lula vai ao outro extremo. O ex-presidente quer reeditar o ativismo diplomático de seus oito anos no poder, o que seu então chanceler Celso Amorim chamou de "política externa ativa e altiva". O PT promete retomar a cooperação com países pobres, promover "a integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe" e fortalecer instâncias como "o Mercosul, a Unasul, a Celac e o Brics".

A Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) é um bloco de cooperação criado em 2010 com o propósito, na visão do então presidente venezuelano Hugo Chávez, de ser alternativa à OEA (Organização dos Estados Americanos), ou seja, livre da influência americana.

Tal qual a Unasul (União das Nações Sul-Americanas), a Celac esvaziou-se com a chegada de governos de direita ou centro-direita no Brasil e em outros países a partir de 2016.

Em seus dois mandatos, Lula procurou construir seu protagonismo na região com base em dois pilares interligados: a articulação política com governos vizinhos e a integração da infraestrutura regional por meio de grandes projetos a cargo, preferencialmente, de empreiteiras brasileiras.

O problema de tentar reavivar o protagonismo de outrora é que a América Latina não é mais a mesma. A integração via infraestrutura, nos governos do PT, foi marcada por corrupção, o que levou a desmonte da capacidade material do Brasil para liderá-la. Certamente, haveria resistência para retomar a internacionalização de construtoras brasileiras e financiamentos externos do BNDES depois do revelado pela Lava Jato.

Do ponto de vista da articulação política, os governos da região voltaram em sua maioria para as mãos da esquerda, mas o contexto é outro. Primeiro, porque o cenário econômico é bem mais desafiador. Apesar da gradual recuperação para patamares pré-Covid, a inflação continuará sendo um problema em 2023, e o preço das commodities está em tendência de queda.

Segundo, porque a presença da China agora é muito maior, e o interesse dos EUA em rivalizar com essa influência, também —o que deixa menos margem de manobra para aspirações lulistas de liderança.

A questão do viés dos alinhamentos ideológicos já está sendo explorada na campanha. No Jornal Nacional, Bolsonaro exibiu uma "colinha" na palma da mão com quatro palavras-chave, entre as quais Nicarágua, Argentina e Colômbia. Ele pretendia chamar a atenção para a perseguição política no regime nicaraguense, para problemas econômicos dos argentinos e para o risco de leniência do novo governo colombiano com a narcoguerrilha. O objetivo é relacionar tudo a Lula.

Como que para reforçar a diferença, o plano de Bolsonaro diz que seu governo priorizou a "cooperação com outras democracias" e que buscará "interação ainda maior com países que defendam e respeitem valores que são caros aos brasileiros e se encaixem no ambiente democrático".

Nada mais falso, haja vista a aproximação com a Rússia de Vladimir Putin e a Arábia Saudita de Bin Salman.

[...]

Para além das diferenças nas propostas, a questão do viés dos alinhamentos ideológicos já está sendo explorada na campanha

Inverno e inflação assombram eleição britânica

Favorita Liz Truss e Rishi Sunak divergem sobre planos para combater 'catástrofe' no aumento dos preços da energia

Ivan Finotti

MADRI Com a "catástrofe do inverno" devidamente anunciada, que é como os britânicos estão chamando as consequências do aumento dos preços da energia, a eleição para primeiro-ministro no Reino Unido vem adquirindo ares dramáticos em sua reta final.

Concorrem ao posto de líder do Partido Conservador —e, como a legenda tem maioria no Parlamento, ao de primeiro-ministro— a atual secretária de Relações Exteriores, Elizabeth Truss, franca favorita, e o ex-secretário das Finanças Rishi Sunak. A eleição para a sucessão de Boris Johnson não é geral: votam apenas os cerca de 160 mil filiados do partido, que enviam as cédulas pelo correio. A data limite é a próxima sexta-feira (2), e o anúncio do vencedor deve sair na segunda (5).

O candidato Rishi Sunak, que defende auxílios às famílias, em Perth... Russell Cheyne - 16.ago.22/Reuters

... e sua rival Liz Truss, que tem sido vaga sobre planos na economia, em Birmingham... Geoff Caddick - 23.ago.22/AFP

10,1% é a taxa atual de inflação anual no Reino Unido, a mais alta em **40** anos

3.600 libras novo valor médio da conta anual de energia no país, contra **2.000 libras** anteriormente

O termo catástrofe para se referir ao aumento de energia não é mero exagero retórico: a Ofgem, agência reguladora do mercado de gás e energia no país, anunciou na sexta-feira (26) um aumento de 80% nas contas a partir de outubro. O boleto médio anual na Inglaterra, hoje de cerca de 2.000 libras (equivalente a R$ 12 mil), vai saltar para perto de 3.600 libras (R$ 21,5 mil).

É um dinheiro que muitas famílias britânicas simplesmente não têm. Espera-se ainda um novo aumento em janeiro de 2023, para algo em torno de 4.500 libras (ou R$ 27 mil). É o mesmo valor que fez com que um sorveteiro viralizasse nas redes sociais ao reclamar dos aumentos abusivos da energia na Itália há alguns dias. Para completar, a alta dos alimentos fez a inflação anual do Reino Unido atingir 10,1% no mês passado, a maior em quatro décadas.

"O novo primeiro-ministro vai precisar de uma política radical de apoio ao consumidor de energia —como congelamento das tarifas e taxas solidárias ou injeção sem precedentes de dezenas de bilhões de libras— para evitar que o aprofundamento da crise das contas se torne uma séria ameaça para a saúde física e financeira das famílias neste inverno [no hemisfério Norte]", disse o think tank Resolution Foundation em relatório.

É nesse contexto que Liz Truss (que tem cerca de 30 pontos de vantagem, de acordo com as pesquisas mais recentes) e Rishi Sunak já divergem com ideias sobre o que fazer para aplacar a catástrofe.

Enquanto Sunak falou em ajudar as famílias com dinheiro, Truss mantém certa postura vaga sobre o assunto, ainda que tenha declarado há algumas semanas ao jornal Financial Times que não acreditava em "fazer doações". A falta de projeto sobre o tema, porém, tem causado estresse entre os eleitores da atual secretária de Relações Exteriores.

Um deles, ouvido pelo jornal The Guardian, disse que "gostaria de ver mais" e que, com o anúncio feito pela Ofgem nesta sexta, esperava que Truss abordasse melhor o assunto. Outro eleitor se disse "desapontado com a falta de de foco no que interessa realmente às pessoas". Mais assertivo, o parlamentar Michael Gove, do mesmo Partido Conservador, acusou a candidata a primeira-ministra de "estar tirando férias da realidade".

Sunak, por outro lado, tem sido bem mais assertivo. "A primeira regra de qualquer crise é assumir que você está enfrentando uma. Nós estamos enfrentando uma crise de energia e eu tenho um plano para nos fazer passar por ela", disse o conservador. "Vou liderar um esforço nacional para aumentar nosso suprimento de energia doméstica e cortar desperdícios. Também vou me certificar de que o país jamais fique nessa posição de novo. Vou trabalhar para que o Reino Unido esteja totalmente independente em energia por volta de 2045."

Na noite de quinta (25), os dois participaram de um debate para algumas centenas de apoiadores em Norwich (leste da Inglaterra). Destacaram o patriotismo, exaltaram a responsabilidade individual e atacaram os trabalhistas e os separatistas escoceses. Quanto à energia, Sunak defendeu ajuda aos desfavorecidos, enquanto Truss preferiu falar em cortes de impostos.

O aumento nos custos de energia na Europa decorre diretamente da Guerra da Ucrânia, que acaba de completar seis meses. Como parte das sanções impostas à Rússia pela invasão do vizinho, a União Europeia acertou uma meta de redução de 15% do gás, além de diminuir radicalmente a compra de petróleo russo. Tudo isso impacta os preços também do Reino Unido, que não faz mais parte do bloco.

No caso britânico, o gás russo representa apenas 4% da importação, mas mesmo assim o país pretende explorar opções para também encerrar essa demanda até o fim do ano. Além de ser grandes produtoras de petróleo e derivados, as ilhas compram em especial dos EUA, da Holanda e do Golfo Pérsico.

Casada e mãe de dois filhos, Liz Truss, 46, já assumiu diversos cargos no Parlamento. Antes de se tornar a secretária de Relações Exteriores na gestão de Boris, foi ministra da Mulher e da Igualdade e precedeu seu atual rival Sunak na pasta das Finanças.

No brexit, plebiscito sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, ela inicialmente se posicionou contra. Depois, mudou de posição, dizendo que a separação oferecia uma oportunidade de "mudar a maneira como as coisas funcionam" —um dos motes do atual premiê. Na Guerra da Ucrânia, assumiu posição dura contra a Rússia, insistindo que todas as forças deveriam ser retiradas do país invadido.

Se vencer o pleito, ela será a terceira mulher no posto, depois de Margaret Thatcher (1979-1990) e Theresa May (2016-2019), ambas também do Partido Conservador.

Casado com a herdeira de um bilionário indiano e pai de duas filhas, Rishi Shunak, 42, é apontado como grande culpado pela queda de Boris Johnson, ao ter renunciado em 5 de julho ao cargo de ministro das Finanças e acelerado a crise de imagem do premiê demissionário.

Na pandemia de Covid-19, ele anunciou um pacote de socorro de 350 bilhões de libras, mas sua popularidade foi abalada ao violar as regras do lockdown em junho de 2020.

Mídia do Vaticano/AFP

PAPA FRANCISCO CONDUZ CERIMÔNIA DE POSSE DE 20 CARDEAIS

O papa Francisco nomeou, neste sábado (27), dois brasileiros como cardeais, em um consistório que oficializou a posse de 20 novos religiosos, ao todo. O movimento ajuda a consolidar a internacionalização do colégio cardinalício, órgão que ajuda o pontífice a governar a Igreja Católica —e define o novo papa quando este deixar o posto. Os dois novos cardeais brasileiros são Dom Leonardo Steiner, 71, arcebispo de Manaus, e Dom Paulo Cezar Costa, 55, arcebispo de Brasília. No total, o Brasil passa a ter oito cardeais na instituição, sendo seis aptos para votar na escolha de um novo pontífice. A nomeação de Steiner, o "cardeal da Amazônia", sinaliza o olhar de Francisco e a aproximação da igreja com as pautas ecológicas. Já Costa reagiu a escolha de seu nome com surpresa. Na foto, o pontífice e todos os cardeais durante cerimônia na Basílica de São Pedro, no Vaticano.

Brasileiro de 23 anos morre nos EUA detido por imigração

Renan Marra

SÃO PAULO Um brasileiro de 23 anos que tentou entrar de forma irregular nos Estados Unidos e estava sob custódia das autoridades no estado do Novo México morreu na última quarta-feira (24), de acordo com um boletim divulgado pela agência americana de imigração (ICE, na sigla em inglês) na sexta (26). A causa da morte está sendo investigada.

Kesley Vial foi capturado em abril por agentes da Patrulha de Fronteira dos EUA na cidade de El Paso, no Texas. Ele foi transferido para a custódia do ICE no mesmo mês e, depois, para o centro de detenção do Condado de Torrance, no Novo México. Lá, aguardava decisão judicial para saber se poderia permanecer em território americano ou se seria deportado.

Segundo o ICE, Vial foi encontrado inconsciente no dia 17 de agosto nas instalações do centro de detenção. A agência informou que a equipe médica do local foi acionada e que o brasileiro então foi transferido para o Hospital da Universidade do Novo México, onde morreu uma semana depois.

Os últimos meses registraram aumento na captura de imigrantes brasileiros em situação irregular nos EUA. Muitos dos brasileiros detidos permanecem em situação precária, afirma César Rossatto, cônsul honorário do Brasil e professor da Universidade do Texas. "Há casos em que as pessoas não se alimentam direito, relatos de racismo e de situação precária de higiene. Às vezes, os detidos ficam ao relento no frio".

A agência de imigração afirma que fatalidades envolvendo pessoas sob sua custódia são extremamente raras. "O ICE está firmemente comprometido com a saúde e o bem-estar de todos aqueles sob sua custódia e realiza revisão abrangente deste incidente."

No caso de Vial, o ICE afirma ter seguido os protocolos ao notificar o Departamento de Segurança Interna e o consulado brasileiro em Houston sobre a morte de Vial. O aviso aos familiares foi dado pelo hospital onde ele foi atendido, onde ele foi atendido.

A família iniciou uma campanha de arrecadação para custear as despesas de transporte do corpo até Danbury, em Connecticut, onde moram familiares. A meta é coletar US$ 28 mil (R$ 142,5 mil), dos quais pouco mais de US$ 8.000 foram arrecadados até início da tarde deste sábado (27).

Kesley Vial, 23, morto depois de 4 meses sob custódia

Tatiane Ribeiro, 27, é filha de uma empregada doméstica, mora na zona leste de São Paulo e é a primeira da família a cursar faculdade Karime Xavier/Folhapress

Número de jovens em trabalhos domésticos cai 35% em dez anos

No ranking de funções mais exercidas por quem tem até 29 anos, atividade caiu de 3º para 8º lugar

Douglas Gavras

SÃO PAULO Tatiane Ribeiro, 27, ainda se emociona ao recordar a felicidade da mãe, empregada doméstica, ao saber que ela tinha passado em pedagogia na USP. "Lembro de como ela ficou orgulhosa. Eu não era só a primeira de nós a fazer graduação, era a filha dela que tinha passado no vestibular. Esse sonho era até mais dela do que meu."

Sua mãe, Edineuza, parou de estudar no quarto ano, para trabalhar como empregada doméstica ainda na adolescência, no interior da Bahia. "Quando viemos para São Paulo, a gente morava em uma favela em Itaquera [zona leste de São Paulo], e para economizar o dinheiro do ônibus, ela às vezes dormia na casa dos patrões. Acho que ela transformou esse sacrifício todo em impulso para me incentivar a seguir estudando."

Perto de terminar a graduação, ela se divide entre os estágios e o trabalho em uma biblioteca comunitária especializada em autores negros. "Já que ela não pôde, minha mãe queria que eu escolhesse a minha profissão. Agora, quero ajudar a modificar a vida de outras pessoas da periferia, provar que podemos levar a nossa vivência para a universidade."

A história de Tatiane reflete uma mudança significativa: em uma década, o número de brasileiros de 14 a 29 anos exercendo algum tipo de trabalho doméstico —formal ou informal— caiu 35,1%, de acordo com dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua.

Esses trabalhadores eram 1,308 milhão no primeiro trimestre de 2012, o primeiro ano da série histórica da pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e agora somam 849 mil. Passaram de 4,7% do total da população ocupada nessa faixa etária há dez anos para 3,4%.

No mesmo intervalo, o trabalho doméstico praticamente se manteve estável entre os maiores de 30 anos, que eram 4,647 milhões há dez anos e passaram para 4,759 milhões no fim do primeiro trimestre de 2022 —leve alta de 2,4% no período, segundo levantamento da consultoria IDados.

A presença dos mais jovens em funções de limpeza, jardinagem, como caseiros ou zeladores vem caindo de forma constante ao longo da série, com leves repiques para cima.

Esses aumentos pontuais ocorreram, sobretudo, de 2017 para 2018, com a recuperação da economia após a recessão dos anos anteriores, e de 2021 para 2022, com a reabertura após o baque da pandemia.

"Os dados apontam que os jovens têm menos chance de exercer trabalho doméstico do que no passado, uma tendência que vem desde antes da pandemia", diz a pesquisadora da IDados Mariana Leite. "Certamente é uma mudança histórica, ao compararmos, desde o início da série, o trabalho doméstico dos jovens com o da população em geral ocupada com essas funções."

Ao se olhar para as ocupações mais exercidas por brasileiros de 15 a 29 anos, o movimento é semelhante: a função "Trabalhadores dos serviços domésticos em geral", a principal do grupo de trabalhos domésticos da Pnad, era a terceira com mais jovens em números absolutos, com 1 milhão de pessoas nos três primeiros meses de 2012.

Dez anos depois, eram 480 mil trabalhadores nessa função, que passou a ocupar a oitava posição —atrás de ocupações dos setores de comércio e serviços, como balconistas, além de trabalhadores da construção, segundo dados do economista Bruno Ottoni.

Leite acrescenta que houve um aumento de escolaridade ao longo das gerações. "No Brasil, houve um reforço de medidas afirmativas, como o sistema de cotas nas universidades. E ainda que o acesso à educação superior não seja amplo, mesmo a conclusão do ensino médio já fez diferença."

"Passei no vestibular de primeira, filho de pobre não tem segunda chance", diz Xênia Mello, 37, filha de ex-empregada doméstica em Curitiba, ao narrar o percurso que fez de casa até os Correios, para se inscrever em Direito na Universidade Federal do Paraná.

"Vendi meus livros para pagar a taxa do vestibular. É uma história de superação, mas que não pode ser usada como discurso de meritocracia. Ela é atravessada por muito sofrimento e violência."

Mello passou na faculdade junto com o filho da patroa de sua mãe. "Anos mais tarde, me dei conta de que vários dos ressentimentos que tinha de infância eram reflexo de uma questão econômica. Minha mãe morou no emprego por muito tempo e eu ficava sozinha na adolescência. Essa relação da distância da maternidade me fez comparar a nossa história ao filme "Que Horas Ela Volta?""

No filme de Anna Muylaert, de 2015, Val (Regina Casé) é uma doméstica que se mudou para São Paulo para tentar dar uma vida melhor para a filha, Jéssica (Camila Márdila), que ela deixou em Pernambuco. Anos depois, a garota vem para a cidade prestar vestibular.

"Assim como a personagem do filme, nunca pensei em trabalhar na casa de alguém, sempre tive convicção de que faria outra coisa. E não vejo o trabalho doméstico como algo desmerecido, adoro organizar a minha casa, mas sempre sonhei com uma formação superior que faria com que meu trabalho fosse uma escolha, não uma sentença", diz Mello, que hoje é servidora em uma universidade pública.

> "Minha mãe morou no emprego por muito tempo e eu ficava sozinha na adolescência. Essa relação da distância da maternidade me fazia comparar a nossa história ao filme "Que Horas Ela Volta?"
>
> **Xênia Mello**
> servidora pública

"Nos últimos anos, ficou perceptível que quando condições de saída são criadas e a situação do país melhora, menos gente se sujeita ao trabalho doméstico", avalia Tatiana Roque, da Rede Brasileira de Renda Básica. "Para os profissionais que seguem nessas funções, é importante criar janelas de profissionalização, para que as relações antigas sejam revistas com a chamada economia do cuidado."

Apesar dos avanços, 4 das 10 principais ocupações dos jovens brasileiros ainda exigem qualificação menor que o ensino médio.

Além dos efeitos da pandemia, acompanhar o comportamento do serviço doméstico no país nos últimos anos obriga os pesquisadores a ponderar o impacto da aprovação da PEC das Domésticas e o efeito da recessão de 2015-16 no mercado de trabalho.

Em 2013, no governo Dilma Rousseff (PT), foi promulgada a emenda constitucional 72, que estabeleceu direitos trabalhistas a domésticos, aproximando a categoria dos demais trabalhadores, com auxílio-maternidade, pensão por morte e aposentadoria. Medidas complementares, em 2015, garantiram benefícios, como FGTS, seguro-desemprego e adicional noturno.

A formalização foi apontada à época como fator de aumento de demissões. Os dados da Pnad apontam uma queda de 3% no número de domésticos com carteira assinada (de todas as faixas etárias) entre o primeiro trimestre de 2013 e igual período de 2014, de 1,87 milhão para 1,17.

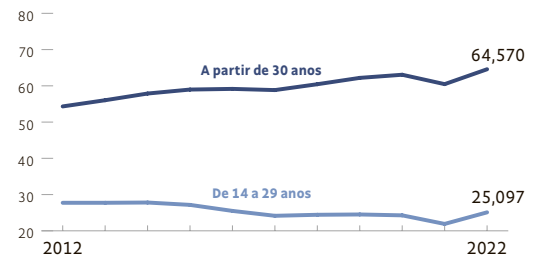
Mas esse contingente de trabalhadores com carteira voltou a subir em 2015 e atingiu o recorde para o trimestre na série em 2016, de 2,1 milhões. Segundo os pesquisadores, os dados sugerem que a formalização foi mais prejudicada pela recessão de 2015 e 2016 e pela pandemia do que pela formalização.

Para Sergio Firpo, colunista da **Folha** e economista do Insper, é importante acompanhar o impacto que os anos de pandemia tiveram e ainda terão sobre o trabalho doméstico, amplificando a insegurança das trabalhadoras que não eram regularizadas e ficaram sem renda da noite para o dia e cortando postos de emprego.

Que horas ela volta?

Cai número de jovens em trabalhos domésticos

Ocupações que mais empregam jovens de 15 a 29 anos, em milhões

1º.tri.2012		
1ª	Balconistas e vendedores de lojas	2,23
2ª	Escriturários gerais	1,47
3ª	**Trabalhadores dos serviços domésticos em geral**	**1,00**
4ª	Trabalhadores elementares da construção de edifícios	1,00
5ª	Trabalhadores elementares da agricultura	0,84
6ª	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	0,66
7ª	Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, hotéis etc.	0,59
8ª	Caixas e expedidores de bilhetes	0,55
9ª	Pedreiros	0,52
10ª	Recepcionistas em geral	0,50

1º.tri.2022		
1ª	Balconistas e vendedores de lojas	1,72
2ª	Escriturários gerais	1,53
3ª	Trabalhadores elementares da construção de edifícios	0,73
4ª	Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	0,58
5ª	Caixas e expedidores de bilhetes	0,55
6ª	Recepcionistas em geral	0,54
7ª	Especialistas em tratamento de beleza e afins	0,52
8ª	**Trabalhadores dos serviços domésticos em geral**	**0,48**
9ª	Comerciantes de lojas	0,48
10ª	Trabalhadores elementares da agricultura	0,46

Fonte: PnadC (com Idados)

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Luciano Hang

Empresário foi infeliz ao dizer no WhatsApp que preferiria golpe ao PT

SÃO PAULO Um dos alvos da operação da Polícia Federal da semana passada sobre empresários bolsonaristas em grupo de Whatsapp, o dono da Havan, Luciano Hang, afirma ter sido vítima de censura.

Ele diz que raramente se manifesta no grupo e só escreveu mensagem sobre a hipótese de uma reeleição de Bolsonaro e duas eleições do ex-ministro Tarcísio de Freitas, sem qualquer relação com golpe, mas teve seu nome envolvido por ser conhecido.

Segundo a reportagem do portal Metrópoles que revelou o conteúdo das conversas trocadas no grupo, José Koury, dono do Barra World Shopping, escreveu que preferiria um golpe à volta do PT. Luciano Hang diz que não concorda com o comentário de Koury.

"Ele foi infeliz na frase. Ele poderia ter dito que preferiria um governo militar à volta do governo do PT. E não mudaria nada. Eu preferiria o Brusque campeão do que o Flamengo campeão do Brasil. Cada um tem a sua opinião. Não pode cercear as pessoas de ter opinião e pensamento", afirma o empresário.

*

O sr. tem tratado o caso da operação da Polícia Federal de terça como censura? Eu tenho colocado [nas redes sociais] Hashtag Censura Não. Estamos a quarenta dias das eleições. Queremos um pleito democrático. Democracia é dar espaço para todos os candidatos. O que eles estão fazendo hoje é cercear um lado. Estão me calando. Querem me calar. Inibindo as minhas redes sociais, me calaram.

Puxa, 12 milhões de fãs nas minhas redes sociais. Uma pessoa me disse hoje que a nossa cidade estava acostumada a acordar e ver as mensagens. Está tudo triste. O pessoal nem olha mais o Instagram. Eu falava com milhões de pessoas toda semana.

O sr. continua em alguns grupos de WhatsApp? Como eles estão? Vou ter que voltar a fazer. Levaram meu celular. O problema é que lá estava a minha pasta de contatos. Agora, para ativar meus contatos, vou perder. Ficou difícil. Me calaram. Estou indo para Barretos participar [de evento] com o presidente Bolsonaro. Vou visitar o Hospital de Câncer, a gente faz doações lá. E depois vou participar, no rodeio de Barretos, com o presidente.

O sr. diz que já teve muitos grupos de WhatsApp e depois reduziu esse número. Agora pretende voltar a se manifestar por meio do WhatsApp? Mas você acha legal te cercear o pensamento das redes sociais? Isso é um absurdo. É inadmissível. Todo brasileiro pode ter grupo de WhatsApp. E nos grupos, as pessoas tecem seus comentários, fazem suas opiniões.

As opiniões que estavam sendo defendidas ali eram a favor de um golpe de Estado? Ninguém estava defendendo opinião nenhuma. Era um grupo eclético, de todas as vertentes. Tanto é que dava discussão. Vai se fazendo 250 empresários discutir política, economia, sociedade. Dar opiniões e expressar o que você pensa não é crime. Não é pecado.

Um deles diz que preferiria golpe a volta do PT. O sr. concorda com essa opinião? Não. Claro que não. Gravei dois áudios em que o Guilherme Amado [jornalista autor da reportagem que revelou as conversas no grupo de WhatsApp] fala: Luciano, você só falou que é mais quatro anos de Bolsonaro, mais oito anos de Tarcísio e dá uma limpada nessa vagabundagem.

A vagabundagem que eu digo é contra tudo aquilo que eu luto. Contra a burocracia, contra as dificuldades ao liberalismo econômico, de fazer as mudanças que nós queremos.

A dificuldade que nós temos hoje de tocar um país é essa máquina burocrática que nós temos. E muitos desses políticos arraigados há 200 anos na República. Nós temos que limpar isso, melhorar o ambiente de trabalho. É para isso que eu luto.

Agora, vou dizer uma coisa: o tiro saiu pela culatra. O povo está indignado. Está todo mundo do nosso lado, indignado com o que aconteceu. O povo não aceita ver acontecer umas atrocidades dessas contra a liberdade de pensamento e a liberdade de expressão.

A imprensa tem que se manter. As instituições. Onde está a OAB? Onde está o Congresso? Onde estão aquelas pessoas que foram signatárias da carta pela democracia? Eu não vi nenhum desses falar que está errado. Entrar em um grupo de WhatsApp de fuxico? Tem um grupo da pescaria, da putaria, da igreja, da família. Tem tudo o quanto é tipo de grupos.

Sobre aquela frase do José Koury [dono do Barra World Shopping] de que preferiria um golpe à volta do PT, o sr. concorda com isso? Ele foi infeliz na frase. Ele poderia ter dito que preferiria um governo militar à volta do governo do PT. E não mudaria nada. Eu preferiria o Brusque campeão do que o Flamengo campeão do Brasil. Cada um tem a sua opinião. Não pode cercear as pessoas de ter opinião e pensamento. Vocês têm que defender isso.

Entrar de manhã na minha casa e na casa dos outros sete porque nós colocamos mensagens no WhatsApp? Isso é uma afronta contra a democracia e contra a liberdade de pensamento e de opinião. Não existe democracia quando só um lado pode falar.

Agora, só porque eu sou um apoiador do presidente Bolsonaro calam o Luciano? Acabam com todas as mídias do Luciano. Não é democracia. Estamos vivendo um Estado totalitário. Um Estado de exceção. É um absurdo.

Raio-X
Estudou tecnologia em processamento de dados na Universidade Regional de Blumenau (SC). Em 1986, abriu no município Brusque uma pequena loja de tecidos que depois se transformou na rede de departamentos Havan, conhecida pelas fachadas que simulam a Casa Branca e têm uma réplica da estátua da Liberdade. A rede tem hoje mais de 170 lojas físicas. Desde 2018, assumiu ativismo político a favor de Bolsonaro

Os presidenciáveis Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) Marlene Bergamo/Folhapress e Zanone Fraissat/Folhapress

Banqueiros e empresários pressionam por medidas concretas na economia

Empresariado cobra ações para reaquecer o PIB e vê planos de governo registrados no TSE como protocolo de intenções vazio

Julio Wiziack

BRASÍLIA A menos de 40 dias da eleição presidencial, banqueiros e empresários se mostram perplexos diante da ausência de propostas concretas para estimular a economia nos planos de governo apresentados pelas campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Dirigentes e economistas de grandes instituições financeiras, líderes da indústria, do comércio e do setor de serviços dizem que "vêm tentando arrancar" dos dois candidatos que lideram as pesquisas de intenção de voto medidas para reaquecer o PIB.

A **Folha** ouviu, sob condição de anonimato, seis banqueiros, dois grandes empresários da indústria, outros dois do varejo e um do setor de serviços. Também entrevistou dirigentes de associações, analistas e economistas de bancos de investimento e corretoras.

Reservadamente, eles classificam os planos de governo registrados no TSE como "protocolo de intenções vazio".

"Tenho interlocução com os dois lados e nenhum sinaliza nada fantástico", disse Ricardo Lacerda, sócio do banco de investimento BR Partners.

Nas últimas duas semanas, banqueiros e empresários partiram em busca de informações junto aos candidatos para desvendar, ao menos, dois pontos cruciais: a proposta sobre uma nova âncora fiscal e o projeto para a retomada do crescimento econômico.

Nos encontros, os candidatos e suas equipes mencionaram a necessidade de revisão do teto de gastos, medida que corrige as despesas de um ano pela inflação do ano anterior.

Para o mercado financeiro, com a perda do grau de investimento, em 2015, o teto passou a ser o principal indicador de que o país não se tornará insolvente ou gastador.

Três banqueiros afirmaram que Lula prometeu explicitamente pôr fim ao teto de gastos. No lugar, sua equipe estuda a criação de um mecanismo atrelado a um volume de gastos, que seria maior inicialmente e depois reduzido ao longo do mandato.

Nos encontros de representantes dos setores com Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, a proposta em avaliação é que a despesa possa crescer acima da inflação —flexibilizando a regra do teto—, quando o endividamento estiver próximo de 60% do PIB. Muitos consideram o plano de Lula melhor porque seria mais eficiente no controle das contas no longo prazo.

Para o empresariado, mais preocupado com a retomada do consumo e do crédito, o que chama a atenção no plano de ambos os candidatos é a promessa do uso de garantias concedidas por bancos públicos e fundos específicos para lastrear empréstimos bancários, especialmente para empreendedores de pequeno porte.

Lula afirmou para os empresários ouvidos pela **Folha** que vai turbinar o uso dessas garantias via BNDES e Banco do Nordeste, ambas instituições de fomento, Caixa e BB. Bancos comerciais também poderão usar essas garantias públicas para lastrear financiamentos próprios.

"Acho que é a única forma de esquentar a economia", disse André Perfeito, economista-chefe da Necton, braço de investimento do BTG. "Não há recursos em caixa para subsídio via juros, como ocorreu no governo Lula. E esse programa de aval já está funcionando no governo Bolsonaro."

Na pandemia, Bolsonaro aprovou o Pronampe, de concessão de empréstimos a empresas com garantias dadas pelo Tesouro Nacional.

O programa teve forte adesão de bancos privados, servindo de motor do crédito durante a crise sanitária.

O Sebrae, que tem um fundo de aval chamado Fampe, também entrou nesse nicho. Depois, outra lei foi sancionada por Bolsonaro e criou o FGI, fundo de aval do BNDES.

A ideia dos avais —principalmente com dinheiro do Tesouro e do FGTS— é dar o pontapé inicial à roda do crédito. Uma vez que o primeiro passo for dado, os pagamentos mensais de um empréstimo concedido servem de garantia para novos empréstimos.

Para Lula, essa também será uma forma de reestruturar dívidas dos pequenos empresários. Segundo o ex-presidente, seu governo vai renegociar essas dívidas, especialmente para mulheres. Estima-se que 55 milhões, todas arrimo de família e donas de pequenos negócios, estejam endividadas.

As reformas necessárias para a volta de investimentos, especialmente estrangeiros, ficaram a desejar nos planos, segundo o empresariado.

> **Os dois programas foram apresentados de forma muito cínica. Tudo é vago, só tem mais do mesmo. A discussão ficou ideológica. O principal não está dado, quais serão as reformas, as medidas a serem tomadas**
>
> **Ricardo Lacerda**
> sócio do BR Partners

> **Não há recursos em caixa para subsídio via juros, como ocorreu no governo Lula. E esse programa de aval já está funcionando no governo Bolsonaro**
>
> **André Perfeito**
> economista-chefe da Necton

Lula ainda causa preocupação devido às declarações de seu partido (PT) de que poderá cancelar os efeitos da reforma trabalhista, que fez prevalecer o negociado (entre funcionário e empregador).

O ex-presidente defendeu nessas conversas reservadas com os banqueiros manter a reforma em vigor. Anunciou, no entanto, "aprimoramentos" para dar mais peso aos sindicatos, hoje enfraquecidos na avaliação do petista.

Bolsonaro afirmou que irá manter a reforma já realizada e tentará deslanchar o programa da Carteira Verde e Amarela com incentivos para a formalização do trabalhador. Quem contribuir com a Previdência terá acesso a crédito com juros diferenciados em bancos públicos, por exemplo.

A reforma mais esperada pelo empresariado, a tributária tem, praticamente, o mesmo tratamento para Lula e Bolsonaro. Eles prometem levar adiante medidas no Congresso para a simplificação tributária, mas divergem na forma.

Bolsonaro quer fazer a reforma em fases: primeiro, unificar os tributos federais para, depois, promover a junção com o ICMS. Essa estratégia, no entanto, fracassou no mandato em curso.

Lula defende levar adiante a PEC da reforma tributária em discussão no Congresso e defende a criação imediata do imposto único, o IVA.

Ambos anunciam levar adiante a correção da tabela de Imposto de Renda da pessoa física. Lula quer isenção para aqueles que ganham até R$ 5 mil por mês e Bolsonaro para quem ganha até R$ 2.500.

O empresariado ouvido pela **Folha** diz não acreditar nisso, já que será preciso engordar o caixa do Tesouro diante de um cenário que aponta para queda global de crescimento, com alta de inflação e juros.

Os empresários afirmam ter pouca informação concreta sobre os planos dos candidatos para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Lula e Bolsonaro também não deixaram claros alguns temas, como a cobrança da CSLL, a abertura da economia, a redução de impostos na concessão de crédito e a incidência de imposto sobre lucros e dividendos.

Mercado de trabalho surpreende

É possível que resultados já sejam um sinal de maturação da reforma trabalhista

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

A melhora do mercado de trabalho brasileiro surpreende. No segundo trimestre de 2022, a população ocupada cresceu 2% ante o primeiro trimestre, e 11% ante o segundo trimestre de 2021. A expansão foi de 6% ante o quarto trimestre de 2019, último trimestre antes da epidemia.

Para efeito de comparação, na economia americana, que tem se caracterizado por forte recuperação do mercado de trabalho, a população ocupada encontra-se 1% acima do nível anterior à epidemia.

A massa salarial no Brasil também tem crescido. Aumentou 4,4% ante o primeiro trimestre de 2022 e 4,8% ante o segundo trimestre de 2021. Como o salário médio ainda está 8% abaixo do nível anterior à epidemia, a massa salarial no segundo trimestre ainda estava 2% abaixo do quarto trimestre de 2019.

Mas os salários têm reagido. No primeiro semestre os salários subiram 2% acima da inflação, em relação ao quarto trimestre de 2021. Ainda há muito o que melhorar, pois o salário permanece bem abaixo do nível anterior à epidemia, como vimos no parágrafo anterior.

De qualquer forma, o crescimento da massa salarial deve sustentar uma expansão da economia brasileira em 2022 maior do que se imaginava em dezembro. Semana próxima o IBGE divulgará o desempenho do PIB no segundo trimestre de 2022. Segundo a estimativa do Ibre, crescemos 1% ante o primeiro trimestre e 2,9% ante o segundo trimestre de 2022. A economia deve fechar 2022 a 2%.

A taxa de desemprego encontra-se em 9,1%. É possível que a melhora do mercado de trabalho, que tem surpreendido todos, já seja um sinal de maturação da reforma trabalhista.

*

O professor do Instituto de Economia da UFRJ Eduardo Costa Pinto criticou no texto "Por que é tão difícil acertar nas contas quando falam dos investimentos no refino da Petrobras?", no site Brasil 247, a coluna da semana passada sobre os elevados custos da construção de refinarias pela Petrobras.

Eduardo argumenta que não está certo atribuir todos os US$ 100 bilhões de investimento em refino, como eu fiz. Que parte desse investimento teve outros destinos: US$ 13,6 bilhões em transporte; US$ 27,4 bilhões em melhora da qualidade; US$ 35 bilhões em modernização; e, portanto, somente US$ 24 bilhões em expansão da capacidade.

Assim, como a expansão da capacidade no período foi de 400 mil barris por dia, o custo foi de US$ 60 mil por barril por dia de capacidade de refino, muito menor do que o número que eu reportei na coluna, mas, ainda sim, o dobro do custo das melhores refinarias.

Segundo Eduardo, os custos foram maiores devido a três fatores: 1) o ciclo de investimento dos anos 2000 coincidiu com um boom de investimento do setor; 2) arrefecimento da Petrobras após décadas sem expandir a capacidade; 3) os problemas advindos da operação Lava Jato.

Entendo a crítica e agradeço ao professor a gentileza do comentário e das correções. No entanto, me parece que um fato continua valendo. Entre 1954 e 2002, a empresa investiu nessas áreas, das quais o refino representa um item, US$ 27 bilhões a preços de 2012, e de 2003 a 2015, investiu US$ 100 bilhões, também a preços de 2012. Em ambos os períodos houve investimento para expandir a capacidade, em transportes e em modernização e melhora da qualidade. No primeiro período, a capacidade de refino cresceu de zero para 2 milhões de barris por dia, e, no segundo, de 2 milhões para 2,4 milhões.

A menos que a composição do investimento no período atual tenha sido muito diferente daquela dos 48 anos anteriores, algo de muito errado ocorreu no ciclo de investimentos dos anos 2000.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Desafio do quiet quitting é impor limite sem ter prejuízo

Profissional deve entender momento da empresa e buscar sentido no trabalho

Natalie Vanz Bettoni

CURITIBA A busca por limites saudáveis no trabalho vem sendo chamada de quiet quitting, termo em inglês que significa demissão silenciosa. Ao contrário do que o nome sugere, trabalhadores que defendem a tendência não querem ser demitidos, mas desejam equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Para que os limites não comprometam o emprego ou a saúde mental, especialistas recomendam cuidado com a forma de comunicá-los.

Leonardo Berto, gerente da operação da empresa de consultoria em recursos humanos Robert Half no ABC e Baixada Santista, diz que é preciso ponderar o ambiente, o momento e a estrutura da empresa para verificar a melhor forma de estabelecer fronteiras.

"Às vezes [o problema] não é nem o fato de eu querer ter um limite, mas a forma como eu comunico isso, e o desprendimento ou o comprometimento que vou mostrar nas relações do dia a dia", explica.

Entender a cultura organizacional, incluindo demandas, necessidades e formas de mensurar resultados pode ajudar a saber quando e como agir para manter o equilíbrio, assim como em que momentos e de que forma podem haver mais barreiras.

Enquanto limites podem ser benéficos e combater o adoecimento, em excesso podem refletir perda de sentido e engajamento com as atividades.

Sergio Guimarães, psicólogo e professor universitário na área de saúde mental no trabalho, diz que é importante manter um nível de engajamento saudável com o emprego, sem deixar de ver nele algum sentido.

"Uma vez que o sujeito está ali puramente para cumprir protocolo, não vê sentido nas suas funções laborais e está ali só para cumprir tabela, isso pode ter um horizonte de adoecimento."

Guimarães diz que isso pode levar a uma performance robótica, sem envolvimento subjetivo e sem laços de confiança e de cooperação, aumentando o risco de desenvolver processos patológicos como a síndrome de Burnout.

O psicólogo destaca que a ideia do quiet quitting não pode ser generalizada, pois nem todos têm condições de adotá-la. "Sem dúvida, em categorias profissionais de trabalho mais precarizado é sempre mais difícil colocar limite. Então essa questão do quiet quitting também fica um pouco comprometida."

Aureliano Medeiros

A gerente de projetos Bianca Rati diz que há quem associe o quiet quitting com apatia ou corpo mole, o que não condiz com a realidade. Ela afirma que busca priorizar a saúde física e mental, tirando tempo para si, mas que isso não significa não se dedicar às funções.

"Dou meu melhor no trabalho, busco soluções, trago ideias, estudo e procuro criar um bom ambiente para todos."

Para ela, o quiet quitting é sobre impor limites no trabalho, e neste sentido a gerente de projetos se considera adepta da tendência. "Não é necessariamente não fazer horas extras, mas é exigir ser compensado de modo justo por elas, ou que não seja algo tão frequente que você não tem mais vida pessoal."

Mas Berto diz que, apesar de ser um termo recente, a busca por limites entre trabalho e vida pessoal já era frequente nas empresas. Lugares tradicionais com processos bem delimitados têm maior facilidade em se adaptar, sendo que alguns até desejam profissionais com este perfil, como nas áreas fiscal e de atendimento ao cliente, segundo o especialista.

Marcelo Paixão

Ser atendido por um médico negro vai muito além da redistribuição de renda

Professor da Universidade do Texas diz que política de cotas, que no mês de agosto completa dez anos, fez o Brasil se reencontrar com ele mesmo e tem efeito civilizatório

Divulgação

Marcelo Paixão, 56
Doutor em Sociologia pelo Iuperj, é economista e professor da Universidade do Texas associado ao Departamento de Estudos da Diáspora Africana (AADS) e ao Instituto Teresa Lozano Long para Estudos Latino-Americanos. Antes de vir para Austin, foi professor de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) por 16 anos, mesmo local onde se formou. Entre 2012 e 2013, foi professor visitante na Universidade de Princeton, onde foi membro do Projeto sobre Etnia e Raça na América Latina (Perla).

ENTREVISTA

Felipe Nunes

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO A implementação da Lei de Cotas, que no mês de agosto completa dez anos, tem um impacto político e simbólico que ultrapassa o econômico, diz Marcelo Paixão, economista e professor da Universidade do Texas.

"Ser atendido por um médico negro, bem como dar entrevista para um jornalista negro, vai muito além de se a distribuição de renda aumentou ou diminuiu. Ela diz respeito a uma dimensão estrutural imaterial", afirmou de Austin, por videoconferência, o pesquisador brasileiro.

De acordo com ele, permitir que mais negros ocupem funções e cargos onde antes não estavam tem "um papel pedagógico, cuja mensuração é muito mais profunda do que a gente poderia estimar originalmente".

Já uma relação de causa e efeito que meça o impacto na economia do país da política de ação afirmativa ainda não foi estabelecida, afirma —tanto pela falta de indicativos, quanto pelo pouco tempo em que as cotas estão em vigor.

Doutor em sociologia pela Iuperj, ele diz que a lei ajudou a diminuir o desequilíbrio racial e social em universidades e instituições públicas, mas sozinha não é capaz de combater a concentração de renda no país –uma das maiores do mundo.

*

A Lei de Cotas pode contribuir para a melhor divisão de renda no Brasil? Que impacto a política afirmativa pode ter na economia? As políticas de cotas têm um papel estruturante na sociedade brasileira que vão além de uma mera mensuração econômica. Tem toda uma dimensão política e simbólica de mudanças nas ocupações do Brasil.

Ser atendido por um médico negro, bem como dar entrevista para um jornalista negro, vai muito além de se a distribuição de renda aumentou ou diminuiu. Ela diz respeito a uma dimensão estrutural imaterial.

Porque ela trabalha com o simbólico, com uma dimensão política implícita. Porque, agora, estamos tratando de um assunto que foi colocado na redoma, foi colocado debaixo do tapete por muito tempo.

Teve um efeito que eu acho que foi civilizatório. Tomara que a economia melhore, eu acho até que a economia vai melhorar. Eu até suponho que em algum momento virão profissionais tão bem qualificados, tão bem preparados, com tanta energia e com tanto ânimo, que vai gerar um efeito cascata na economia brasileira.

Mas o grande ganho que o Brasil tem não é econômico, o ganho é civilizatório. O Brasil está há 140 anos dando cabeçada. O problema não é a falta de integração, o problema é a injustiça social que ocorre por causa da cor das nossas peles que tem um efeito sobre nós, mas que tem um efeito sobre o país. Esse efeito é econômico, também. Mas ele é um efeito muito mais profundo.

O Brasil, com as ações afirmativas, se encontrou consigo mesmo. Esse encontro consigo mesmo é com a própria história.

É necessário enxergar essas relações mais de fundo. Porque em determinados momentos a conjuntura econômica não vai ajudar. Se a conjuntura não ajudou, o responsável foi a cota? Não.

As cotas, de certo modo, vão transcender esses círculos econômicos. Elas têm uma importância que vão perpassar se a economia está bem. Se a economia vai bem, as cotas ajudaram. Se a economia vai mal, as cotas ajudaram a não piorar.

Pode ocorrer de alguém querer jogar nas nossas costas: a economia está pior porque vocês agora chegaram. Então, eu digo que o objetivo maior é civilizatório do que propriamente apenas econômico.

Óbvio que vai ter algum efeito econômico, na medida em que isso se traduz na desconcentração da renda. Mas colocar essa dura dimensão pode nos trazer algumas armadilhas e é bom a gente lidar com alguma prudência.

O sr. fala sobre o efeito civilizatório da política de cotas, mas existem pessoas que ainda se surpreendem quando veem um profissional negro ocupando um cargo de elite. Para o sr., nesses dez anos já houve algum efeito positivo? Podemos pegar como referência as novelas e os atores. Hoje há uma maior visibilidade negra. Me lembro do filme de Joel Zito Araújo, "A Negação do Brasil", que mostrava que os negros na televisão eram sinônimo de escravo e de empregada doméstica.

Hoje, eu percebo que já começa a ocorrer algo diferente. Me parece que isso é um indicativo de uma mudança que está ocorrendo. O fato é que nós estamos formando mais profissionais negros e, voltando à sua questão, eu quero medir se as cotas foram bem-sucedidas nisso.

Disseram que iríamos fracassar. Mas, se a política fosse um fracasso, os negros não iam conseguir se formar e ficaria tudo como era antes. Vejo que houve essa mudança. Isso tem, de novo, um papel pedagógico, cuja mensuração é muito mais profunda do que a gente poderia estimar originalmente.

Como assim um efeito pedagógico? Um maior número de profissionais negros ocupando posições importantes tem um efeito pedagógico à medida que as pessoas vão começando a se acostumar, não se sentem mais surpreendidas pela visualização de peles pretas ocupando espaços originalmente ocupados por quem tinha peles não pretas.

Há uma discussão sobre uma necessidade de revisão na Lei de Cotas. Existem grupos que defendem a cota social e não a racial. Nesse sentido, qual seria o prejuízo para as conquistas dos negros? Obviamente, qualquer mudança que venha no sentido de eliminar o critério racial das políticas vai ser extremamente injusta.

O objetivo da política de cotas era o de favorecer os mais pobres? Era. Mas o objetivo fundamental era modificar a composição racial no campus universitário brasileiro. E, se uma política que tem por objetivo mudar a composição racial do campus universitário brasileiro retira essa dimensão, obviamente ela começa a dar sinais de fracasso.

> O Brasil está há 140 anos dando cabeçada. O problema não é a falta de integração, o problema é a injustiça social que ocorre por causa da cor das nossas peles que tem um efeito sobre nós, mas que tem um efeito sobre o país. Esse efeito é econômico, também. Mas ele é um efeito muito mais profundo

Porque, se os jovens brancos ocupam as vagas com maior intensidade, nós podemos até melhorar a distribuição de renda social como um todo, mas do ponto de vista racial estaríamos aprofundando as diferenças.

Acho que devemos, neste momento, manter a política para que ela possa seguir dando resultados. Nós tivemos 500 anos de segregação, exclusão, discriminação e racismo no Brasil. Vamos resolver tudo em dez? É uma goleada temporal. Nós temos que manter a política e tentar, quando possível, aumentar seu escopo.

Na sua opinião, a política de cotas precisa de ajustes? Nesse momento, temos que mudar a política num único plano: é preciso dar mais recurso para a assistência estudantil. É uma maldade estimular e encorajar os jovens a irem para a universidade e depois eles se verem fracassando porque não têm o que seria o elementar.

Sabemos que, para que uma política dê certo, é preciso colocar dinheiro. Nesse terreno, não é necessária uma mudança de escopo, mas, sim, uma mudança de aporte financeiro.

Mais adiante teremos que fazer uma discussão mais séria sobre os efeitos do racismo na sociedade brasileira e começarmos a implementar medidas que também prevejam reservas de vagas a partir de critérios raciais, considerando que essa injustiça perpassa não apenas as instituições de um ponto de vista genérico social e geral, mas ela também se manifesta através das práticas raciais discriminatórias contra negros nos vários estabelecimentos, o que prejudica o seu progresso escolar.

Por que ainda hoje é necessário defender a Lei de Cotas? Nós negros temos que mostrar que somos capazes duas vezes, três vezes mais do que um colega que está ali do lado e não atravessou as mesmas dificuldades que atravessamos, inclusive do ponto de vista das discriminações raciais que vêm nos acompanhando desde o momento em que nascemos.

E vamos deixar de hipocrisia. Sou de uma geração que pegou aquele debate: "no Brasil ninguém sabe quem é negro e quem é branco". Não sabe? Basta ligar a televisão. Não sabe por que é preciso ter política de cotas, mas ao ligar a televisão todo mundo é branco. Dá para ver que houve algum critério de seleção ali.

É preciso deixar de hipocrisia e ir direito ao ponto, não temos mais tempo a perder. Temos um país para construir, ou a reconstruir, depois da destruição desses últimos anos.

Existem barreiras para pessoas que têm peles escuras. "Ah, mas raça não existe." Peles escuras existem, aparências físicas existem. Existem apropriações simbólicas, culturais, sociais e políticas dessas formas físicas humanas, que acabam criando barreiras para milhões de seres humanos no seu processo de classificação social.

É preciso enfrentar esse problema. Nenhum país se constrói à base de hipocrisia. Sempre achei que conseguiríamos lidar com isso de forma racional, de quem tiver o argumento mais afiado ganha. Mas, depois da morte da Marielle [Franco] ficou colocado que estamos vivendo um momento em que a democracia brasileira colapsa.

Estão nos mostrando quais são os limites da democracia no Brasil. De que não há vaga para a gente, não há espaço para a gente. Não somos obrigados a aceitar. Vamos continuar lutando para que a gente amplie os espaços e nossos direitos. Sabemos que tem jeito.

Capítulo 1 - Rodovias
Bandeirantes e Anhanguera, entre as melhores estradas do país Fotos Eduardo Knapp/Folhapress

Capítulo 2 - Telefonia
Com celulares, orelhões ficam vazios na estação Sé do metrô, em SP

30 anos de privatização
Venda e concessão de ativos estatais avançam e revolucionam economia

Série em 6 capítulos detalha como privatizações multiplicaram investimentos e o acesso a serviços

SÃO PAULO Há três décadas o Brasil realiza um ambicioso programa de privatizações e concessões de empresas e atividades estatais à iniciativa privada que vem revolucionando a paisagem econômica do país.

No período, os brasileiros contaram com a multiplicação do acesso a serviços essenciais, como telefonia e energia, além de melhor infraestrutura em setores como rodoviário, aeroportuário e financeiro.

O salto dos investimentos privados não apenas compensou, mas ultrapassou várias vezes a capacidade que o Estado tinha —e tem— para ampliar ou atualizar serviços básicos à população.

As privatizações e concessões se deram em todos os governos, desde o lançamento do PND (Programa Nacional de Desestatização), no início dos anos 1990. Elas tiveram maior ênfase nos governos Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Com a experiência acumulada e contratos mais sofisticados, o programa ganhou um novo capítulo a partir dos anos 2000, com as concessões adquirindo o protagonismo.

Segundo Luiz Chrysostomo, que ajudou a construir o PND e coordenou a privatização da Telebras em 1998, a desestatização no Brasil passou por fases distintas, com mudanças de enfoque ao longo do tempo.

Ela evoluiu das privatizações "puras" iniciais para as concessões, agora combinadas à capitalização de estatais e diluição do capital votante da União, como no caso da Eletrobras.

As maiores privatizações ocorreram entre 1990 e 2000, em especial no governo FHC, quando foram vendidas empresas dos setores de telefonia, siderurgia, extração mineral e bancos.

Cerca de US$ 100,3 bilhões foram arrecadados no período (em valores nominais), segundo cálculos de Fabio Giambiagi, ex-economista-chefe do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), instituição que coordenou a maior parte das privatizações.

A partir de 2001, a venda de estatais diminuiu e deu lugar às concessões e às PPPs (Parcerias Público Privadas), aprovadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva —levando à transferência para a iniciativa privada de rodovias e aeroportos, entre outros ativos.

Com a criação do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), no governo Temer, as concessões aceleraram e, com Bolsonaro, houve rodada de transferência de ativos e diluição de capital, além de concessões.

Segundo o Ministério da Economia, foram arrecadados US$ 46 bilhões com a venda de participações em estatais e empresas, como a BR Distribuidora e a TAG (Transportadora Associada de Gás), além de ações da Petrobras, Vale e JBS, entre outras. As concessões e parcerias por meio do PPI somaram mais US$ 32,8 bilhões.

"A arrecadação desses valores é muito significativa. Mas mais importante é a interrelação e o impacto que os investimentos privados geram, até em termos de inovação, em toda a economia, que ficou mais eficiente e dinâmica", diz Pedro Capeluppi, secretário especial de Desestatização, Desenvolvimento e Mercados do Ministério da Economia.

Apesar do enxugamento, o Brasil ainda tem 47 estatais sob controle direto do governo federal, que empregam 445.972 funcionários. Em 2021, o gasto com pessoal atingiu R$ 116,1 bilhões, com muitas remunerações mensais superando R$ 100 mil, além de participações generosas nos resultados e planos de aposentadoria e saúde muito superiores aos da iniciativa privada.

Uma série de reportagens da **Folha** detalha em seis capítulos as privatizações e concessões dos últimos 30 anos em rodovias, telefonia, energia, aeroportos, empresas e bancos públicos —e os desafios para tornar os serviços ainda mais acessíveis e baratos à população.

O que o governo federal ainda controla

47
empresas

445.972
funcionários

R$ 116,1 bilhões
gastos com pessoal

R$ 5,4 trilhões
em ativos totais

R$ 187,7 bilhões
de resultado líquido em 2021

Fonte: Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais

Principais privatizações e concessões

Fernando Collor
- Usiminas

Itamar Franco
- CSN
- Embraer

Fernando Henrique Cardoso
- Telebras
- Vale do Rio Doce
- Bancos Banerj, Banespa e Banestado, entre outros

Luiz Inácio Lula da SIlva
- Leilões para construção das usinas de Santo Antônio e Jirau
- Concessão das rodovias Régis Bittencourt e Fernão Dias, entre outras

Dilma Rousseff
- Instituto de Resseguros do Brasil
- Concessões dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos, São Gonçalo do Amarante e Galeão
- Concessão da BR-101, entre outras

Michel Temer
- Distribuidoras de energia
- Linhas de transmissão
- Concessões na área de transporte

Jair Bolsonaro
- Eletrobras
- BR Distribuidora
- Transportadora Associada de Gás
- Refinaria Landulpho Alves
- Concessão da Ferrovia Norte-Sul (trechos central e sul)

Capítulo 3 - Energia
Torres de energia eólica, que ganha espaço entre as fontes de geração Raul Spinassé/Folhapress

Capítulo 4 - Aeroportos
Terminal aeroportuário em Guarulhos, construído por concessionária

Capítulo 5 - Empresas
Hangar para montagem de aeronaves da Embraer, privatizada em 1994

Capítulo 6 - Bancos
Vista do prédio do antigo Banespa, hoje Santander, em São Paulo

Rodovia dos Bandeirantes, no final da década de 1970 e antes da concessão, na altura do km 50, em São Paulo 28.out.1978/Folhapress

Rodovias

Estradas concedidas são melhores e receberam R$ 240 bi em investimentos

Risco de acidentes em rodovia pública é quatro vezes maior do que nas privadas; preço do pedágio equivale a médias internacionais

Fernando Canzian

SÃO PAULO "Do inferno para o céu". Assim o caminhoneiro José Luis Rolim, 61, descreve a transformação da rodovia Presidente Dutra, a mais movimentada do Brasil, desde a sua concessão para a iniciativa privada, em 1996. Rolim está na estrada há 43 anos e compara os 402 km da Dutra de antes da concessão a "um açougue".

"Passava por dezenas de acidentes em uma única viagem, em pista esburacada, sem sinalização ou acostamentos. Um caos." Sua única reclamação atual é sobre a falta de áreas para pernoite na estrada, o que obriga os caminhoneiros a dormir em pátios de postos de combustível, desde que abasteçam no local.

A chamada Lei do Caminhoneiro, de 2015, exige dos motoristas 11 horas de descanso em cada 24 horas, que podem ser fiscalizadas no tacógrafo dos caminhões. "Tem lei, mas falta a estrutura para cumpri-la", diz Antonio Torres, 59, colega de estrada de Rolim.

A primeira concessão da Dutra durou 25 anos e ocorreu logo após a transferência para o setor privado, em 1995, de quatro estradas federais e da ponte Rio-Niterói, totalizando 859,6 km —que inauguraram o então Programa de Concessões de Rodovias Federais.

No ano passado, a Dutra foi novamente licitada por mais 30 anos, em pregão vencido pelo mesmo Grupo CCR que a administra desde o primeiro leilão.

O novo contrato, ganho com o desconto máximo de 15,3% na tarifa de pedágio e outorga de R$ 1,77 bilhão paga ao governo federal, desta vez prevê a construção de três pátios para descanso e pernoites na Dutra e outro em trecho da BR-101, entre a divisa do estado do Rio e a cidade paulista de Ubatuba, incluído no leilão.

Segundo Eduardo Camargo, CEO da CCR Rodovias, além de novas melhorias como os pátios, o plano agora é, em poucos anos, permitir aos motoristas pagarem somente pelo trecho rodado —medida perseguida também pela Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), que regula as concessões de estradas paulistas.

Confirmando a observação do caminhoneiro Rolim, Camargo afirma que os 3.600 km de estradas administradas pela CCR contabilizam queda média de 88% na mortalidade de motoristas. "Esse é o maior legado", diz.

Segundo estudo da Fundação Dom Cabral com registros da Polícia Rodoviária Federal entre 2018 e 2021, o risco de acidentes em rodovia sob gestão pública é quatro vezes maior do que em estrada concedida à iniciativa privada. Na média de todas as rodovias concessionadas em pouco mais de duas décadas, os acidentes diminuíram 53% e as fatalidades, 67%, segundo a ABCR (Associação de Concessionárias de Rodovias).

Outra pesquisa, da CNT (Confederação Nacional do Transporte), aferiu que 74,2% das rodovias concedidas tinham avaliação ótima/boa em 2021. Nas estradas públicas, apenas 28,2%. Das 10 rodovias com melhor avaliação, 9 são concessionadas; todas as 10 piores, públicas.

Resultados como estes são explicados pela gigantesca diferença entre investimentos públicos e privados nas estradas brasileiras.

Enquanto os aportes públicos afundaram em 25 anos, as concessionárias investiram R$ 240 bilhões nos 24 mil km de rodovias hoje concedidas —equivalentes a 11% do total de 213.453 km de estradas pavimentadas no Brasil.

Só a CCR Rodovias prevê investimentos em suas 11 concessões de até R$ 5 bilhões ao ano no período à frente — além de R$ 48 bilhões investidos. Como comparação, o orçamento para investimentos do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) para 2022 é de pouco mais de R$ 6 bilhões, incluindo todas as modalidades de transporte (rodoviário, ferroviário e aquaviário).

"Embora algumas concessionárias estejam chegando ao fim de seus contratos e ciclos de investimentos com alguma perda de qualidade, as estradas que administram são muito superiores às públicas. No geral, é um processo de muito sucesso", afirma Bruno Batista, diretor-executivo da CNT.

Dos 24 mil km de rodovias concedidas no país, 11,7 mil km estão em São Paulo, estado que iniciou ambicioso programa na área em 1998, com as rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Anchieta e Imigrantes.

Segundo Milton Persoli, diretor-geral da Artesp, já foram investidos no estado R$ 186 bilhões desde o início das concessões de rodovias, que atualmente atendem metade dos 645 municípios paulistas.

Na avaliação de concessionárias, ao longo de um quarto de século de concessões houve aprendizado e aumento da confiança de investidores na área, a partir de vários contratos de longa duração que tiveram começo, meio e que agora chegam ao fim —com as estradas sendo relicitadas.

O lado negativo dessa história é identificado nas concessões federais do início da década passada, no governo Dilma Rousseff. Elas contrastaram com licitações importantes e bem sucedidas na gestão do também petista Luiz Inácio Lula da Silva, como da Fernão Dias e Regis Bittencourt.

Os problemas no período são identificados com o resultado de modelagens hoje consideradas equivocadas (com outorgas muito altas e descontos exagerados nas tarifas de pedágio), além de muito otimismo com o país (com o aumento no fluxo de veículos) e concessionárias envolvidas na Operação Lava Jato.

Não apenas rodovias, mas alguns aeroportos licitados naquele período acabaram devolvidos ao poder público; sendo remodelados para novas licitações. Faz parte do plano leiloar, por exemplo, várias rodovias no Paraná, com investimentos previstos de R$ 45,3 bilhões, além de outras estradas federais e estaduais no Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul.

"A previsão para os próximos cinco anos é dobrar os 24 mil km de rodovias concedidas nos últimos 25 anos. O Brasil conseguiu um amadurecimento político, institucional e jurídico na área que permite isso", afirma Marco Aurélio Barcelos, diretor-presidente da ABCR.

Sobre reclamações de usuários a respeito dos preços dos pedágios, o secretário de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Rafael Furtado, afirma que as licitações têm sido estruturadas para oferecer margens de lucro de 8,5% a 10,5% às concessionárias.

Estudos do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostraram que as tarifas no Brasil não diferem tanto de médias internacionais. Mas, como a renda brasileira é menor em algumas comparações, pedágios no Rio, por exemplo, pesam no orçamento dos motoristas quase o dobro em relação à França.

"Apesar dos pedágios, essas rodovias são constantemente conservadas, reduzem o tempo das viagens e trazem muita economia", diz Furtado.

Segundo estimativa do ministério, o Brasil necessitaria de investimentos de R$ 60 bilhões ao ano no setor de transporte —sendo a maior parte no segmento rodoviário— para manter e ampliar a atual estrutura.

"Nunca houve no Ministério da Infraestrutura um orçamento de R$ 60 bilhões e não vemos isso como uma possibilidade. O caminho é a parceria com o setor privado", afirma.

+ 30 anos de privatização

A **Folha** publica uma série de reportagens especiais em seis capítulos para detalhar o que mudou no Brasil em três décadas de privatizações e concessões de atividades públicas à iniciativa privada. Em todos os setores, os investimentos se multiplicaram, assim como o contingente de brasileiros atendidos por mais e melhores serviços. Próximo capítulo: telefonia.

Rodovia dos Bandeirantes, próximo ao cruzamento com a Anhanguera na altura do km 50, nas cercanias de Jundiaí Eduardo Knapp/Folhapress

Desafio é fazer concessões de rodovias que têm menos movimento

SÃO PAULO Um dos maiores desafios dos programas de concessões de rodovias federais e estaduais será encontrar modelos que tornem atrativas ao setor privado estradas com menor fluxo de veículos.

As dez piores rodovias do país, na avaliação da Confederação Nacional do Transporte, são públicas, e muitas encontram-se em estados de menor tráfego, como Maranhão, Pernambuco, Acre e Amazonas —o que torna difícil repassar à iniciativa privada grandes trechos dos quase 190 mil km de rodovias pavimentadas ainda fora do sistema de concessões.

Modelos estudados pelo Ministério da Infraestrutura indicam a possibilidade de agrupar rodovias mais rentáveis às operadoras com outras de menor fluxo, e ofertá-las em um único pacote nos leilões.

Para Davi Barreto, diretor da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), órgão regulatório federal, é preciso "alinhamento de incentivos" para levar as concessões para rodovias de menos tráfego. "Não adianta brigar com a matemática, pois o projeto tem de parar de pé", afirma.

Segundo Barreto, a expectativa é que as concessões de rodovias federais saltem dos 24 contratos atuais para 40 nos próximos anos.

Outra possibilidade são as PPPs (parcerias público privadas), em que o setor público assume parte dos investimentos. Mas isso depende da disponibilidade de recursos dos governos federal e estaduais.

Segundo Rafael Furtado, secretário do ministério, as PPPs podem ser adotadas inclusive para a manutenção das rodovias, e não necessariamente para sua ampliação.

Em São Paulo, já está em operação uma PPP na rodovia dos Tamoios, com 83,4 km entre São José dos Campos e Caraguatatuba. Nela, o estado fez parte dos investimentos e a Concessionária Tamoios, outra, no trecho de serra. Mas a operação integral da rodovia é de responsabilidade da concessionária, com duas praças de pedágio.

"É possível buscar modelos diferentes para incorporar mais estradas, mesmo em contratos só de manutenção. Mas o investimento público deve continuar existindo, pois é irreal achar que é possível conceder toda a malha nacional", afirma Marco Aurélio Barcelos, diretor-presidente da ABCR, que reúne as concessionárias.

Outro desafio na área é conquistar novos operadores de rodovias, além dos que já estão no mercado. A percepção é que há muitos investidores, inclusive externos, interessados em financiar projetos —mas poucos dispostos a assumir o dia a dia da estrada.

Segundo Karla Bertocco, sócia da Mauá Capital e ex-diretora-geral da Artesp, que regula as concessões de estradas paulistas, há preocupação com a falta de concorrência na área.

Ela afirma, no entanto, que novas modelagens mais sofisticadas e realistas desenvolvidas pelo governo federal e estados tendem a atrair mais competidores. "Na maior parte dos projetos, têm havido respostas adequadas para todos os riscos envolvidos." FC

Raio-X das estradas brasileiras

Rodovias concedidas têm melhor avaliação
Por tipo de gestão, em %

Investimento por km é mais que o dobro nas concedidas
Em R$ milhares*

Investimento da União em transportes despenca
Valores pagos, em R$ bi*

1.720.700 km de estradas no total

95% dos passageiros transportados

61% das mercadorias movimentadas

213.453 km (12,4%) pavimentados

23.991 km (11,2%) concedidos ao setor privado

*Valores corrigidos pelo IPCA
**Rodovias federais e estaduais
***Rodovias que têm alguma sobreposição com BRs
****Principais concessões, em 2020
Fontes: Confederação Nacional do Transporte e Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias

Entre as 10 melhores rodovias do país, 9 são concessionadas

● Concessionada ○ Pública

1 SP-320
○ Rubinéia-Mirasol
Estadual - Pública

2 SP-348
● Cordeirópolis-São Paulo
Estadual

3 SP-225***
● Itirapina-S.C. do Rio Pardo
Estadual

4 SP-334
● Cristais Paulista-Ribeirão Preto
Estadual

5 SP-280***
● S.C. do Rio Pardo-São Paulo
Estadual

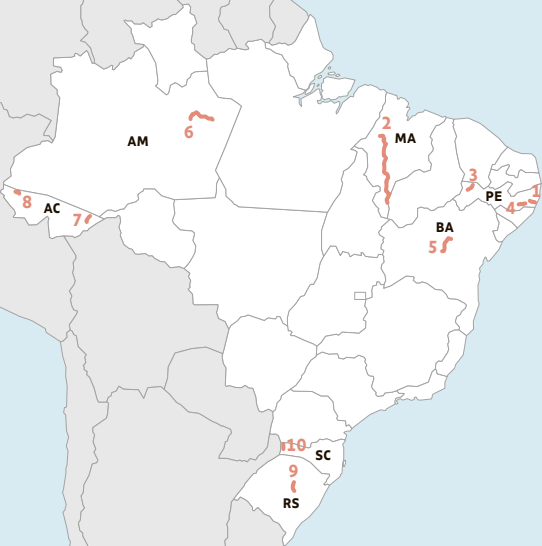
6 SP-075
● Campinas-Sorocaba
Estadual

7 SP-300***
● Castilho-Jundiaí
Estadual

8 SP-308***
● Charqueada-Salto
Estadual

9 SP-330***
● Igarapava-São Paulo
Estadual

10 SP-147***
● Itapira-Piracicaba
Estadual

Todas as 10 piores rodovias do país têm gestão pública

1 PE-096
○ Palmares-Barreiros
Estadual

2 MA-006***
○ Buriticupu-Alto Parnaíba
Estadual

3 PE-545***
○ Exu-Ouricuri
Estadual

4 PE-177
○ Quipapá-Garanhuns
Estadual

5 BA-122***
○ Morro do Chapéu-Seabra
Estadual

6 AM-010
○ Manaus-Itacoatiara
Estadual

7 AC-010
○ Porto Acre-Rio Branco
Estadual

8 AC-405***
○ Mâncio Lima-Rodrigues Alves
Estadual

9 RS-153***
○ Barros Cassal-Vera Cruz
Estadual

10 BR-163
○ Dionísio Cerqueira-S. Miguel do Oeste
Federal

Sul e Sudeste têm mais concessões de estradas****
Em km

■ Federal ■ Estadual ■ Municipal

Estado	Federal	Estadual	Municipal
SP	1.125,2	7.490,2	
RJ	868,6	197,4	38,1
MG	2.373	735,3	
ES	475,9	67,5	
PR	405,9	2.502	
SC	633,1		
RS	930,7		
MT	850,9	704	
MS	845,4		
GO	1.176,5		
BA	680,6	899	
PE	41,7		

Lívia Serri Francoio

Não aprender com os próprios erros sai caro

Falta um consenso mínimo em prol de uma estratégia de desenvolvimento

Arminio Fraga
Sócio-fundador da Gávea Investimentos, presidente dos conselhos do IEPS e do IMDS e ex-presidente do Banco Central.

Uma característica dos humanos é aprender com suas experiências, identificando relações complexas de causa e efeito e, eventualmente, não repetindo erros. Esgoto ao ar livre é fonte de doença. Mentir desvaloriza a palavra. Fumar mata. Irresponsabilidade fiscal é ruim para a grande maioria das pessoas.

Por que será que em muitas situações o aprendizado coletivo é surpreendentemente lento ou até mesmo inexistente? Por que, ainda, por que boas experiências são esquecidas e revertidas, e más experiências são repetidas, todas com grandes custos?

No Brasil, temos exemplos relevantes no campo da economia e da política, alguns históricos, outros mais recentes. O desleixo com a inflação e o gasto público, fruto de curtoprazismos e populismos, certamente não contribuiu para o bem-estar da população. A falta de foco na educação e em outros investimentos de natureza social, como saúde e saneamento, nos legou imensas desigualdades, falta de mobilidade social e baixo crescimento.

Mais recentemente, a nostalgia com o "milagre" de 1950-80 foi dissociada do seu triste fim na década longa de 1981-93 e foi requentada a partir de 2007 sob nova versão, que teve o mesmo fim da anterior, desta feita em tempo recorde e sem mesmo ter produzido crescimento.

Destacaram-se um inédito descontrole fiscal, o protecionismo, os subsídios regressivos e ineficientes e o agigantamento do crédito público. Em nossos dias, o não-aprendizado aparece também na falta de prioridades para o gasto público, um equívoco crônico.

O Brasil claramente precisa de uma nova estratégia de desenvolvimento. O livro "Gambling on Development" ("Apostando no Desenvolvimento", ainda não traduzido), de Stefan Dercon, um pesquisador afiliado à Universidade de Oxford, na Inglaterra, lista características de países que deram certo. Comento a seguir os principais pontos, tendo em vista o caso brasileiro:

Estabilidade macroeconômica
O BC ganhou independência e vai bem, relativamente melhor até do que em algumas economias maduras. Já o regime fiscal, esse está em frangalhos, vítima dos assassinatos da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Teto de Gastos. É imprescindível reconstruir o quanto antes um novo arcabouço fiscal que ofereça um mínimo de confiança no futuro.

Investimento em infraestrutura, educação e saúde
Para crescer de forma sustentável e inclusiva será preciso aumentar a taxa de investimento do país como um todo, com foco especial nessas áreas. As carências são bem conhecidas. Falta prioridade no orçamento para o investimento público bem como regras claras e previsibilidade para o investimento privado. A promissora revisão do marco legal do saneamento dá uma noção do potencial a ser explorado.

Gestão prudente dos recursos naturais
O autor tem em mente o uso das receitas fiscais não recorrentes advindas dessa área. No nosso caso, vale sobretudo para o setor de petróleo. O Rio de Janeiro que o diga. Mas mais importante é a preservação da Amazônia e de outros biomas. Temos nas mãos uma extraordinária oportunidade de migrarmos para um modelo de desenvolvimento sustentável e verde, a cara do Brasil.

Um ambiente de negócios razoável
Da complexidade do sistema tributário à burocracia associada à abertura e ao fechamento de negócios, não é fácil empreender e investir no Brasil. Houve avanços recentes como a reforma trabalhista e a Lei de Liberdade Econômica, que prometem bons resultados. Mas ainda há muito a fazer.

O papel central da economia de mercado
É preciso que a economia de mercado seja amparada por um arcabouço legal apropriado. Não há caso de economia avançada onde direito de propriedade e segurança contratual não funcionem adequadamente.

Abertura
Os casos mais recentes de desenvolvimento acelerado (na Ásia e na Europa) sugerem que a integração à economia internacional é condição necessária. O Brasil é bastante aberto para o investimento estrangeiro (nas duas direções), mas carece de uma maior abertura para o comércio de bens e serviços. Os benefícios no campo da produtividade e da concorrência seriam notáveis.

Qualidade do Estado
Não há caso de sucesso econômico e social sem um Estado que cumpra bem a sua missão. Em particular, há que se evitar a captura por grupos de interesse, um importante e antigo desafio aqui.

Programas para reduzir a pobreza
Indispensáveis e urgentes, por todas e boas razões. No Brasil, devem ser ampliados e aperfeiçoados, visando também a mobilidade social.

Resumindo Dercon: os países que dão certo têm uma boa noção do que funciona (e do que não), aprendem com erros e acertos, e agem de acordo com o que aprendem. Para tanto, contam com um Estado eficaz, apoiado por um pacto das elites, entendidas de forma ampla, por uma estratégia de longo prazo em favor do desenvolvimento. Estamos longe disso.

Durante o governo Cardoso e o primeiro mandato de Lula, as condições para um ciclo prolongado de desenvolvimento eram promissoras. Posteriormente, optou-se na economia por um caminho comprovadamente fracassado. De lá para cá houve progressos e retrocessos, mas, no cômputo geral, indo além da economia, não houve uma correção de rumo, muito pelo contrário.

No atual clima eleitoral, não há ainda qualquer indicação convincente de que serão atendidas as condições necessárias para se enfrentar os imensos desafios do país, que na verdade crescem a cada dia que passa.

DOM. Ana Paula Vescovi, Marcos Lisboa, Candido Bracher, Arminio Fraga

Instituto lança ferramenta para monitorar política pública

Imds também desenvolve painel sobre estados para ajudar candidatos e gestores a avaliar ações de governo

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Ferramentas que permitem comparar indicadores econômicos e sociais estaduais e encontrar políticas públicas para reduzir desigualdades regionais. Essa é a proposta de dois painéis que estão sendo lançados pelo Imds (Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social).

O Imds - Eleições 2022 é um conjunto de indicadores estaduais divididos em 11 temas. É a primeira etapa de um projeto mais ambicioso, que irá incorporar dados dos municípios brasileiros até as eleições de 2024. Neste momento, também está sendo disponibilizado um banco com mais de cem políticas públicas nessas mesmas áreas, desenvolvidas no Brasil e em outros países, algumas testadas e outras apontadas como promissoras: a Plataforma Impacto em Mobilidade Social.

A ideia é que essas ferramentas sirvam de referência para candidatos, gestores e pesquisadores. Também podem ser usadas para que órgãos de controle e cidadãos cobrem resultados e acompanhem o desempenho histórico de sua região em cada tema, em relação a outros estados. "A pessoa está vendo, por exemplo, dados sobre evasão escolar no Imds Eleições e pode acessar uma política pública para ver o que se faz para combater esse problema", afirma Paulo Tafner, diretor-presidente do Imds.

Segundo o instituto, não se trata de um repositório de fórmulas ou receitas, mas um ambiente com insumos que fomentem a reflexão de como aplicar ideias que já se mostraram eficazes no enfrentamento de problemas sociais.

Os dados também podem ser observados do ponto de vista da evolução do indivíduo, das famílias e do território em que vivem.

Os números mostram, por exemplo, a diferença entre o percentual de alunos do 3º ano do ensino fundamental com proficiência adequada em leitura, que varia de 62% em Minas Gerais e Santa Catarina a 19% no Amapá.

Ou o percentual de pessoas de 18 a 24 anos que não trabalham nem estudam (nem-nem), de 13% em Santa Catarina a 48% no Maranhão. Esses mesmos dois estados possuem uma grande diferença no indicador de pessoas da mesma faixa etária em situação de extrema pobreza, respectivamente, 2,4% e 23,7%.

Entre as políticas citadas, há algumas mais novas, ainda sem avaliação de resultados, mas que já se mostram promissoras, como o Crédito Popular do Recife.

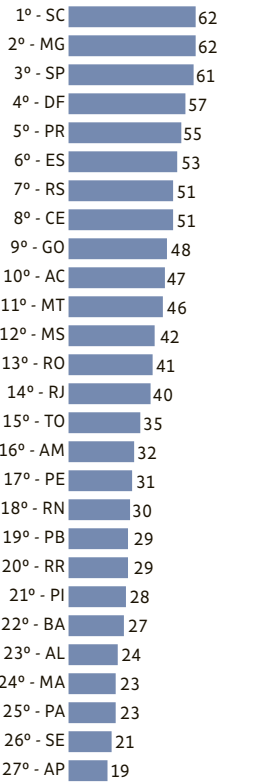
O programa, de estímulo à geração de emprego e renda, concede empréstimos de até R$ 3.000 a empreendedores formais ou informais e organizações de caráter coletivo e solidário, com juros de 0,99% ao mês. Quem paga em dia as 11 primeiras parcelas tem a 12ª bancada pela prefeitura.

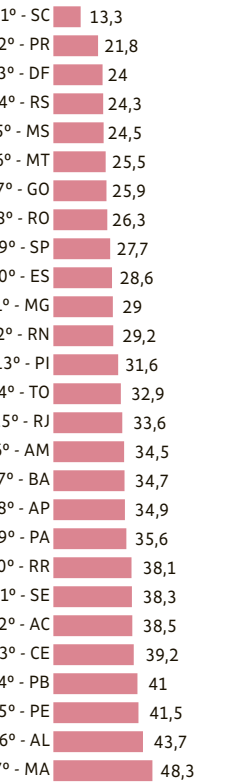
Há programas testados, como o Jovem de Futuro, parceria entre o Instituto Unibanco que já chegou a 11 estados, com foco na melhora da gestão em escolas, secretarias de educação e regionais.

Os resultados até o momento mostram um ganho de um ano adicional de aprendizado durante o ensino médio, período que dura três anos, para esses alunos. Atualmente, o programa está em cinco estados que representam quase 20% das matrículas do ensino médio nacional. Todos eles avançaram em indicadores como diminuição de evasão e redução das diferenças entre alunos e aprendizagem.

Instituto elabora guia de políticas públicas e indicadores estaduais

Infância/adolescência
Alunos do 3º EF com proficiência adequada em leitura (2016)
Em %

Posição - UF	%
1º - SC	62
2º - MG	62
3º - SP	61
4º - DF	57
5º - PR	55
6º - ES	53
7º - RS	51
8º - CE	51
9º - GO	48
10º - AC	47
11º - MT	46
12º - MS	42
13º - RO	41
14º - RJ	40
15º - TO	35
16º - AM	32
17º - PE	31
18º - RN	30
19º - PB	29
20º - RR	29
21º - PI	28
22º - BA	27
23º - AL	24
24º - MA	23
25º - PA	23
26º - SE	21
27º - AP	19

Juventude
Pessoas que não trabalham nem estudam (nem-nem) De 18 A 24 anos (2021)
Em %

Posição - UF	%
1º - SC	13,3
2º - PR	21,8
3º - DF	24
4º - RS	24,3
5º - MS	24,5
6º - MT	25,5
7º - GO	25,9
8º - RO	26,3
9º - SP	27,7
10º - ES	28,6
11º - MG	29
12º - RN	29,2
13º - PI	31,6
14º - TO	32,9
15º - RJ	33,6
16º - AM	34,5
17º - BA	34,7
18º - AP	34,9
19º - PA	35,6
20º - RR	38,1
21º - SE	38,3
22º - AC	38,5
23º - CE	39,2
24º - PB	41
25º - PE	41,5
26º - AL	43,7
27º - MA	48,3

Família
Pessoas em situação de extrema pobreza (2021)
Em %

Posição - UF	%
1º - SC	2,4
2º - MT	3
3º - RS	3,2
4º - GO	3,5
5º - MS	3,6
6º - PR	4
7º - DF	4,6
8º - MG	4,7
9º - SP	5
10º - ES	6,1
11º - RJ	8,5
12º - RO	8,7
13º - TO	9,3
14º - AP	13,8
15º - RR	14,8
16º - RN	14,9
17º - PA	16
18º - CE	16,1
19º - SE	16,3
20º - PI	16,5
21º - AL	17,5
22º - PB	17,8
23º - AM	18
24º - AC	18
25º - BA	18,1
26º - PE	21,4
27º - MA	23,7

Exemplos de programas com resultados positivos

- Community Schools de Contraturno Escolar da Glasswing International (El Salvador)
- Escola Charter Promise Academy (Nova York/EUA)
- Programa Jóvenes en Acción de Capacitação Profissional (Colômbia)
- New York City's Summer Youth Employment (EUA)
- Food Stamps de Cupons para Alimentos (EUA)
- Programa Atención a Crisis de Transferência de Renda (Nicarágua)

Programas promissores no Brasil

- Aprendendo a lidar com dinheiro (GO)
- Recuperação e Aprofundamento (SP)
- Jovem de Futuro (ES e mais dez UFs)
- Pacto pela Educação (PE)
- Prospera Família (São Paulo)
- Crédito Popular (Recife /PE)

Fonte: Banco de indicadores no nível dos estados (Imds - Eleições 2022) e banco de programas sociais com avaliação (Plataforma Impacto em Mobilidade Social), do Imds (Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social)

Clubes de tiro funcionam sem alvará, e lojas guardam armas acima do limite

Documentos do Exército revelam estandes, locais de venda e CACs autuados por irregularidades

Raquel Lopes e Constança Rezende

Militares durante evento em Brasília, em abril deste ano Adriano Machado/Reuters

BRASÍLIA Fiscalizações do Exército mostram que clubes de tiro funcionam com falta de controle adequado de frequentadores ou mesmo sem alvará.

O Exército também encontrou loja armazenando armamentos acima do limite permitido e CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) com certificado de registro da arma de fogo vencido.

A **Folha** teve acesso a documentos reservados da Força que mostram quais são as empresas autuadas pela instituição devido a irregularidades. Além de CACs, nos relatórios de fiscalização constam clubes de tiros, lojas e a própria indústria de armas.

O Exército autuou, por exemplo, o Clube de Tiro Cachoeiro de Itapemirim (ES) pela falta de controle de pessoas no estabelecimento. O fato ocorreu durante uma operação em julho de 2021.

O local autorizou a entrada de cinco atiradores com irregularidades na documentação, sendo quatro com a guia de tráfego vencida (documento que autoriza o transporte da arma), e um sem a guia e o certificado de registro da arma.

A Força também autuou o Clube de Tiro Esportivo São Carlos (SP) por não possuir alvará de funcionamento e plano de segurança, além de deixar de fiscalizar os CACs. Os problemas foram constatados em agosto de 2020.

O Clube de Tiro Cachoeiro de Itapemirim e o Clube de Tiro Esportivo São Carlos foram procurados pela reportagem, porém não responderam.

O Clube de Tiro Army, em Niterói (RJ), foi encontrado funcionando durante fiscalização em março do ano passado. O local estava com o certificado de registro suspenso após um incêndio com morte seis meses antes. Entretanto, o Exército não disse no documento o procedimento adotado em relação à ocorrência.

"No local existe uma loja que comercializa PCE (Produtos Controlados pelo Exército) e outros bens, e um clube de tiro. O clube interrompeu suas atividades mesmo sem ter recebido comunicação formal do Exército sobre a suspensão. A loja continuou funcionando sem comercializar PCE", afirmou Yuji Ito, advogado que representa o clube.

O Exército também não encontrou uma pistola no acervo do Centro de Treinamento Gladius Combat, em Feira de Santana (BA). Um sócio-proprietário era CAC e estava com a arma em outro local, que não foi mencionado no documento. A Polícia Civil o prendeu. O centro foi procurado, mas não respondeu.

A **Folha** procurou o Exército na quarta (24) com perguntas sobre o procedimento de fiscalização e os eventuais processos administrativos; também questionou as hipóteses que podem levar ao fechamento dos estabelecimentos. A Força não respondeu.

Relatório sobre uma fiscalização do exército feita em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em abril do ano passado apontou a suspeita que lojas recebiam munições por contrabando ou de CAC para vender ilegalmente sem documentação. O texto não especificou quais lojas fariam isso.

A Casa Braço de Prata, em Santa Bárbara D'Oeste (SP), recebeu uma autuação por armazenar armas acima do limite permitido durante a Operação Spartacus, em setembro do ano passado.

Durante a ação, o Exército apreendeu 158 armas da loja, que continuaram em posse do local (fiel depositário) até a regularização da situação. Uma das pessoas que visitaram a loja neste ano foi o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A Casa Speratti Caça e Pesca, em São Paulo, foi autuada porque não comprovou origem lícita de arma de fogo e por armazenar produtos controlados sem a autorização do Exército. A Polícia Civil prendeu o administrador.

Ao tentar fiscalizar a loja Security Import Guns, em Santo André (PE), o Exército soube da mudança de endereço para outro estado. "A loja não foi encontrada. Segundo o porteiro do edifício comercial, a loja havia se mudado para João Pessoa (PB)", disse o Exército, na documentação. Os estabelecimentos foram procurados, mas não responderam.

Com as flexibilizações no governo Bolsonaro, o número de clubes de tiros cresceu 1.162% segundo dados do Exército obtidos via LAI (Lei de Acesso à Informação). Até junho deste ano, havia no país 1.906 estabelecimentos do tipo, contra 151 no final de 2019.

Já em relação a lojas de armas, o crescimento foi de 58%. Em junho de 2020, havia 1.862 lojas, contra 2.937 no mesmo mês deste ano. Os dados do Exército de lojas de armas foram organizados pelos institutos Sou da Paz e Igarapé.

O governo já editou 19 decretos, 17 portarias, duas resoluções, três instruções normativas e dois projetos de lei que flexibilizam as regras de acesso a armas e munições.

As medidas adotadas pelo governo ampliam o acesso da população a armas e munições e enfraquecem os mecanismos de controle e fiscalização de artigos bélicos.

Os CACs têm sido beneficiados com uma série de normas no governo Bolsonaro. A fiscalização desse grupo também é de competência do Exército. Em um dos casos do relatório, a Força autuou um CAC de Salvador (BA) com 11 pistolas e dez revólveres com certificado de registro da arma de fogo vencido. Além disso, faltava em seu acervo uma pistola. O armamento foi apreendido, mas o atirador ficou como fiel depositário.

Bruno Langeani, gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, diz que as irregularidades encontradas são graves. Além disso, chama a atenção para a quantidade de autuações frente ao número de fiscalizações. Segundo os relatórios, numa operação de até três dias os militares realizam ao menos dez autuações.

Para o especialista, existem hoje, devido às flexibilizações do governo Bolsonaro, muitos mais CACs, clubes e lojas abertos, o que piora o cenário. Isso porque o Exército já tem histórico de baixa fiscalização. Os relatórios apontam ainda a falta de estrutura básica para a atuação dos militares, como telefones e internet móvel, requisitos essenciais para checagem dos sistemas.

Ivan Marques, advogado e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disse que os casos reforçam a necessidade de fiscalização do Exército e mostram o resultado de um crescimento descontrolado de lojas de armas, clubes e CACs. Segundo o advogado, a política de incentivo precisa vir junto a um Estado forte e capaz de evitar desvios do mercado legal para o ilegal.

"O Exército nunca fez a fiscalização de maneira satisfatória para quem está no clube de tiro e no entorno. O clube não é só um local recreativo, representa risco para as pessoas que vivem próximas porque o local pode receber ataques de criminosos que desejam roubar as armas. Esse é um exemplo de como o mercado ilegal se abastece de armas legais", avaliou.

> "O Exército nunca fez a fiscalização de maneira satisfatória para quem está no clube de tiro e no entorno. O clube não é só um local recreativo, representa risco porque pode receber ataques de criminosos
>
> **Ivan Marques**
> advogado e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

1.906
clubes de tiro existiam no país até junho deste ano; no final de 2019, eram 151

2.937
lojas de armas funcionavam no país até junho deste ano; em junho de 2020, havia 1.862

O nigeriano Sikiru Olaitan Balogun, professor da Universidade Federal da Grande Dourados Rafael Henrique/Folhapress

Pai e filho são vítimas de racismo em supermercado

Professor da UFGD levou soco; suspeito pagou fiança e responde em liberdade

MINHA HISTÓRIA
SIKIRU OLAITAN BALOGUN

SÃO PAULO Os anos de estudo sobre o potencial terapêutico de extratos de plantas; a experiência como imã (líder do culto em uma mesquita) e a atuação em prol do cuidado aos autistas após o diagnóstico da filha caçula. Nada disso poupou Sikiru Olaitan Balogun do episódio de racismo e agressão que vivenciou este mês em Dourados (MS).

Nascido em Lagos, na Nigéria, ele e a família têm enfrentado desafios nos 12 anos de Brasil —eles moraram primeiro em Mato Grosso, depois se mudaram para Mato Grosso do Sul. Nunca imaginou, porém, que poderia ser agredido em um mercado por pegar o carrinho errado.

*

Entrei em bioquímica planejando transferência para medicina, mas depois de um ano me apaixonei. Fiz a graduação e o mestrado na Nigéria e recebi uma proposta para trabalhar como professor universitário na Uganda. Ia fazer o doutorado lá, mas não havia condição de realizar os ensaios no laboratório. Fiquei lá quatro anos e passei numa seleção para fazer o doutorado na UFMT [Universidade Federal de Mato Grosso].

Tive bolsa da Capes durante o doutorado, mas depois de defender a tese não conseguia nem renovar o visto, porque não tinha mais vínculo com a universidade, nem trabalhar, porque meu diploma de graduação não era aceito. Fui à Polícia Federal, expliquei que tinha esposa e filhas, que não podia renovar o visto nem tirar a carteira de trabalho e pedi o formulário para refúgio.

Nesse período, meu orientador de doutorado e nossos irmãos de Cuiabá nos auxiliaram. Recebemos Bolsa Família por cerca de um ano.

Com o pedido de refúgio, consegui pegar a carteira e trabalhar como pesquisador na UFMT. Foi quando minha esposa deu à luz. Cancelei o pedido de refúgio e solicitei a permanência baseada no meu filho brasileiro. Recebi uma proposta para trabalhar como professor no interior de Mato Grosso, em Juína, e desde agosto de 2020 estou como professor aqui na UFGD [Universidade Federal da Grande Dourados, em MS].

Minha esposa é nigeriana e fizemos um casamento islâmico. Nossa primeira filha nasceu na Nigéria e a segunda nasceu na Uganda. Vim para o Brasil com elas e tivemos dois filhos aqui: a caçula, de 4 anos, e o irmão de 6 anos. As mais velhas têm 16 e 12 anos.

Minha esposa usa burca e, como alguns não sabem o que pode ou não, tentamos explicar. Na Nigéria, homens não tentam pegar na mão, cumprimentar uma mulher casada, mesmo que não sejam muçulmanos. Aqui não é assim. As culturas são diferentes.

Quando minha filha mais velha começou a estudar em Cuiabá foi discriminada pela professora. Quando nos mudamos para Juína, graças a Deus, fomos bem recebidos. Percebendo que minhas filhas usam hijab, a diretora da escola nos chamou e pediu que nos apresentássemos aos alunos. Ela explicou: "Eles são estrangeiros, têm alguns costumes diferentes, mas isso não é razão para discriminar". Isso facilitou muito. Aqui, há a discriminação racial e, na Nigéria, discriminação por causa da tribo ou da religião.

No dia 3 de agosto, levei meu filho para uma consulta e na volta fomos ajudar minha esposa no mercado. Quando finalizávamos a compra, peguei meu carrinho e fui com meu filho para os caixas. Deixei ele na fila e voltei para pegar o carrinho da minha esposa. Ela ainda estava escolhendo algumas coisas e disse que ele estava perto das mangas. Estranhei porque havia no carrinho materiais que não compramos muito, mas pensei que fosse efeito da inflação.

Levei o carrinho para a fila do caixa e percebi que algumas frutas não haviam sido pesadas. Falei para o meu filho: "Já volto". Quando voltei o carrinho não estava lá e meu filho estava com o olho vermelho de chorar. Um cliente falou: "Levaram seu carrinho, foi uma moça que deu um tapa nele".

Quando ele falou "moça", pensei na minha esposa. Fui atrás dela e ela me levou ao local onde havia deixado as compras. Eu tinha escolhido o carrinho errado. Mas se eu havia errado, por que bater no meu filho?

Quando eu voltei para a fila, meu filho estava chorando porque nesse tempo haviam voltado para pegar as frutas que eu estava pesando. Tentamos acalmá-lo e minha esposa disse que não podíamos deixar aquilo passar. Procurei o carrinho e achei um senhor e uma senhora perto dele. Tivemos um diálogo e voltei para onde estavam minha esposa e meu filho e falei: "Ah, são idosos". Ela disse: "Se fizeram isso com nosso filho, podem fazer com outra criança". Voltamos e minha esposa disse:

– Bom dia, senhora. Por que a senhora bateu no meu filho?

– Sai daqui, sai daqui, quero pegar algo na geladeira.

– Senhora, estou perguntando: por que a senhora bateu no meu filho?

– Porque roubou o carrinho.

– Roubou? O carrinho para pagar?

– Eu não bati, apenas tirei a mão dele.

Vieram outros clientes e disseram que ela tinha batido na mão dele. Nesse momento, me chamaram de "preto" em tom ofensivo e o marido me deu um soco no ombro. A essa altura, chegou a segurança do supermercado. Relatei o que havia acontecido e um comprador contou que tinha filmado. Disse: "Está aqui o vídeo. Eu posso testemunhar".

Chamamos a polícia e ele foi detido em flagrante porque o cliente mostrou o vídeo, mas a mulher foi liberada porque disseram não haver evidência.

Tentamos não falar com nosso filho sobre o assunto. Não quisemos comentar para não ficar na memória, porque não é uma coisa boa, e fiquei surpreso quando ele mencionou. Ele lembra que a mulher veio, pegou o carrinho, bateu e foi embora. Foi bom ele não ter presenciado a agressão contra mim. Achamos que ele tivesse esquecido, mas ele lembra de tudo.

Depoimento a Stefhanie Piovezan

> “Quando voltei, o carrinho [de compras] não estava lá e meu filho estava com o olho vermelho de chorar. Um cliente falou: “Levaram seu carrinho, foi uma moça que deu um tapa nele”. Eu tinha escolhido o carrinho errado. Mas se eu havia errado, por que bater no meu filho?

> Me chamaram de preto em tom ofensivo e o marido [da mulher] me deu um soco no ombro. Chegou a segurança do mercado. Um cliente contou que tinha filmado [a agressão]. Chamamos a polícia e ele foi detido em flagrante

*

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul informou que os suspeitos prestaram depoimento e que o inquérito foi instituído no dia seguinte como vias de fato e injúria qualificada pela raça, cor, etnia ou origem.

O delegado Ulisses Nei de Brito Santos, titular da 2ª DP de Dourados e responsável pelo caso, informou que o suspeito foi preso em flagrante por injúria racial e solto mediante fiança de um salário mínimo (R$ 1.212). Ele responde em liberdade. Ainda segundo o delegado, foram ouvidas testemunhas e analisadas imagens das câmeras de segurança, e a previsão era concluir a investigação na sexta (26). A pena em caso de condenação varia de 1 a 3 anos de reclusão.

O Atacadão, onde aconteceu o caso, disse que não corrobora com atos discriminatórios ou violentos, que acionou as autoridades assim que soube do ocorrido e que ajudou a vítima. A reportagem não conseguiu localizar o suspeito.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Criador de jingles famosos adorava amigos e violão

JOSÉ LUIZ NAMMUR (1946-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Slogans imortalizados no mercado publicitário, como "Tropeçou, caiu, machucou? Passa Gelol que passa" nasceram da criatividade de José Luiz Nammur.

Paulistano de Pinheiros (zona oeste), ele aprendeu sozinho a tocar violão ainda criança, apenas observando as aulas dadas para seu pai e sua irmã, Lúcia. Foi ela, inclusive, que deu a ele o apelido de Zelão, que usaria por toda a vida.

Contra a vontade do pai, ele logo passou a ter aulas. Foi apresentado à bossa nova pelo compositor Luiz Roberto Oliveira.

Zelão foi aprovado na faculdade de direito na USP, mas desistiu para se dedicar à música. Também trabalhou em outras áreas, inclusive como vendedor e em uma fábrica de móveis.

Na época de ensino médio, trabalhou como "faz tudo" em um jornal de bairro, no qual tinha duas colunas —de discos e de cinema— e vendia anúncios.

Mas sua paixão era mesmo a música. Tornou-se violonista profissional e conviveu com nomes como Toquinho, Geraldo Vandré, Chico Buarque e Maria Bethânia. Aos 16 anos, compôs com o cantor Roberto Morel (1926-1991) a música "Pingo d'Água", a primeira de uma longa parceria.

Em 1967, o violonista conheceu o mundo dos jingles —fez canções para marcas como Galinha Azul (Maggi), Gelol, Kolynos, Café do Ponto e Coca-Cola. Foram mais de 6.000 ao longo da carreira, segundo a empresária Valéria Lima de Azevedo Nammur, 63, sua segunda mulher.

No final da década de 1960, assumiu o comando do setor de rádio e TV da agência de publicidade McCann Erickson.

No currículo também constam passagens em produções musicais para teatro e televisão. A convite de João Araújo, pai de Cazuza, produziu duas músicas para a novela Bandeira 2 (Globo, 1971). Zelão fez parte da produtora Sonima e depois abriu o próprio negócio, o New Zelão Estúdio, que também alcançou destaque na publicidade.

O violão continuou sendo um parceiro. Até antes da pandemia, segundo Valéria, o marido fez alguns shows em bares. Nos últimos tempos, Zelão estava como responsável pelo marketing e pela criação de peças e anúncios na Logweb, empresa da mulher.

A combinação de amigos, violão e cerveja era a preferida.

Zelão morreu dia 19 de agosto, aos 75 anos, em decorrência de insuficiência cardíaca e respiratória. Deixa a mulher, quatro filhos e quatro netos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Adams Carvalho

Ser humano: parecer

O projeto é claramente uma inovação em relação aos macacos

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Nu, de Botas"

Fala, timê! Primeiramente, mal aí pela demora. Semana puxada, chegaram os PPTs dos insetos, correria doida, mas se a gente quisesse moleza tava trabalhando com mineral, não com animal, né? KKK. Vamos ao que interessa: analisamos aqui o projeto e estamos bem animados com o ser humano! É claramente uma inovação em relação aos macacos, mas sem perder o recall dos símios já testados e aprovados. Agora, alguns pontos sensíveis.

Mamilos: por que nos homens também? Se a ideia for os machos amamentarem numa versão 2.0, ok. Caso contrário, achamos que confunde, além de encarecer. Melhor cortar.

Umbigo: vai ficar aquele buraco com nó, mesmo? Nos deu certa impressão de algo tosco, mal-acabado. #australopitecosfeelings, hehe. Não queremos nos meter no trabalho de vocês, mas o Marchetti, da diretoria, sugeriu criarem uma protuberância. Algo semelhante a um rabo dianteiro. Ele pensou que, quando os seres humanos ficassem felizes, esta pequena cauda frontal poderia balançar, feito a dos cães —belo projeto, aliás. Com exceção do chihuahua sem pelo. Aquilo era zoeira, né?

Clitóris: não tá muito pra cima? Se a reprodução será via penetração e a função do prazer é induzir ao coito, nos parece mais lógico que o clitóris fique bem na entrada do canal vaginal. Dúvida: os macacos machos fazem sexo com as fêmeas por trás. Os humanos farão pela frente? Isso já está decidido? E se resolverem fazer por trás, também? Sugestão: dois clitóris na entrada da vagina, um na frente e outro atrás. (O financeiro ainda precisa ver se cabe no orçamento, estouramos os últimos centavos do nosso budget com o pavão).

Testículos: red flag do Setor de Segurança. Se a reprodução é a função primordial da vida, por que colocar o futuro da humanidade pendurado e embalado pelo tecido mais fino de todo o corpo? Sugestão: dentro do crânio, entre os dois hemisférios do cérebro. (Dúvida do RH: bolas no cérebro não poderiam causar, numa leve batida de cabeça, dores excruciantes?).

Orelhas: vocês mandaram o arquivo final ou veio o rascunho? Como função, tá dez, mas esteticamente deixa bastante a desejar. Não daria pra irmos mais pro modelo do coelho, do gato, do cachorro? São muito mais elegantes, com um design clean e sem prejuízo da qualidade.

Dedos dos pés: pra quê? São incapazes de agarrar qualquer objeto, não descascam sequer uma banana —e olha que a casca de banana é fácil de abrir. Merecidíssimo, aliás, o segundo lugar de vocês no Lifecreative Awards! (Todo mundo já sabia que o primeiro ia pro ovo). Sugestão: cortar. O cavalo, sem dedos do pé, corre muito mais.

Chifres: sabemos que desvia do template do Projeto Primatas, mas o Marchetti, da diretoria, acha que seria "um plus a mais". Podem ser dois cornos curvos, como os de um boi, duas galhas exuberantes como as dos alces. Ou (é o que o Marchetti mais gosta) aproveitar o chifre daquele projeto tão legal que foi cancelado na última hora, o unicórnio, lembram?

Por fim, mas não menos importante: por que duas cores? (Vimos os amarelos e vermelhos e não nos pareceram nem amarelos nem vermelhos). Achamos que pode dar problema. Vai que os de uma cor resolvem implicar com os da outra? Sugestão: ou deixa todo mundo da mesma cor, ou chuta de vez o balde. Humano branco, preto, azul, amarelo, abóbora, verde, rosa, lilás etc.

É isso. Bom domingo a todes!

PS: Ainda não recebemos a resposta sobre a girafa. O engenheiro calculista pergunta: houve algum erro no projeto ou é daquele jeito mesmo o pescoço?

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, **Maria Homem** | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse **folha.com/classificados**

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

EMPREGOS

EMPREGADOS PROCURADOS

M

MÉDICO (A) OFTALMOLOGISTA/OTORRINOLARINGOLOGISTA
M/F Tradicional empresa de grande porte, no segmento da saúde, comprometida com a qualidade e constante aprimoramento dos serviços prestados, contrata: Médicos(as)
Para atuarem nas seguintes especialidades:
. Oftalmologista
. Otorrinolaringologista
Para atendimento ambulatorial em nossas unidades de São Paulo e Grande São Paulo.
Enviar currículo para o e-mail: cv.medicos@hotmail.com

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

IMÓVEIS

SÃO PAULO

APARTAMENTO VENDA

CENTRO

2 DORMITÓRIOS

STA CECÍLIA/B. FUNDA
Vendo apto, 1 dorm, gar. sl de festas, R$ 350 mil. Px. Fac. Osvaldo Cruz. Contato somente por WApp 11-99331-6737.
cód. 92482066

INTERIOR, LITORAL OUTROS ESTADOS

APARTAMENTOS E CASAS VENDA

GUARUJÁ - PITANGUEIRAS
1.200.000,00 Guarujá praia Pitangueiras c/ vista p/o mar, 200m2 sendo 3 suítes c/ ar condicionado, lavabo, sacada, dependência empregada, piscina adulto e infantil, quiosque c/ churrasqueira, salão de festas e jogos, 3 vagas garagem, todo reformado. 11-4705-6767
cód. 92481926

TERRENOS

BRAGANÇA PTA. SP
Único Comercial. Jd das Palmeiras, esq c/rodovia, 4.000m². R$ 2.5 milhões. www.cacociimoveis.com.br 11-4034-0543/99989-1887

NEGÓCIOS

DETETIVES

DETETIVE PARTICULAR
Atuamos com Seriedade e Sigilo absoluto.
F:(11)9.1330-8184

ESOTERISMO

VOVÓ JOANA
Amarração p/ amor, trabalhos p/ todos os fins. pagamento após resultado (11) 4114-6358 / WHATS 11-93019-0379 TIM

LEILÕES

LEILÃO DE ARTE E ANTIGUIDADES
Dia 29 de agosto às 17hs. Rua Barão de Capanema, 91. Leiloeira Carolina Barbosa da Silva. Tel (11) 3062-6934.

LEILÃO DE ARTE MODERNA E CONTEMPORÂNEA
Dias 29,30 e 31/08 às 20 H. somente on line. Oscar Freire 232 casa 8 Leiloeiro José Roberto Bortoletto Junior. Tels: (11) 3731-5012/3731-2536

ACOMPANHANTES

HÉRCULES
ATIVO p/Homens. 11-5575-4052

HÉRCULES
DOTADO p/Homens. 11-5575-4052

LETÍCIA
Dotadona baixinha com local 11 963146965

CLÍNICAS E MASSAGENS

MASSAG. TERAPÊUTICA
Relaxante, do-in, shiátsu, stress, ansiedade, dores em geral: cervical, lombar, ciático e depilação. (11) 9.9930-9456 - Paula

BMW

BMW X3 40 I 18/18
Preta, ún. dono. c/ manual e NF. R$ 329 Mil F:(31)99987-1404

OS ANÚNCIOS COM ESTE SÍMBOLO TÊM FOTOS, PARA VÊ-LAS DIGITE O CÓDIGO QUE ACOMPANHA O SINAL NO SITE FOLHA.COM/CLASSIFICADOS — CLASSIFICADOS@GRUPOFOLHA.COM.BR

Faixa de areia da praia central de Balneário Camboriú passou de 25 metros para 75 metros de largura Flávio Tin - 14.fev.2022/Folhapress

Após ampliação de praia, Camboriú vê alta de turistas

Ambientalista teme que poluentes possam afetar peixes e banhistas

Hygino Vasconcellos

BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC) Um ano após o início das obras de alargamento da faixa de areia da praia central de Balneário Camboriú, em Santa Catarina, a cidade registra aumento de preços dos imóveis e maior circulação de visitantes, segundo a prefeitura e entidades ligadas à construção civil e ao turismo.

Ambientalistas críticos à obra, porém, temem que os produtos químicos remexidos do fundo do mar afetem peixes e crustáceos e, no médio e longo prazos, possam causar problemas de saúde nas pessoas.

As obras foram iniciadas em 22 de agosto do ano passado, mas a praia só foi totalmente liberada no início de dezembro. Com a entrega, a faixa de areia passou de 25 metros para 75 metros de largura.

Após a liberação total, houve aumento no valor da venda de imóveis residenciais na cidade. Segundo o FipeZap, a elevação foi de 24,77% em maio deste ano, na comparação com os 12 meses anteriores.

Para o presidente do Sinduscon (Sindicato da Construção Civil) de Balneário Camboriú e Camboriú, Nelson Nitz, o aumento do índice não tem relação direta com a ampliação da faixa, mas devido ao "déficit de oferta" de imóveis na cidade.

E isso acaba influenciando no preço do metro quadrado na cidade, considerado o maior do país. O município, segundo o presidente do Sinduscon, atrai investidores pela liquidez, ou seja, a facilidade de negociação do imóvel, tanto para compra quanto para aluguel.

"Aqui o investidor tem garantia do seu investimento. Sabe que, se comprar apartamento aqui, tem garantido o dinheiro dele", afirma Nitz.

Dados do sindicato apontam a criação de mais de mil novas vagas na construção civil entre janeiro e agosto de 2022. O número é superior aos dos dois últimos anos.

A cidade também percebe aquecimento do setor de turismo. Em janeiro deste ano, a taxa média de ocupação de hotéis e pousadas ficou em 81,19%, o que não era visto desde janeiro de 2020, período pré-pandemia, quando foi de 84,88%. Os dados são do Balneário Camboriú Convention & Visitors Bureau.

A vice-presidente de captação de eventos da entidade, Margot Rosenbrock Libório, diz esperar para a próxima temporada um crescimento ainda maior de turistas.

"A nova praia central influencia na decisão do turista de vir para a cidade, principalmente turistas de alta temporada. A ampliação da faixa de areia tem uma aprovação muito grande dos turistas e da própria população", afirma Libório.

A avenida Atlântida margeia a praia e só é separada da areia da praia pelo passeio público, que deve passar por uma ampliação —de 4 metros para 15 metros de largura, de acordo com o prefeito Fabricio Oliveira (Podemos).

Com a reurbanização, a intenção é criar espaços separados para caminhada, corrida e ciclistas, além de disponibilizar outros serviços à população na praia.

A obra, segundo o prefeito, só vai ser possível devido à ampliação da faixa de areia.

A mudança, no entanto, recebe críticas de especialistas. O biólogo e professor na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) Paulo Antunes Horta Junior diz que obras do gênero têm reflexos no meio ambiente "nada desprezíveis" e, por isso, este tipo de intervenção precisa ser revisto devido às mudanças climáticas e ao aumento do nível do mar.

Entre os impactos, segundo o pesquisador, está a redução da transparência da água, além de mudanças em ecossistemas.

Além disso, a dragagem da área acabou por remexer poluentes que se acumularam no fundo do mar ao longo dos anos, conforme o professor.

Peixes, crustáceos e outras espécies acabam consumindo esses poluentes e, no médio e longo prazos, vão ser consumidos pelos seres humanos, o que pode virar um problema de saúde pública, afirma Horta Junior.

Para o pesquisador, uma análise apenas mercadológica da ampliação da faixa de areia simplifica a questão e não leva em conta os reais impactos da obra para a sociedade. O professor questiona, por exemplo, se o gasto de R$ 66,8 milhões com as obras será duradouro, já que existe risco de a areia ser levada pelo mar.

"O fundo do oceano vai acumulando poluentes diferentes [ao longo dos anos]: metais pesados, hidrocarbonetos e mesmo aqueles poluentes emergentes como antibióticos, fármacos, microplásticos. Tudo isso vai afundando no fundo do mar", explica.

Já a oceanógrafa e professora da Univali (Universidade do Vale do Itajaí) Débora Ortiz Lugli Bernardes entende que os impactos da obra ao meio ambiente ocorreram principalmente no momento de retirada dos sedimentos. Ela observa, porém, que é preciso acompanhar a hidrodinâmica (direção das correntes) ao longo dos meses para ver se há alguma alteração.

Delegado da Polícia Federal é morto em operação contra madeireiras ilegais em MT

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O delegado da Polícia Federal Roberto Moreira Silva Filho, 35, morreu na sexta-feira (26) durante operação para o combate a madeireiras ilegais em Mato Grosso. Ele foi baleado em Aripuanã, a cerca de 950 km de Cuiabá.

Silva Filho era o chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Superintendência da PF em Mato Grosso. Estava na Polícia Federal desde dezembro de 2020.

Ele coordenava a Operação Onipresente, que combate a extração ilegal de madeira na Terra Indígena Aripuanã.

Sua equipe estava abordando caminhões durante a madrugada, quando um caminhoneiro desobedeceu a ordem de parar e jogou o caminhão sobre os agentes. Os policiais revidaram com tiros, e uma das balas teria atingido o delegado.

A Polícia Federal e a ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal) disseram que estão acompanhando de perto as investigações.

A Polícia Civil de Mato Grosso não deu informações sobre o caso. O motorista do caminhão ficou ferido, foi atendido em um hospital de Aripuanã e preso.

O ministro da Justiça, Anderson Torres, prestou condolências no Twitter.

"É com imenso pesar que recebi a notícia do falecimento do delegado da Polícia Federal Roberto Moreira da Silva Filho, baleado durante uma operação em Mato Grosso. Meus sentimentos aos familiares e amigos", escreveu.

A ADPF afirmou em nota que Silva Filho era um "profissional extremamente dedicado, combativo e abnegado, [que] sempre buscou aplicar a lei e combater o crime".

"Apesar de reconhecermos os riscos inerentes à nossa profissão, é sempre difícil aceitar a morte tão precoce de um colega em virtude do cumprimento de sua missão no combate aos crimes ambientais."

A Polícia Federal também expressou "condolências e solidariedade aos familiares e amigos enlutados".

Roberto Moreira Silva Filho coordenava operação contra extração ilegal de madeira na Terra Indígena Aripuanã Reprodução

Nasa lança nesta segunda foguete feito para levar humanos à Lua

Missão Artemis 1 é passo inicial para retomada da exploração tripulada do espaço profundo pelos EUA

Salvador Nogueira

SÃO PAULO Nesta segunda-feira (29), após meio século, a Nasa voltará a lançar um foguete projetado para levar humanos à Lua. A missão Artemis 1 marca o primeiro passo para a retomada da exploração tripulada do espaço profundo pelos EUA, quase duas décadas após a agência espacial americana receber instruções para tanto.

Batizado de Space Launch System (Sistema de Lançamento Espacial), ou SLS, o foguete gigante (98 metros) é um misto de novidade com herança. Problemático, ele ao menos deixa agora de ser uma miragem. Se tudo correr bem, seus motores poderão ser ativados às 9h33 (de Brasília) numa escalada que o levará à órbita terrestre e depois, numa injeção translunar, impulsionando a cápsula Orion rumo à Lua.

A janela de lançamento nesta segunda dura duas horas. Caso não seja possível voar nesta data, há outras reservadas, nos dias 2 e 5 de setembro. Se passar disso, as coisas se complicam mais, em razão da certificação do dispositivo de autodestruição a ser ativado caso o foguete saia do curso previsto.

Dizer que há incertezas é ser gentil. A Nasa não lança um foguete desse tipo desde 1973, quando foi lançado o último Saturn 5, foguete responsável pelas primeiras expedições humanas à Lua, no programa Apollo.

Ninguém que trabalhe na agência hoje estava lá. Além disso, o SLS passou por muitas dificuldades técnicas, programáticas e orçamentárias para chegar à plataforma 39B do Centro Espacial Kennedy, em Cabo Canaveral, Flórida, de onde deve subir ao espaço.

Entender o percurso é perceber que o novo foguete lunar da Nasa já nasceu velho e obsoleto, em parte porque sua gestação precisou atender a demandas políticas em detrimento de escolhas técnicas.

As escolhas feitas para o SLS parecem hoje absurdas: um foguete descartável baseado em tecnologias e métodos originalmente desenvolvidos nos anos 1970 para um veículo reutilizável, a um custo exorbitante (entre US$ 2 bilhões e US$ 4 bilhões por voo) e com uma cadência de voos modorrenta (é razoável esperar um lançamento a cada dois anos, embora a Nasa diga que a frequência pode aumentar).

O maior ícone dessa aparente loucura é o uso dos motores dos ônibus espaciais no novo foguete lunar. Veja bem: os quatro RS-25 que impulsionam o SLS neste primeiro voo não são meramente idênticos aos que eram empregados nos ônibus. Eles são os mesmos, desatarrachados de um veículo antigo em que eles eram usados de novo e de novo e plugados em outro em que, após apenas alguns minutos de uso, terminarão no fundo do oceano Atlântico.

Chega a espantar que algo assim possa ter ido adiante, mas não custa lembrar que vivemos uma revolução na indústria espacial.

Estágios de foguete para voos orbitais não retornavam e pousavam suavemente até 2015, quando a SpaceX pela primeira vez demonstrou a capacidade com o Falcon 9. Desde então, a empresa de Elon Musk não só tornou a reutilização do primeiro estágio rotineira como demonstrou o Falcon Heavy, um veículo de alta capacidade que não chega a ser tão poderoso quanto o SLS, mas consegue levar mais da metade da massa que seu rival público, por no máximo um vigésimo do custo.

E mesmo essa comparação empalidece diante do próximo veículo de alta capacidade da SpaceX. O Starship levará mais massa que o SLS, a uma fração do custo, 100% reutilizável e capaz de voar, pelo menos, dezenas de vezes por ano.

Por ora, contudo, o Starship ainda tem muito a provar, e o SLS está na plataforma de lançamento. Podemos ver a missão Artemis 1 como o ensaio não tripulado de um retorno "vitaminado" à era Apollo.

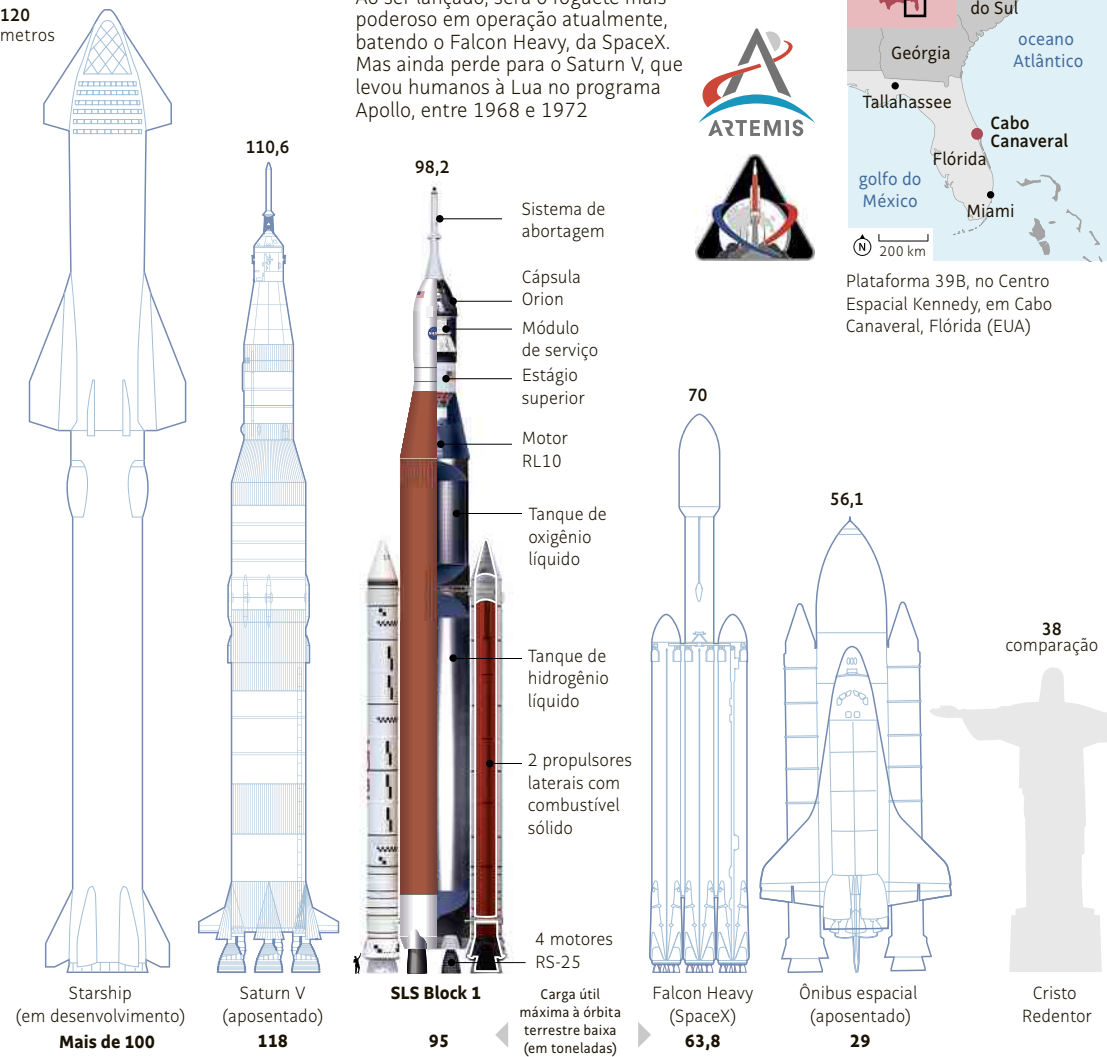
Embora o foguete, na sua primeira versão (há outras nas pranchetas, mas é duvidoso que se concretizem), seja menos capaz que o Saturn 5, a Orion voará mais longe que qualquer nave destinada a transportar humanos jamais foi, a quase meio milhão de quilômetros da Terra, numa órbita lunar distante.

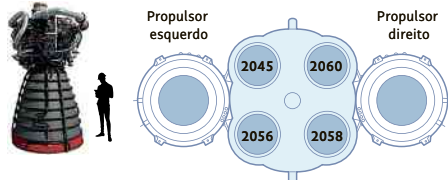
Além disso, vai realizar o voo de espaço profundo mais longo de uma nave tripulada. A mais longa das missões lunares, a Apollo 17, durou pouco mais de 12 dias. A Orion do Artemis 1, se for lançada mesmo nesta segunda, poderá passar até 42 dias em espaço profundo. Será um ótimo experimento para medir o nível de radiação a que astronautas serão submetidos ao voar tanto tempo para longe da Terra.

Se tudo correr bem, o plano da Nasa é realizar a missão Artemis 2 com astronautas, em 2024 (mas 2025 começa a parecer mais provável). Seria um voo semelhante, apenas orbitando a Lua. O primeiro pouso estaria reservado à Artemis 3, possivelmente em 2026 ou 2027. Mas isso ainda pende pelo desenvolvimento bem-sucedido do Starship.

Pela primeira vez, além de vermos mulheres indo à Lua, teremos não americanos: os europeus, que desenvolveram o módulo de propulsão da Orion, têm direito a três assentos em futuras missões Artemis. E, por volta de 2030, os chineses planejam realizar seu primeiro pouso lunar tripulado. Em resumo, muita gente deve ir à Lua nos próximos anos.

O primeiro voo de volta à Lua

Missão Artemis 1 testará sem tripulação nave capaz de levar astronautas numa jornada à órbita lunar e de volta à Terra

Os motores RS-25
Com histórico e testados em voo, eles são uma herança direta do programa dos ônibus espaciais. Veja quais deles foram embarcados no voo inaugural do SLS

Motor	Voo	Missão
2045	12	Último voo de John Glenn e o último do ônibus espacial
2056	4	Última missão de reparos ao Hubble
2058	6	Várias missões à Estação Espacial Internacional
2060	3	Último voo do ônibus espacial

A jornada

A cápsula Orion fará uma viagem à órbita da Lua e de volta ao longo de 26 a 42 dias (depende da data do lançamento)

1. **Lançamento**
2. **Ejeção dos propulsores laterais, coifas e sistema de aborto**
3. **Desligamento dos motores principais** — E separação do segundo estágio
4. **Órbita de elevação de perigeu**
5. **Órbita terrestre de estacionamento** — Checagem de sistemas com ajustes de painéis solares
6. **Queima da injeção translunar** — Manobra de acendimento do motor dura cerca de 20 minutos
7. **Separação do segundo estágio** — A Orion inicia sua jornada a caminho da Lua. Na trajeto faz ajustes finos de alinhamento para o sobrevoo da Lua e inserção em órbita retrógrada distante lunar
8. **Sobrevoo lunar** — Passagem a 110 quilômetros da superfície lunar, rumo à órbita retrógrada distante
9. **Inserção orbital lunar** — Manobra de entrada na órbita retrógrada distante
10. **Órbita retrógrada distante** — Espaçonave dará meia ou uma volta e meia ao redor da Lua, a 70 mil quilômetros da superfície lunar
11. **Partida da órbita lunar** — Ativação do motor inicia a partida da órbita retrógrada distante
12. **Sobrevoo de retorno** — Queima de propelente leva mais uma vez a nave às proximidades da Lua, antes de pegar o caminho da Terra
13. **Trânsito de retorno** — Manobras de correção de curso são feitas para ajustar a trajetória rumo à atmosfera terrestre
14. **Separação do módulo de tripulação do módulo de serviço da orion**
15. **Entrada na atmosfera** — Escudo térmico protege do impacto e ajuda a reduzir a velocidade da cápsula
16. **Amerissagem** — A cápsula da Orion desce no oceano Pacífico, auxiliada por paraquedas

A missão levará dois **dorsos de manequins** idênticos, equipados com detectores de radiação. São fabricados com materiais que imitam ossos humanos, tecidos moles e órgãos de uma mulher

Capacidade

Apollo — 3 astronautas; 11 m; 3,9 m
Orion* — 4 astronautas; 7,3 m; 5,2 m

A **Liberação de cubesats**
B Dez pequenos satélites
C independentes são lançados em suas viagens independentes

*Neste voo, não haverá tripulação
Infográfico Glauco Lara
Fontes: Graphic News, Nasa e ESA

Até dormideiras aprendem, menos nós

Ameaças repetidas ou novas ensinam arbusto 'Mimosa pudica' a reagir certo

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

A entrevista de Jair Bolsonaro ao Jornal Nacional trouxe à memória uma planta, Mimosa pudica, a popular dormideira. Não pelo pudor, ao contrário. E sim porque ela, ao menos, aprende algo útil com a repetição de estímulos ameaçadores.

Não é o caso dos brasileiros. Quanto mais o presidente mente, achincalha e desconversa, mais reagimos com objetividade, desmentidos, argumentos —arsenal que já se provou incapaz de torpedear a bolha de seus eleitores nas redes sociais.

Melhor voltar a atenção para a M. pudica. Uma diversão da meninada que ia a pé do centro de Ubatuba à praia do Perequê-Açu era mexer nas folhas compostas do arbusto, que se fechavam de pronto ao simples toque. Inesquecível.

Para um vegetal, a reação rápida é surpreendente. Pensamos em plantas como seres imóveis, enraizados, presos que estamos ao ritmo animal baseado na locomoção (ataque ou fuga) como estratégia de sobrevivência.

Há um livro inquietante sobre o que humanos podem e devem aprender com esses seres tão estranhos e fundamentais: "A Revolução das Plantas - Um Novo Modelo para o Futuro", de Stefano Mancuso. Saiu no Brasil pela editora Ubu.

O botânico da Universidade de Florença ganhou fama propagando a noção de que nossos conterrâneos verdes (conterráqueos?) são seres inteligentes, ao contrário do que se acredita. Tão mais inteligentes que teriam inventado uma internet de raízes muito antes de nós e a usam para trocar informações vitais, não fake news.

Os argumentos estão no livro, intrigantes e instigantes, e mais ainda as conclusões filosóficas e políticas que extrai. Não haverá spoilers aqui, a não ser para resgatar do livro um experimento maluco com as dormideiras.

Mancuso narra que as plantas sensitivas, como a M. pudica das Américas, despertaram interesse de botânicos quando chegaram à Europa. Estudiosos do porte de Robert Hooke (1635-1703) e Jean-Baptiste Pierra Antoine de Monet, chevalier de Lamarck (1744-1829), ficaram encantados com essa rara capacidade em vegetais.

Lamarck intrigou-se com o fato de a dormideira deixar de fechar as folhas com a repetição do estímulo. Atribuiu isso ao cansaço: a partir de certo ponto, a planta não teria mais energia para despender em reações tão velozes.

Outro botânico francês, René Desfontaines (1750-1833), teve a ideia de levar vasos de dormideiras para passear de carruagem por Paris. Após umas tantas vibrações do cupê sobre o calçamento, claro, as folhinhas pararam de se recolher.

As plantas se acostumaram à trepidação. Em outras palavras, são capazes de reter informações em sua memória, onde quer que esta se localize nelas.

Em 2013, o laboratório de Mancuso submeteu dormideiras a uma queda brusca de 10 cm, e as plantas reagiram como esperado. Primeiro, se fechando; depois, parando de fazê-lo.

Introduziu-se então um novo estilo de deslocamento, horizontal, e as plantinhas de imediato voltaram a se encolher. Além de memória, mostraram capacidade de distinguir estímulos inócuos de outros, novos, potencialmente ameaçadores.

Bolsonaro nos trata como seres menos inteligentes que dormideiras. O segredo de seu experimento incivil é nunca variar a natureza das ameaças, só o grau: em três décadas, sempre explícitou o intento de devastar a democracia, a natureza e a ética.

Nós, brasileiros, nos acostumamos a suas investidas e relaxamos. Mas, quando os estímulos se tornaram letais com a pandemia, o rearmamento, a fome, o racismo, a misoginia e o desmatamento, seguimos inertes.

As dormideiras são mais espertas que nós.

| DOM. Reinaldo José Lopes, Marcelo Leite | QUA. Atila Iamarino, **Esper Kallás**

Sonda revela surpreendente geologia em cratera de Marte

As rochas são ígneas e podem ter sido alteradas por exposição à água

Will Dunham

WASHINGTON | REUTERS Amostras perfuradas pela sonda Perseverance da Nasa na superfície de Marte estão revelando a geologia de uma cratera que os cientistas suspeitam que pode ter abrigado vida microbiana há bilhões de anos, incluindo surpresas sobre a natureza da rocha.

As amostras, armazenadas para transporte futuro à Terra para mais estudos, mostraram que rochas de quatro locais no interior da cratera de Jezero são ígneas —formadas por resfriamento do material fundido. As rochas também apresentam evidências de alteração por exposição à água, outro sinal de que o frio e árido planeta Marte foi quente e úmido muito tempo atrás.

Os cientistas tinham pensado que a rocha, formada há cerca de 3,5 bilhões de anos, pudesse ser sedimentar, formada como lama e areia depositada no leito de um lago.

"Na verdade, não encontramos evidências de rochas sedimentares onde a sonda explorou o solo da cratera, apesar do fato de sabermos que a cratera já abrigou um lago onde os sedimentos devem ter sido depositados. Esses depósitos sedimentares devem ter erodido", disse o geoquímico da Caltech Kenneth Farley, principal autor de um de quatro estudos publicados nas revistas Science e Science Advances que descrevem a geologia da cratera.

A Perseverance chegou a Marte em fevereiro de 2021 e esteve trabalhando ativamente na cratera de Jezero desde então, usando um conjunto de instrumentos, enquanto os cientistas investigam se o planeta um dia teve condições propícias à vida.

Ela está coletando amostras de rochas, do tamanho de giz de quadro-negro, em pequenos tubos a serem recuperados por uma nave espacial em 2033 e trazidos para a Terra para um exame mais aprofundado, incluindo de bioassinaturas —indicadores de vida.

A cratera de Jezero tem 45 km de largura. Parece que a área já teve água abundante e abrigou um delta de rio, que escorreu pelas bordas e formou um grande lago. Cientistas suspeitam que a cratera poderia ter abrigado vida microbiana. A Perseverance está agora coletando amostras na área do delta.

Descobriu-se que as rochas ígneas da cratera interagiram com a água, produzindo novos minerais e depositando sais, embora essa água aparentemente fosse pouco abundante ou não estivesse presente por muito tempo —provavelmente, águas subterrâneas. Mas a presença da água sugere que este pode ter sido um ambiente habitável na época, disseram os pesquisadores.

As quatro amostras foram obtidas por perfuração em duas áreas, uma chamada Seitah e a outra, Maaz. A rocha de Seitah parece ter-se formado no subsolo pelo resfriamento lento de uma espessa camada de magma. As rochas de Maaz podem ter esfriado relativamente mais rápido em uma camada superior de magma subterrâneo ou após uma erupção vulcânica na superfície. De qualquer forma, qualquer camada de rocha que cobria essas áreas desde então foi erodida, pela água ou pelo vento.

O exame das amostras na Terra poderá revelar quando a rocha foi formada e dar uma resposta mais firme sobre quando existiu água na superfície marciana.

"Compreender quando e por quanto tempo o clima em Marte permitiu a estabilidade da água líquida é de importância central para as questões maiores que estamos tentando abordar com esta missão e as amostras colhidas", disse o geoquímico e coautor do estudo David Shuster, da Universidade da Califórnia.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Concepção artística do exoplaneta Wasp-39b, em cuja atmosfera foi detectada a presença de dióxido de carbono Nasa

James Webb detecta CO_2 em exoplaneta pela primeira vez

WASHINGTON | AFP O telescópio espacial James Webb detectou pela primeira vez a presença de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera de um exoplaneta, um planeta fora do nosso sistema solar. A descoberta demonstra suas imensas capacidades e entusiasma os cientistas.

O planeta é um gigante gasoso e quente onde a vida tal como conhecemos seria impossível, mas o achado indica que essas observações podem ocorrer em planetas rochosos —com o objetivo de determinar se algum deles tem condições favoráveis à vida.

"Para mim, é uma porta que se abre para estudos futuros de super Terras, inclusive de Terras", declarou na quinta-feira (25) à AFP o astrofísico Pierre-Olivier Lagage, do Comissariado da Energia Atômica (CEA), um dos três coautores desses trabalhos publicados na revista Nature.

"Meu primeiro pensamento foi: uau, realmente temos a possibilidade de detectar as atmosferas de planetas do porte da Terra", comentou no Twitter a professora de astrofísica Natalie Batalha, da Universidade da Califórnia em Santa Cruz.

Além disso, a identificação de CO_2 permitirá aprender mais sobre a formação do planeta, o WASP-39b, descoberto em 2011, disse a Nasa. Localizado a 700 anos-luz, o planeta tem cerca de um quarto da massa de Júpiter e está muito próximo de seu sol.

Esse planeta foi selecionado a partir de vários critérios que faziam sua observação mais fácil enquanto os cientistas ainda avaliam as capacidades do telescópio, que revelou suas primeiras imagens há menos de dois meses.

O WASP-39b passa periodicamente em frente a seu sol, com órbita de quatro dias.

Para suas observações, o James Webb usa o método dos trânsitos, ou seja, quando o planeta passa diante de sua estrela, o telescópio capta a ínfima variação de luminosidade resultante.

Em seguida, analisa a luz "filtrada" por meio da atmosfera do planeta. As diferentes moléculas presentes na atmosfera deixam marcas específicas que permitem determinar sua composição.

Os telescópios Hubble e Spitzer já haviam detectado vapor de água, sódio e potássio na atmosfera desse planeta, mas o James Webb pode ir mais longe graças a sua sensibilidade à luz infravermelha.

No comunicado da Nasa, Zafar Rustamkulov, da Universidade Johns Hopkins, comenta o que sentiu quando a presença de CO_2 foi claramente estabelecida: "Foi um momento especial, alcançar um ponto de inflexão na ciência dos exoplanetas".

bradesco **Edital de leilão** "LEILÃO ON-LINE" MILAN LEILÕES LEILOEIROS OFICIAIS
Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infra citados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo-SP.Localização do imóvel: Osasco – SP. Bairro Jardim São Victor. Rua Veneza, n° 794. Casa. Área Terr. 173,43m² e Área Constr. 127,82m². Matr. 93.970 do 1° RI Local. Ocupado. (AF).1º Leilão: 12/09/2022, às 15h. Lance mínimo: R$ 586.770,25 2º Leilão: 15/09/2022, às 15h. Lance mínimo: R$ 300.000,00 (caso não seja arrematado no 1º leilão)Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro.Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento.O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br Para mais informações - tel.: (11) 3845-5599
Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 266
Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

Pessoas formam fila e aguardam doação de marmitas em Paraisópolis, zona sul de São Paulo Marlene Bergamo - 14.jul.2022/Folhapress

Número de pessoas vulneráveis cresce, mas o de doações diminui

Organizações dizem que população e empresas deixaram de contribuir após o pico da pandemia

Matheus Rocha

RIO DE JANEIRO Ellen Santana da Silva, 18, não come verduras e legumes há dois meses por falta de dinheiro. Desempregada e com uma filha de cinco meses, ela precisa trocar a carne bovina por salsicha e linguiça, mas já se viu sem nada para comer.

No começo da pandemia, doações de marmitas e cestas básicas ajudavam a amenizar o quadro de vulnerabilidade social. Com o passar do tempo, porém, as doações minguaram, enquanto a insegurança alimentar aumentou.

"A gente recebia bastante doação, mas agora caiu bastante e as coisas estão mais difíceis. Agora, a gente está se virando do jeito que pode, mas está piorando cada vez mais", diz ela, que mora com mais cinco pessoas em uma casa de três cômodos em Paraisópolis, favela na zona sul de São Paulo.

A renda de R$ 500 mensais da família por vezes é insuficiente para comprar itens básicos, como o gás de cozinha. Quando isso acontece, a alternativa é cozinhar na casa de uma vizinha.

O cotidiano de Maria Carvalho, 61, também piorou. "As coisas foram ficando mais difíceis, e as doações foram diminuindo. Antes, eu conseguia pegar quatro marmitas. Hoje, são duas", contabiliza ela, que mora com os dois netos.

Carvalho trabalhava como empregada doméstica, mas perdeu o emprego quando a pandemia começou, em 2020.

A maior dificuldade de quem luta contra a fome é fazer a sociedade entender que, se as pessoas não comerem, elas não vão estudar, não vão procurar emprego e não vão ter saúde. O maior problema do Brasil hoje é a fome

Rodrigo Afonso
diretor da ONG Ação da Cidadania

"Antes tinha menos gente na fila. Agora vem mais gente, só que a comida diminuiu."

Tanto Ellen quanto Maria são atendidas pelo G10 Favelas, iniciativa que chegou a fazer 10 mil marmitas por dia no auge da crise, número que despencou para 600 depois que as contribuições caíram.

Presidente do G10 Favelas, Gilson Rodrigues, 38, acredita que a queda tenha acontecido porque uma parcela da sociedade passou a encarar a insegurança alimentar como algo normal. Hoje, 33 milhões de brasileiros passam fome, número maior do que o registrado há 30 anos.

"As pessoas se acostumaram com a fome, com o desemprego e com o aumento das filas de marmita. Elas estão conformadas com uma realidade piorada. A gente vê reflexo disso em Paraisópolis, mas isso é retrato do Brasil inteiro."

Um levantamento da Cufa (Central Única das Favelas) confirmou que a diminuição de fato não é algo isolado. De acordo com a entidade, as doações caíram 80% em 5.000 favelas em relação a 2020.

Para Drika Martim, 37, diretora institucional do projeto Mulheres da Cufa, esse tombo expressivo se deve ao empobrecimento da população.

Ela afirma que a iniciativa já atendeu pessoas que fizeram contribuições no começo da pandemia, mas que, depois, passaram a depender de ajuda para poder sobreviver.

Martim destaca ainda que o aumento da pobreza e a diminuição das colaborações agravam a vulnerabilidade das mulheres. Elas não apenas passam a ter dificuldades para se alimentar, mas também para manter a higiene íntima.

"Existem casos de mulheres que não têm como comprar um absorvente e precisam colocar entre as pernas roupa usada, jornal ou miolo de pão", afirma.

Além de comida e absorventes, ela diz que são fundamentais roupas para enfrentar as ondas de frio registradas neste ano.

"As baixas temperaturas trazem desespero para essas famílias, que vivem em áreas vulneráveis, o que faz o ambiente ser mais úmido e frio. Elas dependem 100% das doações de roupas usadas", diz, acrescentando que o clima aumenta o risco de mortes e doenças respiratórios entre pessoas em vulnerabilidade social.

"Existe família que tem oito pessoas, mas a gente consegue atender só com um cobertor. A queda de temperatura aumenta muito as nossas demandas", diz Martim.

A assistente social acrescenta que, além do aumento da pobreza, as doações caíram porque algumas empresas deixaram de fazer contribuições.

"A doação de empresas sempre foi a mais volumosa. A gente entende que talvez essas empresas achem que não há uma demanda tão grande ou não têm fôlego [financeiro] para contribuir."

Diretor-executivo da Ação da Cidadania, Rodrigo Afonso, 48, faz coro à avaliação de Martim e afirma que as companhias não mantiveram o volume de colaborações do começo da pandemia. Segundo ele, no ano passado, a doação de pessoas jurídicas representou quase 80% dos recursos da organização.

Com a queda, a Ação da Cidadania arrecadou até julho deste ano R$ 10 milhões. No mesmo período do ano passado, esse valor chegava a cerca de R$ 60 milhões.

"As empresas doam uma vez no ano e acham que é suficiente. Há algumas empresas que fazem doação recorrente, mas a maioria doa uma vez no ano ou a cada dois, três anos e pronto."

Ele diz que as companhias têm dificuldade em manter doação contínua para ações contra a fome porque consideram que a solução vem de políticas públicas voltadas à saúde, educação e emprego.

"A gente sabe que a solução vem daí. Mas, enquanto ela não chega, as pessoas ficam com fome e morrem", afirma Afonso.

"A maior dificuldade de quem luta contra a fome é fazer a sociedade entender que, se as pessoas não comerem, elas não vão estudar, não vão procurar emprego e não vão ter saúde. O maior problema do Brasil hoje é a fome. Enquanto você não resolve isso, não resolve nenhum outro problema social."

A escassez de ajuda tem criado um dilema para algumas organizações. Elas se veem obrigadas a escolher quem precisa mais dos mantimentos por estar em maior vulnerabilidade.

A gente está tendo que dizer não para muitas pessoas, escolher grupos e diminuir as marmitas. É muito cruel e muito pesado ver isso, porque você sabe que a pessoa está precisando

Adriana Salay
coordenadora do Quebrada Alimentada

Foi isso que aconteceu no projeto Quebrada Alimentada, iniciativa do restaurante Mocotó. No fim do ano passado, atendia cerca de 400 pessoas, número que caiu para 70 neste ano em razão da queda de doações.

"A gente está tendo que dizer não para muitas pessoas, escolher grupos e diminuir as marmitas. É muito cruel e muito pesado ver isso, porque você sabe que a pessoa está precisando", afirma a historiadora Adriana Salay, coordenadora da iniciativa.

O projeto é 1 dos 154 que integram a campanha Gente é pra Brilhar, Não pra Morrer de Fome. De acordo com Salay, outros coletivos que fazem parte da campanha também enfrentam queda nas doações.

"A gente está numa crise profunda de fome, mas as doações estão na contramão", conta ela. "Enquanto sociedade, a gente falhou por ter mais da metade da população em insegurança alimentar. Isso não é um problema de uma família, mas sim um problema de todos nós."

Outra iniciativa que viu as doações encolherem no último ano foi a Gastromotiva, organização fundada em 2006 pelo chef e empreendedor social David Hertz.

De acordo com Clarisse Ivo, gerente de captação de recursos da ONG, houve uma queda de 60% nas doações em relação ao ano passado, o que motivou o fechamento de 50 cozinhas em quatro estados. "Isso representa 750 mil refeições que deixaram de ser distribuídas por conta desse fechamento."

Apesar disso, ela ainda considera que o brasileiro seja solidário. "Quando você prova o que está fazendo e mostra os resultados, as pessoas têm muito prazer em fazer doação e em ser voluntário. É um trabalho de formiguinha: a gente começa a falar do projeto, a pessoa se encanta e começa a doar", conclui.

Saiba como doar

AÇÃO DA CIDADANIA
Promove ações de saúde, educação, cultura e geração de renda por meio dos comitês estaduais, conforme a demanda de cada comunidade
Onde Em todo o Brasil
Informações e doações no site www.acaodacidadania.org.br

AMIGOS DO BEM
Combate a miséria no sertão nordestino por meio de projetos de educação, geração de renda e acesso
Onde AL, PE e CE
Informações no site doar.amigosdobem.org/acaoemergencialpf

O AMOR AGRADECE
Organização que nasceu da reunião de amigos para cozinhar e distribuir quentinhas para a população vulnerável de São Paulo. Também distribui cobertores no inverno
Onde São Paulo
Informações no Instagram @oamoragradece/

G10 FAVELAS
É um grupo de líderes e empreendedores sociais que atuam em favelas. O dinheiro arrecadado nas campanhas é usado na compra de marmitas e kits de higiene para moradores de comunidades
Onde em 16 estados do país
Informações e doações no site g10favelas.com.br

GASTROMOTIVA
Atua no combate à insegurança alimentar e desperdício de alimentos formando gratuitamente cozinheiros e empreendedores, que produzem e distribuem refeições nutritivas nas suas comunidades a partir do programa de cozinhas solidárias
Onde Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Manaus, Salvador, Dourados e Lucas do Rio Verde
Informações e doações www.gastromotiva.org

MÃES DA FAVELA
Iniciativa criada pela Cufa com o objetivo de levar renda para mães moradoras de favelas
Onde em todo o Brasil
Informações e doações no site www.maesdafavela.com.br/doar

PÃO DO POVO DA RUA
Projeto do Instituto de Pesquisa da Cozinha Brasileira (IPCB), que diariamente produz 3.000 pães e bolos destinados à distribuição para as pessoas em situação de rua, no centro de São Paulo
Site paodopovodarua.com.br
Tel. (11) 99999-4090

QUEBRADA ALIMENTADA
Organizam ações para servir marmitas e cestas básicas às famílias da periferia do bairro de Vila Medeiros, zona norte de São Paulo. Desde o começo da pandemia, foram mais de 100 mil refeições servidas e 70 mil kg de alimentos doados em cestas básicas
Onde São Paulo
Informações e doações no site solidariedade.gaiamais.org/

REDES DA MARÉ
Produz projetos e ações para garantir qualidade de vida aos mais de 140 mil moradores das 16 favelas que compõem o Complexo da Maré, no Rio de Janeiro
Onde Rio de Janeiro
Informações e doações no site www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/doeagora

SERVIÇO FRANCISCANO DE SOLIDARIEDADE (SEFRAS)
Oferece assistência social a crianças e adolescentes, pessoas com hanseníase, idosos, imigrantes e refugiados e pessoas em situação de rua
Onde São Paulo e Rio de Janeiro
Central de Doações (11) 3795-5220
(21) 96927-9888
Site sefras.org.br

TEM GENTE COM FOME
Arrecada recursos para ações emergenciais contra a fome, miséria e violência na pandemia
Onde Em todo o Brasil
Site www.temgentecomfome.com.br

ONG Unidos do Bem distribui marmitas no Morro do Piolho
Ronny Santos/Folhapress

UNIÃO BRASILEIRO-ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL (UNIBES)
Atende pessoas em situação de vulnerabilidade com assistência social e serviços para crianças, adolescentes, jovens e idosos
Onde São Paulo
Site unibes.org.br/onde-estamos/
Tel. (11) 3311-7266
(11) 3123-7300
WhatsApp (11) 96929-4660
(11) 99328-8398

UNIDOS DO BEM
Distribui marmitas para população de rua e comunidades na periferia de São Paulo, em bairros como Heliópolis, Paraisópolis, Campo Limpo, Jardim Ângela, Grajaú e Capão Redondo
Site unidosdobem.org.br.
Tel. (11) 97093-1818

A vendedora Diane Barbosa dos Santos, 22, se define como assexual Itawi Albuquerque/Folhapress

Assexuais vivem bem sem sexo e podem se relacionar romanticamente

Parte deles escolhe transar para manter relações ou ter filhos; orientação se caracteriza por não sentir atração sexual

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO Dinheiro e sexo são dois dos assuntos que movimentam a humanidade. Por isso, quando o bilionário Elon Musk disse que não fazia sexo há "séculos", o mundo recebeu a notícia com espanto e humor.

O empresário fez a afirmação como defesa à notícia de ter tido um "affair" com Nicole Shanahan, ex-mulher do cofundador do Google Sergey Brin. A forma como a sociedade respondeu à afirmação do CEO da Tesla e fundador da Space-X reacendeu o debate: é possível ser feliz sem sexo?

A verdade é que muitas pessoas hoje vivem sem transar, seja por opção ou pela sua orientação sexual. A letra "A", da sigla LGBTQIA+, por exemplo, corresponde aos assexuais, aqueles que não sentem atração sexual por outras pessoas. O grupo pode viver sem sexo e, ainda assim, se relacionar romanticamente.

A vendedora Diane Barbosa dos Santos, 22, é assexual e nunca sentiu falta. "Sempre tive aversão a fazer sexo, só de imaginar no assunto me causa uma náusea enorme e muita irritabilidade", conta. Romanticamente, ela é homossexual e chegou a ter medo de ficar sozinha.

"A visão de mim no futuro sem um parceiro para amar e confiar me deixou preocupada. A solidão não parecia muito agradável, mas hoje em dia, com muita reflexão, aceitei melhor. Se tiver a sorte de achar alguém que me aceite do jeitinho que eu sou, vai ser bom. Se não achar, posso viver de boa com isso", afirma a vendedora.

Ela chegou a ouvir de colegas que ficar sem fazer sexo poderia fazer mal à saúde. "Nós, assexuais, somos pessoas normais, que simplesmente não nutrimos predileção por sexo e está tudo bem. Não estamos fazendo mal para ninguém e merecemos respeito."

Henrique Arenare, professor da FCMMG (Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais) e médico psiquiatra do Hospital Mater Dei, afirma que o desconhecimento gera espaço para o preconceito e a exclusão.

"Nossa sociedade ocidental é altamente sexualizada e isso é muito presente na mídia. Além disso, há um grande desconhecimento de parte da população sobre o que é, por exemplo, a assexualidade. Isso tudo, gera uma pressão muito forte em indivíduos para se encaixarem no padrão sexual tradicional", afirma Arenare.

Segundo o médico, há um espectro de variações entre os assexuais e quando há sofrimento pode ocorrer o desenvolvimento de quadros de transtorno de ansiedade ou depressão. Ele afirma que a assexualidade precisa ser melhor divulgada como identidade sexual.

"Quando uma pessoa que é hetero/homo/bissexual decide não fazer sexo, podemos dizer que está em abstinência sexual. Ou seja, ela sente atração sexual, mas por algum motivo decide parar. Já a assexual tende a não ter relações sexuais por não sentir interesse."

Diferente dos abstinentes — que não têm um par — ou celibatários — que optam por não fazer sexo por motivos religiosos e filosóficos — alguns assexuais chegam a ter relações e praticam a masturbação.

Outros chegam a fazer sexo para ter filhos ou manter um relacionamento romântico. É o caso de Isabela (nome fictício), 24, que se descobriu assexual aos 12 anos. Há 4 anos ela vive um relacionamento heterossexual por ter envolvido-se romanticamente com uma pessoa.

"Assexual não significa ser celibatário, não é porque é assexual que não vai fazer sexo. É o que nos diferencia do celibatário. Existem os que sentem repulsa, mas não são todos", disse Isabela. Segundo a gestora, o assexual pode fazer sexo por diversas razões sem sentir atração sexual. "A gente só não sente atração, mas pode sentir amor pela pessoa, estar apaixonado e isso já é motivo suficiente para alguns."

Ela também diz que usar o termo "assexuado", além de incorreto, também é ofensivo. "Assexuado é uma espécie que faz reprodução ou liberação de gametas. Literalmente, subdivide para procriar. A gente se sente uma bactéria!", diz a gestora.

Há um grande desconhecimento de parte da população sobre o que é, por exemplo, a assexualidade. Isso tudo, gera uma pressão muito forte em indivíduos para se encaixarem no padrão sexual tradicional

Henrique Arenare
psiquiatra

Já a microempresária Kátia Regina Aiello, 58, viveu diversos relacionamentos, mas está há 8 anos sem sexo por falta de um par — ela não é assexual.

"No começo fiquei em pânico com a possibilidade de não beijar a boca de alguém, de ter intimidade, mas depois percebi que ficar sem sexo dá uma estabilidade emocional que gera uma produtividade maior", diz Aiello.

Segundo a empresária, há muita cobrança de amigos para entrar em um novo relacionamento. "Até eu aprender a viver sem alguém demorou, mas depois que parei com o sexo percebi o quanto não gostava [do jogo de sedução para encontrar alguém]", diz Aiello. Ela faz terapia e disse que isso a ajuda a compreender quem é e ficar bem assim.

O médico psiquiatra Arenare lembra que não fazer sexo tem os benefícios como evitar IST (infecções sexualmente transmissíveis), mas que esta é uma consequência e não objetivo de quem é assexual. Para ele, mesmo com estudos sobre o efeito positivo do sexo, a saúde mental ainda deve ser priorizada.

"É importante trabalhar a autoaceitação e estabelecer grupos de apoio como comunidades virtuais de pessoas assexuais. Também é válido termos campanhas educacionais para combater o preconceito e desmistificar a assexualidade", afirma o especialista.

Ele reforçou que pessoas de outras orientações sexuais podem desenvolver redução da libido em alguma fase da vida, mas que isso deve ser tratado como uma disfunção sexual e ser acompanhado por profissionais especializados.

"Neste caso, a pessoa sentia desejo sexual e passa a não sentir por alguma causa e tem grande sofrimento e prejuízo com isso. O sofrer do assexual, normalmente, não é por não sentir desejo sexual, mas pelo preconceito, exclusão e pressão da sociedade. Os dois devem procurar ajuda profissional para lidar com isso", conclui Arenare.

PALMEIRAS E FLUMINENSE EMPATAM NO RIO
Em jogo de líder contra vice-líder, Palmeiras e Fluminense empataram por 1 a 1 e, assim, o time paulista segue com oito pontos de vantagem na ponta do Brasileiro; os gols foram de Rony, de bicicleta, e Manoel, de cabeça Marcelo Gonçalves/Fluminense

O tetra é a meta na Copa do Brasil

Os dois times mais populares do país estão perto das finais da competição

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Corinthians e Flamengo estão perto de decidir pela primeira vez entre eles um título importante, o da Copa do Brasil.

A única vez em que fizeram uma final aconteceu em 1991, na segunda edição da Supercopa do Brasil, taça que só voltou a ser disputada em 2020.

Então, no Morumbi, com gol do craque Neto, o Corinthians ganhou por 1 a 0 e foi campeão em jogo único.

Deu-se tanta importância ao jogo que o público presente, na tarde do dia 27 de janeiro, foi de espantosos 2.706 torcedores. Agora, se de fato vierem a se encontrar, tanto o Maracanã quanto o estádio de Itaquera estarão lotados.

A dúvida que persiste é sobre a presença do Corinthians na decisão porque, embora ferido, o Fluminense não está morto, diferentemente do São Paulo, que buscava o título inédito, no embate com o Flamengo, três vezes campeão, em 1990, 2006 e 2013.

Também tricampeão, em 1995, 2002 e 2009, o Corinthians escapou de ter de repetir, contra um time incomparavelmente melhor e mais bem treinado que o Atlético Goianiense, a façanha de descontar dois gols de desvantagem.

Porque em circunstâncias normais o Fluminense teria vencido o jogo de ida por 3 a 1, e acabou castigado com o 2 a 2 no fim do jogo, porque futebol é cruel, como se sabe.

O clássico no Maracanã com quase 60 mil pessoas foi o chamado jogo dos quatro erros.

Dois de Fagner, com menos de um minuto em cada tempo, um de Nonato, ao achar que Yuri Alberto ainda era companheiro dele no Inter, e outro de Michel Araújo, ao contrariar Fernando Diniz e dar chutão em vez de sair jogando com bola dominada.

Se será simplesmente milagrosa uma virada do São Paulo no jogo de volta, dia 14 de setembro no Maracanã, porque já seria surpreendente se vencesse o Flamengo no Morumbi, a situação do Fluminense é diferente, embora incômoda.

É inegável a força do Corinthians em casa contra times de poderio semelhante porque a Fiel tem empurrado os alvinegros para buscar os resultados de que precisa.

Aquela força estranha invade o ar de Itaquera e, no dia 15 de setembro, dirá presente mais uma vez.

O que resta

O São Paulo tem agora duas missões: despachar o fraco Atlético Goianiense de seu caminho nas semifinais da Copa Sul-Americana e afastar qualquer risco no Campeonato Brasileiro, razão pela qual terá de tratar o Fortaleza com muito cuidado já neste domingo (28).

Se jogar como fez contra o Flamengo, estará próximo de alcançar os dois objetivos, porque mostrou coragem diante de adversário muito superior.

Já o Corinthians tem de continuar concentrado também no Brasileiro em busca de permanecer no G4. Porque, mesmo que venha a passar pelo Fluminense, apostar em vaga na Libertadores com eventual conquista da Copa do Brasil é sonho que o Flamengo deve transformar em pesadelo.

A diferença do rubro-negro e do Palmeiras para os demais times brasileiros é abissal e impede ilusões, exceção feita à gigantesca decepção chamada Atlético Mineiro.

Duas, por sinal, são as surpresas da temporada: positivamente, o Fluminense, campeão carioca ao superar o Flamengo, além da boa campanha no campeonato nacional e, negativamente, o Atlético Mineiro, que ganhou mais com o Turco Mohamed do que com Cuca, o treinador que deve explicações à sociedade e, agora, também à torcida atleticana, tão pífia tem sido a campanha do time sob seu comando.

O futebol é mesmo surpreendente.

CBF registra 'boom' no futebol do Brasil no primeiro semestre

Entidade constata aumento significativo em número de agremiações, contratos de jogadores e intermediários

Alex Sabino

Boom do futebol brasileiro em 2022

Fonte: CBF

SÃO PAULO O futebol brasileiro viveu um "boom" no primeiro semestre de 2022. Em comparação com anos anteriores, houve aumento no número de novos clubes e no registro de jogadores, intermediários e treinadores.

Os dados da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), obtidos pela **Folha**, mostram que 71 novas agremiações foram registradas nas federações estaduais nos primeiros seis meses de 2022 contra 47 no período correspondente em 2021. Um aumento de 66%.

Se analisados os números em comparação aos do primeiro semestre do último ano antes da pandemia da Covid-19, 2019, o crescimento foi de 59% (71 a 42).

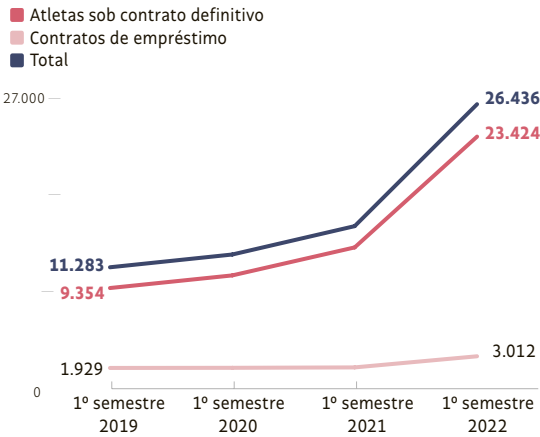
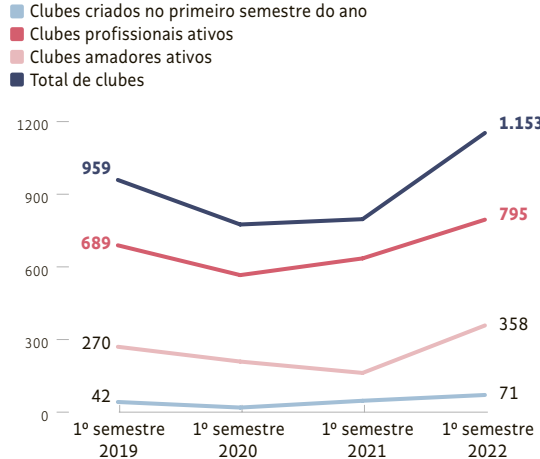
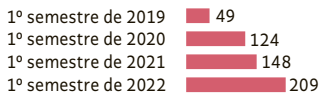
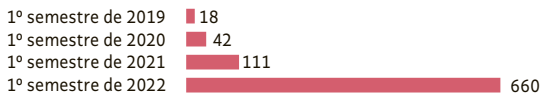
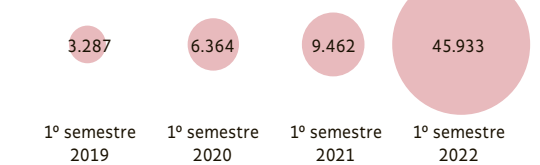
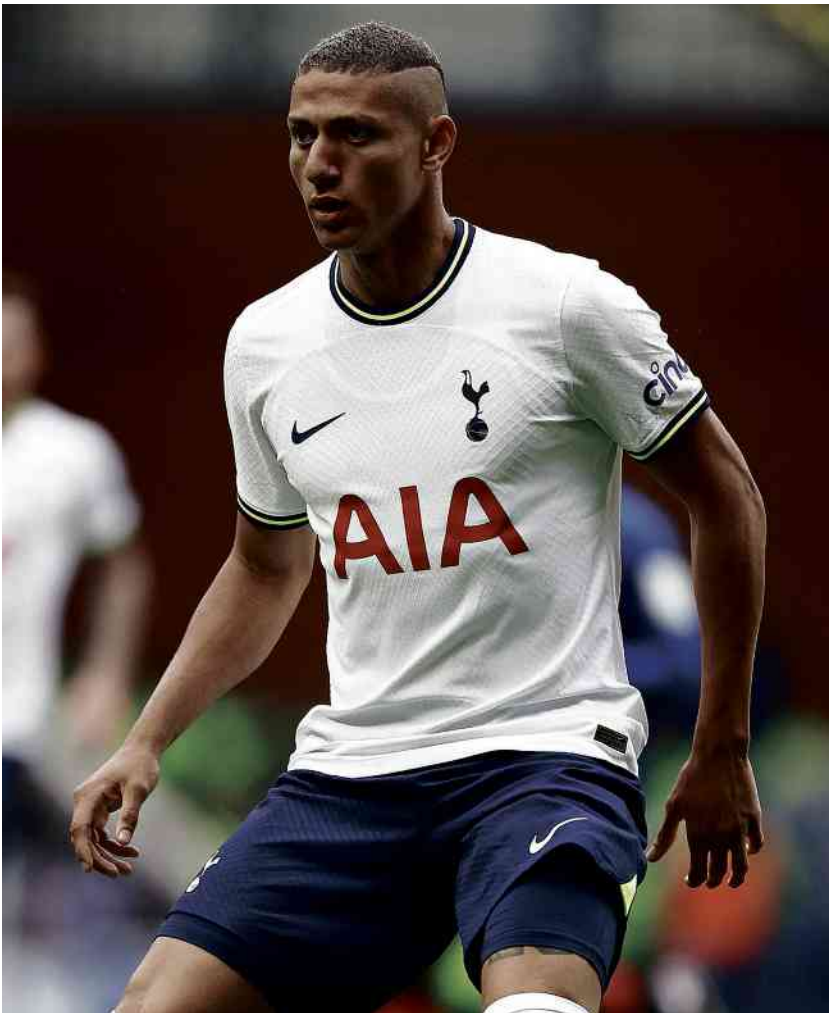
Foi constatado também incremento, entre 2022 e 2019, na quantidade de jogadores registrados sob contrato (23.424 a 9.354) e de empréstimos de atletas entre equipes (3.012 a 1.929).

Nem a confederação tem uma explicação definitiva para a estatística, mas há algumas teorias. Uma delas é a demanda reprimida pela Covid-19, que paralisou o futebol por cerca de três meses em 2020. Quando houve a retomada, foi sem público e com queda de receita.

"As federações estaduais retomaram as suas competições em todas as faixas etárias, o que obriga as equipes a ter mais jogadores. Houve uma mudança no regulamento nos Brasileiros das séries C e D, com mais partidas", explica Ênio Gualberto, diretor de registro da CBF.

No total, o futebol nacional encerrou o primeiro semestre deste ano com 1.153 clubes, sendo 795 profissionais e 358 amadores. Um crescimento que só não foi constante por causa da queda em 2020. Em 2019, por exemplo, eram 959 (689 profissionais e 270 amadores).

Outra teoria é ligada ao mecanismo da solidariedade na venda de jogadores. Os clubes formadores recebem uma porcentagem a cada vez que o atleta revelado por eles é negociado durante a carreira.

"Essa poderia ser uma das razões para o crescimento, especialmente no número de jogadores amadores registrados, já que o período de formação do atleta, para efeito de pagamento do mecanismo de solidariedade, é iniciado aos 12 anos", opina o advogado Eduardo Carlezzo, especializado em direito esportivo.

A CBF concorda que essa é uma possibilidade porque apenas a formalização do contrato garante o direito do clube formador.

"Hoje a Fifa tem um processo bem mais rápido para o pagamento. Antes demorava, às vezes era preciso contratar advogado", diz Gualberto.

Há também uma questão prática. Ainda é comum agentes de futebol colocarem seus atletas em clubes e fazerem acordos para a formalização da divisão do dinheiro em caso de venda. Mas para a Fifa apenas o direito da agremiação é reconhecido, não o do empresário. E a equipe pode receber no futuro um dinheiro pelo mecanismo de solidariedade que o intermediário talvez considere que deveria ser seu. Daí a criação de novos times, pelos próprios agentes.

Carlezzo cita o crescimento no número de atletas amadores registrados porque é um dos dados levantados pela confederação que mais chamam a atenção. No primeiro semestre de 2019, existiam 3.287 contratos amadores ativos. Mesmo com pandemia, em 2020, o número subiu para 6.364 e, depois, em 2021, para 9.462.

Neste ano, foram 45.933 acordos. De 2019 para 2022, houve um aumento de 1.397%.

Também houve uma explosão no registro de intermediários autorizados pela CBF. Em parte, pela demanda para fazer negociações de jogadores. O número evoluiu no primeiro semestre de cada ano: 49 (2019), 124 (2020), 148 (2021) e 209 (2022).

> Hoje a Fifa tem um processo bem mais rápido para o pagamento. Antes demorava, às vezes era preciso contratar advogado
>
> **Ênio Gualberto**
> diretor de registro da CBF, dizendo que o mecanismo da Fifa que premia times formadores ajuda a explicar o "boom"

Pela explicação da CBF, de que há mais partidas e campeonatos nas federações estaduais, a consequência é haver mais treinadores formados pela academia da entidade no mesmo período. Se em 2019 foram 18, 2020 teve 42; 111 certificados acabaram emitidos em 2021, e, nos primeiros seis meses de 2022, 660.

"A questão dos intermediários está ligada a isso, a expectativa que o profissional tem de poder fazer essa negociação. É o sinal de que existe essa demanda. Mas credito também à imagem do futebol como uma potência dourada. Cada vez mais jovens têm o sonho de ser atletas", afirma o diretor de registro e transferências da CBF.

As estatísticas aparecem também um ano após a promulgação da lei das sociedades anônimas. E a SAF (Sociedade Anônima do Futebol) se tornou o caminho dourado para quem deseja investir no futebol nacional.

"Com a aprovação da SAF, esses investidores sentiram que existe a segurança que antes não existia. E, além do ato de construir o clube, há o crescimento deste segmento de quem participa desse processo, que são atletas e agentes", analisa Renê Salviano, especialista em gestão esportiva com passagem pelo Cruzeiro.

Ida de Richarlison ao Tottenham deu R$ 3,15 milhões ao Fluminense Jason Cairnduff - 23.jul.22/Reuters

Detalhes mudam a história

Rumos se alteram em uma bola perdida, em um lance genial de um craque...

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Pela Copa do Brasil, os quatro semifinalistas atuaram bem, no coletivo e no individual, pela escalação dos melhores jogadores. O Flamengo confirmou a superioridade sobre os outros três, por ter mais talentos.

Na seleção, Tite, nos dois últimos amistosos antes da Copa do Mundo, contra Gana e Tunísia, vai convocar os jogadores que pretende levar ao Mundial e escalar a equipe que deve iniciar a Copa ou ainda vai fazer experiências?

Na zaga, além de Marquinhos, Thiago Silva e Militão, quem será o quarto zagueiro convocado? Há vários do mesmo nível. Na lateral direita, Daniel Alves estará na Copa junto com Danilo? Quem será o substituto de Daniel Alves se ele não for chamado? Não há boas opções. Emerson, do Tottenham, é o mais cotado. Prefiro Marcos Rocha. Na esquerda, além de Alex Sandro, quem será o segundo lateral? Eu escolheria Arana.

Se fossem 23, como era antes, os 12 do meio-campo e do ataque estariam certos: Casemiro, Fabinho, Bruno Guimarães, Fred, Paquetá, Coutinho, Raphinha, Vinicius Junior, Antony, Neymar, Gabriel Jesus e Richarlison.

Quem serão os três que completarão o grupo de 26? Provavelmente, um centroavante (Pedro, Matheus Cunha ou Firmino), um atacante pelo lado (Rodrygo é o favorito) e mais um para a defesa ou para o meio-campo. Em caso de emergência, Militão ou Marquinhos podem jogar na lateral direita, e Casemiro e Fabinho já atuaram na zaga. Já na lateral esquerda não há um jogador de outra posição que já tenha atuado no setor.

Eu me entusiasmo mais pela convocação de Pedro do que pela de outros jogadores que atuam no Brasil, que já foram pedidos ou até convocados, como Gabigol, Hulk, Éverton Ribeiro, Raphael Veiga, Danilo e outros.

Neymar, na estreia da Copa, será o atacante mais adiantado pelo centro, com Paquetá próximo a ele, além de dois pontas que marcam e atacam e dois volantes, ou Tite vai escalar um centroavante e recuar um pouco Neymar? Sairia Paquetá, que pode ser opção pelo lado ou mesmo na posição de Fred.

No futebol e em todas as atividades, há muito mais dúvidas do que certezas. Só os prepotentes e ignorantes sabem tudo e/ou acham que todos os movimentos e ações dos jogadores são programados.

Quem vai ganhar a Copa? Ninguém sabe. O Brasil fez um ótimo planejamento, possui excelentes jogadores, tem um técnico e uma comissão eficientes e está no mesmo nível das outras melhores seleções.

O problema são os detalhes imprevisíveis, que surgem de repente. A bola entra também por acaso. O treinador, além dos conhecimentos, tem, às vezes, de agir rapidamente e de uma maneira diferente da ensaiada. Essa capacidade de improvisar é uma das principais virtudes dos craques, em todas as atividades humanas.

Uma bola perdida, um lance genial de um craque, uma mudança tática surpreendente do treinador, um encontro ou um desencontro, uma dor de cotovelo, uma falha do árbitro, do auxiliar ou do VAR e tantos outros detalhes mudam o resultado de um jogo, de uma Copa, e a história do futebol.

Na Copa de 1970, na metade do segundo tempo contra a Inglaterra, quando o jogo ainda estava 0 a 0, vi o centroavante Roberto se preparando para entrar. Só podia ser em meu lugar. Isso me incentivou a tentar um lance individual, que resultou no gol de Jairzinho. Antes de a partida ser reiniciada, saí, e entrou Roberto. Por um triz, por segundos, ele podia ter entrado, ter feito o gol da vitória e se tornado titular até a conquista do título. Minha história na Copa seria diferente.

ESTRANHO AMOR

Chico Felitti
folha.com/estranhoamor

Anne e Luna: afeto no hate

"É muito ingrata mesmo. Quer trancar a família pra fora? Pedir de volta a chave que deu pra eles? Então, tem que devolver todo o dinheiro que ganhou com a irmã também. Quero ver dar de volta o silicone e a plaqueta que colocou no dente." A nutricionista Anne riu quando viu esse comentário em uma postagem num perfil de fofoca do Instagram que noticiava que uma cantora sertaneja havia proibido todos seus parentes, inclusive a irmã com quem formou uma dupla por anos, de entrar no condomínio onde morava. Achou que a resposta vinha na medida certa, porque tinha de grosseria o mesmo tanto que tinha de humor. Anne curtiu a resposta e seguiu sua saga nas redes sociais, que consomem uma média de quatro horas do seu dia. Horas depois, se deparou com outro comentário feito pela mesma pessoa. Dessa vez, na notícia de uma blogueira que supostamente teria pago para ter sua separação noticiada por colunas sociais virtuais. A mesma pessoa que exigiu que a sertaneja devolvesse os espólios da fama, após romper com a irmã, dessa vez dizia para a internet toda ver: "Ah, pronto. Agora vai nascer a nova moda: chá de revelação de divórcio, com cobertura ao vivo." Anne riu na vida real e decidiu dar um passo à frente. Respondeu com um "kkk", denotando que tinha achado graça.

Um dia depois, no perfil de uma página com milhões de seguidores, as duas se reencontraram. A postagem no perfil Garoto do Blog era sobre um sujeito que decidiu fazer uma pegadinha em pleno avião: colocou uma caixa de som na mala de mão e tocou nela a gravação de uma voz, imitando a de um comissário de bordo, anunciando que Wesley Safadão estaria no voo —era mentira, mas os passageiros acreditaram, bateram palmas e gritaram "Vai, Safadão!". A mesma pessoa que já tinha feito Anne rir atacava de novo. Dessa vez, comentou na notícia: "Só o Wesley Safadão mesmo pra conseguir pagar uma passagem de econômica, do jeito que os preços estão."

Anne curtiu o novo comentário, mas não seguiu adiante. Foi até o nome da internauta que tinha escrito aquelas linhas cheias de verve e clicou. Abriu o perfil de uma chef de cozinha que só publicava fotos de bolos. Bolos de vários andares, decorados com massa americana esculpida para imitar rosas ou personagens do filme "Minions". Curtiu sete bolos e deixou um emoji de rosa em uma foto, de um bolo que a dona do perfil, Luna, tinha feito para sua mãe no dia em que ela recebeu alta de um tratamento contra o câncer. "Eu vi ali que ela era fofa, além de engraçada."

Minutos depois, a comentarista das páginas de fofoca tinha começado a segui-la. E as duas começaram a trocar mensagens privadas. Notaram que tinham muito em comum, além do gosto por diz-que-me-diz: ambas estão na metade dos trinta anos, ambas moram na Zona Sul de São Paulo e ambas vieram de famílias pobres, antes de conquistar um lugar na classe média alta. Ah, e ambas estavam solteiras. Inundaram a DM uma da outra. E decidiram se ver pessoalmente, depois de terem se cruzado nos perfis de Leo Dias, Rainha Matos e Fofoquei.

Foram tomar um café numa noite recente de segunda-feira. E se receberam com risos. Não eram odiosas fora das redes. Muito pelo contrário, as duas se consideraram afáveis. "A gente gosta de futrica. É tipo nosso novela, só que ela dura o dia inteiro, em vez de ser só às seis, às sete ou às nove." Falaram de fofoca, tanto dos famosos quanto as suas próprias, que não são publicadas na internet. Comeram um bolo que não tinha sido feito por Luna, mas as duas garantem que estava bom. Veio o primeiro beijo. No dia seguinte, saíram de novo —sorvete de fast food e beijos enquanto andavam no shopping. Dias depois, jantaram na casa de Anne. Desde então, se encontram quase que diariamente. Sempre depois das 20h, o único horário vago de uma que coincide com o horário vago da outra.

Já faz 15 dias, 11 encontros e centenas de posts sobre futricas de famosos que as duas estão juntas. A relação ainda é afeto, mas quem sabe um dia pode desaguar no amor. "A gente se gosta. Ela é engraçada", diz Luna. "Mais engraçada offline do que online", afirmou Anne. As duas marcaram para hoje um picnic em um parque da zona norte de São Paulo. E prometeram que, enquanto comerem bolo e tomarem uma garrafa de cava, vão estar sós ali. Os celulares e todos os divórcios, tretas e casos dos famosos vão ter que esperar dentro das respectivas bolsas.

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Inútil repetição de palavra ou frase **2.** Abrev.: eletrencefalograma / Praia **3.** A quinta consoante do nosso alfabeto / Planta amazônica, de propriedades medicinais **4.** Conjunto de animais de carga que formam o comboio / Extremo Oriente **5.** (Pop.) Ato de estender-se na cama para dormir **6.** Peça do esqueleto / Capital da Noruega **7.** Expresso em poucas palavras **8.** O profissional que varre as ruas da cidade / Monte de areia típico de praias como Jericoacoara e Natal **9.** Diminuir na espessura **10.** (Greco) Pseudônimo de um famoso pintor nascido na ilha de Creta / Lugar, parte **11.** Que está mais alto / Os extremos da paz **12.** (do Agreste) Personagem de Jorge Amado / Ocasião em que um fato acontece **13.** Autor de homicídio.

VERTICAIS
1. Colado, vizinho / Flor amarela e perfumada **2.** O artista Wesley Duke (1931-2010), do movimento "Realismo Mágico" / Pronome demonstrativo feminino / Nome do poeta Camões **3.** Elias Gleizer, ator / Maciez / Patas **4.** Um veículo como uma Harley-Davidson **5.** Navegante / Estância de criação de cavalos **6.** Que tem forma de bola ou circular **7.** Feito por ele ou ela / Caracterizado pela esperteza / 1/4 de XXIV **8.** (Fig.) Marcha dos acontecimentos do dia a dia / Tecido usado em cobertura para tendas e barracas / O que transforma dedurado em dependurado **9.** Cheio de substâncias graxas / Cidade da Itália, capital da província homônima.

HORIZONTAIS: 1. Pleonasmo, **2.** EEG, Areal, **3.** Gê, Muruê, **4.** Lote, EO, **5.** Deitada, **6.** Osso, Oslo, **7.** Sucinto, **8.** Gari, Duna, **9.** Achatar, **10.** El, Lado, **11.** Súpero, Pz, **12.** Tieta, Vez, **13.** Assassino. **VERTICAIS: 1.** Pegado, Giesta, **2.** Lee, Essa, Luis, **3.** EG, Lisura, Pés, **4.** Motocicleta, **5.** Nauta, Haras, **6.** Arredondado, **7.** Seu, Astuto, VI, **8.** Maré, Lona, Pen, **9.** Oleoso, Arezzo.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

	3	7		8				1
	6	2				5		7
				6				
3	5			7	6			
		9				7		
			8	5			9	3
				3				
4		3				1	8	
1				9		3	5	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

9	3	7	2	8	5	6	4	1
8	6	2	4	1	9	5	3	7
5	4	1	7	6	3	8	2	9
3	5	4	9	7	6	2	1	8
2	8	9	3	4	1	7	6	5
7	1	6	8	5	2	4	9	3
6	2	5	1	3	8	9	7	4
4	9	3	5	2	7	1	8	6
1	7	8	6	9	4	3	5	2

Sergio Lima/AFP

IMAGEM DA SEMANA

Jair Bolsonaro recebe coração de dom Pedro 1º, primeiro imperador do Brasil independente, em Brasília. 'Deus, pátria e família', disse, ecoando lema da ditadura fascista de António Salazar em Portugal, que terminou com a Revolução dos Cravos, em 1975. Honras militares no evento e indicativo torto de respeito ao resultado das urnas, 'desde que sejam limpas', no Jornal Nacional, seguem toada golpista que precedeu últimos feriados de 7 de setembro

FRASES DA SEMANA

SABATINA NA GLOBO
Jair Bolsonaro
Presidente inaugurou a semana de sabatinas no Jornal Nacional em entrevista na segunda-feira (22). Na entrevista, ele voltou a atacar o sistema eleitoral e a afirmar que o contágio da Covid-19 era mais fácil entre os que se isolaram em casa

"Serão respeitadas as urnas desde que as eleições sejam limpas e transparentes. Como você diz que são auditáveis, e, em 2014, não aconteceu isso? Mas tudo bem, vamos botar um ponto final nisso?"

Ciro Gomes
Terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, o candidato pelo PDT criticou os principais adversários, usando discurso de terceira via, e disse que oponentes criam polarização. Ele reiterou uma de suas propostas de governo, o fim da reeleição

"O que destruiu a governança política brasileira nesse modelo é a reeleição. O presidente se coloca com medo dos conflitos porque quer agradar todo mundo porque quer a reeleição. O presidente se vende a esses grupos picaretas da política brasileira, desculpe a expressão, porque tem medo de CPI e porque querem se reeleger"

Luiz Inácio Lula da Silva
Líder nas pesquisas de intenção de voto, candidato pelo PT participou de sabatina na noite de quinta-feira (25) no Jornal Nacional, da TV Globo, e tentou reconhecer parte das críticas que são motivo de desgaste do PT nos últimos anos, mas se esquivou de assumir compromissos contra a corrupção, ponto sensível

"O que nós queremos é pacificar esse país, porque o pequeno produtor rural e o médio produtor rural têm que conviver pacificamente com os grandes negócios. O Brasil tem possibilidade de ter os dois"

Simone Tebet
Candidata pelo MDB foi a última sabatinada, na sexta (26). Com discurso antipolarização e proposta econômica liberal, ela disse que mulheres desconhecem candidatas que disputam as eleições

"A presidente que vai estar governando o Brasil não é a senadora, não é a deputada, que foi prefeita. É a alma da mulher e coração de mãe"

DO LADO DA URNA
Bernie Sanders
Uma das estrelas da esquerda americana, senador e ex-candidato à Presidência diz à Folha **que sua ideia não é interferir no processo eleitoral, mas fazer com que os EUA garantam apoio ao Brasil no cenário de uma tentativa de golpe**

"O povo do Brasil é que vai ter que decidir quem será o próximo presidente. É decisão do povo brasileiro, não dos EUA nem de mais ninguém. Mas se o resultado se desdobrar em algo ilegal, se houver um golpe militar que coloque no lugar um governo ilegal, os EUA têm que deixar isso muito claro: o Brasil não terá apoio, financeiro ou de qualquer outro modo"

SUTILEZA
Paulo Guedes
Em fala controversa, ministro da Economia defendeu na sexta-feira (26) a abertura da economia e a redução de impostos, mas disse que empresas brasileiras precisam estar fortes para serem competitivas. A China é o maior parceiro comercial do Brasil

"Não queremos a 'chinesada' entrando aqui quebrando nossas fábricas, nossas indústrias, de jeito nenhum"

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **28.ago.1922**

Obra de monumento a Bilac está adiantada na avenida Paulista

O presidente do estado de São Paulo (governador), Washington Luís, visitou nesta segunda-feira (28) as obras para o monumento em memória ao poeta Olavo Bilac, que está sendo erigido na avenida Paulista.

Os trabalhos estão adiantados, e Washington Luís, que estava acompanhado do escultor William Zadig, ficou com excelente impressão.

Já em Campinas está aberta a concorrência pública para construção de um monumento para lembrar dom João Batista Corrêa Nery, sacerdote campineiro e primeiro bispo daquela cidade.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br

ilustríssima ilustrada

Fogo na história

Livros lançados no bicentenário da Independência reforçam onda de releitura do Brasil e destacam novos aspectos, como economia e contribuições de grupos periféricos no processo de emancipação

C4 a C6

- Próxima Bienal de São Paulo vai se inspirar na dança *C7*
- Armando Freitas Filho canta o amor em livro artesanal *C9*
- 'Tantas outras', um conto inédito de Noemi Jaffe *C10*

Ilustração
Thiago Rocha Pitta

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

A atriz portuguesa Isabél Zuaa, em São Paulo Karime Xavier/Folhapress

Isabél Zuaa
É chocante ver o Estado brasileiro matando negros todos os dias

[RESUMO] Nascida e criada em Lisboa, de mãe angolana e pai de Guiné-Bissau, atriz e dançarina está no elenco de dois produtos audiovisuais brasileiros que lembram os 200 anos da Independência: o filme 'A Viagem de Pedro', com Cauã Reymond, e a série 'A Independência', da TV Cultura

Por **Teté Ribeiro**

"Eu sempre conto quantas pessoas negras têm nos lugares brasileiros onde eu entro, e tomo nota mentalmente se elas estão servindo ou sendo servidas", diz Isabél Zuaa, quando chega ao lobby de um hotel na região dos Jardins, em SP, na semana passada. Naquela ocasião, ela era a única.

*

Vestida com um terno verde limão acinturado, com uma camiseta também verde por dentro, cabelos trançados e com contas pesadas nas tranças que emolduram seu rosto, Isabél tem o porte elegante de quem treinou dança durante toda a vida.

*

E foi isso mesmo. Aos 34 anos de idade, ela tem 29 de balé, 16 de experiência como atriz e 12 de vivência no Brasil. Já experimentou o racismo brasileiro em muitas situações. E conta que a grande diferença entre o racismo do Brasil e o que existe em Portugal, onde nasceu, é que "o racismo brasileiro mata de uma forma brutal".

*

"É muito chocante ver o Estado brasileiro matando negros todos os dias", diz. "Também me espanto quando vejo um jovem brasileiro sendo racista, xenófobo, homofóbico", continua Isabél. "Claro que todos nós fomos criados de uma forma racista e homofóbica, uns mais do que os outros, uns sofrendo na pele e outros fazendo sofrer. Mas quero acreditar que estamos nos desconstruindo globalmente para nos livrarmos desses desafetos", diz ela.

*

Era o começo da noite de um dia de semana, e a atriz havia desembarcado em SP naquela manhã, vinda de Lisboa, para acompanhar o lançamento do filme da cineasta Laís Bodanzky, "A Viagem de Pedro". Nele, Isabél faz um papel pequeno, mas marcante, com direito a uma cena de sexo com Cauã Reymond, que tem o papel principal, de Dom Pedro 1º. O filme entra em cartaz nos cinemas na próxima quinta (1º).

*

Sua personagem, Dira, é uma fugitiva que entra no navio inglês que leva Dom Pedro a Portugal, em 1831, nove anos depois de proclamar a independência do Brasil, para guerrear contra seu irmão, que tomou o reino do país europeu. Durante as filmagens, Isabél criou duas cenas fundamentais para sua personagem, junto com Laís Bodanzky. Em uma delas, dá uma lição sobre sexualidade e prazer feminino a um grupo de homens que trabalham no navio. A segunda é o desfecho de sua personagem, que originalmente seria presa quando chegasse a Portugal.

*

"Não me conformava com isso, pedi ajuda dos colegas, dos assistentes da Laís [Bodanzky], e ao longo do tempo ela foi entendendo que realmente aquela mulher, que não é uma personagem central na trama, também tem sua relevância, e que seria importante olhar para aquela história e pensar em quem assistir o filme daqui a 20 anos. A narrativa de uma mulher negra não podia acabar daquele jeito".

*

No próximo dia 7, quando se comemoram os 200 anos da Independência do Brasil, Isabél estará na estreia da série "A Independência", dirigida por Luiz Fernando Carvalho, na TV Cultura. Serão 16 episódios, no ar toda quarta-feira, até dezembro. Nela, a atriz interpreta a Peregrina, uma personagem mística que serve como o fio condutor da trama. Filha de uma mulher escravizada, interpretada por Margareth Menezes, Peregrina criança é vivida pela atriz Alana Ayoka. Por causa de um ato violento contra a dona da fazenda, a menina é julgada e condenada à morte por enforcamento.

*

Então volta como uma entidade, agora na pele de Isabél, e vira uma espécie de narradora/observadora da história, que tem a capacidade de se transformar nos quatro elementos principais da natureza, a água, o fogo, o ar e a terra. "A Peregrina é baseada no conceito de tempo espiralar, da cosmologia africana", explica a atriz. "O passado, o presente e o futuro se misturam, são como camadas que exis-

Continua na pág. C3

Continuação da pág. C2

tem na mesma dimensão. Isto é uma coisa muito presente nas religiões de matrizes africanas", completa Isabél.

*

Isabél fez testes para os dois papéis ainda em Lisboa. Mas ela vive entre Brasil e Portugal desde 2010, quando fez um intercâmbio pelo Conservatório de Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa com a Unirio (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O projeto tinha duração de seis meses. Mas ela acabou ficando por aqui.

*

"Escolhi vir para o Brasil porque queria um lugar em que pudesse trabalhar de imediato. Mas também por causa da relação da minha família com o país, mesmo sem ninguém nunca ter vindo para cá antes. Minha mãe é louca pelo Roberto Carlos e adora samba. Sempre ouvi Clara Nunes, Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara e Martinho da Vila em casa. E as novelas brasileiras, né? Eu e minhas irmãs imitávamos o sotaque brasileiro quando brincávamos em casa", conta.

*

Nascida em Portugal, filha de mãe imigrante angolana e pai imigrante da Guiné-Bissau, dois países africanos que foram colônias portuguesas e tiveram suas independências conquistadas nos anos 1970, Isabél diz que é uma "pretoguesa". Tem o português como idioma principal, e o crioulo de Cabo Verde e o crioulo de Guiné-Bissau como línguas secundárias.

*

Agora, lista também o quimbundo, língua falada no noroeste da Angola, entre seus atributos. Precisou aprender o idioma para interpretar a Peregrina da série da TV Cultura. "Moleque vem do quimbundo, assim como cafuné, bunda, cochilo, muamba, samba, jiló, quitanda", explica a atriz.

*

Isabél dança desde os cinco anos de idade, quando entrou num grupo chamado Prata Luar, na periferia de Lisboa, que estudava danças africanas. Quando entrou na faculdade, decidiu estudar arte dramática, mas seguiu os estudos de dança. E foi pela dança que conseguiu o primeiro trabalho no Brasil, seis meses depois de ter chegado no RJ, em 2010.

*

"Fiz esse intercâmbio com três amigos portugueses, e nos inscrevemos numa agência de atores logo que chegamos para começar a trabalhar. Eles foram aceitos, mas eu, não. Eu era a única negra", diz Isabél. "Depois conheci o coreógrafo Gustavo Ciríaco, da dança contemporânea carioca, e comecei a trabalhar com ele. Colaboramos entre 2010 e 2020".

*

Os trabalhos como atriz demoraram a aparecer, mas começaram a chegar e têm sido notados pelos júris dos festivais onde os filmes são apresentados. Isabél recebeu o prêmio de melhor atriz no Festival de Gramado de 2020 por "Um Animal Amarelo", de Felipe Bragança, e pelo curta-metragem "Deserto Estrangeiro", de Davi Pretto.

*

Ainda fez parte do elenco de "As Boas Maneiras", de Marcos Dutra e Juliana Rojas, pelo qual foi premiada no festival Zinegoak, de 2018, e no festival de Sitges, em 2017. Por "Joaquim", de Marcelo Gomes, recebeu o prêmio de melhor atriz secundária no CineEuphoria de 2018, e por "Nó do Diabo", de Ramon Porto Motta, ganhou o prêmio de melhor atriz coadjuvante no Fest Aruanda de 2017.

*

"Eu tenho sido muito bem acolhida no Brasil, sinto os braços abertos por eu ser de fora. Ao mesmo tempo, vejo que esses mesmos braços se fecham para as pessoas daqui que têm a mesma cor que eu", afirma Isabél. "Se eu tivesse nascido no Brasil, minha vida seria muito diferente, né?".

*

Mas ela confia que o país está em processo de mudança. "Venho acompanhando isso no Brasil. Quando cheguei, em 2010, era completamente diferente. E a cada ano as questões do racismo contra pessoas negras e indígenas foram sendo mais e mais faladas. E há uma busca do brasileiro pelas suas raízes, sejam de origem africana, russa, portuguesa, alemã, italiana, espanhola", diz.

*

A atriz acredita que as cotas raciais são uma reparação histórica essencial, o mínimo que deve ser feito para que o Brasil chegue a um lugar de equidade social.

*

"É muito diferente ter sua casa invadida, ser estuprada, ter seus filhos arrancados de você e ser levada escravizada para outro país, longe de seus familiares, sem falar a língua local, do que decidir, por livre e espontânea vontade, embarcar na Itália ou na Alemanha com sua família em busca de um futuro melhor", explica. "A gente não parte dos mesmos lugares, e esse ajuste precisa ser feito".

*

"Tem muito trabalho para fazer", diz Isabél. "O Brasil precisa se curar das suas feridas para poder vibrar com suas vitórias. E isso tem que ser feito na prática, no dia a dia. Não adianta post de Instagram, Facebook, Twitter. Tem que ser no cotidiano, na convivência. Cada gesto, cada detalhe tem que ser reexaminado", diz.

*

"Mas temos tempo. A gente não tem que saber tudo e não tem que ter constrangimento por nada. Tudo bem não ter lido aquele texto, não ter visto aquele filme. Tudo bem não ter entendido as questões raciais antes", afirma. "Vai ser um aprendizado para todo mundo, e não acontece de uma vez".

*

Pergunto se ela é otimista em relação ao Brasil, como fez parecer nessa última frase. "Preciso ser otimista, é uma estratégia de sobrevivência", responde Isabél.

Fome e farda

Ligação de menino para o 190 em busca da garantia do direito fundamental à alimentação é pura calamidade

Marilene Felinto
Escritora e tradutora, autora de 'As Mulheres de Tijucopapo'. Email: textosfazendaria@gmail.com

A primeira fome é daquele menino de 11 anos que, em 2 de agosto último, ligou para o 190 da Polícia Militar de Minas Gerais pedindo ajuda porque sua família não tinha o que comer —e cujo telefonema produziu um curioso paradoxo no teatro da proteção social e da segurança pública brasileira.

O fato de o menino mineiro (Miguel) ter apelado à PM, a mais letal de nossas instituições de Estado, em busca de garantia do direito humano fundamental à alimentação, em busca de garantia de vida, beira o tragicômico, não fosse pura calamidade.

Ora, a mãe do menino, desempregada e vivendo do auxílio federal mesquinho, chorava num canto da casa, porque, havia dias, só tinha fubá e farinha para oferecer aos seis filhos (de idades entre 3 e 17 anos). Quem, quando criança, presenciou um choro de mãe numa situação de extrema pobreza e indignidade como essa sabe a revolta que isso provoca.

Que a família em questão seja de gente negra já é ponto banal na circularidade perversa que não se rompe no país racista e classista. A história se repete como estrutura —como aponta Luiz Eduardo Soares—, atravessa gerações.

Sim, porque —e a título de ilustração— a segunda fome ocorreu há 83 anos, fim dos anos de 1930, no sertão da Paraíba, por onde a família de minha mãe, retirantes da seca, zanzava em busca do que comer e beber, acontecimento que desembocaria na dramática orfandade dela.

E, sim, porque a terceira fome é a minha, meados dos anos de 1960, uma xícara na mão, minha irmã mais velha e eu indo pedir aos vizinhos um tanto de arroz, outro de feijão, que minha mãe não tinha mais o que dar de comer aos cinco filhos pequenos. Passávamos, às vezes, à farinha de mandioca com açúcar.

Quase um século de fome, na somatória desses três episódios. Notórios a solidão, a desolação, o abandono (pelo Estado e pelos homens) de que são vítimas as mulheres negras pobres, as mães, nessas histórias.

Contudo, o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que o Brasil é signatário, define que Miguel e sua família têm direito, sim, "a um padrão de vida capaz de assegurar saúde, bem-estar, inclusive alimentação", entre outros itens indispensáveis, "em caso de desemprego, doença [...] ou outros casos de perda dos meios de subsistência". E diz mais: que "a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais".

Mas voltemos ao paradoxo. O menino mineiro telefonou para a PM como quem ligasse para uma autoridade de governo —a única que ele provavelmente conhece em Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a apenas 18 quilômetros dessa capital— responsável pela segurança alimentar de sua família.

Miguel recorreu à farda sinistra e violenta que, em territórios de pobreza como as favelas e periferias onde ele vive, reserva aos meninos e jovens negros nada além de humilhação, pancada, bala de revólver e morte.

O Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgado neste ano mostra que mortes de pessoas negras decorrentes de ações policiais aumentaram entre 2020 e 2021 no país. Pretos e pardos foram 84,1% das vítimas da letalidade policial. Entre todos os mortos, 65,2% eram jovens entre 18 e 29 anos — adolescentes de 12 a 17 anos somam 8,7% do total.

Pois, então, daqui a pouco Miguel terá 12 anos e, logo depois, será jovem e entrará na categoria de negro suspeito a ser abordado pela mesma força policial —também negra— que atendeu à ocorrência de seu chamado ao 190.

A cobertura midiática desse caso, espetaculosa e piegas, não se preocupou em tratar da outra face da ironia: a origem comum de ambos, da fome e da farda, do menino e do policial negro que deu depoimento a uma emissora de TV e disse nunca ter se deparado com um caso de fome desses nos seus 24 anos de polícia.

O batalhão policial comoveu-se, humanizou-se momentaneamente, montou uma rede de ajuda à família de Santa Luzia. Que o destino de Miguel não seja como o de outros tantos jovens negros vítimas de espancamento e morte por forças policiais. Exemplo recente: o de Gabriel Marques Cavalheiro, de 18 anos, abordado em 12 de agosto e supostamente abatido pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, o corpo encontrado boiando num açude.

O projeto de nação igualitária que instituiu o Fome Zero e que teria salvado da fome a família mineira foi enterrado pelo necrogoverno de Jair Bolsonaro. As brigadas fascistas que atuam em prol do bolsonarismo são refratárias a parâmetros de legalidade ou institucionalidade, como diz Soares sobre a PM.

O policial militar não tende a se ver como funcionário público a serviço da cidadania, afirma o sociólogo, não se reconhece "nas instituições, nem nas leis, nem na República, seja como ideia, seja como valor, e muito menos como prática". Por isso mesmo, todo cuidado é pouco, corajoso Miguel.

| **DOM.** Bernardo Carvalho, Itamar Vieira Junior, Marilene Felinto, **Wilson Gomes**

Aquarela intitulada '20 de abril de 1500, o Monte Pascoal Avista a Armada de Cabra' subverte o ponto de vista eurocêntrico da chegada dos portugueses ao Brasil Divulgação

Além do 7 de Setembro

[RESUMO] Leva de livros no bojo das celebrações dos 200 anos da Independência questiona a historiografia clássica e busca novas interpretações para a separação do Brasil de Portugal. Os papéis da crise fiscal e da atuação de outros estados que não o Rio, como Bahia e Pernambuco, no processo de emancipação revelam contextos múltiplos e complexos que ultrapassam o discurso oficial sobre o 7 de Setembro

Por ***Naief Haddad***
Repórter especial da **Folha**, onde trabalha desde 1997. Foi editor de Projetos Especiais, Esporte, Turismo, Comida e Guia. Em 2021, coordenou os projetos do centenário do jornal

Ilustração ***Thiago Rocha Pitta***
Artista plástico, expõe obras da série 'O Suplício de Cabral' na galeria Simões de Assis, em São Paulo, até 24 de setembro

Em agosto de 1821, o cônego Francisco da Mãe dos Homens Carvalho conduziu uma oração na Capela Real do Rio de Janeiro, onde aconteciam as celebrações acompanhadas por dom João 6º e sua família. Naquele momento, no entanto, o monarca e sua mulher, Carlota Joaquina, já tinham voltado para Portugal depois da forte pressão das Cortes de Lisboa, que exigiam do rei a submissão a um regime constitucional.

O poder do lado de cá do Atlântico foi entregue a Pedro, então príncipe regente, encarregado pelo pai, dom João 6º, de representar a Casa de Bragança no Brasil.

Orador inflamado, o cônego não se restringiu aos rituais católicos e, diante do regente, queixou-se da crise econômica que se alastrava pelo território. O religioso reconheceu o esforço de Pedro para colocar as contas em dia, mas não tergiversou na abordagem do problema: "Toda a vossa atividade, toda a vossa economia, todos os vossos desvelos assíduos e incansáveis não poderão remediar esse horroroso déficit, que embaraça a nação".

Carvalho falava do que havia visto nas ruas cariocas: penúria e insatisfação popular resultantes, sobretudo, do descontrole das finanças sob dom João 6º. É certo que o governo joanino tinha criado impostos e aumentado encargos já existentes, para o desespero, entre outros, de proprietários de terra de províncias como Bahia e Pernambuco, que vinham obtendo lucros significativos com cana-de-açúcar, algodão e tabaco.

As medidas, porém, não foram suficientes para conter o déficit, que crescia ano a ano. Em outras palavras, os impostos subiam, mas as despesas com a Casa Real e as Forças Armadas subiam mais ainda.

A Corte recorreu então ao Banco do Brasil, que havia sido fundado em 1808, primeiro ano da família real portuguesa no Rio. Foi tamanha a avalanche de empréstimos que o governo se tornou o maior devedor do banco. Ao deixar de pagar suas dívidas, a Corte abriu a porteira para que a inflação aumentasse.

A situação se agravou com a emissão desenfreada de papel-moeda. As consequências não tardaram: além da inflação nas alturas, crise de abastecimento, aumento do custo de vida e falta (ou atraso) de pagamentos, inclusive de militares.

A magnitude da crise, relatada pelo cônego, não era novidade para o regente. Em uma carta enviada ao pai em julho de 1821, um mês antes dessa cerimônia, ele comentou a queda expressiva da fonte de recursos.

A torneira, que antes jorrava dinheiro para as celebrações luxuosas de dom João 6º e família, estava secando. Na correspondência, dizia que havia vendido seus cavalos, reduzidos de cerca de 1.300 para em torno de 150, e diminuído sua própria mesada.

Era inevitável que essa barafunda econômica levasse ao descontentamento da população do Rio e de outras províncias da porção americana do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Essa ebulição crescente foi determinante no processo da Independência, defendem Rafael Cariello e Thales Zamberlan Pereira no livro "Adeus, Senhor Portugal: Crise do Absolutismo e a Independência do Brasil".

Os autores não são os primeiros a retratar a crise fiscal daquela época, mas se notabilizam ao dar a ela uma posição central para a deflagração de um novo momento histórico. "Adeus, Senhor Portugal" é, provavelmente, o livro mais inovador em suas conclusões entre as mais de 20 obras sobre aquele período que chegam às lojas no embalo do bicentenário.

Estudos feitos nas últimas décadas sobre a separação de Brasil e Portugal, alguns consolidados em livros neste ano, evidenciam a fragilidade de ideias reiteradas em datas comemorativas, como os 100 e os 150 anos da Independência. Parte delas volta à tona na comunicação do governo Bolsonaro sobre o bicentenário.

Diferentemente do que os leitores de certa idade aprenderam na escola, a emancipação envolveu de forma efetiva centros além de Rio de Janeiro e Lisboa, transcorreu com violência em muitas situações, contou com a participação de mulheres e negros e ganhou corpo em meio a uma economia diversificada.

Continua na pág. C5

ALGUNS DOS PRINCIPAIS LANÇAMENTOS DO BICENTENÁRIO

Adeus, Senhor Portugal: Crise do Absolutismo e a Independência do Brasil
Autores: Rafael Cariello e Thales Zamberlan Pereira. Editora: Companhia das Letras. R$ 99,90 (416 págs.)

Almanaque do Brasil nos Tempos da Independência
Autor: Jurandir Malerba. Editora: Ática. R$ 71 (304 págs.)

As Guerras da Independência do Brasil
Autor: Leonencio Nossa. Editora: Topbooks. R$ 63 (445 págs.)

Ideias em Confronto: Embates pelo Poder na Independência do Brasil (1808-1825)
Autora: Cecilia Helena de Salles Oliveira. Todavia. R$ 75 (272 págs.)

Independência do Brasil: a História que Não Terminou
Organizadores: Antonio Carlos Mazzeo e Luiz Bernardo Pericás. Editora: Boitempo. R$ 63 (306 págs.)

Independência do Brasil: as Mulheres que Estavam Lá
Organizadoras: Heloisa Starling e Antonia Pellegrino. Editora: Bazar do Tempo. R$ 63 (224 págs.)

A Outra Independência: Pernambuco 1817-1824 (reedição)
Autor: Evaldo Cabral de Mello. Editora: Todavia. R$ 95 (288 págs.)

Continuação da pág. C4

Além disso tudo, o papel histórico de dom Pedro 1º está sob reavaliação: seria exagero negar ao imperador centralidade nesse processo, mas seu protagonismo reluzente tem sido relativizado.

A esse conjunto de constatações, síntese ligeira de uma nova historiografia, Cariello e Pereira adicionam a crise fiscal. "Como toda reviravolta política decisiva e traumática, uma série de modificações de longo prazo –ideológicas, institucionais e materiais–, ligadas a circunstâncias e peripécias particulares, precisam confluir para que as coisas se passassem como hoje contam os livros didáticos", escrevem.

"Mas o nexo fiscal, capaz de articular fenômenos políticos e econômicos, organiza a história melhor do que qualquer outro aspecto particular do processo. Sem ele, fica bem mais difícil conferir clareza e inteligibilidade às revoltas e aos embates que levaram à separação entre portugueses e brasileiros."

Entre boa parte dos especialistas em atividade, a cultura política do final do século 18 e começo do 19 é vista como o principal fator para impulsionar a emancipação do Brasil. Sob a influência do Iluminismo, conceitos como Constituição e igualdade ganhavam força na Europa e na América.

Cariello e Pereira não desconsideram essa onda de liberalismo, que avançava pelo Ocidente. São assertivos ao ressaltar seu impacto, mas a colocam em um outro patamar. "As ideias podem ser uma condição necessária [para grandes transformações políticas], mas nunca serão o suficiente. O estopim é gerado por crises econômicas, que têm um papel de desestabilização gigante. Isso não só no Brasil, há evidências empíricas em todos os lugares, em diferentes períodos do tempo", afirma Pereira, professor da Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas de São Paulo.

"Para onde a desestabilização vai levar, depende da época. Nesse período [início do século 19], a solução é: vamos cortar as mãos do rei, no sentido orçamentário."

A opulência da família real no Rio, com festas extravagantes e títulos de nobreza distribuídos às centenas para as elites locais, explicava parte do "horroroso déficit" de que falava o cônego. Também tinham enorme peso nas contas as despesas militares, especialmente na luta a partir de 1815 para a conquista da província da Cisplatina, que mais tarde se revelou um fracasso.

No absolutismo, não existem freios institucionais para os gastos do monarca, o que dá lugar a recorrentes situações de descontrole orçamentário. Dom João 6º estava inserido nesse contexto, não era um caso à parte. Assim, política e economia, de mãos dadas, levaram o Brasil a um quadro de grande instabilidade.

"Adeus, Senhor Portugal" pode ser lido sob duas perspectivas, segundo Cariello, jornalista com passagens pela **Folha** e pela revista piauí. "Existe uma primeira entrada: houve essa brutal crise econômica, com inflação e perda do poder de compra, e as pessoas ficaram muito insatisfeitas, inclusive as elites, porque a farinha e a carne seca que elas compravam para seus escravizados estavam mais caras. Os soldados, por exemplo, deixaram de receber seus salários. Tudo isso teve consequências políticas."

A segunda leitura parte da mesma realidade, mas a vê com mais distanciamento. "Havia esse arranjo político do absolutismo, que criava os incentivos para a crise econômica. Para solucionar essa crise, era preciso preparar um novo arranjo institucional. Ou seja, saiu da política, passou pela economia e voltou para a política."

Diferentemente do que os leitores de certa idade aprenderam na escola, a emancipação envolveu de forma efetiva centros além de Rio de Janeiro e Lisboa, transcorreu com violência em muitas situações, contou com a participação de mulheres e negros e ganhou corpo em meio a uma economia diversificada

Depoimentos dramáticos, como a indignação do cônego, e reconstituições dos levantes contra o despotismo não bastariam para contar essa história em toda a sua complexidade. Os autores também se baseiam em números de receitas e despesas oriundos de diferentes fontes, além de variações de preços e salários, para comprovar o nó fiscal do Brasil no início dos anos 1820.

Ao longo do trabalho, iniciado em 2018, não precisaram descobrir documentos inéditos para comprovar a principal hipótese do livro. Pereira usa uma figura de linguagem para dar aparência de trivialidade a uma tarefa em nada simples. "Havia um monte de papéis espalhados. O que fizemos foi organizar esses papéis", diz.

Além do empenho de cotejar arquivos sobre o processo da Independência em busca de uma nova síntese, "Adeus, Senhor Portugal" questiona a historiografia clássica daquele período, em sintonia com o que outros pesquisadores têm realizado. Assim, ajudam a iluminar setores da sociedade que costumam ser ignorados nesse contexto.

Um dos movimentos nesse sentido é salientar a presença de grupos subalternos, como pretos e pardos, nas mobilizações do período. O livro lembra, por exemplo, Pedro da Silva Pedroso, um homem negro livre que se tornou um dos líderes dos atos antiabsolutistas da Revolução de 1817 em Pernambuco.

Também mostra aspectos pouco conhecidos de candidatos a heróis daquele tempo, como o médico Cipriano Barata. Ele participou da Conjuração Baiana em 1798 e de outros movimentos até se consagrar nas Cortes de Lisboa com discursos a favor de direitos individuais e da imprensa livre. Barata, porém, era proprietário de um escravizado.

Embora reconheçam a marca terrível da escravidão, que se perpetuou durante o Império, Cariello e Pereira não aderem ao grupo dos que associam esse momento histórico a uma espécie de imobilismo. Não defendem a ideia de que nada, na prática, tenha mudado com a Independência. Por outro lado, eles não se filiam aos que tratam o episódio com idolatria.

"Por pior que fosse aquela sociedade —e era uma sociedade escravocrata horrorosa—, aquele foi um passo para fora do autoritarismo, do absolutismo. Ainda não era uma democracia, mas um momento de revolução política no Brasil", afirma Cariello. "A superação de um primeiro tipo de autoritarismo tem que ser celebrada."

A República do Recife

"Adeus, Senhor Portugal" é, de certa forma, um tributo a Evaldo Cabral de Mello, historiador que se contrapôs fortemente à ideia de que havia uma única iniciativa de emancipação política, a via fluminense de dom Pedro 1º.

"Evaldo demonstrou que era um erro pensar na Independência apenas do ponto de vista do Rio. Outras províncias, como Bahia e Pernambuco, tiveram enorme importância no processo. Sem que o Evaldo tirasse do Rio esse protagonismo, não poderíamos ter dado o passo seguinte, de dizer que, na verdade, a crise que levaria à Independência começou como um movimento contra o Rio, em uma revolta contra o absolutismo", diz Cariello.

Ele se refere ao livro "A Outra Independência", lançado em 2004 e que agora ganha nova edição. Evaldo acompanha o processo político a partir de Pernambuco, descrevendo o que ele chama de "ciclo revolucionário da Independência", que vai da Revolução de 1817, quando uma República foi proclamada no Recife, à Confederação do Equador, em 1824, outra insurreição em busca de autonomia.

"Ao mudar nosso ponto de mirada, Evaldo escreveu uma história de Pernambuco em que se revelam interpretações inovadoras sobre o Brasil", diz Heloisa Starling, professora do Departamento de História da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), no prefácio da nova edição.

Segundo o historiador, prevaleceriam nestas terras o federalismo ou a criação de Estados regionais (no lugar de um Império unitário, como acabou ocorrendo) não fossem três fatores: "a transmigração da dinastia bragantina para o Rio; a determinação da corte fluminense de preservar a posição hegemônica recém-adquirida; e a incapacidade do Congresso de Lisboa em lidar com a questão brasileira".

Em meio à grande história narrada em "A Outra Independência", que esmiúça movimentos políticos e conflitos internos, surgem figuras extraordinárias, pernambucanos cujas trajetórias deveriam ser mais conhecidas nos demais estados do país. São os casos de Frei Caneca, líder de movimentos republicanos, fuzilado em 1825, e de Natividade Saldanha, homem negro muito culto, eleito secretário do governo da Confederação do Equador.

O passado não é livre

As últimas linhas do capítulo "Palavras Finais" dizem o seguinte: "Compreender o passado é mais do que interrogar testemunhos, vestígios e memórias. É complicar o que parece simples, mantendo viva a atenção sobre as teias, muitas vezes invisíveis, que prendem a história à política. É desvendar caminhos que possam iluminar no presente e no futuro outras independências".

Essas linhas poderiam aparecer em "A Outra Independência" ou em "Adeus, Senhor Portugal". São, na verdade, um trecho do capítulo final de "Ideias em Confronto: Embates pelo Poder na Independência do Brasil (1808-1825)", outro livro notável dessa fornada dos 200 anos.

Cecilia Helena de Salles Oliveira, professora ligada ao Museu do Ipiranga, do qual foi diretora de 2008 a 2012, se incumbiu da missão de ligar a universidade a um público mais amplo. "Ideias em Confronto" busca os leitores fora dos ambientes acadêmicos para oferecer a eles "parte da enorme produção historiográfica que tem sido feita, especialmente em universidades federais e estaduais".

Além de investigações dela própria desenvolvidas ao longo de mais de 40 anos, a professora se baseia em trabalhos de pesquisadores como João Paulo Pimenta e Vera Lúcia Nagib Bittencourt, ambos ligados à USP, e Marisa Leme, da Unesp.

Em uma das suas melhores passagens, o livro reconstitui como a versão oficial da Independência — que tem no grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, seu momento de apoteose— foi uma construção idealizada por dom Pedro 1º.

Político hábil, o imperador deixou as contradições de lado para perpetuar em seus discursos o recorte histórico que lhe parecia mais favorável. No mais, os primeiros textos que descrevem aquele processo foram escritos com o intuito de agradá-lo.

"Havia, na verdade, uma gama de projetos e interpretações que não correspondiam àquela meia dúzia de protagonistas. Naquela época, a sociedade já era ampla e complexa", diz a professora.

Um dos propósitos da obra é desvincular a Independência de um episódio específico, o que não implica rejeitar a relevância do 7 de setembro. No entanto, ela aponta acontecimentos tão ou mais efetivos que o grito do Ipiranga nesse processo de emancipação, entre eles um decreto de junho de 1822 que definiu os critérios para a participação nas eleições de deputados provinciais. As medidas praticamente excluíam os portugueses do exercício da cidadania. "Na prática, o governo da Regência determinava a separação de Portugal", escreve Oliveira.

A professora também rechaça a tese tão alardeada de "continuísmo pacífico". Cita estudos recentes que apontam mais de 50 mil mortos, entre militares e civis, nas batalhas da Independência, especialmente no norte (não eram usadas as divisões Norte e Nordeste).

Nesses conflitos armados, estavam os brasileiros apartados da história convencional. Era uma sociedade múltipla do ponto de vista social e racial, como descreve a professora, "envolvendo o conjunto de homens e mulheres livres e libertos, assim como os contingentes escravizados".

Em seu capítulo conclusivo, Oliveira menciona a historiadora francesa Régine Robin, que morreu no ano passado. "O passado não é livre. Ele é regido, gerenciado, preservado, explicado, contado, celebrado ou odiado, permanece uma questão fundamental do presente." Ao completar 200 anos, a Independência do Brasil é, mais que nunca, uma questão do presente. ←

'O Primeiro Passo para a Independência da Bahia' (1930), de Antônio Parreiras, mostra celebração em Cachoeira, na Bahia Reprodução

Imagens da Independência

[RESUMO] O livro 'O Sequestro da Independência' analisa como a iconografia produzida a respeito da separação do Brasil de Portugal, sobretudo o famoso quadro 'Independência ou Morte!', de Pedro Américo, contribuiu para forjar uma visão idealizada do processo de emancipação, atribuindo todo o protagonismo ao 'brado retumbante' de dom Pedro em 7 de Setembro, o que apaga os traços de participações populares antes e depois dessa data e a violência com que foram reprimidas

Por ***Oscar Pilagallo***
Jornalista, autor de 'História da Imprensa Paulista'

A iconografia da Independência do Brasil contribui para fixar a interpretação de que a emancipação política do país teria sido pacífica, fruto do gesto de um príncipe europeu e centrada em um único evento, o tal "brado retumbante" do Sete de Setembro ao qual se refere o Hino Nacional.

A história, no entanto, não se deu bem assim. Tratou-se de um processo que começou antes e terminou depois do grito de dom Pedro 1º em 1822 e em que não faltaram violência e participação popular. Se tais aspectos não se integram à memória nacional é por não estarem em consonância com o projeto conservador traduzido na cena idealizada às margens do Ipiranga.

Desde o sesquicentenário da Independência, em 1972, uma nova historiografia se dedica a enfrentar a visão oficial, olhando o Brasil do século 19 para além do que acontecia ao redor da Corte no Rio de Janeiro. "O Sequestro da Independência", de Carlos Lima Jr., Lilia M. Schwarcz e Lúcia K. Stumpf, explora a mesma vereda, agregando a análise das pinturas que retratam momentos emblemáticos da monarquia.

Valendo-se das competências complementares dos autores —historiadores da arte e antropólogos—, o livro analisa dezenas de imagens, mas se debruça em especial sobre "Independência ou Morte!", de Pedro Américo, a obra que melhor sintetiza o mito em que se transformou o Sete de Setembro.

Embora tenha status de documento em livros didáticos, a célebre tela —em que o príncipe aparece montado em seu cavalo no alto da colina, de espada em punho, diante da tropa— não retrata a verdade factual. Concluída às vésperas da Proclamação da República por encomenda de dom Pedro 2º, mais de 60 anos após o evento, a pintura romantiza o papel do filho do imperador.

Antecipando-se às críticas, Pedro Américo procurou esvaziá-las ao registrar por escrito as razões políticas que determinaram suas escolhas estéticas. Colocar dom Pedro sobre um asno, a hipótese mais provável, não faria jus à "importância do cavaleiro". Da mesma maneira, aludir ao seu "incômodo gástrico" seria uma menção "indigna da história, contrária à intenção moral da pintura".

'Independência ou Morte!', tela de Pedro Américo finalizada em 1888, recria a cena protagonizada por dom Pedro 1º Reprodução

São dois exemplos do viés do artista, para quem "a realidade inspira e não escraviza o pintor". Não há erros, portanto, como às vezes se aponta ingenuamente, mas escolhas, que visaram atender à encomenda. Segundo os autores, a pintura "foi construída com a função de unificar sentimentos —negar divisões, dissolver conflitos e amplificar uma cena mundana transformando-a em triunfal".

Produzido em Florença, na Itália, "Independência ou Morte!" percorreu um longo e sinuoso caminho até chegar ao edifício-monumento neomaneirista do Museu do Ipiranga, inaugurado em 1895. Apresentado com pompa à realeza europeia em 1888, o quadro passou alguns anos enrolado em um depósito antes de ser novamente exposto ao público.

Foi só no centenário da Independência, em 1922, com a reabertura do museu após prolongada reforma, que a pintura passou a adquirir um sentido histórico mais definido e definitivo, atrelado à São Paulo da Semana de Arte Moderna, que aproveitou a efeméride para celebrar uma brasilidade que se afirmava em oposição à cultura lusitana.

Peça central do museu, a tela de Pedro Américo cumpriu papel estratégico na concepção do então diretor da instituição, Afonso d'Escragnolle Taunay, a quem coube, a partir de 1917, selecionar e comissionar obras que dessem a São Paulo protagonismo na história do Brasil, fazendo o estado rivalizar com o Rio de Janeiro, que então abrigava a capital da República.

Taunay orientava pessoalmente os artistas, de modo que eles dessem forma à sua visão da história, marcada pelo heroísmo dos personagens de origem europeia. Pesquisava imagens de referência e supervisionava os trabalhos, com frequência exigindo mudanças que dignificassem os retratados, fossem eles defensores da Independência ou bandeirantes.

A pintura de Pedro Américo se encaixava perfeitamente na moldura ideológica do curador. O povo, por exemplo, não aparece em "O Grito do Ipiranga", como o quadro é mais conhecido, a não ser representado pelo observador que, como sugerido, se surpreende diante de um feito histórico cuja dimensão ignora.

O processo de Independência, porém, contou com a participação popular, tanto em revoluções que a precederam como em proclamações posteriores à data oficial.

Entre as primeiras, houve a Conjuração Baiana de 1798, que teve a adesão de alfaiates, escravos alforriados e militares de baixa patente, e a Revolução Pernambucana de 1817, que contou com os descontentes com um sistema tributário que transferia recursos do Nordeste para o Rio. Ambas as revoltas foram influenciadas pelo Iluminismo francês e pela independência americana de 1776.

Entre as segundas, pode-se citar a proclamação da Independência na Bahia, em 2 de julho de 1823. Lima, Schwarcz e Stumpf sublinham o contraste entre o Sete de Setembro e o Dois de Julho ao comparar o quadro de Pedro Américo com o de Antônio Parreiras, de 1930, intitulado "O Primeiro Passo para a Independência da Bahia".

Na composição, que tem como palco a praça central da cidade de Cachoeira, "homens, mulheres e crianças; padres, civis e militares; brancos, indígenas e negros, aparecem todos na cena e com protagonismos semelhante", escrevem os autores. "Aqui é o povo, a sociedade civil, que conquista a Independência, e não um grupo de militares perdidos numa paragem erma e distante."

A relevância dessas outras independências nunca ultrapassou fronteiras regionais. Em que pese o esforço acadêmico da nova historiografia, para o qual "O Sequestro da Independência" colabora, a força da interpretação oficial —aquela que consta dos versos ufanistas do Hino— continua dominante, o que fica evidente nos preparativos para a comemoração do bicentenário.

Cada época tende a se apropriar da história, adaptando os aparatos simbólicos da nação, de maneira a melhor servir ao presente e projetar o futuro. O quadro de Pedro Américo tem se prestado a tal manipulação.

Em 1922, em plena República, a celebração da monarquia, que seria anacrônica, deu lugar ao enaltecimento da liberdade e da autonomia. Em 1972, durante a ditadura militar, o governo deflagrou uma campanha para salientar o elemento militar da pintura, como se pretendesse naturalizar a presença de fardados no comando do país.

Às vésperas do bicentenário, a história de 50 anos atrás se repete. "O Brasil vive sob o jugo de um governo autoritário e retrógrado, que tem 'sequestrado' não só o significado da pintura de Pedro Américo, como a história da Independência", avaliam os autores. Eles identificam na leitura oficial de hoje "um extremismo de análise do evento que foi convertido numa sorte de ato militar, no sentido de que o Exército surge como a única instituição capaz de 'pôr as coisas em ordem'".

O livro cita um manual de instruções do governo sobre como a identidade visual da Independência deve ser utilizada. Diz um trecho: "Assim como até a espada de um príncipe se desgasta e demanda nova forja, a identidade de uma nação requer cuidados para se manter rija". E outro: "O brasileiro quer preservar a independência de seus valores, a soberania de seu lar, a liberdade de educar seus filhos. Soberania é ser livre".

Os autores notam que, no primeiro trecho, a mensagem que se quer passar é que é responsabilidade do governo "forjar, no sentido de inventar do nada, um novo Estado, sempre que necessário". No segundo, as palavras "soberania" e "liberdade" remetem à movimentação política do presidente Jair Bolsonaro, que as usa para desafiar instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal.

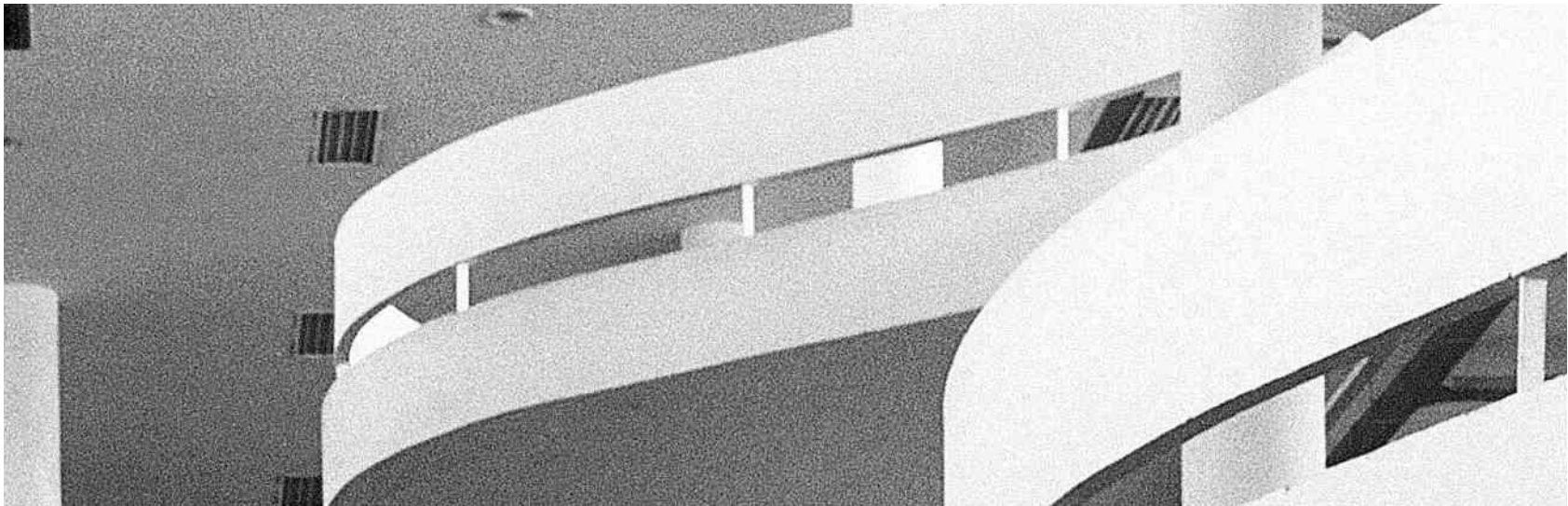
A retórica bolsonarista é consistente com a prática de seu governo e entorno. Desde o ano passado, o Sete de Setembro tem sido usado por apoiadores do presidente como instrumento de intimidação, tanto que a hipótese de um golpe militar passou a ser monitorada e noticiada com frequência pela imprensa.

Em 2021, na abertura das comemorações do bicentenário da Independência, pela primeira vez desde a redemocratização de 1985, um presidente apoiava abertamente um ato antidemocrático, registram os autores. "Na verdade, convocava."

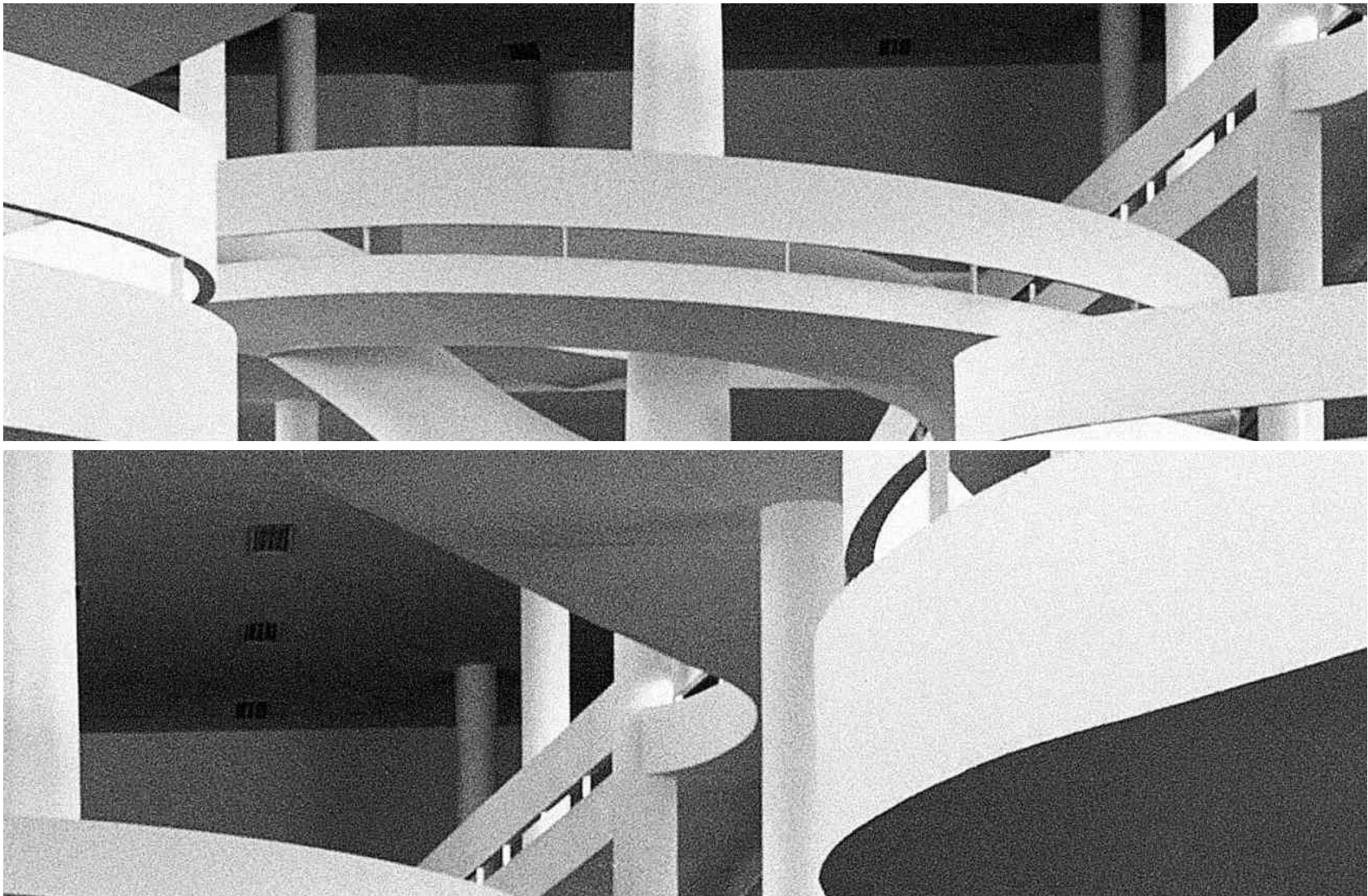
Ancorados em Claude Lévi-Strauss, Lima, Schwarcz e Stumpf, que já haviam testado a bem-sucedida parceria em "A Batalha do Avaí (2013), tratam o Sete de Setembro como um mito. Para o etnólogo francês, a história tem, nas sociedades ocidentais, a mesma centralidade que a mitologia em outras sociedades. Para os autores, o Sete de Setembro funciona como um mito fundacional, "aquele que permite fazer as pazes com o passado, acomodar o presente e ainda prever o futuro".

Ao dissecar a construção do mito, "O Sequestro da Independência" é leitura essencial para quem pretende, ou não, visitar o reformado Museu do Ipiranga. ←

O Sequestro da Independência: uma História da Construção do Mito do Sete de Setembro

Autores: Carlos Lima Jr., Lilia Schwarcz e Lúcia Stumpf . Editora: Companhia das Letras. R$ 99,90 (400 págs); R$ 44,90 (ebook)

O ensaio geral

[RESUMO] Coletivo de curadores da próxima edição da Bienal de São Paulo, que acontece no ano que vem, diz que o evento de arte vai buscar criar e coreografar o possível, atravessando tempo e espaço, dentro de um mundo que é governado por impossibilidades

Por ***Diane Lima, Grada Kilomba, Hélio Menezes e Manuel Borja-Villel***
Curadores da 35ª Bienal de São Paulo

Interior do pavilhão da Bienal, no parque Ibirapuera, em São Paulo Fotos Levi Fanan/Divulgação

Como corpos em movimento são capazes de coreografar o possível, dentro do impossível? A proposta para a 35ª Bienal de São Paulo surge como um projeto comum, ao redor de múltiplas possibilidades que há de coreografar o impossível. Como o título sugere, trata-se de um convite às imaginações radicais a respeito do desconhecido, ou mesmo do que se figura no marco das (im)possibilidades.

Tomamos o termo coreografia para realçar a prática de desenhar sequências de movimentos que atravessam o tempo e o espaço, criando várias e novas frações, formas, imagens e possibilidades, apesar de toda inviabilidade, de toda negação. Neste caso, nos interessam os ritmos, as ferramentas, as estratégias, tecnologias e procedimentos simbólicos, econômicos e jurídicos que saberes extradisciplinares são capazes de fomentar, e assim produzir a fuga, a recusa e seus exercícios poéticos.

E aqui apresentamos o impossível de modo indefinido, pois compreendemos que suas violências generativas estão também além do que a gente pode imaginar. São muitas vezes imensuráveis, muitas vezes indescritíveis e inimagináveis. Nos preocupa, portanto, descrever, sem reencenar.

E é assim que já começa o ensaio à coreografia.

Enquanto proposta curatorial, coreografias do impossível se articula como um espaço de experimentação, aberto às danças do inimaginável, que se encarna em movimentos capazes de transformar o aparentemente não existente em existente.

Essa ideia de coreografia se baseia na natureza enigmática do fato artístico e, portanto, em tudo aquilo que não está esgotado nem evidente. No que podemos nomear como segredo, mistério ou o próprio infinito. Esses são elementos resilientes, portanto de ruptura, e consequentemente de uma tentativa de liberdade.

A equipe curatorial da Bienal é composta pelas pessoas (aqui em sequência alfabética) Diane Lima, Grada Kilomba, Hélio Menezes e Manuel Borja-Villel, que se apresentam como um coletivo e atuam de maneira horizontal, numa contradança.

Para nós, as coreografias começam com a nossa prática, que tem como princípio a tentativa de romper hierarquias, procedimentos éticos e normativos que encenam estruturas verticais de poder, valor e violência dos dispositivos institucionais —as quais, todas sabemos, a verdade é que o mundo já não sustenta mais.

E como coreografar as coreografias do impossível?

Onde estão situadas essas coreografias? Como olhar para elas? E como elas colapsam as categorias estéticas do pensamento moderno, criando uma imagem fractal onde o político, o histórico, o orgânico, o físico, o emocional e o espiritual se unem?

Quando e como o trabalho, a frequência, o calor, a capacidade sônica e a matéria passam a ser parte dessa coreografia? E como criar novos movimentos, alterando as velocidades e as dimensões do tempo? Como saber quando se deve atrasar, acelerar ou até mesmo parar?

Este primeiro momento começa de fato como um ensaio, um ensaio de movimentos dedicados a escrever e apagar palavras, termos e conceitos, que criam uma constelação de pensamentos e ações para encontrá-los.

Este ensaio se refere aos gestos de aprofundar, compactuar, colapsar e aproximar os arcabouços teóricos, as referências simbólicas e repertórios estéticos que conformam a própria coletividade que somos. E, mais do que isso, ecoam as ressonâncias de um coletivo que nos ultrapassa e se expande com os diálogos que viemos realizando com outras pensadoras, artistas, pesquisadoras, ativistas, curadoras e poetas.

Entendemos este momento então como a primeira coreografia do nosso projeto curatorial. É a singularidade deste ensaio, que se desgarra entre fronteiras, que nos permitirá desdobrar as redes da 35ª Bienal de São Paulo de modo extradisciplinar e extra-institucional. E que neste momento se centra na questão — seria possível criar redes que extrapolam um movimento expansivo e espacial, mas que, na contramão, tenham como ponto de partida a escuta, as políticas de redistribuição e o cuidado com pessoas, espaços e territórios que são, em si, as próprias coreografias do (im)possível que habitam os limites institucionais?

Inspirando-se em percepções não lineares nem progressivas sobre o tempo, a 35ª Bienal de São Paulo propõe ainda uma reflexão sobre como diferentes registros de temporalidade podem gerar outros modos de produzir, sentir, expor e nos relacionarmos com práticas artísticas. Tempos espiralares, fractais, curvos; cadências que movimentam corpos, dilatam e contraem espaços, e que não cabem, portanto, em cronologias ou sequenciamentos. Esse conjunto imensurável de possibilidades de viver o tempo está no centro de nosso interesse curatorial.

É este movimento espiralar que propomos, o desenvolvimento do caráter performativo e processual dos processos curatoriais e artísticos. Digamos que esta é uma Bienal sobre a criação do possível, num mundo governado de impossibilidades. Este é o nosso desenho coreográfico. ←

Teoria e prática da 'tchutchuca do centrão'

Vimos o presidente do Brasil a lutar com um youtuber por causa de um celular

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

O aparecimento fulgurante do até aqui desconhecido conceito de "tchutchuca do centrão" surpreendeu cientistas políticos de todo o mundo.

Vale a pena registrar um breve historial da ideia, enquanto os acontecimentos estão ainda frescos na nossa memória, para benefício de estudiosos e investigadores futuros.

O conceito foi postulado durante um debate que opôs o presidente do quinto maior país do mundo e um youtuber vestido com uma camisa do São Paulo Futebol Clube. Não costuma ser o ambiente em que surgem ideias políticas inovadoras, mas pode passar a ser. Parece-me evidente que Montesquieu, Locke e Marx teriam produzido pensamento mais denso se tivessem tido a oportunidade de debater regularmente com um torcedor do São Paulo.

O produtor de conteúdos começou a discussão de um modo pouco imaginativo, argumentando que Bolsonaro era vagabundo, covarde e safado. O presidente do Brasil resistiu bravamente a responder e entrou na sua viatura oficial. Mas depois o influenciador apelidou Bolsonaro de "tchutchuca do centrão", e foi aí que o presidente do Brasil saiu do carro para ir tentar confiscar o celular com que o youtuber filmava a cena.

Tendo em conta que todos pudemos ver o vídeo, é improvável que tenha conseguido. Não é a primeira vez que um dirigente político pretende apreender os meios com que os cidadãos exprimem e divulgam as suas opiniões. Acontece que os dirigentes políticos que têm essa inclinação não costumam fazer o confisco pessoalmente.

Eu sou um democrata, pelo que nunca fui fã da polícia política. Mas, uma vez que ela evitaria que nós víssemos o presidente do Brasil a lutar com um youtuber por causa de um celular, começo a ser sensível à sua utilidade. Nas eleições passadas, Jair Bolsonaro levou uma facada na barriga. Nestas, já levou uma facada na dignidade. À barriga ele pôde ser operado; a dignidade não parece ter conserto.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

QUADRÃO | Luiz Gê

| DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, Angeli, Laerte

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Cinebiografia de Elvis Presley chega ao serviço sob demanda

Elvis
Para compra ou aluguel no Amazon Prime Video, Apple TV+, Now, Sky Play, UOL Play, Vivo Play, Watch Brasil e YouTube, 14 anos

Ainda em cartaz nos cinemas, a fulgurante cinebiografia de Elvis Presley, dirigida pelo australiano Baz Luhrmann, já pode ser vista em casa. O roteiro cobre toda a trajetória do pioneiro do rock'n'roll. No papel principal está o novato Austin Butler. Tom Hanks faz o empresário do cantor.

De Férias da Família
Netflix, 16 anos
Kevin Hart faz um homem casado que, pela primeira vez, viaja sem a mulher e os filhos. Ele aproveita para rever um amigo dos tempos de juventude, vivido por Mark Wahlberg.

A Morte da Princesa Diana
Discovery+, 12 anos
Marcando os 25 anos da morte da primeira mulher do príncipe Charles, do Reino Unido, esta minissérie em quatro episódios reúne depoimentos de policiais, médicos e testemunhas do acidente ocorrido em Paris.

Programa Duplo Edgar Wright
Telecine Cult, a partir de 19h30
O canal exibe em sequência os dois filmes mais recentes do diretor britânico. "The Sparks Brothers" (19h30, 12 anos) é um documentário sobre a banda cult Sparks. Já atriz Anya Taylor-Joy estrela o terror "Noite Passada em Soho" (22h, 16 anos).

Café Filosófico CPFL
Cultura, 19h, 14 anos
Na estreia da série "Maternidade em Crise", com curadoria da psicanalista e colunista deste jornal Vera Iaconelli, o sociólogo e antropólogo Antonio Cerdeira Pilão aborda o tema "Famílias e Parentalidades: Controvérsias Políticas e Científicas".

Betinho 70 Anos
SescTV, 23h, livre
O documentário de César Mendes celebra a vida do sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), que coordenou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Dia sem Fim
Globo, 0h15, 14 anos
Um famoso cirurgião sul-coreano comete um ato antiético, tentando salvar sua filha. Anos depois, o passado volta para o assombrar, e o mesmo dia se repete várias vezes.

Guerra cultural e projeto político da extrema direita são debatidos em evento da UFRJ

SÃO PAULO Professor emérito da Universidade da Califórnia em Berkeley, o historiador Martin Jay será um dos nomes que vão debater a guerra cultural nos Estados Unidos no 3º Festival do Conhecimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Autor de livros como "Splinters in Your Eye: Essays on the Frankfurt School", ou farpas no seu olho: ensaios sobre a Escola de Frankfurt, Jay é um dos principais pesquisadores americanos que analisam o pensamento da extrema direita a partir de ataques ao marxismo cultural. Ele conduzirá uma palestra online diretamente da Califórnia sobre o tema nesta quinta-feira, às 14h30.

O historiador vai debater o projeto de Donald Trump e os paralelos com o governo Bolsonaro ao lado de Liv Sovik, professora da UFRJ, Rosane Borges, jornalista, professora e doutora em ciências da comunicação e Felipe Catalão, doutorando pelo programa de pós-graduação em filosofia da USP. Quem também participa da discussão é Leonardo Santos, mestrando em comunicação e cultura na UFRJ e membro da Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade, criada pela USP em parceria com a **Folha**.

A questão latente em tempos de eleição também debate o tipo de narrativas abraçadas por produtoras como a Brasil Paralelo, que enxergam a história recente sob a ótica de uma dominação da cultura pela esquerda.

Para participar de qualquer das cerca de 800 atividades do evento da UFRJ, que ocorre entre segunda e sexta-feira, basta realizar a inscrição em festivaldoconhecimento.ufrj.br. As transmissões acontecem pelo Canal da Extensão UFRJ no YouTube.

No primeiro dia do evento, às 14h30, a reitora Denise Pires de Carvalho realiza a abertura oficial ao lado da ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia e outros convidados num ato pela defesa das universidades públicas. Em seguida, às 17h, o líder indígena Ailton Krenak conduz a primeira conferência do evento dedicado às aproximações da cultura ancestral e digital.

No site também é possível ver mais detalhes da programação, que conta com a participação da educadora Eliane Potiguara, embaixadora da paz pela ONU, e os influenciadores Felipe Neto e a indígena Samela Sateré Mawéa.

Os incêndios de um poeta aos 80

[RESUMO] Autor consagrado, Armando Freitas Filho lançou no ano passado 'Cristina', edição artesanal, de apenas 20 exemplares, destinada aos amigos. Nos versos líricos e sensualmente amorosos com que celebra sua mulher, ele expõe a necessidade vital da poesia como expressão da vida

Por ***Laura Erber***
Escritora e professora do Leiden University College (Holanda). Autora de 'Os Corpos e os Dias' e 'A Retornada'

A lenda atribui ao deus Hermes a invenção da lira, instrumento de cordas que o aedo acariciava com os dedos para acompanhar seu canto. Por analogia, criamos a imagem do poeta que acaricia as cordas da língua para fazer ressoar seu verso.

A lírica seria assim um tipo de arte vibratória, e, diferente de uma forma literária egocêntrica ou "eucentrada", o gênero tem sido mais bem descrito por sua capacidade de captar e relançar os afetos que explodem a forma do eu. Lírico é o poema que desarruma a cena pronominal, revelando o trajeto arriscado e incerto da palavra amorosa rumo a um "tu" ou "você" saudosamente convocado ou eroticamente desejado.

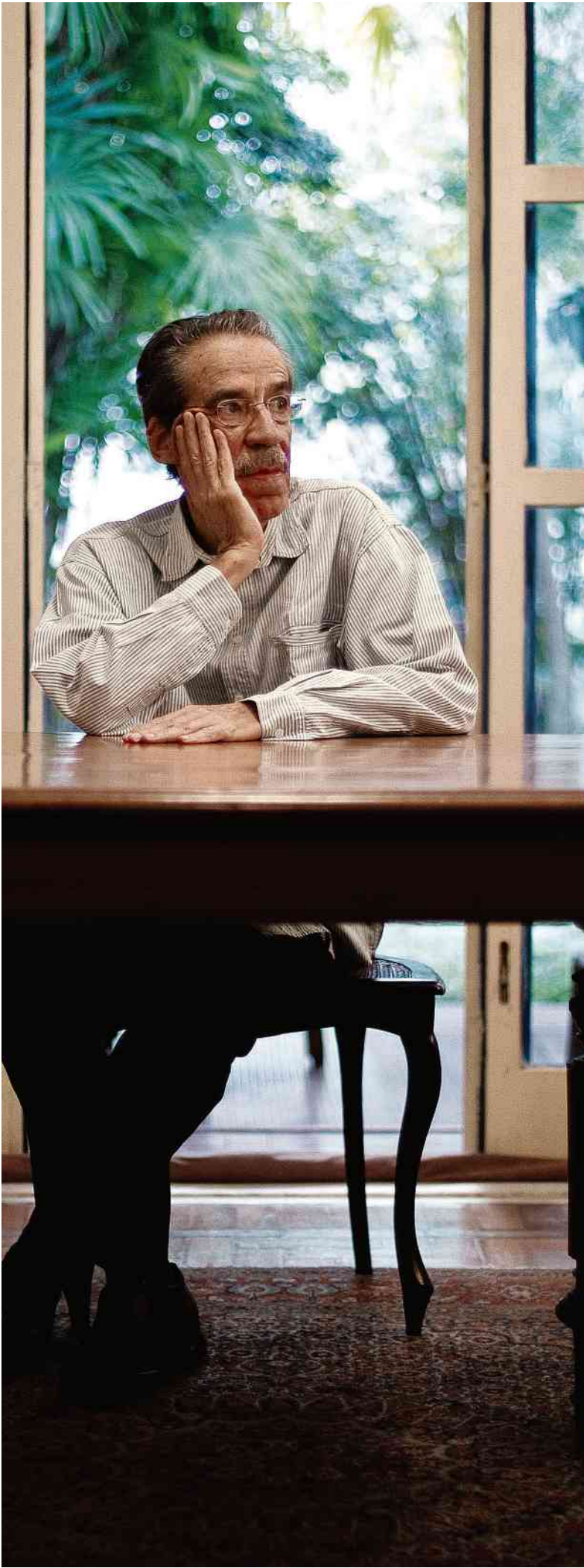
É mesmo na clave lírica que melhor se percorre "Cristina", plaquete de 21 poemas de Armando Freitas Filho, publicada em 2021, em tiragem pequeníssima, só 20 exemplares. O conjunto mostra um poeta assombrado por sua própria finitude, mas que não desiste de cantar o amor, com nome próprio.

Armando Freitas Filho diz que a plaquete começou a ser escrita "quando a verdadeira Cristina apareceu na praia perfeitamente". No livro, ela surge mesmo deslumbrante, da primeira vez em um "miniminibiquini", com a trança só de um lado que evoca a serpente do Paraíso, encantando o poeta para quem "sem perigo o amor não presta". O nome próprio é o da esposa, Cristina Barreto. "Fui fazendo os poemas ao longo desses 42 anos que estamos juntos", revela.

O livro se abre com céu azul absoluto e termina com nuvens perfeitas. Esse pequeno objeto amoroso circulou entre as poucas pessoas para quem o próprio autor o distribuiu, apresentando poemas que transitam entre o íntimo, o ínfimo e o que não tem fim. O fluxo do viver e a câmara lenta da memória, detalhes que a poesia fixa.

Cristina se multiplica em imagens, é a presença estruturante da casa e com ela quase se confunde, ressurge como A Grande Banhista de Ingres revisitada em um belo poema que a descreve com uma roupa feita de vapor d'água: "Sua pele é meu único luxo".

Ela irrompe em sonho e em pensamento, no lugar de mãe, nas viagens a dois, nas leituras compartilhadas, como tradutora em sentido amplo, como quando lhe transmite a precisão do desenho da frase proustiana, antes para ele opaca. Há doçura e medo, a memória que falha. A mulher é quem cuida do fio, não permite que se parta. Ao mesmo tempo, nada aqui tenta extorquir emoções fáceis dos leitores, nem resvala no fútil exibicionismo.

A imagem da mulher não se fixa em uma só figura, nem na mãe do filho, nem na esposa, nem no objeto do desejo erótico, mostrando uma posição feminina dinâmica, de

Armando Freitas Filho em sua casa no Rio de Janeiro Daniel Marenco - 13.mai.13/Folhapress

várias camadas que parecem se mover suavemente. Não é uma idealização ou um alçamento da mulher a um lugar edulcorado.

É uma exaltação nada grandiloquente do prazer de viver juntos, o registro poético de uma proximidade que engendra vontades de fusão, de transfusão, invisíveis pontes entre os corpos. "Me dê só dois palmos do seu sono/ para que eu sonhe com você."

Armando Freitas Filho estreou em 1963 com "Palavra"; seus dois livros seguintes foram editados pelo grupo Práxis; em 2003, reuniu sua obra em "Máquina de Escrever"; e, em 2020, veio o "Arremate", comemorando seus 80 anos.

Perguntado sobre os começos, encontro com a poesia e desejo de escrever seus próprios poemas, ele conta que aprendeu a ler aos 5 anos, "graças a meu pai, que me ensinou por dois caminhos que me abriram a porta: o dicionário e o jornal A Noite".

Mais tarde, já no colégio, "a poesia começou a soprar". Foi quando surgiram as primeiras redações "e, uma vez ou outra, poemas". "Era como um brinquedo de papel." Sua entrada no reinado sem rei da poesia se completa quando, anos mais tarde, conhece os poemas de Manuel Bandeira e de Carlos Drummond, a quem chama de professores, e aos quais chegou por um disco do selo Festa, dado de presente por seu pai. "Fiquei maravilhado, de pronto."

Tornou-se um poeta "trifásico", como gosta de descrever seu processo: uma primeira etapa à mão, depois à máquina e, nos últimos tempos, finalmente ao computador. Ele acredita que sua poesia não sofreu grandes transformações com a chegada dos meios digitais, "apenas os rascunhos ficaram mais limpos".

Diante de seu percurso literário, cabe sublinhar que o poeta publica há anos por uma das maiores editoras do país, a Companhia das Letras, sem deixar, vez ou outra, de fazer experimentos editoriais paralelos, ora travando parcerias com artistas visuais, ora optando por edições artesanais, destinadas antes aos amigos.

"Cristina" fala de lugares de silêncio e de partilha, a casa, o bairro e as paixões literárias, pequenas comoções diárias, novas e antigas. Combina o verso simples, às vezes sentencioso, a uma necessidade vital da poesia como expressão de vida. Nas primeiras incursões no poema erótico, havia a exteriorização poética do tesão em versos belamente explícitos ou antieufemísticos, como já notara José Guilherme Merquior no prefácio ao livro "À Mão Livre" (1979).

Em "Cristina", vemos a passagem do tom erótico ao íntimo, do intempestivo ao cotidiano. O erotismo aqui, diz ele, vem da vontade e da vida. Não um mundo paralelo ou um fora do mundo, mas intensificação dos quereres. A musa-mulher-companheira-cúmplice é o eixo, e nele a vemos como fonte de escrita e como "beleza lembrada e relembrada em seu circuito ardente", como diria Herberto Helder.

O poeta diz que nunca experimentou epifanias, mas que, "às vezes, a gente consegue sentir certo deslumbramento que surge sem nome expressivo, tal como um sonho". É linda a chance de percorrer o verso sensualmente amoroso de um poeta na casa dos 80. Distante dos incêndios, da urgência e da fome erótica dos começos, aqui tudo é mais reflexivo e fotográfico que performativo.

Aqui a clave é antes meiga, filamentos delicados da verdadeira vida, sem que, por isso, tenha de evitar a "gota de ácido", o desentendimento, um jogo de contrastes necessário, cada um voltando a ser um, em separado, porém sem exclusões.

Isso tudo em uma idade sem triunfos, mas que permite colher as delícias da cumplicidade, inclusive a da memória compartilhada.

Armando Freitas Filho matou sua sede inicial na fonte do Ferreira Gullar de "A Luta Corporal" (1954) e na de seus três mosqueteiros: Bandeira, Drummond e Cabral. Entretanto, desde cedo sublinhou os traços que o diferiam de seus mestres formadores.

Avesso à ortodoxia dos modernos, percebeu que, para ele, o poema pode surgir de vários modos, inclusive a galope, na urgência vital que não pode contar com a concentração calma e o tempo lento de quem escreve como quem cata feijão. Um de seus versos célebres avisa: "Escrever [...] é rezar com raiva".

Nos anos 1970, Freitas Filho incorporou a liberdade da poesia marginal, embora não totalmente a embocadura. Segundo ele, aquela era uma poesia aberta, desengravatada, capaz de abarcar a intuição febril em uma língua que ia à praia e suava. O caminho para o erotismo era natural.

Em um texto de 2005, ele retratou o instante em que seu time entrava em campo na paisagem da poesia brasileira. Época em que era quase obrigatório se alinhar a este ou àquele projeto ou ideia de poesia.

O diagnóstico que faz daquele momento, sem excluir uma crítica à ortodoxia modernista e à camisa de força do mundo dividido em paideumas, mostra como sua posição era, desde o início, independente e propensa aos trânsitos.

Isso talvez o tenha ajudado a atravessar com menos solavancos a paisagem que se abria, trazendo de volta o sangue e a "suada fantasia". Afirmação de uma poesia em que voltam os afetos, os corpos e sujeitos da escrita.

Sua poesia é igualmente reveladora da mudança na relação entre poesia e imagem, e isso se vê em "Cristina". Freitas Filho com frequência tece imagens a partir do enquadramento fotográfico, mostra que o poeta muitas vezes é um espectador privilegiado do mistério cotidiano, é alguém que, diante do que vê, constrói um olhar com sua palavra.

"Para mim, a poesia e a pintura, desde que eu era bem moço, apareciam juntas no que eu amadoristicamente escrevia. Gosto muito de pintura. Desde cedo tive amigos pintores: Rubens Gerchman, Roberto Magalhães, por exemplo." Sobre a relação entre as artes, conclui: "Acho que poesia e artes plásticas dão boa liga".

Quando pergunto o que anda lendo, fala de releituras como quem fala de amigos de toda a vida: Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade e Antonio Candido. O que consegue a poesia que nada mais, nem outra arte, consegue?

"Acho que todas as artes têm as suas matrizes e necessidades. Mas, realmente, a meu ver, a poesia tem algo mais; tem uma proximidade com o leitor ou leitora de surpresa, e os poemas acabam se escrevendo no livro ou fora dele, inventando e libertando suas descobertas. Afinal, nós temos que amar ou desamar quando são escritos."

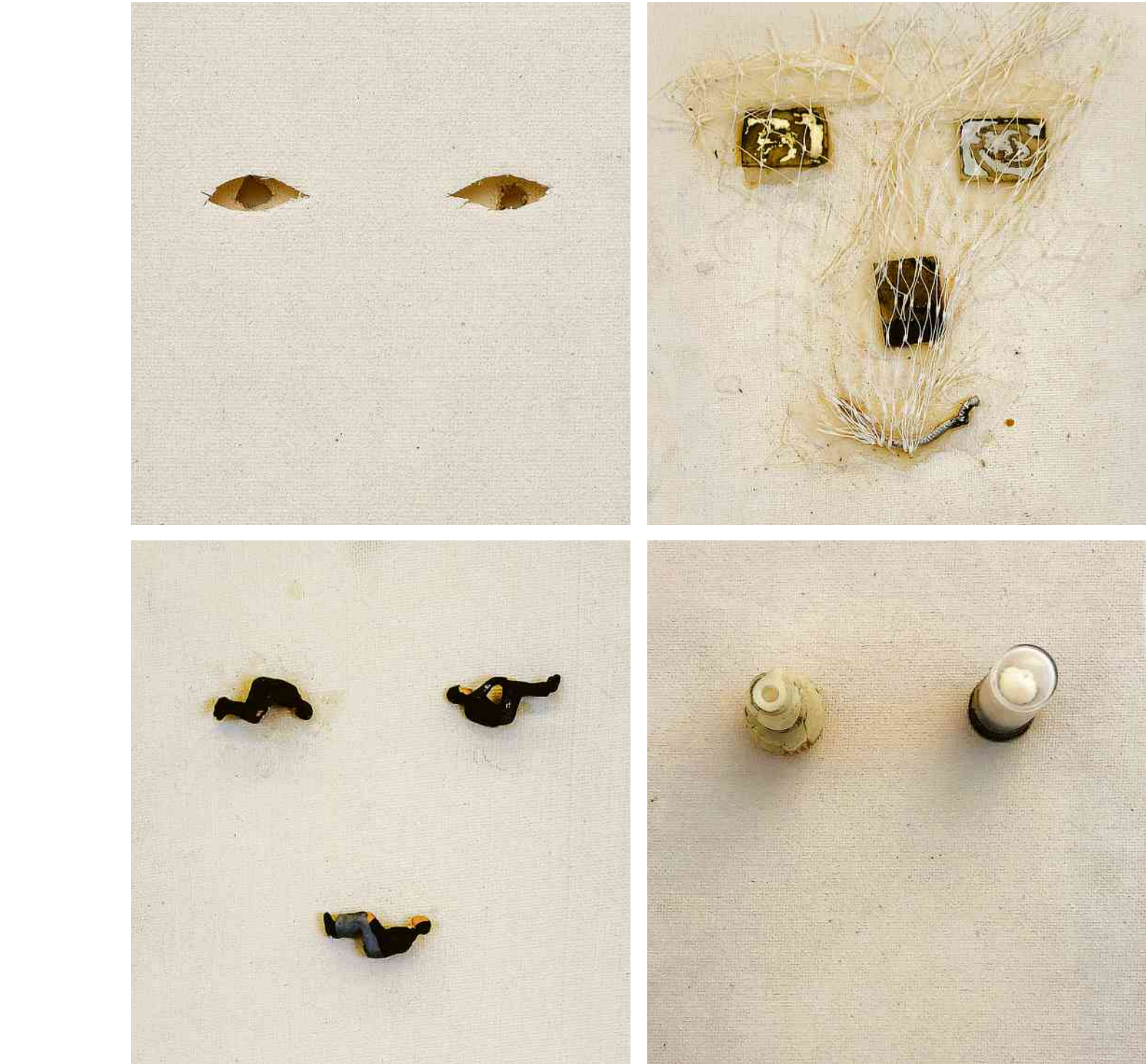
Freitas Filho conta que ainda hoje "escreve quase diariamente para não deixar dormir suas asas". Faz desse jeito, "mesmo que seja para ficar triste, como quando se planta em uma página e não se completa o que se tentou escrever; mas não se deve desistir desse possível empenho".

Ainda bem, assim temos a sorte de ler mais um livro, feito com peles, tempo e nuvem, e uma voz que, ao se entregar, não teme dizer: "Pois eu sei/ pois eu sou/ esse incêndio aceso adiante/ em seu louvor". ←

IMAGINAÇÃO

Por **Noemi Jaffe**
Escritora e crítica literária. Autora de 'A Verdadeira História do Alfabeto', vencedor do prêmio Brasília de Literatura, e 'O que os Cegos Estão Sonhando?', entre outros livros

Ilustração **Fernando Zarif**
Artista de múltiplos talentos, que morreu precocemente aos 50 anos, em 2010, deixou obra variada e questionadora

Tantas outras

Telas da série 'Operação plástica / Chirurgie esthétique (Portrait)', de 1997 Luciana Brito Galeria/Divulgação

quero ainda ver
nas flores do amanhecer
a face de um deus.

(Bashô)

Tenho dois olhos, um nariz e uma boca, duas orelhas, cabelos pretos, o queixo, as bochechas, a língua, as pálpebras; minha forma é circular, mas o círculo não é perfeito; tenho algumas pintas e uma verruga sob o olho direito; muitas rugas nas laterais dos olhos e da boca, mas a testa lisa; as sobrancelhas são finas e compridas, cobrindo a extensão dos olhos; eles são amendoados e azuis, mas com um tom esverdeado sob a luz; no momento eles estão caídos, assim como os cantos da boca; uso óculos de armação fina e preta, o que me rejuvenesce um pouco; as mandíbulas são salientes, por causa da herança italiana; sei que já fui bonita, mas agora não mais e acho isso bonito também; o triângulo dentro do círculo é uma figura geométrica sagrada e é isso o que sou; nada pode me descrever verdadeiramente, porque nada, nem o melhor escrito, a melhor pintura ou escultura, a fotografia mais fiel, nada poderá descrever o que é me conhecer e conhecer a mim junto ao corpo, meus cheiros e movimentos mais lentos ou então febris, dividir o ar que eu respiro e os vazios que se formam entre mim e os outros; como dizer os meus olhos entreabertos, querendo dizer "nunca viu, não?" ou então fechados com força, indicando um sonho ruim? sou como um deus indizível, cuja presença só acontece pela presença e ela mesma é sempre outra. ontem, por exemplo, meu companheiro descobriu uma nova pinta em meu lóbulo direito e ainda de manhã percebi que os cremes têm surtido efeito, porque as bochechas estão mais viçosas; o que acontece comigo durante o sono ninguém sabe, nem mesmo o eu que mora em mim, mas a cada manhã acordo diferente e, dependendo da luz, posso ficar irreconhecível; nunca me reconheci em nenhuma foto de documento e é como se ali se descobrisse uma pessoa que eu não sabia que sou; e também já me vi muito mais bonita, por causa de maquiagem e de um bom ângulo fotográfico; mas qual é a verdadeira, a verdadeira mesmo, isso não dá pra saber; sei criar tantas expressões quanto eu queira, sei pedir, ameaçar, assustar, implorar, acarinhar, acalmar, enraivecer, odiar, ironizar, pedir pra parar, alegrar, espionar, sei amar e chantagear ao mesmo tempo, sei rir e me lamentar de uma vez só e quem me conhece sabe ver em mim o que nem eu mesma sei que estou mostrando; quanto mais envelheço, menos e mais me reconheço, lembrando de como eu era, saudosa dos olhos mais redondos e da pele mais elástica mas interessada nessa nova velha, mais séria, tranquila e enrugada; sei, assim, o quase infinito.

comigo, no ônibus, viajam as tantas outras faces dele, cada uma como eu invisível, onisciente e indizível.

mas onipotente não, porque a mim isso não interessa e a quem isso interessa não acredito que seja, como a minha, *uma face de deus*. ←

[SOBRE O TEXTO] O conto nesta página faz parte de uma coleção de histórias, inspiradas em citações famosas, que se tornarão um livro